Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 23
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 30
1.5 Principais clientes 57
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 58
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 84
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 85
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 86
1.10 Informações de sociedade de economia mista 93
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 94
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 95
1.13 Acordos de acionistas 96
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 97
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 98
1.16 Outras informações relevantes 99
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 107
2.2 Resultados operacional e financeiro 120
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 125
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 126
2.5 Medições não contábeis 129
2.6 Eventos subsequentes as DFs 136
2.7 Destinação de resultados 137
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 139
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 140
2.10 Planos de negócios 141
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 145
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 146
3.2 Acompanhamento das projeções 147

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 148
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 189
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 192
4.4 Processos não sigilosos relevantes 195
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 214
4.6 Processos sigilosos relevantes 215
4.7 Outras contingências relevantes 216
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 223
5.2 Descrição dos controles internos 231
5.3 Programa de integridade 233
5.4 Alterações significativas 241
5.5 Outras informações relevantes 242
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 243
6.3 Distribuição de capital 261
6.4 Participação em sociedades 262
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 264
6.6 Outras informações relevantes 265
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 266
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 271
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 272
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 280
7.4 Composição dos comitês 293
7.5 Relações familiares 305
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 308
7.7 Acordos/seguros de administradores 352
7.8 Outras informações relevantes 353
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 355

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 361
8.3 Remuneração variável 365
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 367
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 368
8.6 Outorga de opções de compra de ações 369
8.7 Opções em aberto 370
8.8 Opções exercidas e ações entregues 371
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 372
8.10 Outorga de ações 373
8.11 Ações entregues 374
8.12 Precificação das ações/opções 375
8.13 Participações detidas por órgão 376
8.14 Planos de previdência 377
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 378
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 381
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 382
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 383
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 384
8.20 Outras informações relevantes 385
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 386
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 387
9.4 Outras informações relevantes 388
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 389
10.1 Descrição dos recursos humanos 391
10.2 Alterações relevantes 395
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 396
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 397
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 398
10.5 Outras informações relevantes 399
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas 400

11.2 Transações com partes relacionadas 402

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 430

11.3 Outras informações relevantes 440

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 441

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 442

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 443

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 445

12.5 Mercados de negociação no Brasil 446

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 447

12.7 Títulos emitidos no exterior 448

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 449

12.9 Outras informações relevantes 450

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 451

13.1 Declaração do diretor presidente 452

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 453

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 454

1.1 Histórico do emissor

1.1 - Histórico do emissor

A Companhia foi constituída em 1941, com a implantação da Unidade de Mineração de Poços de Caldas. Neste ano, foram iniciadas as atividades de mineração de bauxita da Companhia, com plano inicial de explorar as jazidas de bauxita em Poços de Caldas (MG) para beneficiamento em uma fábrica localizada na fazenda Rodovalho, antigo município de Mairinque (SP) e atual município de Alumínio/SP.

A primeira fábrica da Companhia teve sua construção iniciada na década de 1940. Neste mesmo período foram feitas as iniciativas de preservação do entorno do Rio Juquiá para a manutenção da floresta no entorno das hidrelétricas.

A Companhia foi inaugurada oficialmente em 1955, com a implantação do seu primeiro parque fabril, operando com integração desde o processamento da bauxita até a fabricação de produtos primários e transformados no mesmo local. A partir deste momento, iniciou-se a sua produção.

Em 1957, a Usina Hidrelétrica do França entrou em operação. Já em 1963 foi inaugurada outra usina hidrelétrica, a Usina Hidrelétrica Fumaça.

Em 1969, houve o início das obras de expansão e atualização tecnológica de toda a fábrica da CBA.

No ano seguinte, em 15 de maio de 1970, seis empresas, entre elas a Companhia, se uniram para fundar, em São Paulo (SP), a Associação Brasileira do Alumínio (ABAL). Em tempos de ditadura militar, do “Ame-o ou Deixe-o” e da seleção brasileira de futebol que encantava o mundo, o setor do alumínio ainda engatinhava em meio à complexidade de um capital intensivo grande, porém, ainda sem a devida estrutura e a clara noção do seu tamanho, potencial e importância para a economia do País e a vida das pessoas.

Em 1978 a Companhia detinha 36,5% de participação na produção nacional, presença marcante frente aos demais players da época no Brasil.

Nos anos seguintes, em 1974 e 1978, foram inauguradas outras duas usinas hidrelétricas: Alecrim e Serraria, respectivamente.

Na década de 80, a Companhia adquiriu uma jazida de bauxita na Zona da Mata Mineira e após trabalho de pesquisa mineral na região, foi confirmado a existência de recurso mineral que viabilizou a implantação da Unidade de Itamarati de Minas (MG) em 1992.

No ano de 1982 foi inaugurada a Usina Hidrelétrica Porto Raso.

Em 1986 a Companhia - produziu 158,8 mil toneladas de alumínio primário, bem como inaugurou a Usina Hidrelétrica Barra.

Em 1988 foi iniciado o trabalho de construção das instalações das operações para mineração na Zona da Mata mineira.

Nos anos seguintes foi inaugurada a Usina Hidrelétrica Salto do Iporanga e construídas as Usinas Canoas I e II e Piraju.

Em 1992 a Companhia inaugurou a Unidade de Mineração de Itamarati de Minas naZona da Mata.

Seis meses depois, já ocorriam os primeiros embarques de bauxita para a fábrica.

Em 1996 a Companhia assinou um contrato de comodato para a Nitroquímica, empresa da Votorantim, operar as minas de fluorita.

Em 2002 foi criado o Instituto Votorantim, fortalecendo metodologia de investimento social nos territórios de atuação da Companhia e demais investidas da controladora Votorantim.

1.1 Histórico do emissor

Já em 2004, a unidade da Companhia em Miraí (MG) começou a ser construída e no ano seguinte a Escola do SENAI em Alumínio (SP), com o objetivo de contribuir para a formação de profissionais para a indústria.

No ano de 2006 foi inaugurada a laminação 2000, única planta da América Latina na ocasião a produzir bobinas de 2.000mm. E em 2007 a Companhia inaugurou a expansão e passou a operar a maior fábrica de alumínio integrada da América Latina.

O início das operações de bauxita em Miraí (MG), na Zona da Mata ocorreu em 2008 e, no mesmo ano a Companhia iniciou uma parceria com UFV – Universidade Federal de Viçosa - para desenvolvimento de melhores técnicas de recuperação de área após mineração.

Em 2011, a capacidade de anodização de perfis de alumínio passou de 9mil t/ano para 33mil t/ano, após a criação do Centro de Tratamento de Superfícies na fábrica em Alumínio. A Companhia também adquiriu a Metalex (atual investida da Companhia), em Araçariguama (SP), fortalecendo a atuação em reciclagem. A Metalex se tornou uma planta de reciclagem de alumínio industrial da Companhia.

Em 2011 a Companhia aderiu ao Programa Empresa Cidadã, possibilitando a extensão do período de licença à maternidade para 6 meses e de paternidade para 20 dias.

No ano de 2012, junto com outras empresas, a Companhia lançou o Legado das Águas, maior reserva privada de Mata Atlântica, localizada no Estado de São Paulo.

Em abril de 2014 foi inaugurada a nova filial da Companhia, localizada na cidade de Sorocaba (SP), com a finalidade de realizar serviços de manutenção em equipamentos da Companhia.

Em 2015 o Projeto Horizontes – que estudou possibilidades para o futuro da Companhia frente ao cenário de oferta e demanda mundial e nacional pelo alumínio e as suas vantagens competitivas - redefiniu a estratégia e atuação da Companhia, atuando como provedora de soluções e serviços. Até então, a Companhia tinha uma atuação mais focada na comercialização de commodities. Com o projeto, passou a atuar mais próxima de seus clientes, gerando mais valor agregado às parcerias, a partir da co-criação de soluções e serviços em alumínio. A redefinição da estratégia da Companhia, deu início ao processo de evolução e fortalecimento de sua cultura, cujas fases podem ser conferidas adiante.

A partir da redefinição da estratégia de longo prazo, no ano de 2016 a Companhia passou por uma reestruturação organizacional com o spin-off da Votorantim Metais, que passou a se chamar Nexa Resources, após sua abertura de capital.

Desta forma, a CBA voltou a ser empresa stand alone no portfólio da Votorantim. Na reestruturação, a gestão dos ativos do Negócio Níquel da então Votorantim Metais, cuja suspensão temporária foi anunciada em 2016, passou a ser responsabilidade da CBA, por meio de ato societário de incorporação. Os ativos da Nazca – minas de fluorita – também foram incorporados à gestão da Companhia.

No ano de 2017 um novo passo no processo de evolução cultural da CBA foi dado com a implementação do trabalho de redefinição da sua identidade organizacional: revelando os Eixos de Cultura, que direcionam o jeito de ser e gerir da Companhia: Senso de Dono, Trabalho em Equipe, Divergência Construtiva e Ambição por Competitividade.

Ainda no mesmo ano foi inaugurado o Centro de Soluções e Serviços da fábrica Alumínio, um espaço dedicado para o desenvolvimento de propostas de valor agregado, customizadas para as necessidades de cada cliente, apoiando por exemplo na entrega de serviços e peças personalizadas. Estas soluções são fruto do trabalho de co-engenharia, desenvolvidas pela Companhia em parceria com estes clientes. O CSS integra a estratégia do Negócio Transformados no oferecimento de soluções e serviços co-criados com clientes.

Além disso, a Companhia fundou o Legado Verdes do Cerrado, a primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável nesse bioma, localizada em Niquelândia, no Estado de Goiás.

1.1 Histórico do emissor

Em 2018 a CBA lançou sua nova marca aderente ao reposicionamento da Companhia no mercado e ao processo de Transformação Cultural.

No mesmo ano teve início o projeto Green Soderberg nas Salas Fornos da Fábrica em Alumínio. O projeto para Upgrade da tecnologia das Salas Fornos (Green Soderberg) propõe mudanças no processo de alimentação dos fornos eletrolíticos das Salas Fornos para um sistema de alimentação pontual, que reduzirá as emissões de gases de efeito estufa, material particulado e flúor e aumentará a eficiência e a segurança, além de gerar ganhos em produtividade e redução de custos e consumo de água com o desligamento dos sistemas de tratamento a úmido. Com o projeto, a alimentação dos insumos (óxido de alumínio) passa a ser pontual, em quantidades e intervalos de tempo regulares, otimizando o uso desses recursos.

Em 2019 a Companhia criou seu do Comitê de ESG, coordenado pelo seu Diretor Presidente, com reporte à Diretoria.

Neste mesmo ano, como nova fase do processo de transformação cultural, a Companhia aprofundou seu olhar na indústria 4.0, estruturando o programa “Jornada CBA 4.0”, com o objetivo de incorporar o mindset digital à cultura da Companhia. A “Jornada CBA 4.0” é baseada em 4 pilares: (1) Pessoas - fomento à mentalidade ágil, à cultura digital e às novas atitudes e pensamentos; (2) Processos - foco na diferenciação competitiva e na maximização dos resultados por meio da reinvenção e na simplificação de processos; (3) Tecnologia - adoção de tecnologias exponenciais para alavancar o Negócio; e (4) Cibersecurity - minimização do risco corporativo diante das novas tecnologias, protegendo dados, informações e pessoas.

Ainda, ao final de 2019, a Companhia revelou seu propósito - soluções em alumínio que transformam vidas - à liderança, desdobrando para os demais empregados ao longo de 2020.

No ano de 2020 a Companhia adquiriu a Unidade de Itapissuma, fortalecendo a atuação em produtos laminados. No mesmo ano, teve início a operação das caldeiras à biomassa na Refinaria da Alumina, fábrica em Alumínio.

Ainda em 2020, a Companhia criou o comitê de Diversidade e Elaboração do Guia de diversidade, aderiu ao Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, firmou o compromisso com o Science Based Targets Iniciative e filiou-se ao Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS. Participação CDP e obtenção de nota A-, categoria de liderança. Lançou também, em 2020 o Manifesto de Sustentabilidade da CBA e captou títulos verdes em aproximadamenteR$ 500 milhões.

Também nesse ano, foram iniciadas as operações do novo poço, com tecnologia embarcada Wagstaff, na Fundição da Fábrica de Alumínio, possibilitando a ampliação da capacidade instalada em 50% da produção de tarugos.

Por fim, no ano de 2020, foi lançada a nova marca da Metalex e anúncio de novos investimentos na instalação de uma linha de tratamento de sucata, que possibilitará o incremento da utilização de sucata de obsolescência, além da de processo. Desta forma, a empresa ampliará sua capacidade de reciclagem de alumínio, entregando ao mercado um tarugo ainda mais sustentável.

No dia 17 de maio de 2021, a Companhia protocolou na CVM o pedido de registro de Oferta Pública (IPO - Initial Public Offering) de distribuição primária e secundária de ações ordinárias da Companhia. A negociação de 125.000.000 ações ordinárias teve início no dia 15 de julho de 2021 através do ticker CBAV3 no Novo Mercado da B3.

Em 30 de agosto de 2021, reforçando a diversificação de sua matriz de energia renovável, a Companhia anunciou a aquisição de participação em dois ativos de autoprodução de energia eólica Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro, com 171,6 MW de capacidade instalada.

Em 19 de outubro de 2021, a Companhia anunciou a decisão de criar uma unidade de negócio específica para gerir internamente os ativos de energia, reforçando o posicionamento da CBA como autoprodutora de energia e contribuindo para a otimização de custos e produção de alumínio de baixa pegada de carbono. A operação das 21

1.1 Histórico do emissor

usinas hidrelétricas, até então geridas pela Votorantim Energia, por meio de contrato de prestação de serviço, passaram a ser geridas pela CBA a partir de janeiro de 2022.

Ainda em novembro de 2021, a Companhia anunciou a aquisição de 80% do capitalsocial da Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda., um dos principais fornecedores de alumínio secundário do país. A transação foi concluída em 31 de janeiro de 2022 e está alinhada à estratégia de longo prazo da CBA, que visa ampliar sua capacidade produtiva de alumínio reciclado, passando a atuar com maior relevância nesse mercado, contribuindo para a economia circular e produção de alumínio com pegada de carbono cada vez menor.

Em maio de 2022, a Companhia concluiu sua Oferta Secundária de ações (follow-on). A Oferta foi concluída com a com a alienação de 47.600.000 ações da controladora Votorantim S.A., com o objetivo de melhorar a liquidez da Companhia, que passou a ter um free-float de 32,1%.

Em julho de 2022 foi concluída a transação de compra e venda da refinaria de níquel de São Miguel Paulista com a empresa australiana Jervois Global Limited, alinhada com a estratégia da CBA de manter o foco no core business do negócio de alumínio.

Em novembro de 2022, a Companhia aumentou a relevância no mercado de alumínio reciclado, com a aquisição dos 20% remanescentes do capital social da Alux.

Ainda em 2022, a Companhia religou a Sala Forno 3, refletindo no aumento de capacidade de produção de alumínio líquido em 30 mil toneladas por ano.

Em 2023 houve o start-up da linha de tratamento de sucata da Metalex, fazendo da CBA um player importante no segmento de transformação de sucata de alumínio na América Latina, permitindo aumentar de 60% para 80% a utilização de sucata de obsolescência e pós-consumo, na produção de tarugos, o que significa uma oferta de um tarugo mais sustentável com a redução do consumo de bauxita, de energia e das emissões de CO2 na produção.

Em 18 de janeiro de 2024, houve a homologação de aumento de capital, por meio do qual o capital social da Companhia passou de R$ 4.749.459.728,46, dividido em 595.833.333 ações, para R$ 4.955.502.556,18, dividido em 651.072.697 ações. O free-float de 32,1% passou para 31,4% e, consequentemente, a controladora Votorantim S.A. aumentou sua participação de 67,9% para 68,6%.

Em novembro de 2024, a Companhia anunciou a venda da sua participação acionária integral de 3,03% na Alunorte – Alumina do Norte S.A. para uma subsidiária integral da Glencore PLC. A transação está alinhada à estratégia da CBA de focar no core business do negócio alumínio, uma vez que a Companhia é autossuficiente em alumina, sendo a integração na cadeia uma de suas principais vantagens competitivas. Com a conclusão da operação, a CBA deixou de ter direito ao percentual de produção de alumina correspondente à sua participação acionária na Alunorte e, assim, deixou de comercializar essa alumina excedente referente ao offtake.

Em abril de 2025, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a redução do capital social da Companhia, no valor de R$401 milhões para absorção dos prejuízos acumulados conforme apurado nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, sem o cancelamento de ações ou restituição de valores aos acionistas.

Ainda em 2025, em linha com a estratégia de ampliar a autoprodução, a Companhia concluiu a aquisição de ativos eólicos da Casa dos Ventos, garantindo o fornecimento de 60 MWm para a produção de alumínio, e reforçando a diversificação do portfólio de autogeração, com matriz 100% renovável voltada ao alumínio de baixo carbono e menor exposição a riscos hidrológicos. Adicionalmente, segue em andamento a aquisição de participação no Complexo Cajuína III, no Rio Grande do Norte, que prevê o fornecimento adicional de 55MW médios a partir de 2027.

No início de 2026, a Votorantim, acionista majoritária da CBA, anunciou a assinatura de contrato de compra e venda de suas ações para um consórcio formado pela Chalco, principal subsidiária do Grupo Chinalco, e pela Rio Tinto, referências globais nos setores de alumínio e mineração. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições precedentes usuais e às aprovações societárias e regulatórias aplicáveis.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

A Companhia Brasileira de Alumínio é atualmente a única companhia integrada de alumínio do Brasil, o que significa que a Companhia atua desde a mineração da bauxita até a produção de um portfólio completo de produtos primários (lingotes, tarugos, vergalhões, bobinas casters e placas) e transformados (folhas, chapas, perfis extrudados e kits multicomponentes) de alumínio, desempenhando também atividades de reciclagem, conforme constatação feita pela Associação Brasileira do Alumínio – ABAL. Entre as principais no mercado de alumínio no Brasil, a Companhia possui uma estratégia focada nos segmentos de produtos de alto valor agregado e é referência internacional, na produção de alumínio de baixo carbono.

A Companhia está posicionada no 2° quartil da curva global de custo de negócio da indústria do alumínio no 4Q25, conforme relatório CRU Aluminum Smelter Cost Model Q1 2026, por meio de um modelo de negócios totalmente integrado na cadeia de valor.

A autossuficiência em bauxita e alumina e a capacidade para suprir praticamente a totalidade de seu consumo de energia elétrica por meio de um portfólio proprietário de ativos de geração de energia renovável garantem alta competitividade em custos e flexibilidade no mix de produtos ofertados para se ajustar a diferentes dinâmicas de mercado.

A Companhia é controlada pela Votorantim S.A., uma holding investidora brasileira, de controle familiar, com mais de 100 anos de atuação, horizonte de investimento de longo prazo, cujas empresas do portfólio estão presentes em 22 países, atuando nos setores de materiais de construção, financeiro, energia renovável, infraestrutura, mineração e metalurgia, suco de laranja, alumínio, aços longos, imobiliário, investimentos, gestão ambiental e farmacêutico, além da atuação social realizada pelo do Instituto Votorantim.

PORTFÓLIO VOTORANTIM



CADEIA DE VALOR

O início da cadeia integrada se dá pela mineração de bauxita. A Companhia possui atualmente três unidades para essa etapa, localizadas em Barro Alto (GO), Zona da Mata (MG) e Poços de Caldas (MG), com potencial para garantir a autossuficiência no suprimento do minério para a produção do alumínio por um período acima de 20

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

anos, segundo relatório da consultoria SRK (conforme definido abaixo). A bauxita é então transportada por ferrovia até a unidade industrial localizada em Alumínio (SP), planta totalmente integrada desde o processamento da bauxita até a fabricação de produtos primários e transformados no mesmo local, que além de próxima da mineração, está estrategicamente posicionada para atender à região Sudeste do Brasil, principal polo consumidor de alumínio do país e cujas vendas representaram 81% da receita do segmento de alumínio da Companhia em 2025.

A Companhia possui também três outras plantas industriais complementares:

- Metalex (Araçariguama-SP): planta de reciclagem de alumínio para produção de tarugos e centro de coleta e distribuição de sucata;
- Itapissuma (Itapissuma-PE): produção de folhas e chapas de alumínio; e
- Alux do Brasil (Nova Odessa-SP): planta de reciclagem para produção de ligas secundárias.

Cadeia integrada da Companhia com suas respectivas capacidades produtivas considerando as três unidades industriais



Nota: (1) O investimento é necessário para aumentar a capacidade de 376 ktpa para 430 ktpa. (2) Considera capacidade produtiva de 162 mil toneladas por ano da unidade de Alumínio, 90 mil toneladas da Metalex e 46 mil toneladas da Alux do Brasil.
Fonte: Companhia.

Com o objetivo de expandir sua estratégia de captação de sucata, a CBA inaugurou, em 2023, seu primeiro Centro de Reciclagem próprio, localizado na planta da Metalex, em Araçariguama (SP). A iniciativa visa receber uma ampla variedade de sucata pós-consumo, incluindo materiais obsoletos, oriundos tanto do mercado nacional quanto do internacional. Este centro conta com uma capacidade instalada de processamento de 400 toneladas de sucata por mês.

Em 2024, a Companhia deu mais um passo estratégico ao inaugurar seu segundo Centro de Processamento e Reciclagem, em São José do Rio Preto (SP), também com capacidade instalada de 400 toneladas por mês.

Os Centros de Reciclagem são responsáveis por receber, preparar e direcionar os materiais recicláveis. A sucata processada é destinada não apenas à Metalex, para a produção de tarugos, mas também às demais unidades da CBA, em Alumínio (SP) e Itapissuma (PE), além da Alux do Brasil (SP).

Outro fator chave na competitividade de custos para a produção de alumínio da Companhia é a sua capacidade para atender praticamente a totalidade da sua demanda por energia elétrica, garantida por meio de 21 usinas hidrelétricas localizadas nas regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste e 3 parques eólicos localizados na região Nordeste do Brasil, totalizando 1,8 GW de capacidade instalada 100% renovável, já ajustada pela participação da Companhia nos ativos.

A Companhia continua a apostar na diversificação do portfólio de energias renováveis em que atua. Em 2025 concluiu a aquisição dos ativos de autoprodução de energia eólica Serra do Tigre, com 180,8 MW de capacidade instalada (participação CBA) para fornecimento de energia à fábricas de Alumínio, com início em outubro de 2025. Com isso, a capacidade instalada total da Companhia passou de 1,6 GW para 1,8 GW de energia renovável.

Adicionalmente, segue em andamento a aquisição de participação no Complexo Cajuína III, no Rio Grande do Norte, que prevê o fornecimento adicional de 55MW médios a partir de 2027.

Os elementos acima posicionam a Companhia como o único player do Brasil com integração vertical, conforme constatação feita pela ABAL. Além de a Companhia ser competitiva em custos, alocada no 2° quartil da curva

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

global de custo de negócio da indústria do alumínio em 2025, segundo o relatório CRU Aluminum Smelter Cost Model Q1 2026, com um portfólio diversificado e flexível de produtos.

A Companhia oferece seus produtos a uma base ampla de clientes, presentes em mercados com potencial de crescimento e com aumento esperado do consumo de alumínio nos próximos anos, sustentados principalmente pela tendência estrutural de descarbonização. Dentre os principais mercados atendidos pela Companhia, cabe destacar: construção civil, embalagens, transportes, bens de consumo, fios e cabos e automóveis.

PRÁTICAS ESG

As práticas de ESG (sigla em inglês para Environmental, Social and Governance, ou aspectos ambientais, sociais e de governança) são intrínsecas à cultura e aos valores da Companhia desde sua fundação, a exemplo de seu portfólio proprietário de ativos de geração de energia renovável, iniciado há décadas, permeando também toda a sua estrutura operacional e de crescimento.

Com relação ao controle de emissão de gases do efeito estufa, a estratégia de geração de energia por meio de fontes renováveis é fundamental para o posicionamento de destaque na cadeia global de produção de alumínio de baixo carbono (limite máximo de 4tCO2/tAl líquido, segundo referência Platts). A Companhia teve em 2025 um nível de emissão da produção de alumínio líquido nas Salas Fornos de 2,80 tCO2e/t alumínio líquido, valor 3,6 vezes inferior à média global da indústria, segundo a International Aluminium Institute.

A preocupação com o meio ambiente pode ser observada em toda a cadeia produtiva da Companhia. A atuação da CBA em Mineração é conduzida com forte compromisso socioambiental. O planejamento das operações considera, desde o início, a reabilitação das áreas mineradas, por meio de práticas como a reconformação topográfica e o plantio concomitante à lavra, reduzindo a exposição do solo e acelerando a recomposição da paisagem. As terras, quando devolvidas aos superficiários, se encontram em condições de produtividade iguais ou melhores que as encontradas anteriormente. Na Refinaria de Alumina, o vapor é produzido a partir de uma caldeira de biomassa, o que garante à CBA a menor emissão de carbono do mundo nesta etapa produtiva, de acordo com o CRU. Além disso, o projeto de disposição dos resíduos a seco visa aumentar o nível de segurança da principal barragem da CBA. No Negócio Transformados & Reciclagem, a Companhia possui a diretriz de consumir mais sucata na composição de seus produtos, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa, além da utilização eficiente de recursos com a reciclagem de materiais. Complementando esta estratégia, a Companhia desenvolveu e patenteou uma tecnologia exclusiva para reciclagem de embalagens cartonadas e flexíveis (ReAl), que antes eram descartadas.

Como reconhecimento dos avanços nas áreas ESG, a Companhia é certificada nos padrões de Performance e Cadeia de Custódia pela ASI (Aluminum Stewardship Initiative), é signatária do Pacto Global, participa das plataformas de ação pelo Clima, e Ação contra a Corrupção, Movimento Ambição Net Zero e foi uma das empresas pioneiras a aderir ao Movimento Transparência 100%, se tornando Empresa Embaixadora em 2022, além de estar engajada com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. Em 2023, Luciano Alves, o CEO da Companhia, passou a ser um dos porta-vozes do ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima no Programa Liderança com ImPacto, que tem como objetivo atrair, engajar, sensibilizar e empoderar os líderes empresariais para acelerar a entrega dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), até 2030. Em 2025, durante o Prêmio ECO da Amcham Brasil, o CEO da CBA, Luciano Alves, foi nomeado entre as três principais lideranças do ano engajadas na agenda ESG.

Em 2025, a Companhia também obteve importantes premiações, como Prêmio Inovativos 2025 (1º lugar em Inteligência Industrial, com “Manutenção digital”), Prêmio Valor Inovação Brasil 2025 (TOP 5 em Mineração/Metalurgia/Siderurgia), Prêmio Eco (case de adaptação climática), Prêmio de Excelência da Indústria Minero-Metalúrgica Brasileira 2025 (categoria ESG, operação concomitante em Miraí), Prêmio Mina Sustentável 2025 (automonitoramento hídrico na bauxita, Unidade Miraí) e Proteção Brasil (prata em Gestão de Terceiros na Segurança do Trabalho). .

Quanto aos índices e ratings, a CBA manteve o seu bom desempenho: presença nas carteiras do ISE B3 e IDIVERSA B3; rating AA no MSCI ESG e evolução no CSA (Corporate Sustainability Assessment) do S&P Global,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

atingindo 74 pontos (74/100), além de integrar o "S&P Global Sustainability Yearbook 2025", anuário que reconhece as empresas com as melhores práticas sustentáveis do mundo na categoria Sustainability Yearbook Member (empresas classificadas entre os 15% com melhor desempenho no setor). Para mais informações vide seção 1.9 e 1.16 deste Formulário de Referência.

PRINCIPAIS AVANÇOS NO PORTFÓLIO DE PROJETOS E M&A DESDE O IPO



1. **Crescimento em Reciclagem:** instalação do forno Sidewell na Metalex para elevar a produção para 90ktpa, concluído em 2021, e linha de tratamento de sucata concluída em 2023. Em 2024, foi concluído o projeto ReAl, uma tecnologia patenteada pela CBA, que permite separar o alumínio do plástico em embalagens multimateriais, trazendo uma solução para o setor e uma nova perspectiva para a cadeia de reciclagem. A planta tem capacidade para reciclar 1,3 bilhão de embalagens cartonadas ou 9,5 mil toneladas de polialumínio por ano.**M&A:** Aquisição da Alux do Brasil em 2021, permitindo a entrada da Companhia em um novo mercado de ligas secundárias por meio da reciclagem.
2. ***Restart* da Sala Fornos 3:** adicionando 30ktpa de capacidade de alumínio líquido, concluído em 2022.
3. **Disposição de Resíduos à seco (Alumínio/SP):** concluído em 2024, utiliza filtros prensa para disposição à seco, resultando no aumento de segurança da barragem, redução do dano potencial real e aumento da capacidade de armazenamento, além da recuperação de soda no processo, e reaproveitamento da água para fins industriais. .

PROJETOS NO PIPELINE



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1. **Modernização da tecnologia nas Salas Fornos:** com *start-up* progressivo desde 2023, visa a redução das emissões e aumento da eficiência energética.
2. **Upgrade Sala Pasta:** para melhora da qualidade da pasta anódica, contribuindo para redução de emissão de CO2 e redução do percentual de piche na pasta.
3. **Purificação do Licor na Refinaria:** aumento da capacidade instalada e produtividade da alumina, com *start-up* em 2029.
4. ***Restart* da Sala Fornos 1:** aumento da capacidade de produção de alumínio líquido com o religamento de 158 fornos, adicionando 50 ktpa na capacidade instalada de produção de alumínio. *Start-up* previsto na sequência da Sala Pasta e Purificação do Licor.
5. **Aumento da Capacidade de Folhas:** aumento na capacidade de folhas finas e extrafinas, produto de maior valor agregado, através de modernização e instalação de novos equipamentos. *Start-up* em 2026.
6. **Projetos de Reciclagem:** Aumento da capacidade instalada de processamento, aumento do consumo do conteúdo reciclado atrelado a melhor eficiência (rendimento metálico) de sucata e crescimento na captação, a ser concluído em 2029.

PRINCIPAIS ATIVOS E PRODUTOS

O processo de produção integrado de alumínio exige uma combinação de ativos de mineração, industriais e de geração de energia.

VISÃO GERAL DOS PRINCIPAIS ATIVOS DA COMPANHIA



Os pontos no mapa indicam a existência de um ou mais ativos da Companhia segundo a legenda de cor.

MINERAÇÃO

A bauxita, minério utilizado na produção do alumínio, é extraída das minas da Companhia em Barro Alto (GO), Miraí (MG), e Poços de Caldas (MG). A Companhia possui certificações ASI Performance e Cadeia de Custódia para as operações de Miraí e Poços de Caldas, confirmando o comprometimento da Companhia com as melhores práticas ESG em suas atividades de mineração.

RECURSOS MINERAIS

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A SRK Consultores do Brasil Ltda (“SRK”) é uma empresa associada ao grupo internacional SRK Global Limited (o “Grupo SRK”). A SRK foi contratada pela Companhia em 27/01/2021 para preparar um Relatório Técnico no padrão JORC Code 2012, com base nas estimativas de Recursos Minerais para as minas de bauxita de Barro Alto e Miraí. Para mais informações vide seção 1.16 deste Formulário de Referência.

BARRO ALTO

Declaração de recursos minerais, depósito de bauxita de Barro Alto - SRK - Base de 31 de dezembro de 2020

	Classificação	Tonelagem (Mt)	Teor
	Av_Al2O3 %	**Rx_SiO2 %**	
Medido	10,8	52,88	3,77
Indicado	18,1	54,10	3,65
Medido + Indicado	**28,9**	**53,64**	**3,70**
Inferido	2,6	53,76	3,79
Total	**31,5**	**53,65**	**3,70**

(1)Recursos Minerais não são Reservas de Minério e não possuem viabilidade econômica demonstrada. Todos os números estão arredondados para refletir a precisão relativa das estimativas.
(2)Tonelagem in situ.
(3)A bauxita não é lavada e, portanto, a recuperação é 100%
(4)Os teores de corte para declaração de Recursos Minerais foram Av_Al2O3 >=40% e Rx_SiO2 <= 10%, definidos com base nos limites atuais, utilizados pela CBA, de aceitação do processo de refino de produção de Alumina.
(5)Av_Al2O3: alumina disponível.
(6)Rx_SiO2: sílica reativa.
(7)Os teores e tonelagens estão reportados em base seca.

O estudo de mina consistiu na consolidação de uma função benefício, otimização e seleção de cava, sequenciamento de lavra e disposição de estéril e avaliação econômica a partir do modelo contendo a classificação de Recursos Minerais, superfícies topográficas e restrições físicas da mina. O resultado é uma cava contendo uma reserva de 19,3 Mt (base seca), com teores médios diluídos de 54,65% Av_Al2O3 e 3,20% Rx_SiO2. A quantidade de estéril dentro dos limites da cava é de 8,3 Mt (base seca).

Declaração de reservas de minério, depósito de bauxita de Barro Alto - SRK - Base de 31 de dezembro de 2020

Classificação	ROM Mt bs	Av_Al2O3	Rx_SiO2	Óxido Mt
%		**%**		
Provada	2,7	53,36	3,17	1,4
Provável	16,5	54,86	3,20	8,6
Total	**19,3**	**54,65**	**3,20**	**10,0**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

(1) ROM: tonelagem de minério (Run-of-Mine) após a aplicação dos fatores de recuperação de lavra e diluição.
(2) A bauxita não é lavada e, portanto, a recuperação é 100%
(3) Av_Al2O3: alumina disponível.
(4)Rx_SiO2: sílica reativa.
(5)Óxido: óxido de alumínio, considerando recuperação metalúrgica de 94,4% do processo Bayer.
(6)Os teores e tonelagens estão reportados em base seca.

A mina de Barro Alto (GO) possui uma capacidade produtiva de 1,4 milhão de toneladas por ano. O minério viaja via transporte rodoviário até Santa Isabel (GO), onde embarca no modal ferroviário até a unidade de Alumínio (SP). Esse é o minério de melhor qualidade da Companhia, com os melhores teores de alumina e sílica, quando comparados ao padrão da bauxita brasileira, conforme pode ser observado na tabela abaixo. Esses teores viabilizam uma produção a custos baixos com maior competitividade na refinaria de alumina. Apesar da Companhia ser autossuficiente na produção de minério, dada a alta qualidade da bauxita do platô de Barro Alto, a Companhia também optou por comprar bauxita de um parceiro na região, por meio de um contrato de longo prazo de fornecimento. A Companhia acredita que esse contrato permite uma melhora da qualidade média da bauxita processada na fábrica em Alumínio (SP).

PADRÃO BRASILEIRO DE QUALIDADE DE BAUXITA

Variação das principais características da bauxita brasileira

Características da bauxita	Variação entre as minas	Referência aa qualidade
Teor de alumina	35% - 55%	Quanto maior, melhor
Teor de sílica	1% – 7%	Quanto menor, melhor
Teor de umidade	5% - 22%	Quanto menor, melhor

Fonte: ABAL (Pleito da Abal emitido para o DNPM, em julho de 2018)

Qualidade média histórica da bauxita da Companhia em Barro Alto e do minério comprado do parceiro na mesma região:

Mina de Barro Alto

Barro Alto (Cia.)	2023	2024	2025
Produção (t)	705.845	538.469	760.663
Alumina (%)	53,30	53,35	52,70
Sílica (%)	3,19	3,09	3,10
Umidade (%)	9,83	9,43	10,0
Barro Alto (Parceiro)	**2023**	**2024**	**2025**
Produção (t)	296.440	449.912	253.787
Alumina (%)	52,37	52,68	52,70
Sílica (%)	3,08	2,91	3,00

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Fonte: Companhia

MIRAÍ

Declaração de recursos minerais, depósito de bauxita de Miraí - SRK - Base de 31 de dezembro de 2020

Classificação	**Tonelagem (Mt)**	**(RLV)**		**Teor**	
Percentual	**Tonelagem**	**Av_Al2O3%**	**Rx_SiO2 %**		
		(%)	**(Mt)**	**(%)**	**(%)**
Medido	23,8	45,25	10,8	42,09	3,20
Indicado	40,3	44,38	17,9	42,09	3,18
Medido + Indicado	**64,2**	**44,70**	**28,7**	**42,09**	**3,19**
Inferido	20,9	43,47	9,1	41,24	3,23
Total	**85,1**	**44,40**	**37,8**	**41,89**	**3,20**

(1) Recursos Minerais não são Reservas de Minério e não possuem viabilidade econômica demonstrada. Todos os números estão arredondados para refletir a precisão relativa das estimativas.
(2) Tonelagem in situ.
(3) RLV: material recuperado após lavagem na peneira de 28 mesh.
(4) Devido à natureza do depósito, não foram aplicados teores de corte na definição dos Recursos Minerais.
(5) Av_Al2O3: alumina disponível.
(6) Rx_SiO2: sílica reativa.
(7) Os teores e tonelagens estão reportados em base seca.

O estudo de mina consistiu na consolidação de uma função benefício, otimização das áreas lavráveis, sequenciamento de lavra e avaliação econômica a partir do modelo de Recursos Minerais, superfícies topográficas e restrições físicas da mina. O resultado do estudo indica uma Reserva de Minério de 29,6 Mt (base seca) de ROM, com uma recuperação mássica média de 42,77%, resultando em 12,7 Mt (base seca) de bauxita beneficiada com teores médios diluídos de 43,50% Av_Al2O3 e 2,82% Rx_SiO2.

Declaração de reservas de minério, depósito de bauxita de Miraí - SRK (Brasil) - Base de 31 de dezembro de 2020

Classificação	**ROM**	**RLV**	**Bauxita Beneficiada**	**Av_Al2O3**	**Rx_SiO2**	**Óxido**
Mt bs	**%**	**Mt bs**	**%**	**%**	**Mt**	
Provada	13,9	43,12	6,0	43,26	2,78	2,4
Provável	15,7	42,47	6,7	43,72	2,85	2,8
Total	**29,6**	**42,77**	**12,7**	**43,50**	**2,82**	**5,2**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

(1) ROM: tonelagem de minério (Run-of-Mine) após a aplicação dos fatores de recuperação de lavra e diluição.
(2) RLV: recuperação mássica da lavagem na peneira de 28 mesh, após a aplicação do fator de reconciliação.
(3) Av_Al2O3: alumina disponível.
(4) Rx_SiO2: sílica reativa.
(5) Óxido: óxido de alumínio, considerando recuperação metalúrgica de 94,4% do processo Bayer.
(6) Os teores e tonelagens estão reportados em base seca.

A Usina de Beneficiamentode Miraí tem capacidade instalada para produzir anualmente 2,5 milhões de toneladas de bauxita, conforme relatório da SRK, e no contexto do *Run-of-Mine* (ROM), temos a capacidade instalada para produzir anualmente 1,1 milhão de toneladas. O minério é transportado por via rodoviária até um pátio de transbordo de Barão de Angra, na cidade de Paraíba do Sul (RJ), onde embarca no modal ferroviário até a fábrica de Alumínio (SP). O minério passa por um processo de lavagem, contribuindo para a melhoria da sua qualidade com consequente redução dos custos de refino. Quando comparado ao padrão de qualidade da bauxita brasileira, a Companhia acredita que esta mina possui uma relação alumina/sílica atrativa. A tabela abaixo apresenta a produção histórica de Miraí e as principais características de qualidade do minério.

Mina de Miraí

Miraí	2023	2024	2025
Produção (t)	544.395	640.164	522.341
Alumina (%)	45,71	45,77	44,50
Sílica (%)	2,79	2,47	2,60
Umidade (%)	13,65	13,21	13,80

Fonte: Companhia

POÇOS DE CALDAS

A mina de Poços de Caldas (MG) opera desde 1941, antes mesmo da entrada em operação da planta de Alumínio (SP) e, atualmente, encontra-se em final de vida útil.

A Companhia já está preparada para o abastecimento de sua Refinaria a partir das minerações de Barro Alto e Miraí quando Poços de Caldas encerrar suas atividades. As duas minas remanescentes possuem capacidade para aumento da produção de minério, garantindo a integração da Companhia e sua autossuficiência em bauxita.

PRODUÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E TRANSFORMADOS

A fabricação de produtos primários e transformados ocorre nas unidades industriais da Companhia: Alumínio (SP), Itapissuma (PE), Metalex (SP) e Alux (SP).

A fábrica de Alumínio (SP) é o principal ativo industrial da Companhia.

A unidade se beneficia da integração, operando no mesmo site desde a refinaria de alumina até a fabricação de produtos transformados de alumínio, minimizando custos logísticos e excluindo a necessidade de refusão do alumínio primário. Trata-se de um diferencial competitivo na indústria do alumínio, que permite capturar maior eficiência energética e metalúrgica, uma vez que as fábricas não integradas necessitam comprar alumínio e refundi-lo, além da necessidade do transporte entre os sites.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

As capacidades produtivas anuais das diversas etapas da produção da fábrica de Alumínio (SP) estão descritas abaixo. Além disso, a Companhia vem investindo continuamente para expansão de sua capacidade instalada:

- 800 mil toneladas de refino de alumina,
- 430 mil toneladas de alumínio primário,
- 421 mil toneladas de fundição,
- 115 mil toneladas por ano de folhas e chapas,
- 50 mil toneladas de extrudados,
- 162 mil toneladas por ano de reciclagem.

Essa unidade foi responsável por 81% das vendas de alumínio da Companhia em 2025. A fábrica ocupa uma área construída de 530 mil metros quadrados e possui as certificações ISO14001, 9001 e TS e ASI em Performance e Cadeia de Custódia.

A fábrica de Itapissuma (PE) produz folhas e chapas, o que representa aproximadamente 10% das vendas de alumínio da Companhia no ano de 2025. A unidade está localizada próxima ao porto de Suape. A estratégia da Companhia é concentrar as exportações de produtos transformados nesse site e atender o mercado local a partir do site de Alumínio (SP). Com uma capacidade produtiva de 50 mil toneladas por ano, a unidade ocupa uma área construída de 110 mil metros quadrados, possuindo as certificações ISO14001 e 9001 e ASI em Performance.

A Metalex, localizada em Araçariguama (SP), é responsável pela reciclagem de sucata de alumínio para a produção de tarugos, representando 5% das vendas da Companhia do segmento de alumínio no ano de 2025. Com uma capacidade produtiva de 90 mil toneladas por ano de tarugo produzido, a unidade ocupa uma área construída de 8 mil metros quadrados, possuindo a certificação ISO9001.

A Alux do Brasil, localizada em Nova Odessa (SP), é um dos principais fornecedores de alumínio secundário do país e foi reconhecida com os certificados ISO 9001 e ISO 14001, garantindo padrões internacionais de qualidade e sustentabilidade. A capacidade instalada é de 46 mil toneladas por ano e a unidade representou 4% das vendas da Companhia do segmento de alumínio no ano de 2025.

O portfólio de produtos da Companhia é amplo, com destaque para:

- **Primários**: considera os produtos, lingote e produtos fundidos de valor agregado, como tarugo, vergalhão e lingote liga. A Companhia ainda produz placas e bobinas casters, que são consumidos internamente para produção de folhas e chapas.
- **Transformados**: considera os produtos folhas, chapas e extrudados. Todos são de valor agregado. A Companhia desenvolve também produtos de co-engenharia e soluções em parceria com seus clientes, de acordo com suas necessidades.

GERAÇÃO DE ENERGIA

A Companhia possui 21 usinas hidrelétricas e 3 parques eólicos com capacidade instalada para geração de 1,8 GW de energia, sendo capaz de atender a praticamente a totalidade do requerimento de energia elétrica para a sua produção de alumínio. A Companhia possui usinas conectadas ao Sistema Integrado Nacional (SIN) e ativos ligados diretamente à unidade de Alumínio, garantindo suprimento e custo competitivo do insumo.

Vale destacar que, do total de 21 usinas, os contratos de concessão para geração de energia elétrica de quatro destas usinas (UHE Alecrim, UHE Salto do Iporanga, UHE Itupararanga e UHE Sobragi) venceram em junho de 2016, novembro de 2021, fevereiro de 2024 e janeiro de 2025, respectivamente. De acordo com a legislação vigente, a CBA permanece responsável pela gestão das usinas, preservando a operação e as boas condições de uso e de segurança até ter a deliberação sobre o tema pelo Poder Concedente.

Devido à natureza estratégica do insumo energia elétrica, a Companhia avalia constantemente seu portfólio de ativos visando garantir o suprimento eficiente também no longo prazo. Nesse contexto, em 2025 concluiu a aquisição dos ativos de autoprodução de energia eólica Serra do Tigre, com 180,8 MW de capacidade instalada. O

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

fornecimento de energia é destinado à fábricas de Alumínio, teve início em outubro de 2025 e teve por objetivo aumentar a capacidade de geração própria, além de substituir as concessões vencidas e o fim de contratos com terceiros.

A aquisição de novos recursos de geração e a maior atuação da CBA no mercado de energia elétrica é resultado da gestão interna realizada pela unidade de negócio Energia, criada em janeiro de 2022 com o objetivo de otimizar os recursos e custos de produção do alumínio e posicionar cada vez mais a CBA como autoprodutor de energia elétrica.

Além da autoprodução, a Companhia também possui contratos de compra de energia.

O principal contrato de compra, de aproximadamente 100MWm, foi assinado em 2008 e se encerrará em 2028, sem possibilidade de saída imotivada, conforme padrão de mercado para este tipo de transação. No ano de 2008, a Companhia previa expandir a produção e contratou energia no mercado. Contudo, como consequência da crise financeira, os projetos de expansão foram cancelados. Como o contrato já havia sido assinado, a Companhia segue honrando seus compromissos.

Além desse, a Companhia possui um contrato de 50MWm desde 2025, com dólar prefixado sem correção até o vencimento de 14 anos, para garantir o suprimento de energia em momentos que a auto geração não é capaz de suprir a demanda da produção , além de reduzir o impacto do custo médio de contratos, tendo este um custo mais competitivo.

Importante destacar que a energia adquirida e eventualmente não consumida, fica disponível para revenda ou liquidação a preço de liquidação das diferenças (“PLD”).

OUTROS ATIVOS

A Companhia ainda possui uma mina integrada a uma planta industrial produtora de carbonato de níquel, no município de Niquelândia-GO, além de projetos de mineração não concluídos ou direitos minerários de níquel em outras localidades. Atualmente, esses ativos encontram-se em suspensão temporária, sem volumes de produção e a Companhia vem buscando alternativas estratégicas para o negócio.

PONTOS FORTES

Conforme detalhado abaixo, a Companhia acredita possuir uma tese de investimento sólida, pautada em: (i) uma dinâmica favorável do mercado de alumínio, (ii) uma operação verticalizada, com 100% de capacidade de geração de energia renovável, (iii) competitividade em custos, (iv) liderança em *market share* no mercado brasileiro de alumínio nos principais segmentos em que atua, (v) orientação estratégica voltada para ESG, com posição de destaque na produção de alumínio de baixo carbono e (vi) um time de gestão com experiência média de 25 anos na indústria do alumínio e também em metalurgia, mineração e energia. Para mais informações sobre a experiência dos administradores da Companhia, vide seção 7.3 deste Formulário de Referência.

Alumínio é o material de escolha para um mundo mais sustentável

O alumínio possui diversas propriedades que favorecem a sua escolha frente a outros materiais (como aço, por exemplo). Algumas dessas propriedades são: maior durabilidade, leveza e eficiência energética. Isso, implica em uma demanda crescente pelo alumínio, tanto a nível global (aumento de ~15,4% no volume demandado até 2030; CAGR 25-30 de 2,9%) quanto no mercado brasileiro (aumento de ~17,7% no volume demandado até 2030; CAGR 25-30 de 3,3%), segundo dados da CRU (CRU Aluminum Market Outlook January 2026).

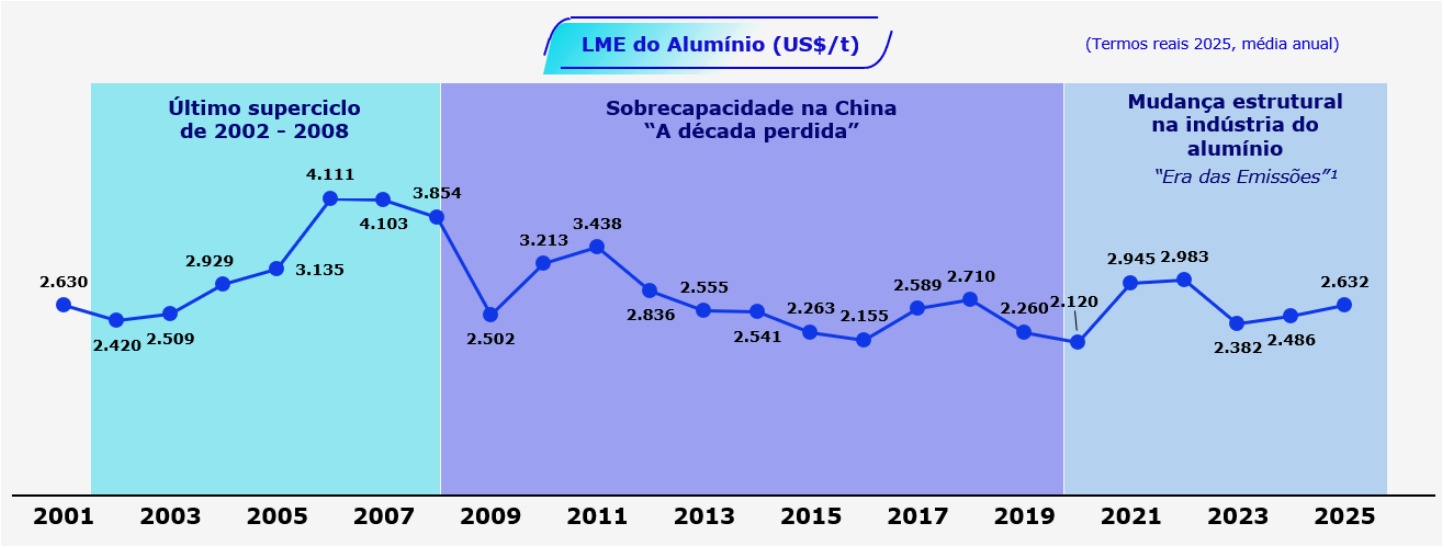
Por outro lado, há expectativa de oferta mais restrita para os próximos anos. A China, que responde por aproximadamente 60% da oferta global, se auto impôs um limite de capacidade de 45Mt de alumínio, que deverá ser alcançado em breve, de acordo com estimativas do mercado. As políticas para redução de emissões e consumo de energia também tendem a limitar a expansão de oferta, tendo em vista a redução da utilização de termoelétricas a carvão no processo produtivo do alumínio chinês. De acordo com a CRU Aluminium Market

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Outlook January 2026 não há novos projetos relevantes de smelters considerados para os próximos anos e todo aumento de oferta deverá vir de operação em processo de *ramp-up*.

Essas dinâmicas de oferta e demanda criam perspectivas favoráveis de preço da commodity, beneficiando especialmente produtores de alumínio de baixo carbono e alta eficiência energética, como é o caso da Companhia.

Preço Alumínio LME, em termos reais de 2025 (US$/TON)



Fontes: CRU, Bloomberg e conversão dos valores em termos nominais para termos reais feita pela Companhia | Nota (1): termos definidos por CRU.

Modelo de negócios integrado autossuficiente em bauxita e com capacidade instalada para suprimento de praticamente a totalidade da energia consumida através de fontes renováveis

A Companhia atua de forma totalmente integrada ao longo de sua cadeia produtiva e com capacidade de autoprodução de energia renovável suficiente para atender praticamente a totalidade da sua demanda, conferindo uma estrutura de custos competitiva com baixa pegada de carbono. A Companhia atua em todas as etapas da cadeia de valor do alumínio, com uma operação logística eficiente para o fornecimento de minério para a refinaria de alumina a partir das minas de bauxita próprias, autoprodução de energia elétrica, fundição, transformação plástica e reciclagem. O modelo de negócios integrado proporciona (i) suprimento de longo prazo de bauxita e energia elétrica com custos competitivos; (ii) eficiência operacional com baixa emissão de CO2 e; (iii) redução da volatilidade dos resultados, uma vez que a integração permite que a Companhia se ajuste a diferentes dinâmicas de mercado.

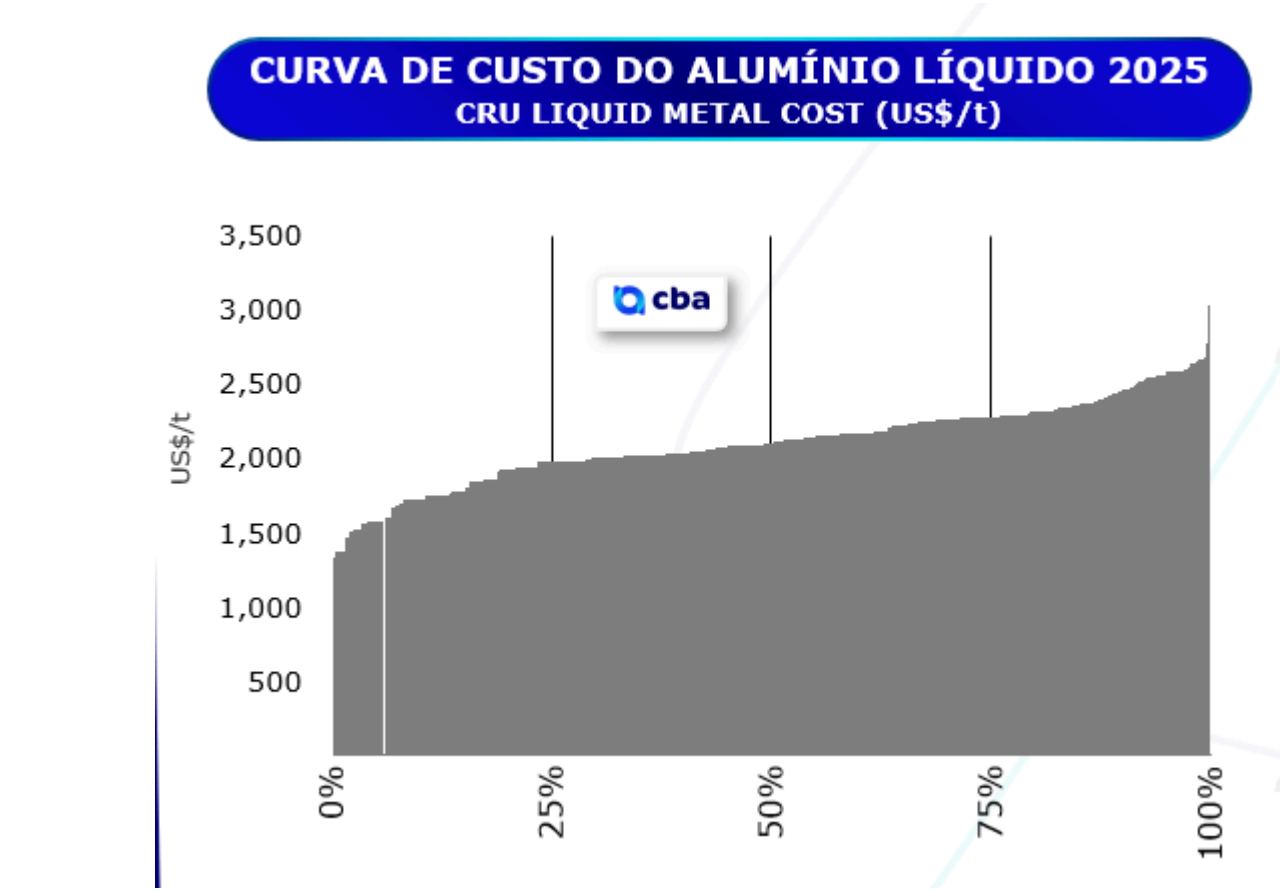
A indústria de alumínio primário é intensiva no consumo de energia, o que significa que uma parte significativa dos custos da Companhia é relacionada à energia elétrica. A Companhia possui capacidade de geração de 1,8 GW de energia através de 21 usinas hidrelétricas e 3 parques eólicos, garantindo custos de energia dentre os mais baixos do mundo e mitigando riscos relacionados ao suprimento do insumo.

Competitividade em custos

A Companhia ficou posicionada no 2° quartil da curva global de custo de negócio da indústria do alumínio no 2025, segundo o relatório CRU Aluminum Smelter Cost Model Q1 2026, por conta das suas vantagens competitivas, conforme pode ser observado abaixo:

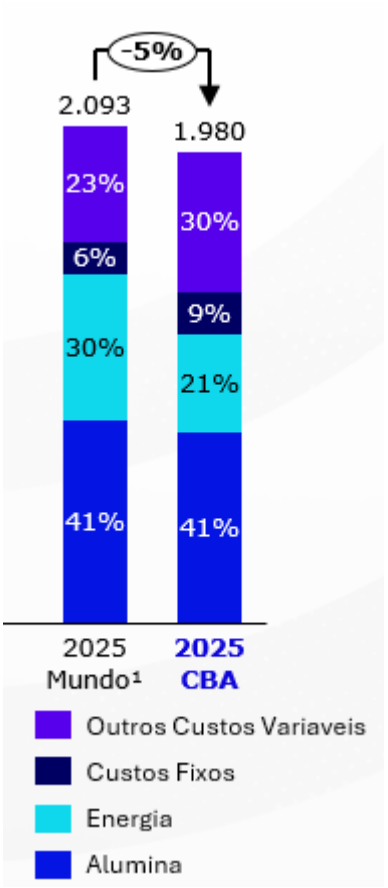
Curva de custos do negócio da indústria do alumínio (US$/Tonelada, em 2025)

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: CRU Aluminum Smelter Cost Model Q1 2026

Curva de Custos do negócio da Companhia *versus* a média da indústria (US$/Tonelada, em 2025)



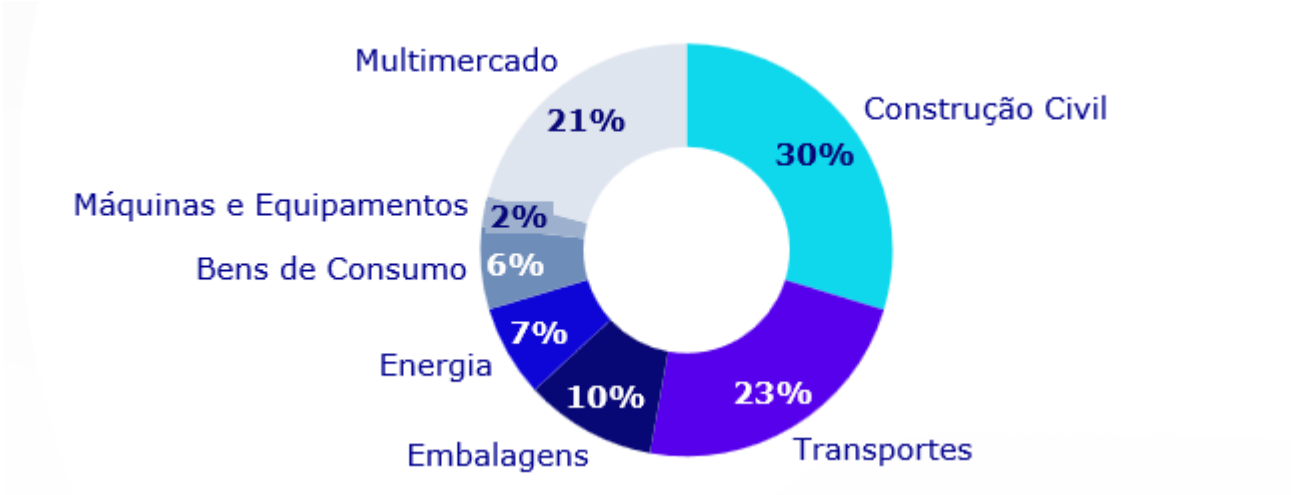
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Fonte: CRU Aluminum Smelter Cost Model Q1 2025

Líder no mercado brasileiro de alumínio

A Companhia é uma das principais empresas atuantes no setor de alumínio no mercado doméstico no Brasil, de acordo com análises a partir dados da ABAL[1], com foco estratégico nos produtos de valor agregado. Atuando principalmente nos segmentos de transportes, construção civil, embalagens, eletrificação (fios e cabos) e bens de consumo. Em 2025, esses setores apresentaram desempenho positivo, no geral, com avanços relevantes em veículos leves, motocicletas, ônibus, construção civil, bens duráveis e transmissão de energia, ainda que alguns segmentos, como implementos rodoviários, tenham sentido mais o ambiente de crédito restrito.

A atuação da Companhia em Primários e Transformados em 2025 ficou distribuída da seguinte forma (% em volume de vendas):



*Multimercado= Materiais que podem ser utilizados em mais de uma aplicação.

A Companhia, conforme constatado pela ABAL, é a única companhia integrada de alumínio do Brasil a oferecer um portfólio de produtos de alumínio completo, atuando no desenvolvimento de soluções e serviços junto aos clientes e criando relacionamentos de longo prazo. Essa posição de liderança permite que a Companhia consiga desenvolver produtos customizados para grandes clientes.

A participação de mercado da Companhia é beneficiada pela localização estratégica de suas unidades produtivas, o que a Companhia acredita gerar diferenciais competitivos importantes, como o baixo custo de servir seus principais clientes, dada a proximidade física, necessidade reduzida de estoques para a Companhia e para os clientes e atuação próxima, elevando o nível do serviço. O centro de distribuição da Companhia em Caxias do Sul (RS) também auxilia a atender um mercado consumidor importante para a Companhia: a Região Sul do Brasil. A planta de Itapissuma (PE) também possui facilidade de exportação devido a sua proximidade com o porto de Suape.

O posicionamento geográfico da principal unidade localizada em Alumínio (SP) também permite um recebimento facilitado de matérias primas, como a bauxita, com custo logístico competitivo, baixas emissões de CO2 e atividades de exportação e importação.

[1] Informações extraídas do Relatório Anual Abal 2024

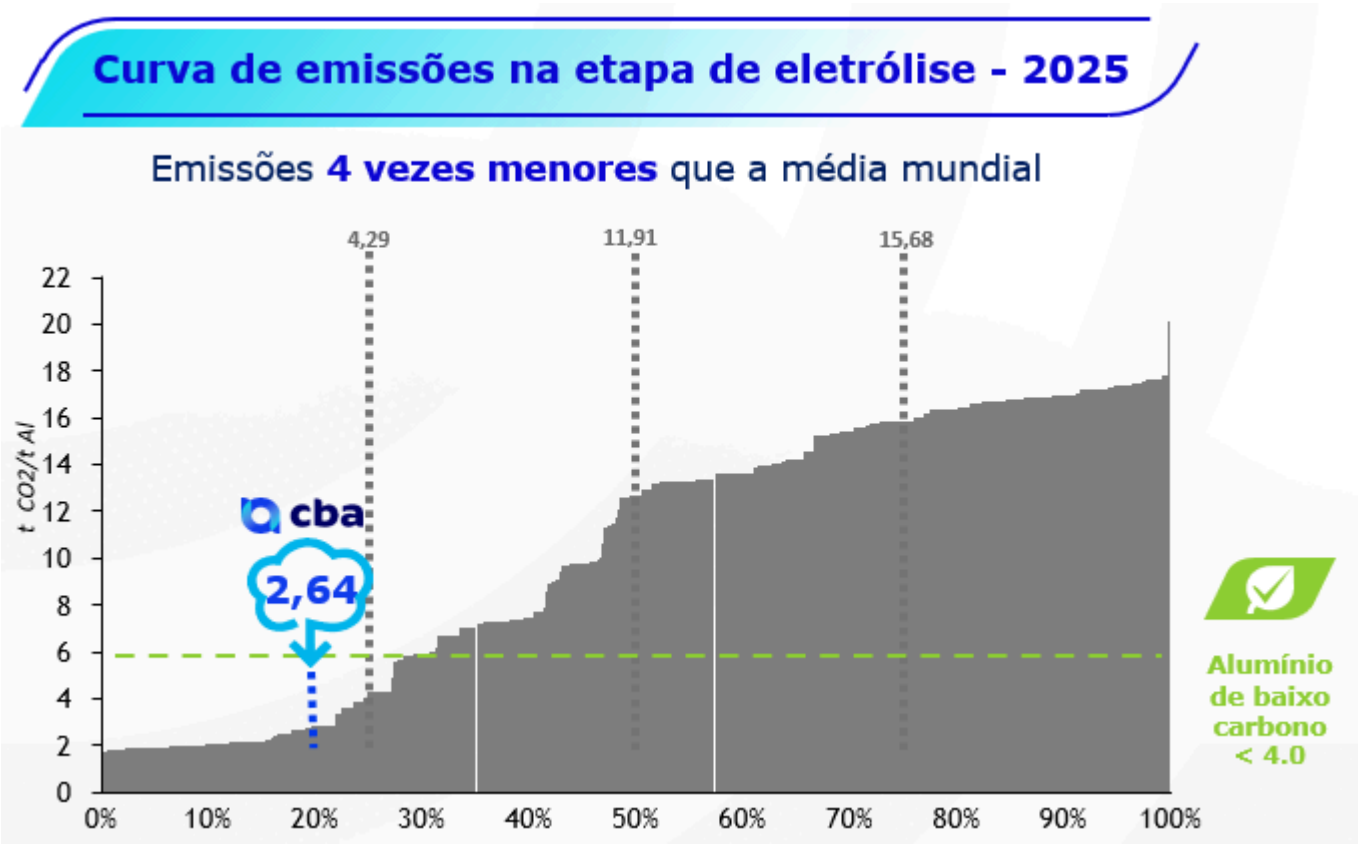
Referência na produção de alumínio de baixo carbono com práticas robustas de ESG

A Companhia, conforme dados extraídos do relatório da CRU *Aluminum Smelter Cost Model* Q4 2025, é referência na produção de alumínio de baixo carbono através de uma atuação totalmente orientada por princípios ESG. A Companhia possui a sustentabilidade intrinsicamente ligada ao seu processo produtivo e está entre os 15 maiores

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

produtores de alumínio de baixo carbono (excluindo China), com o processo de produção de alumínio líquido nas Salas Fornos posicionado no 1º quartil da curva de emissão (escopos 1 e 2), conforme dados do Relatório CRU Aluminum Smelter Cost Model Q4 2025.

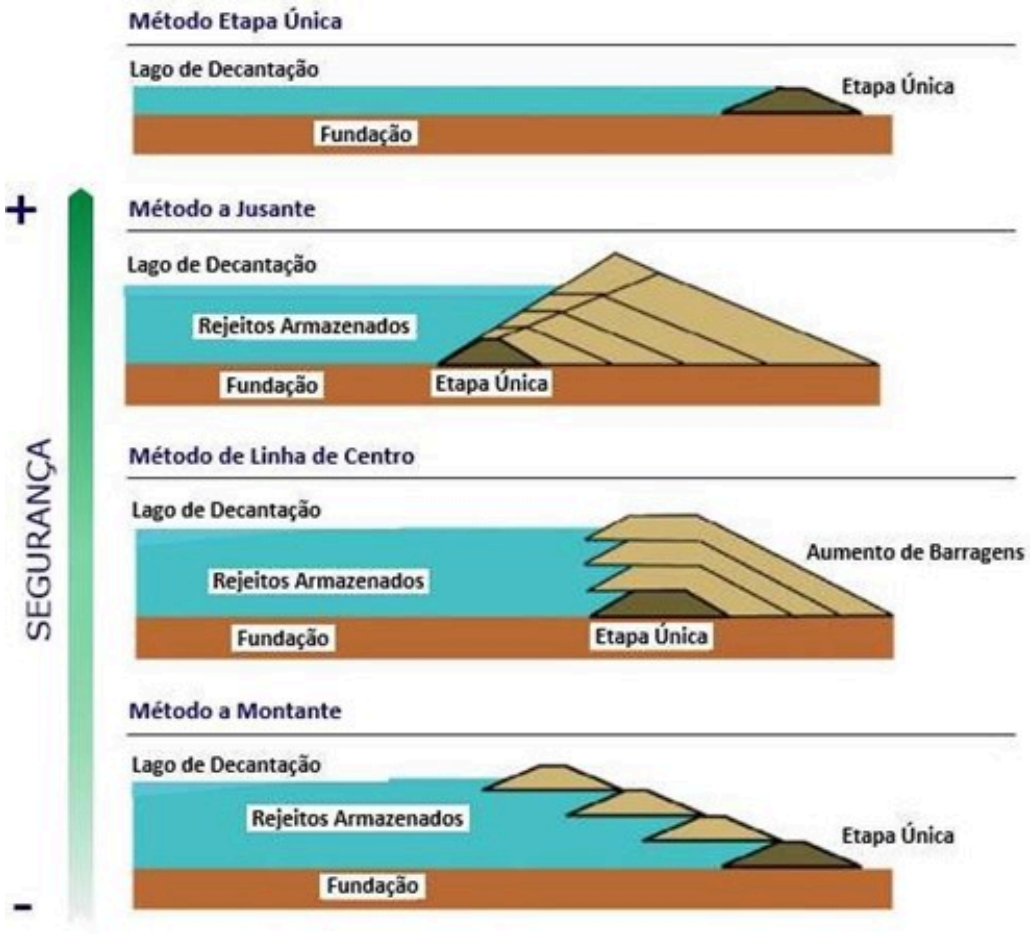
Curva de emissão da etapa de produção de alumínio líquido nas salas fornos (2025)



Fonte: CRU Aluminum Smelter Cost Model Q4 2025

Do ponto de vista de segurança de barragens, a Companhia apresenta 4 barragens de rejeito e resíduo construídas em etapa única, 1 barragem que foi alteada utilizando o método a jusante e 1 barragem alteada pelo método de linha de centro. As barragens foram construídas atendendo as normas vigentes e a boa prática de engenharia, e todas possuem baixo risco conforme a Política Nacional de Barragens. A barragem do Jacuba em Niquelândia (GO), alteada pelo método de linha de centro, já iniciou seus estudos para a realização futura de seu descomissionamento. A Barragem Palmital, de resíduos de alumínio, localizada em Alumínio-SP, com capacidade de 30 milhões de metros cúbicos, iniciou a operação com disposição do resíduo a seco através da tecnologia de filtro prensa. Essa técnica aumenta a segurança e a capacidade de armazenamento, com a redução da fração líquida do resíduo. O quadro abaixo apresenta uma visão geral dos métodos construtivos de barragens:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Barragens em etapa única	Rejeitos	Tipo	Material de construção
Mosquito	Reserva de água	Etapa Única	Solo
Miraí	Resíduos de mineração	Etapa Única	Solo
Itamarati Rejeitos	Resíduos de mineração	Etapa Única	Solo
Itamarati Água	Reserva de água	Etapa Única	Concreto
Barragem a jusante	**Rejeitos**	**Tipo**	**Material de construção**
Palmital	Resíduo Industrial	A Jusante	Rocha e solo
Barragem linha de centro	**Rejeitos**	**Tipo**	**Material de construção**
Jacuba	Resíduo Industrial	Linha de Centro	Solo

Fonte: Companhia

Todas as barragens de rejeito e resíduo são inspecionadas por empresas independentes e especializadas, ao menos duas vezes ao ano, com o objetivo de avaliar sua estabilidade e estado de conservação, conforme definido na legislação. E mensalmente cada barragem recebe uma avaliação de segurança, elaborada por especialistas externos, se definindo planos de ação para manutenção da segurança, com base nos resultados de inspeções quinzenais e dados de instrumentação geotécnica.

No âmbito social, a Companhia possui uma cultura altamente colaborativa, conseguindo atrair, reter e desenvolver funcionários ao longo do tempo, promovendo inclusão de gênero e etnia e buscando ativamente diversificar sua

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

força de trabalho e gestão. Possui, inclusive, uma prática de diversidade para o Conselho de Administração prevista na Política de Indicação da Companhia.

Na esfera de governança, a Companhia adota as melhores práticas, equivalentes às de uma companhia listada, desde 2015, com comitês e políticas de governança rígidos e bem estruturados. Possui membros independentes no Conselho de Administração e quatro comitês independentes para sua assessoria (Remuneração e Pessoas, Sustentabilidade, Auditoria e Finanças), e outras boas práticas advindas da Votorantim S.A., como gestão de risco, crédito, anticorrupção, fornecimento sustentável, segurança, antitruste, entre outras. Além disso, a listagem no Novo Mercado desde 2021 reforça o alto padrão de governança existente na Companhia.

Time de Gestão com experiência

A Companhia possui um time de gestão com uma média de 25 anos de experiência na indústria, com sólido histórico de execução de projetos dentro da Companhia e da Votorantim S.A. Os principais executivos estão há pelo menos 7 anos na Companhia ou na Votorantim S.A., com um bom conhecimento da empresa. Tais executivos foram responsáveis pela transformação da Companhia e sua cultura nos últimos anos, melhorando a competitividade e os resultados da Companhia.

Em suma, as tendências para o mercado de alumínio, aliada aos pontos fortes da Companhia, resultam em uma combinação única que fortalece sua tese de investimento.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

O modelo de negócios, que a Companhia acredita ser sustentável e integrado, tem se mostrado crucial para a solidez e resiliência de seus resultados, proporcionando flexibilidade para se ajustar a dinâmicas de mercado desafiadoras. Ao avaliar os resultados dos últimos 3 anos, pode-se observar que a Companhia conseguiu manter os volumes vendidos alterando o mix de produção para produtos de menor valor agregado. Essa vantagem é dada pela sua integração.

As tabelas abaixo destacam as informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	**2025**	**2024**	**2023**
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	8.788.797	8.173.649	7.348.067
Lucro Bruto	741.614	859.589	75.759
EBITDA[1]	1.337.042	1.303.103	-315.629
Margem EBITDA[2]	15,21%	15,94%	-5,20%
EBITDA Ajustado[3]	1.110.744	1.380.303	306.611
Margem EBITDA Ajustado[4]	12,64%	16.89%	4,17%
Dívida Líquida[5]	3.298.522	3.913.400	2.360.896
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	229.854	-72.889	-809.529

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Vendas de alumínio (t)	498.846	502.235	456.639

[1]EBITDA: O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido do exercício ou trimestre, acrescido do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, do resultado financeiro líquido e da depreciação e amortização. Para mais informações sobre o EBITDA, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.
[2]Margem EBITDA: A Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia. Para mais informações sobre a Margem EBITDA, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.
[3]EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado é calculado a partir do lucro líquido mais/menos resultado financeiro líquido, mais imposto de renda e contribuição social, mais depreciação e amortização, menos a equivalência patrimonial, mais dividendos recebidos de investidas e menos itens não caixa excepcionais (itens não caixa considerados pela Administração como excepcionais, são excluídos da medição do EBITDA ajustado), de acordo com a Instrução CVM n° 156, de 23 de junho de 2022. Para mais informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.
[4]Margem EBITDA Ajustado: A Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia. Para mais informações sobre a Margem EBITDA Ajustado, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.
[5]Dívida Líquida: A Dívida Líquida é a resultante do somatório da Dívida Bruta (resultante do somatório dos Empréstimos, financiamentos e arrendamentos demonstrados no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante da Companhia), e os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos reduzidos pela posição de Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras.

ESTRATÉGIA

A Companhia tem como principais pilares de sua estratégia:

(i) Maximizar o valor da CBA, com crescimento balanceado entre risco e retorno.

(ii) Fortalecer e aprimorar os diferenciais competitivos, garantindo resiliência e longevidade à CBA.

(iii) Produzir alumínio com impacto positivo, engajando toda a cadeia na construção de um futuro mais próspero e sustentável.

(iv) Inovar, digitalizar e nutrir parcerias para transformar a CBA.

O portfólio de projetos da Companhia, detalhado acima neste item, para atender aos objetivos estratégicos é robusto e com nível de maturidade de desenvolvimento avançado. Além disso, para a maior parte dos projetos, o risco de execução é baixo, uma vez que são investimentos nos próprios ativos.

OUTRAS OPORTUNIDADES

Como prática recorrente, a Companhia monitora oportunidades de M&A e outras alternativas de crescimento orgânico em toda a cadeia de valor do alumínio, com alocação de capital disciplinada e princípios ESG. Sobre M&A, o foco da Companhia nesse momento está em aquisições de menor porte, possivelmente voltadas para a reciclagem.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

Alumínio

Envolve as operações da cadeia produtiva do Alumínio, desde a bauxita até a produção de produtos transformados, incluindo também a produção de energia elétrica consumida nas operações, reciclagem, Legado das Águas e outros. As atividades desse segmento podem ser divididas em:

Primários:

Considera as famílias de produto da fase inicial de produção (lingote, alumínio líquido e produtos de valor agregado – tarugo, vergalhão e lingote liga). Todos esses produtos são fabricados na unidade de Alumínio-SP.

O lingote é o formato físico básico de comercialização de alumínio. Os clientes utilizam esse produto como matéria-prima em indústrias de fundição, laminação e desoxidação. A Companhia produz lingote P1020 com 99,7% de pureza de alumínio e lingote P1010 com 99,8% de pureza. O lingote liga possui a mesma forma física que o lingote comum. A principal diferença é que são adicionados elementos de liga, mais especificamente o silício, para atendimento da indústria de rodas.

Transformados e soluções customizadas:

Considera os produtos da família de transformados: folhas, chapas e extrudados (todos de alto valor agregado). A Companhia produz todo o seu portfólio nas unidades de Alumínio-SP e Itapissuma-PE, além de dois centros de soluções e serviços.

A matéria prima utilizada no processo de fabricação de chapas ou folhas são: (i) bobinas caster, proveniente do vazamento do metal líquido das salas fornos e fusão de sucata nos equipamentos “Casters”, que solidificam este metal e os transformam em rolos que serão posteriormente laminados a frio. (ii) Placas fundidas, proveniente do vazamento do metal líquido das salas fornos e fusão de sucata vazadas no formato de placas que serão laminadas a quente e posteriormente utilizadas como matéria prima na laminação à frio. Todos os produtos laminados (chapas e folhas) utilizam matéria prima proveniente de um destes dois processos e posteriormente laminados até a espessura final desejada.

No caso de chapas, espessuras até 2000mm e folhas até 6,3 micra. As chapas podem ser utilizadas em diversos segmentos e aplicações industriais, trazendo leveza, resistência e versatilidade aos produtos, como por exemplo: (i) Transportes (Laterais de furgões e ônibus, frisos e defletores automotivos, utensílios domésticos, refrigeração, revestimentos, entre outros. (ii) Construção Civil (revestimento de fachadas e aplicações em sinalização comercial), Bens de Consumo, Máquinas e Equipamentos, entre outros segmentos.

As folhas são especialmente utilizadas pela indústria de embalagens, tampas e membranas, trazendo praticidade, resistência e proteção para alimentos e produtos farmacêuticos, por exemplo, as embalagens longa vida para leite e sucos, embalagens flexíveis como, por exemplo, stand-up pouches, os rolinhos de alumínio comumente utilizados nas residências, além das embalagens e bandejas descartáveis. São também utilizadas em trocadores de calor, aplicações em veículos, refrigeração e sistemas de ar-condicionado.

Na Unidade de Alumínio, além da fabricação de folhas e chapas, também são fabricados produtos extrudados. Parte dos tarugos produzidos em Primários é consumida internamente para fabricação de perfis extrudados, os quais se destacam pela alta resistência estrutural e à corrosão, leveza e versatilidade. Os principais usos estão no segmento na construção civil, para fabricação de janelas, portas, entre outros e no segmento de transportes, aplicação na fabricação de chassi, perfis para reforço de portas e colunas dos veículos entre outros.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Soluções e serviços: produção de itens customizados para clientes, como peças e componentes.

Reciclagem:

A Companhia considera as atividades das plantas das controladas Metalex (Araçariguama-SP) e Alux (Nova Odessa-SP), além do tolling – serviço de conversão de sucata em produto acabado – realizado na planta de Alumínio-SP.

A Metalex comercializa tarugos tanto por tolling quanto por venda direta. Para diluir contaminantes da sucata, adquire lingote P1020, que é fundido junto à sucata para produzir tarugos. O tolling também ocorre para um pequeno volume de chapas, e, em alguns casos, envolve a importação de sucata para comercialização.

A Alux do Brasil produz ligas de alumínio a partir de sucata, fornecendo o material no formato líquido ou lingote, conforme especificações dos clientes.

Durante a fabricação, a Companhia gera sucata, a maior parte reaproveitada internamente, com um pequeno excedente destinado à reciclagem. A fusão da sucata gera borra de alumínio, um subproduto com teor de alumínio entre 20-35%.

Por fim, o subsegmento Reciclagem compra lingote do subsegmento Primários, e essa transação será eliminada no resultado consolidado do segmento Alumínio.

Outros:

Considera atividades de *trading* de lingote, trading do *offtake* de alumina da Companhia na Alunorte (até novembro/2024), vendas de bauxita, alumina e beneficiamento.

As vendas de alumina, hidrato e bauxita refletem o excedente da cadeia produtiva da Companhia, mais especificamente da Unidade de Alumínio. Bauxita e alumina são matéria prima para produção de alumínio. A intenção da Companhia sempre é consumir a bauxita e a alumina produzidas.

Quanto ao *offtake*, a Companhia informa que, em 08 de maio de 2024, exerceu seu direito de preferência na aquisição de novas ações subscritas pela sua investida Alunorte – Alumina do Norte S.A., proporcional a sua participação. O valor do aumento de capital foi no montante de R$9.103, mantendo sua participação total na coligada em 3,03%, refletindo também no percentual de retirada de alumina.

Ainda quanto ao tema, em 02 de dezembro de 2024, foi concluída a venda da participação minoritária integral da Companhia na Alunorte de 3,03%. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da CBA nos termos do Estatuto Social da Companhia. O valor da venda foi de R$236.843 com um ganho de R$126.131 reconhecido na rubrica “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 8), e está alinhada à estratégia da CBA de focar no *core business* do negócio alumínio, uma vez que a Companhia é autossuficiente em alumina. Com a conclusão da operação, a CBA deixou de ter direito ao percentual de produção de alumina correspondente à sua participação acionária na Alunorte. Por fim, a Companhia executa a atividade de *trading* de lingote, importando esse produto e abastecendo o mercado local.

Energia

Envolve a comercialização da energia elétrica excedente para o mercado. A receita *intercompany* desse segmento para com o segmento Alumínio é eliminada.

O balanço de energia da Companhia é composto da seguinte forma:

Energia de Autoprodução + Contratos de Compra - Consumo = Venda de excedente.

O consumo de energia para produção de alumínio é alocado no segmento de Alumínio. Toda a operação de venda é alocada no segmento de energia e pode ser dividida entre:

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Vendas externas: energia comercializada com o mercado;

b) Vendas internas: vendas da subsidiária CBA Energia Participações S.A. para a Companhia. A CBA Energia Participações S.A. é uma holding cuja participação acionária da Companhia é de 33%. A energia produzida por essa holding é repassada a preço de contrato para a Companhia. No resultado consolidado entre os três segmentos, a receita e o custo desta operação são eliminados.

A Companhia planeja o portfólio de recursos de energia elétrica com base nas necessidades energéticas atuais e futuras que possui para viabilizar suas operações e projetos em desenvolvimento, visando reduzir custos e minimizar eventuais riscos no fornecimento de energia. Para isso, realiza o monitoramento dos preços de energia e condições de mercado, além de realizar análises recorrentes de *trade-offs* para assegurar melhores tomadas de decisão.

Atualmente, a Companhia é detentora (diretamente ou por meio das sociedades em que detém participação acionária) das seguintes concessões de usinas operacionais de geração de energia elétrica para fins de autoprodução (APE) ou produção independente de energia (PIE):

Usina	Contrato de Concessão	Regime de Exploração	Potência Instalada	Participação CBA	Share CBA	Vigência da Concessão[1]
UHE França	304/1998	APE	29,50MW	100%	29,50MW	Junho/2046 (prorrogação deferida pelo MME, pendente assinatura do termo aditivo)
UHE Fumaça	304/1998	APE	36,40MW	100%	36,40MW	Junho/2046 (prorrogação deferida pelo MME, pendente assinatura do termo aditivo)
UHE Barra	304/1998	APE	40,40MW	100%	40,40MW	Junho/2046 (prorrogação deferida pelo MME, pendente assinatura do termo aditivo)
UHE Porto Raso	304/1998	APE	28,40MW	100%	28,40MW	Junho/2046 (prorrogação deferida pelo MME, pendente assinatura do termo aditivo)

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

UHE Alecrim	304/1998	APE	72,00MW	100%	72,00MW	Junho/2016 (prorrogação indeferida pelo MME, pendente análise do Recurso Administrativo)
UHE Serraria	304/1998	APE	24,00MW	100%	24,00MW	Junho/2046 (prorrogação deferida pelo MME, pendente assinatura do termo aditivo)
UHE Salto do Iporanga	005/2002	APE	36,87MW	100%	36,87MW	Novembro/2021 (prorrogação indeferida pelo MME, Usina deve ser relicitada)
UHE Machadinho[2]	009/1997	APE	1.140,00MW	29,2%	333,2MW	Out/2035
UHE Campos Novos[3]	43/2000	PIE	880,00MW	25,4%	223,8MW	Jan/2039
UHE Barra Grande	036/2001	PIE	690,00MW	15%	103,5MW	Mar/2041
UHE Salto Pilão[4]	015/2002	PIE	191,89MW	60%	115,1MW	Jan/2042
UHE Salto do Rio Verdinho	091/2002	PIE	93,00MW	100%	93,0MW	Dez/2044

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

UHE Ourinhos	51/2000	PIE	44,10MW	100%	44,10MW	Nov/2040
UHE Itupararanga	08/2004	APE	55,00MW	100%	55,00MW	Fevereiro/2024 (A ANEEL recomendou pelo indeferimento do pleito de prorrogação ao MME. Usina deve ser relicitada)
UHE Sobragi	201/1998	APE	60,0MW	100%	60,0MW	Janeiro/2025 (A ANEEL recomendou pelo indeferimento do pleito de prorrogação ao MME. Está em análise pelo MME a prorrogação nos termos da Lei 15.269/2025)
UHE Canoas I	183/1998	APE	82,50MW	50,3%	41,5MW	Ago/2037
UHE Canoas II	183/1998	APE	72,00MW	50,3%	36,2MW	Jul/2037
UHE Piraju	303/1998	APE	80,00MW	100%	80,00MW	Nov/2038

Os prazos de vigência das concessões listadas acima representam os vencimentos atuais dos contratos. É importante salientar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) efetuou, a pedido da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o cálculo do tempo estimado de extensão da outorga das usinas detidas pela Companhia, em função da repactuação do *Generation Scalling Factor* (GSF).

O cálculo efetuado pela CCEE sobre a extensão do prazo das concessões resultou nos seguintes prazos de prorrogação às concessões, conforme Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021, 2.932/2021 e 3.439/2025 da ANEEL: (i) UHE Machadinho: até 11.10.2035; (ii) UHE Campos Novos: até 08.01.2039; (iii) UHE Barra Grande: até 09.03.2041; (iv) UHE Salto do Pilão: até 25.01.2042; (v): UHE Sobragi: até 24.01.2025; (vi) UHE Piraju: até 04.11.2038, (vii) UHE Ourinhos: até 12.11.2040; (viii) UHE Salto do Rio Verdinho: até 15.12.2044; (ix) Canoas I: até 01.08.2037; e (x) Canoas II: até 29.07.2037.

A Companhia também é detentora (diretamente ou por meio das sociedades em que detém participação acionária) dos seguintes aproveitamentos para exploração de centrais geradoras eólicas e centrais geradoras hidrelétricas:

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Usina	Outorga /Registro	Regime de Exploração	Potência Instalada	Participação CBA	Share CBA	Vigência da concessão
Santa Helena	CGH.PH.SP.026710-4.03	CGH	2,24MW	100%	2,24MW	Prazo indeterminado
Votorantim	CGH.PH.SP.003048-1.03	CGH	3,00MW	100%	3,00MW	Prazo indeterminado
Ventos de São Crispim I	Resolução nº 9425/2020	PIE	46,20MW	Participação indireta por meio da Ventos Santo Anselmo	46,20MW	Nov/2055
Ventos de Santo Alderico	Resolução nº 9427/2020	PIE	39,60MW	Participação indireta por meio da Ventos Santo Anselmo	37,80MW	Nov/2055
Ventos de Santo Antero	Resolução nº 9428/2020	PIE	48,40MW	Participação indireta por meio da Ventos Santo Anselmo	46,20MW	Nov/2055
Ventos de Santo Apolinário	Resolução nº 9431/2020	PIE	35,20MW	Participação indireta por meio da sua controlada CBA Itapissuma	33,60MW	Nov/2055
Ventos de Santa Tarsila	Portaria MME nº 572/2021	PIE	63,00MW	Participação indireta por meio da TGR SUBHOLDING 3 S.A.	61,74MW	Dez/56
Ventos de Santa Flavia	Portaria MME nº 577/2021	PIE	63,00MW	Participação indireta por meio da TGR SUBHOLDING 3 S.A.	61,74MW	Dez/56
Ventos de Santa Priscila	Portaria MME nº 583/2021	PIE	58,50MW	Participação indireta por meio da TGR SUBHOLDING 3 S.A.	57,33MW	Dez/56

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Salienta-se que, para as concessões via participação indireta indicadas acima, a Companhia ou sua subsidiárias (conforme o caso) possuem contratos de compra e venda de energia elétrica com as empresas exploradoras, cujos prazos de vigência não necessariamente coincidem com os prazos de vigência da concessão.

Outros: Considera o Legado Verdes do Cerrado, reserva de desenvolvimento sustentável e a unidade do Níquel com atividades suspensas, detida pela Companhia por meio da Mineração Macedo, ambas localizadas em Niquelândia (Goiás).

O negócio Níquel da Companhia contempla a planta industrial de Niquelândia (Mineração Macedo), esta unidade foi colocada em *care&maintenance* em fevereiro de 2016 por fatores de mercado.

O Legado Verdes do Cerrado tem como foco a preservação ambiental, sendo uma pequena área destinada à produção agrícola e florestal: plantio de eucalipto, cultivo de soja, pastagens, entre outras atividades agrícolas. Parte da área foi arrendada para fazendeiros locais.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Exercício social findo em 31 de Dezembro de		2025		2024		2023
(em R$ milhões, exceto %)	**% do total**	**R$**	**% do total**	**R$**	**% do total**	**R$**
Receita líquida Alumínio	95,4%	8.382,9	97,1%	7.939,1	94,7%	6.956,3
Receita líquida Energia	5,5%	487,2	3,8%	310,9	7,3%	534,4
Receita líquida Outros	0,3%	24,5	0,2%	20,1	0,2%	17,5
Eliminação (Intercompany)	(1,2%)	(105,8)	(1,2%)	(96,5)	(2,2%)	(164,2)
Receita líquida Total	**100%**	**8.788,8**	**100%**	**8.173,6**	**100,0%**	**7.348,1**

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Exercício social findo em 31 de Dezembro de	**2025**		**2024**		**2023**	
(em R$ mm, exceto %)	**R$**	**% do total**	**R$**	**% do total**	**R$**	**% do total**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**229**	**100%**	**(73)**	**100%**	**(810)**	**100%**

[1] Sobre vigência da concessão, verificar o fator de risco “Não há como garantir se, e em que condições, as concessões atuais da Companhia e das suas controladas para geração de energia elétrica serão renovadas. O indeferimento de pedido de primeira prorrogação de determinadas concessões pode afetar a Companhia adversamente” indicado na Seção 4 deste Formulário de Referência.
[2] A concessão da UHE Machadinho foi outorgada ao consórcio do qual a Companhia faz parte. Dessa forma, o aproveitamento pela CBA da energia elétrica gerada pela usina para fins de autoprodução, não é equivalente ao montante da potência instalada total da usina.
[3] A concessão da UHE Campos Novos foi outorgada ao consórcio do qual a Companhia faz parte.
[4] A concessão da UHE Salto Pilão foi outorgada ao consórcio do qual a Companhia faz parte.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

O processo produtivo da Companhia se inicia com a mineração de bauxita. Atualmente, a bauxita que chega na fábrica de Alumínio vem de 3 minerações: (a) Barro Alto (GO); (b) Miraí (MG) e; (c) Poços de Caldas. A capacidade total das 3 minerações é de 3Mtpa.

a. Barro Alto: atividade de mineração na sua unidade é terceirizada. A Companhia possui duas modalidades de contrato com o terceiro, sendo dois instrumentos de serviços para mineração e beneficiamento de minério próprio, e outro instrumento de compra e venda de bauxita. Esse contrato tem validade até 2028. A bauxita produzida e/ou comprada do terceiro é transportada por caminhões até a região de Brasília, onde embarca no modal ferroviário e segue para a fábrica em Alumínio-SP.

b.Poços de Caldas: atividade de mineração própria e a bauxita é transportada por modal ferroviário até a fábrica em Alumínio-SP.

c.Miraí: atividade de mineração própria. Nessa unidade, há uma planta industrial de beneficiamento e lavagem da bauxita. A bauxita segue por transporte rodoviário até o pátio de transbordo, em Barão de Angra-RJ e, em seguida, é embarcada no modal ferroviário até a fábrica de Alumínio-SP.

A fábrica de Alumínio é totalmente integrada, começando o seu processo com o recebimento da bauxita e acabando na produção dos produtos transformados.

1) Conversão da Bauxita em Alumina: a primeira etapa é a conversão da bauxita em alumina, na refinaria. A cada 2,80t de bauxita, produzimos aproximadamente 1t de alumina. Nessa fase podem ser produzidos hidrato de alumínio ou óxido de alumínio em excesso e comercializados com o mercado. A refinaria da Companhia, localizada em Alumínio/SP, tem capacidade de produzir até 800ktpa, dependendo do mix de bauxita.

2) Conversão da Alumina em Alumínio: a segunda etapa é a conversão da alumina em alumínio (smelter), através da tecnologia Soderberg. A capacidade de produção de 2025 foi de 376ktpa de metal. É nessa etapa da cadeia que ocorre o grande consumo de energia elétrica. Para isso, a Companhia possui 21 usinas hidrelétricas e três parques eólicos, com capacidade de gerar aproximadamente 1,8GW que, considerando o fator de geração resultam em aproximadamente 760MW. Para cada tonelada de alumínio produzida, são necessários aproximadamente 16MWh.

O complexo de Usinas denominado Juquiá está ligado diretamente à planta localizada em Alumínio, sem ligação com o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Toda a energia consumida pelo smelter que vem a custo é parte integrante do segmento de alumínio, divulgado nas demonstrações financeiras.

3) Fundição: a terceira etapa é a fundição. Nessa fase do processo, o metal líquido (vindo do smelter) pode ser fundido e solidificado ou adicionado metal do processo de fusão de sucata, podendo essa sucata ser da geração interna, ou seja, do próprio processo de fundição ou vinda de compra externa e também adição de ligas especiais. A fundição desses insumos se transformam em diversos produtos, podendo ser lingotes, tarugos, vergalhões, bobinas casters e placas. A fundição tem capacidade de 700 ktpa (sucata, ligas especiais e metal líquido) e não opera no seu limite. Há flexibilidade dos ativos para que se possa sempre adequar a produção às demandas do mercado. O objetivo sempre é encontrar o melhor mix de produtos de forma a aumentar a rentabilidade, geralmente com aumento de vendas de produto de maior valor agregado.

O processo de fundição ocorre tanto na unidade da CBA Alumínio (Alumínio-SP), quanto nas investidas: Metalex Ltda. (Araçariguama-SP), Alux do Brasil (Nova Odessa-SP) e CBA Itapissuma (Itapissuma-PE).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Metalex, é uma empresa dedicada à atividade de reciclagem. Com uma capacidade aproximada de 90ktpa de produção de tarugos, seu processo produtivo começa na fusão de sucata e lingote, que é transformado em metal líquido e posteriormente feito o processo de fundição.

Adicionalmente, a Companhia possui outra planta de reciclagem, a Alux do Brasil. A planta produz ligas secundárias, atuando em setores como automotivo, construção civil e utensílios domésticos. A Alux é um dos principais fornecedores de alumínio secundário do país, com capacidade instalada de 46 mil toneladas por ano. O processo produtivo consiste em fusão de sucata, que é transformada em metal.

4) Transformação - A quarta e última etapa da produção é a transformação. Os produtos da fundição são convertidos em chapas, folhas e extrudados, sendo que bobinas casters ou bobinas provenientes do processo de laminação à quente são usadas para produtos laminados – chapa, folha e tarugos como matéria-prima para a extrusão. As capacidades de produção de transformados variam de acordo com o mix de produtos. Assim como na fundição, aqui há uma flexibilidade operacional de acordo com a condição do mercado.

O objetivo é sempre otimizar o mix de forma a maximizar a rentabilidade.

A CBA Itapissuma é uma planta de produção de folhas e chapas. O processo produtivo consiste em fusão de sucata e lingote, que é transformado em metal líquido e posteriormente feito o processo de fundição para fabricação de chapas casters. Assim como em Alumínio, a capacidade varia dependendo do mix dos produtos. Mas nominalmente, Itapissuma tem uma capacidade de 30ktpa de folhas e 20ktpa de chapas.

(b) características do processo de distribuição

As vendas são realizadas exclusivamente por força de vendas própria da Companhia. A operação é feita através de vendas diretas. Para os produtos do segmento de primários, aproximadamente 80% das vendas são feitas para os clientes finais e 20% negociadas com traders.

Para os produtos do subsegmento de transformados, há um volume importante com distribuidores independentes.

(c) características dos mercados de atuação Visão Geral da Indústria de Alumínio

I.PROPRIEDADES DO ALUMÍNIO

Suas principais propriedades incluem leveza, versatilidade, resistência à corrosão, baixa densidade, alta condutividade, flexibilidade, alta proporção de força para o peso e alta resistência à fratura. Devido a essas propriedades, o alumínio é um dos materiais mais econômicos e estruturalmente eficazes utilizado nas mais diversas aplicações e indústrias. Sua resistência à corrosão vem da exposição ao ar, que ao ser exposto, forma-se quase que instantaneamente uma camada de óxido de alumínio na sua superfície.

A condutividade térmica do alumínio é muito boa, cerca de três vezes maior que a do aço, tornando-o um material importante para aplicações que exigem troca de calor. Essa qualidade adicionada ao fato de ser um material não-tóxico corrobora no amplo leque de utilizações, como exemplo, o elevado uso nos utensílios de cozinha. Em paralelo, o alumínio tem uma baixa densidade - em torno de um terço do aço ou cobre – tornando-o um dos metais mais leves comercialmente disponíveis. Adicionado a sua condutividade elétrica elevada, que permite ser utilizado como um condutor elétrico.

Em suma, as características do alumínio o definem como um dos metais mais versáteis e utilizados no mundo, englobando desde o dia a dia dos consumidores (aparelhos eletroeletrônicos, utensílios de cozinha, janelas, etc) até as aplicações industriais mais sofisticadas (aeroespacial, energia, transporte, entre outros).

II.CADEIA DE VALOR DO ALUMÍNIO

O processo produtivo do alumínio necessita de uma elevada quantidade de energia elétrica, desde a extração até sua transformação em alumínio primário / transformado. Em face à evolução das tecnologias, esse processo foi aperfeiçoado: em 1940, a indústria consumia cerca de 24.000 kWh/t por tonelada alumínio produzido e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

atualmente, esse valor está no patamar de 13.000 kWh/t. Apesar dessa evolução, a produção de alumínio é ainda o processo que mais consome energia frente aos demais metais. Assim, uma das vantagens competitivas à indústria de alumínio é ter sua planta industrial integrada com fontes de energias, como hidrelétricas, minas de carvão, dentre outros. A imagem abaixo mostra todas as fases da cadeia de valor do alumínio, desde a mineração até a transformação em alumínio primário e/ transformado.

DIAGRAMA DA CADEIA PRODUTIVA DO ALUMÍNIO



Fonte: CBA

1. MINERAÇÃO

A primeira etapa do processo é a extração da bauxita. Segundo o anuário da Associação Brasileira do Alumínio (“ABAL”) de 2024, em termos de reservas totais de bauxita, o Brasil é quinto maior player mundial, com reservas totais de 2.700 milhões de toneladas métricas, o que representa aproximadamente 9,3% das reservas globais. O maior player é a Guiné com aproximadamente 25,5% (7.400 milhões de toneladas), seguida da Austrália com 12,1% (3.500 milhões de toneladas),Vietnã com 10,7% (3.100 milhões de toneladas) e Indonésia com aproximadamente 9,7% (2.800 milhões de toneladas)

2. REFINARIA DE ALUMINA

Na refinaria, a primeira etapa de produção é a extração do óxido de alumínio (alumina) da bauxita. Isso ocorre por meio de reações químicas com soluções alcalinas associadas a altas pressões e temperaturas, percorrendo assim as etapas de decantação, filtragem, precipitação e calcinação para se transformar em alumina, conforme o processo Bayer.

Esse processo requer uso de energia, pois é necessário atingir altas temperaturas tanto na mistura inicial da bauxita com soda caustica, até o fim do processo.

3. SALAS FORNOS (“SMELTING”)

A alumina é levada aos fornos, onde se adiciona pasta anódica, composta por piche e coque, e é transformada em alumínio líquido, que posteriormente é transportado até as áreas da fundição.

Nesta etapa, a energia é utilizada novamente para gerar grandes temperaturas nos fornos, contudo, o processo é diferente. No processo de Hall-Héroult, o alumínio metálico é produzido, em escala comercial, por meio de eletrólise da alumina obtida pelo processo de Bayer. O processo eletroquímico utilizado na obtenção desse metal consiste na eletrólise da alumina dissolvida em criolita fundida a cerca de 1.010°C, com baixas concentrações de aditivos não decompostos. Por isso, esta é a fase que consome grandes quantidades de energia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

4. FUNDIÇÃO

O alumínio líquido abastece os fornos da fundição, nos quais são também adicionadas anteligas e sucatas. Em seguida, o produto é moldado em formato de lingotes, tarugos, placas, rolos caster ou vergalhões. O processo requer altas temperaturas nos fornos e, por consequência o consumo de energia também é relevante. Assim, o alumínio primário é originado nas fábricas.

5. TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA

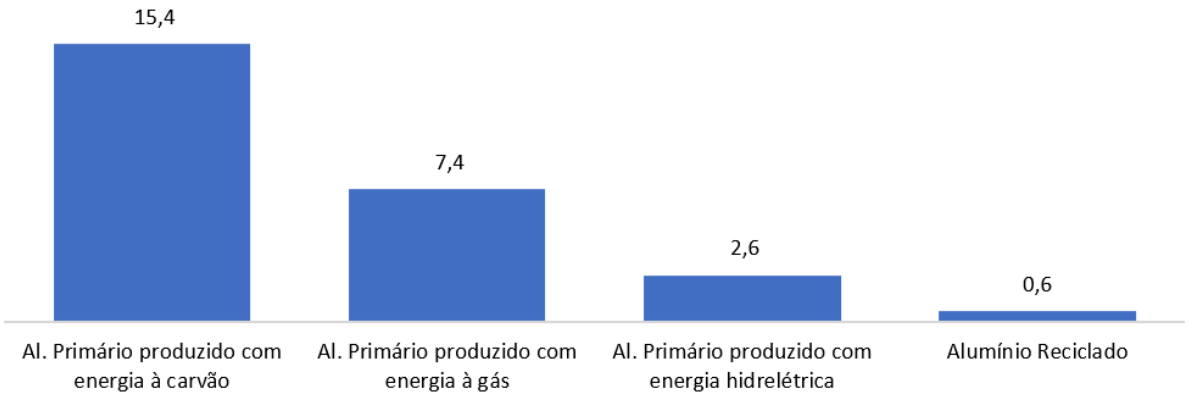
Nessa etapa, para aumentar o valor agregado dos produtos, o alumínio primário é modificado para alumínio transformado por meio de laminação e extrusão, resultando em produtos como folhas, chapas, extrudados, entre outros.

6. RECICLAGEM

Outro fator importante na cadeia do alumínio é a reciclagem, que está diretamente relacionada à energia gasta para a produção do alumínio a partir de bauxita. Por meio da reciclagem é possível economizar até 95% da energia necessária para produzir o alumínio primário, quando comparada com a energia utilizada para produção desde a bauxita. O metal coletado é limpo, triturado e derretido em fornos enquanto é misturado com novo alumínio. Dessa forma, economiza-se a energia utilizada nos processos de mineração, refino e smelting.

Somente é necessária que se obtenha a energia para a nova fundição do material reciclado que será vendido como alumínio primário ou transformado. Além disso, como consequência do menor consumo de energia, as emissões de gás carbônico na produção de alumínio reciclado estão abaixo de 1 tonelada de gás carbônico por tonelada (“tCO2/t”) de alumínio, sendo que a média global de emissões de gás carbônico para produção de alumínio primário é de 12,6 tCO2/t de alumínio.

EMISSÕES (TON CO2/TON ALUMINIO) - ESCOPO 1 E 2



Fonte: CRU Smelter Cost Model Q4 e Wood Mackenzie

O alumínio pode ser reciclado continuamente, sem degradar as propriedades do material. Atualmente, cerca de 75% do alumínio produzido até hoje continua em uso no mundo, segundo dados do IAI (International Aluminum Institute). Espera-se um fortalecimento da reciclagem, dado que a prática é um caminho para a descarbonização indústria.

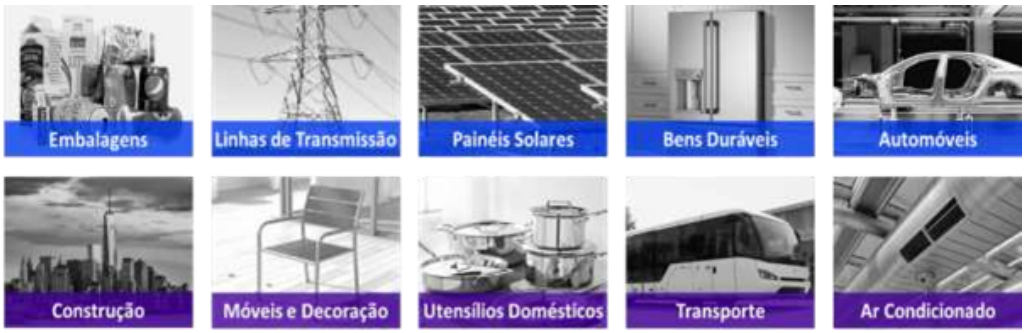
Segundo dados da ABAL, o Brasil é referência na reciclagem de latas de alumínio. Nos últimos dez anos, o Brasil atingiu índices de reciclagem sempre superiores a 96%. Em 2022, o Brasil reciclou 100% das latas de alumínio para bebidas comercializadas, correspondentes a 390 mil toneladas.

iii.Balanço Produção Versus Consumo e Preço do Alumínio

Produção e Consumo do Alumínio Globalmente

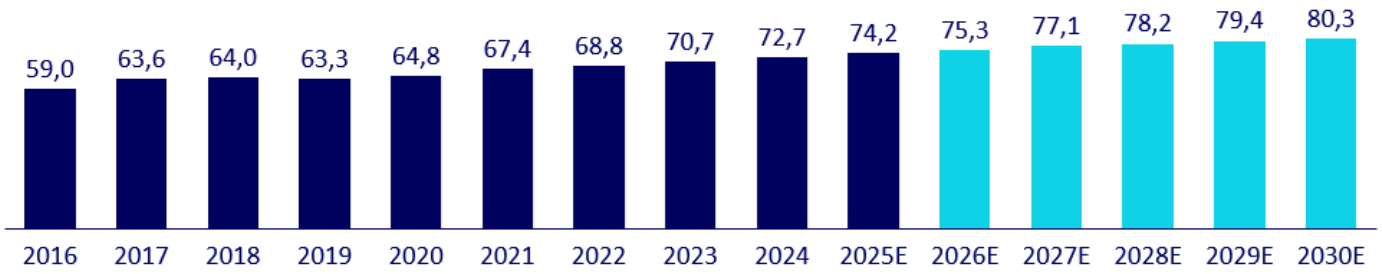
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O alumínio é um dos produtos químicos mais utilizados no mundo, principalmente devido à sua leveza, alta condutividade, reciclabilidade, força, resistência à corrosão e flexibilidade. O alumínio está presente nas principais indústrias de transporte, construção, elétrica, embalagens e bens de consumo. O consumo de alumínio ocupa o segundo lugar entre todos os metais e é ultrapassado apenas pelo aço. Inclusive, o alumínio é cada vez mais utilizado como substituto de outros materiais, particularmente do ferro e do aço, na construção e em veículos. Por ser um metal mais leve, o alumínio possui uma vantagem na indústria automotiva na redução do consumo de combustível e ampliação da carga útil de diversos veículos. O alumínio também é comumente utilizado em embalagens para alimentos e bebidas devido à reciclabilidade e propriedades que ampliam o *shelf life* do produto. Sua baixa densidade e menor custo por unidade de condutância, em comparação com o cobre, também o tornam preferível para algumas linhas de transmissão de energia, especialmente em longa e média distância. Os principais mercados em que o alumínio está presente são apresentados abaixo.



Em 2025, segundo a CRU Aluminum Market Outlook January 2026, a produção de alumínio primário cresceu 2,0% em relação a 2024, atingindo 74.164 kt. A China é o principal player na produção do metal, com 43.875 kt produzidas em 2025, o que correspondeu a mais da metade do volume global. Contudo, vale ressaltar que no cenário de curto prazo, a expectativa de produção de alumínio primário ainda apresenta desafios relevantes, como o impacto dos desdobramentos do maior custo de produção e pipeline reduzido de projetos para os próximos anos..

Produção Global de Alumínio Primário (milhões de toneladas)



Fonte: CRU Aluminum Market Outlook January 2026

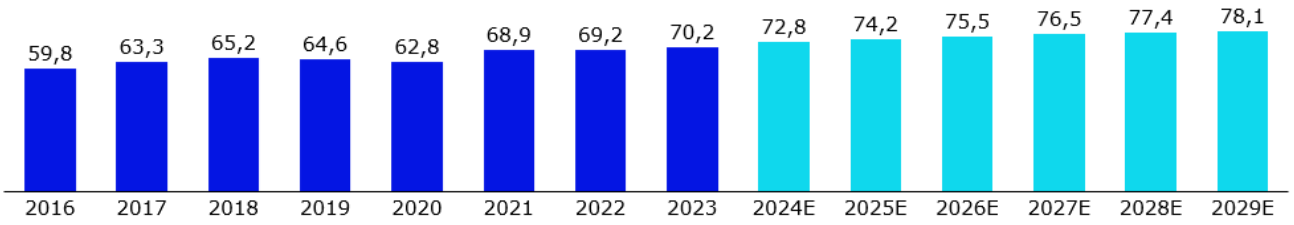
De acordo com a CRU[1], a demanda total por alumínio deverá permanecer impulsionada pelos próximos anos, refletindo os movimentos de recuperação e crescimento das principais economias, além da demanda incremental atrelada à transição energética, crescendo de tal maneira que a demanda mundial atinja em 2030 cerca de 121,9 milhões de toneladas.

Do aumento total até 2030, temos diferentes ritmos de crescimento entre os setores que demandam o alumínio. Conforme apontado pela CRU, o setor de transportes, elétricos e bens duráveis lideram o crescimento da demanda, em termos percentuais, com um CAGR entre 2025 e 2030 de 3,4%, 3,5% e 4,0%, respectivamente, sendo ambos segmentos bastante influenciados pelas tendências de descarbonização e maior adoção do

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

alumínio. A distribuição da demanda por segmento deverá se manter similar em 2030 vs 2025, com transportes, construção e elétricos respondendo por mais de 50% do total.

Consumo global de alumínio primário (milhões de toneladas)



Fonte: CRU Aluminum Market Outlook January 2025

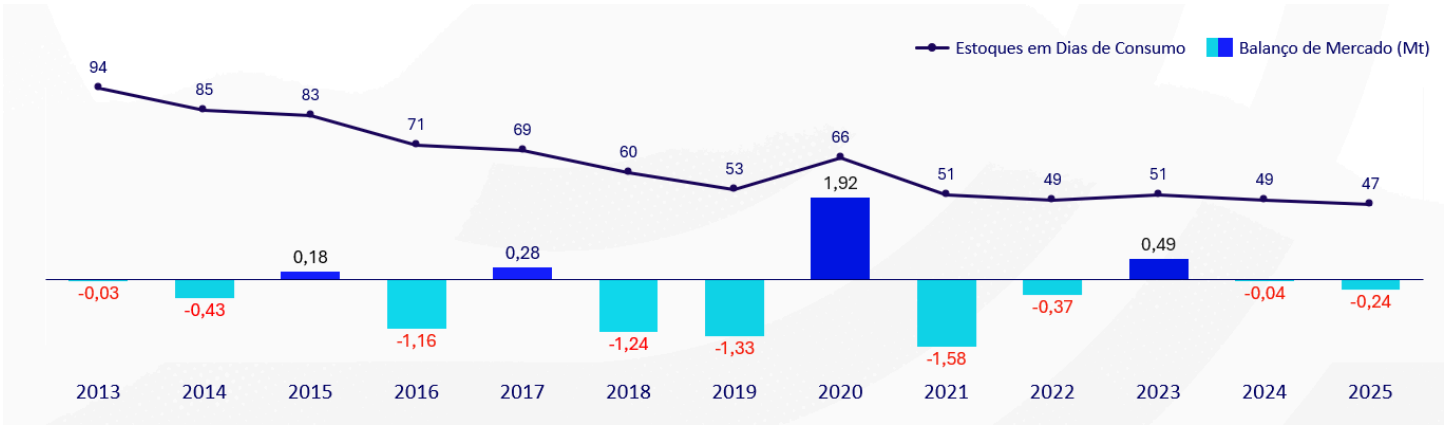
Segundo o relatório CRU Aluminum Market Outlook January 2026, o consumo global de alumínio primário deverá crescer em torno de 1,6% CAGR (2025-2030) e o de produtos transformados ~2,9% CAGR (2025 - 2030) . Além disso, no médio e longo prazo, espera-se maior adoção do alumínio em novas tecnologias e projetos atrelados ao movimento de descarbonização global. Diversas propriedades do alumínio, como leveza, durabilidade, condutividade e reciclabilidade favorecem sua aplicação em diferentes setores da economia, como o automotivo, a construção civil, a produção de embalagens e a geração de energia.

No setor de transportes, o foco na redução do peso dos veículos e o aumento da participação de veículos elétricos e híbridos na frota mundial tendem a impulsionar ainda mais o consumo de alumínio. Na construção civil, o aumento do número de projetos "verdes", com maior apelo de eficiência energética e reciclagem, será um importante impulsionador do consumo, mas os desafios enfrentados nesse setor na China podem frear maiores ganhos de volume. Na frente de embalagens, a maior aversão ao plástico e a busca pela circularidade dos materiais também poderão beneficiar o alumínio. Por fim, no setor de energia, a construção de parques eólicos e solares e a expansão das linhas de transmissão de energia impulsionadas principalmente por novos Data Centers, também deverão alavancar o consumo de alumínio transformado nos próximos anos.

Estoques e balanço (demanda versus oferta) do mercado global de alumínio

O mercado de alumínio apresentou déficit em 9 dos últimos 13 anos, acumulando um déficit total de 3,55 milhões de toneladas. Com isso, os estoques globais foram gradualmente reduzidos, passando da rotação média de 94 dias em 2013 para 47 dias em 2025. Para os próximos anos, espera-se um mercado global apertado, com estoques próximos aos 40 dias, bem abaixo do valor de equilíbrio de 50 dias , segundo estimativas da consultoria CRU.

COMPARATIVO DE OFERTA E DEMANDA GLOBAL DO ALUMÍNIO (Kt, DIAS DE CONSUMO)



Fonte: CRU Aluminum Market Outlook January 2025

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nos próximos anos, um fator relevante que tende a contribuir para um mercado físico mais apertado é a pressão para redução de emissões, que poderá levar a uma potencial segregação de estoques em alumínio de alto e baixo carbono. Nesse contexto, é esperado que a competição por metais de baixo carbono se torne frequente, com maior impacto esperado no alumínio chinês – considerado um alumínio de alto carbono pelo uso de termoelétricas a carvão em sua produção.

Principais Produtos no Mercado

Produtos Primários

Lingotes: principalmente destinados à refusão, lingotes são utilizados como matéria-prima em indústrias de fundição, laminação e desoxidação. São obtidos a partir da solidificação do alumínio em moldes permanentes, denominados coquilhas, com resfriamento controlado. Sua composição química pode variar entre produtos da categoria.





Tarugo: é um produto de metal em formato de haste, havendo diferença quanto ao comprimento e aos diâmetros. Amplamente utilizados na fabricação de perfis extrudados, os tarugos são utilizados no processo mecânico de fabricação de componentes com seção transversal constante e de dimensão precisa. Além disso, tarugos são amplamente utilizados como matéria-prima em diversos setores, como transportes, bens de consumo, indústrias pesadas, construção civil e siderurgia.





Vergalhões: no processo de produção, o alumínio líquido é transformado em barras, comprimido no processo de laminação, e depois bobinado, formando-se os vergalhões que são utilizados para a produção de cabos e fios.

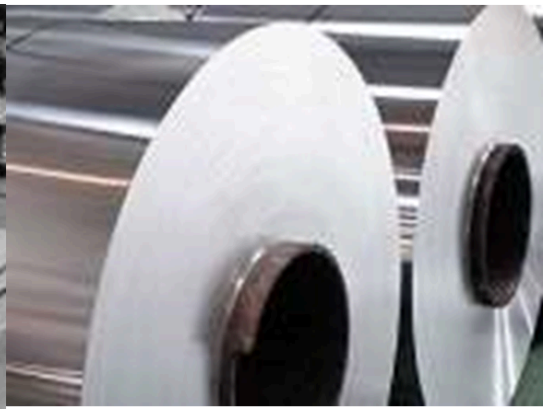
1.4 Produção/Comercialização/Mercados





Bobinas: com usos semelhantes aos das chapas, as bobinas são fabricadas por fundição contínua (Caster), processo por meio do qual recebem tratamento em linha de desgaseificação, filtragem e refino de grão, o que resulta em um material com qualidade metalúrgica e mecânica para relaminação.

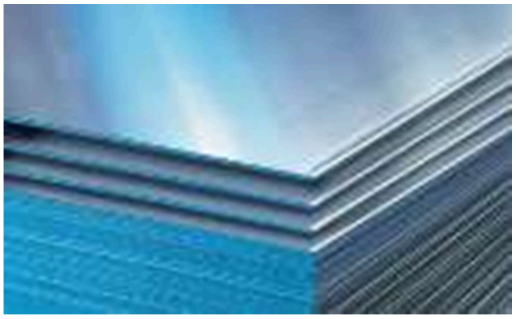




Produtos Transformados

Chapas: utilizadas nas mais variadas aplicações, trazendo leveza, resistência e versatilidade a produtos nos mercados de automóveis, ônibus, implementos rodoviários, utensílios domésticos, refrigeração, revestimentos, entre outros.
Podem ser fabricadas em diversas especificações, variando em espessura, superfícies e textura a depender do uso-fim. Chapas grossas, por exemplo, são utilizadas em máquinas, equipamentos, moldes, estampos e utensílios domésticos. Chapas lisas, por sua vez, são utilizadas principalmente na indústria de transportes, bens de consumo, construção civil, máquinas e equipamentos. Chapas de piso são utilizadas em pisos antiderrapantes de ônibus, escadas, rampas de acesso e decoração. Chapas stucco são utilizadas em refrigeração, revestimentos internos de ônibus, construção civil e setores de calor.

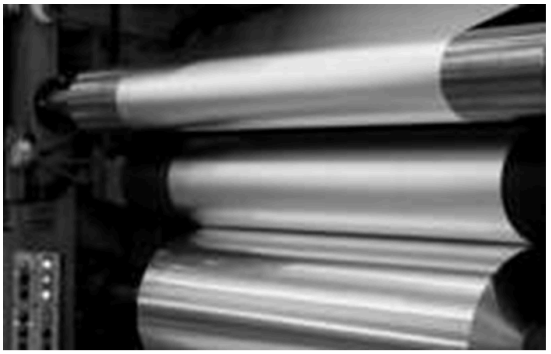




Folhas: presentes nas embalagens, tampas e membranas, as folhas de alumínio agregam praticidade, resistência e proteção para alimentos, bebidas e produtos farmacêuticos. São amplamente utilizadas em trocadores de calor, aplicações em veículos, refrigeração e sistemas de ar condicionado. Assim como as chapas, são fabricadas em

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

variadas especificações a depender da necessidade do uso. Folhas finas com menor espessura, por exemplo, são utilizadas principalmente no mercado de embalagens flexíveis. Folhas revestidas possuem uma camada de resina, verniz, primer ou filmes e são amplamente utilizadas na indústria farmacêutica, alimentícia e na produção de embalagens descartáveis. Folhas grossas são utilizadas principalmente em trocadores de calor, elementos fundamentais dos automóveis e dos bens duráveis.





Extrudados: a utilização dos perfis extrudados de alumínio se destaca principalmente nas indústrias de transportes, construção civil, móveis, bens de consumo, máquinas e equipamentos. Nestes mercados, os perfis de alumínio contribuem para ampliar o desempenho técnico e a durabilidade de todos os produtos, conferindo-lhes qualidade, economia, segurança e beleza.



Evolução Histórica e Preços Globais

No início dos anos 2000, o alumínio e as commodities no geral experimentaram uma crescente demanda impulsionada principalmente pelo desenvolvimento acelerado de países emergentes, em especial a China e a Índia, que no período viram suas produções nacionais crescerem constantemente. A alta procura global pelo alumínio, principalmente em setores que avançaram muito na primeira década do século XXI como a construção civil e os transportes, foi refletida no preço do metal que atingiu máximas históricas no mundo e no Brasil, mesmo com o real mais valorizado em comparação com a atualidade.

O chamado boom das commodities foi interrompido pela crise financeira mundial, que esfriou drasticamente a atividade econômica global e, consequentemente, diminuiu a demanda por alumínio. Após a queda abrupta de preços no ano de 2009, como é visto abaixo na figura, a evolução dos preços de alumínio. Houve uma forte recuperação nos anos subsequentes devido ao reaquecimento econômico dos países emergentes e à recuperação das economias mais afetadas pela crise em 2008/2009. Em 2011, o preço do LME chegou perto dos níveis pré-crise, mas os preços entraram em ritmo de queda devido ao aumento da produção chinesa.

O Brasil, no entanto, devido à sua dinâmica política e econômica interna, enfrentou a partir de 2013 a piora nos níveis de confiança internacional e menor demanda pelo real, culminando na contínua desvalorização da moeda

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

brasileira.

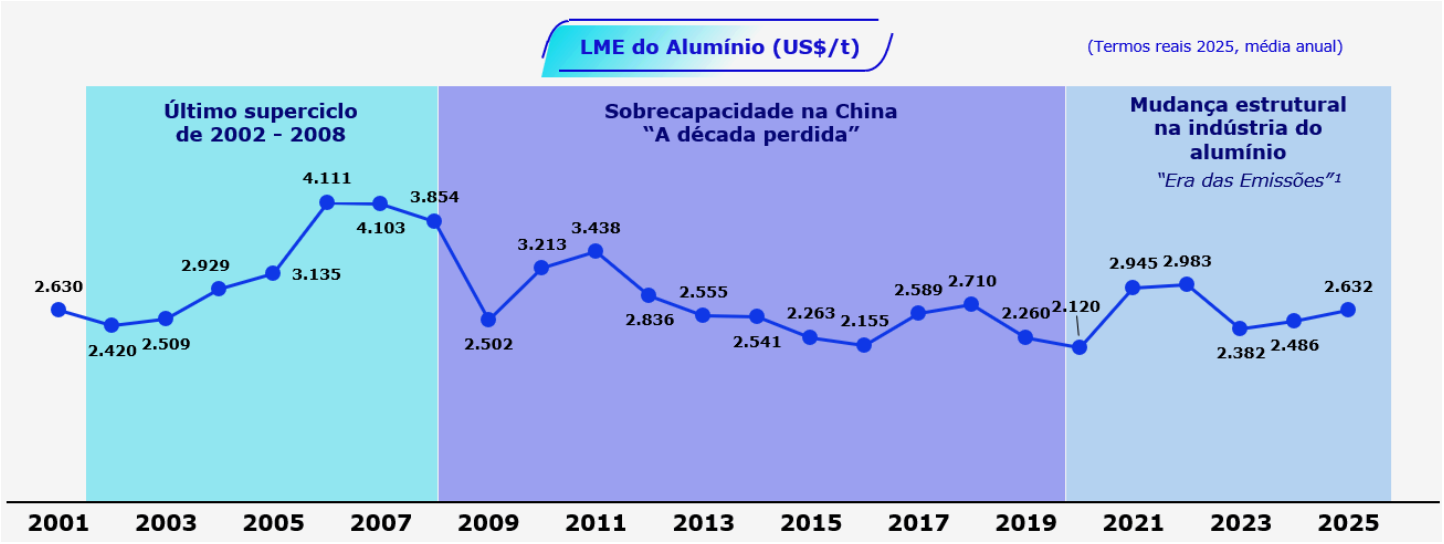
Esse cenário resultou no aumento constante da LME em reais-R$. Recentemente, entre os anos de 2016 e 2018, os preços internacionais subiram com o controle da oferta chinesa e no restante do mundo. Contudo, a guerra comercial entre China e Estados Unidos, agravada pelo choque de demanda causado pela paralisação mundial na crise da COVID-19, resultou em forte movimento de queda dos preços entre 2018 e 2020.

A recuperação das economias e a expectativa de crescimento da demanda de alumínio, que em parte está atrelada ao movimento de descarbonização, têm reforçado a valorização do metal. O aumento expressivo da demanda global como recuperação da economia pós-pandemia, combinada ao baixo abastecimento global pelas crises energéticas culminaram em um aumento expressivo dos preços a partir do final de 2020.

No início de 2022, a LME do alumínio foi impulsionada pela recuperação da demanda e, principalmente, pelos temores de banimento do metal russo, alcançando quase US$4.000/t. Como o banimento não ocorreu e as preocupações com o crescimento global se fortaleceram no segundo semestre, a LME iniciou uma trajetória de queda, chegando próxima de US$2.100/t. Na média do ano, a LME foi e US$2.703/t.

Em 2023, a LME arrefeceu com um cenário macroeconômico mais desafiador, principalmente com as altas taxas de juros impactando a demanda. Em 2024, o preço sofreu com alta volatilidade devido à grande variância de cenários que ocorreram durante o ano. A LME do alumínio teve a mínima de US$2.110/t e a máxima de US$2.695/t, encerrando o ano com a média de US$2.419/t. Em 2025, os preços tiveram alta constante até meados de abril, quando o governo Trump anunciou as tarifas protecionistas, inclusive 50% sobre a importação do alumínio. Esse movimento gerou forte queda nas cotações LME, saindo de um patamar acima de US$2.700/t para ~US$2.350/t. Após esse movimento, os preços gradativamente se recuperaram e atingiram, em dezembro, a maior cotação spot dos últimos 4 anos.

PREÇO ALUMÍNIO LME, EM TERMOS REAIS DE 2025 (US$/TON)



Fontes: CRU, Bloomberg e conversão dos valores em termos nominais para termos reais feita pela Companhia | Nota (1): termos definidos por CRU.

Nos próximos anos, acredita-se que a demanda atrelada à descarbonização poderá alavancar o preço do metal, entrando em um novo ciclo, que segundo a consultoria CRU poderia ser denominado “Era das Emissões”.

Tendências do Mercado de Alumínio no Longo Prazo

O mercado global de alumínio passa por uma transformação estrutural impulsionada por mudanças geopolíticas, avanços tecnológicos e aceleração da agenda ambiental. Esses vetores redefinem as cadeias de suprimentos, ampliando a importância estratégica do metal e abrindo oportunidades.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A instabilidade internacional, com cenário marcado por conflitos regionais, tensões comerciais e incertezas logísticas, afeta a segurança energética e a disponibilidade de insumos essenciais. O avanço de políticas de nacionalismo econômico e de barreiras comerciais intensifica restrições e pressiona o funcionamento das cadeias globais.

Nesse ambiente, cresce a busca por autossuficiência energética e por infraestruturas mais resilientes, impulsionando investimentos em fontes renováveis, modernização de redes e sistemas de armazenamento. Além disso, há uma expansão acelerada dos data centers, que exigem alto consumo de energia, confiabilidade operacional e soluções de resfriamento e condução elétrica, elementos nos quais o alumínio desempenha papel crítico, sustentando perspectivas robustas de demanda para os próximos anos.

A crise climática e o endurecimento das regulações ambientais também remodelam o setor. O conceito de “alumínio verde” ganha espaço, impulsionado por exigências de ESG que demandam materiais com menor pegada de carbono, alto teor reciclado, rastreabilidade e circularidade. Nesse cenário, o uso de sucata e a eficiência dos processos tornam-se fatores determinantes de competitividade.

PHASE OUT DAS VENDAS DE NOVOS VEÍCULOS MOVIDOS A COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

2025	2030	2035	2040
Noruega	Reino Unido Dinamarca Holanda Suécia Irlanda	Japão China Califórnia (EUA) Quebec (Canadá)	França Espanha

Fonte: Reuters, The International Council on Clean Transportation

A indústria de alumínio está se mobilizando frente ao desafio da descarbonização. Produtores estão investindo em energia limpa, reciclagem, novas tecnologias para redução de emissões do processo produtivo, entre outras ações.

O movimento de descarbonização deverá resultar em mudanças estruturais do mercado de alumínio e poderá impactar a lucratividade das empresas do setor.

A precificação de carbono e as possíveis tarifas sobre emissões de produtos importados, por exemplo, poderão trazer benefícios para os produtores de alumínio de baixo carbono e penalizar de alguma forma os produtores de alumínio de alto carbono.

O crescimento da demanda potencializado pela descarbonização e o maior controle de oferta favorecem a dinâmica de mercado nos próximos anos. Espera-se que a LME do alumínio (cotação do alumínio na London Metal Exchange), continue em trajetória crescente, suportada por características desejáveis do material e principalmente por fatores macroeconômicos mais construtivos.

A China, responsável por aproximadamente 60% da oferta global de alumínio (CRU), anunciou em 2021 a implantação de uma política de duplo controle de consumo de energia – consumo total e por tonelada – que teve impacto direto na indústria do alumínio. Algumas províncias que não conseguiram cumprir as metas de redução foram obrigadas a fechar capacidade de smelter. A ação do governo mostrou maior comprometimento da China com as metas de consumo de energia e indica que novos cortes poderão ocorrer em outras províncias, além da postergação de projetos, tornando o cenário de oferta mais restrito. Além disso, foi lançado em 2021 o novo sistema chinês de trading de emissões (ETS) com foco inicial nas usinas geradoras de energia. É um exemplo da preocupação do país com a mudança da matriz energética. Tal preocupação é ponto em comum no maior continente do mundo, onde diversas empresas anunciaram planos de investimentos para a oferta de energia proveniente de fontes renováveis. Ademais, outro esforço em direção à economia de energia e produção com menor pegada de carbono é o aumento da reciclagem, tendência compartilhada por diversas empresas globais produtoras de alumínio que, recentemente, anunciaram investimentos em conjunto com planos governamentais chineses para reciclagem.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Além do movimento de descarbonização do alumínio, outra tendência do mercado de mineração, em geral, é a utilização de melhores práticas no gerenciamento de rejeitos e a revitalização de minas esgotadas. A crescente demanda por empresas compromissadas com práticas ESG em todas as suas esferas de atuação está ditando o rumo dos investimentos no mercado financeiro, principalmente no cenário internacional. A Companhia, seguindo a tendência de outras companhias internacionais no assunto ESG, criou a Gerência de Sustentabilidade e o Comitê de Sustentabilidade com reporte à diretoria, e aderiu ao Pacto Global, reconhecido por ser a principal iniciativa corporativa mundial em prol da sustentabilidade.

Indústria de Alumínio no Brasil

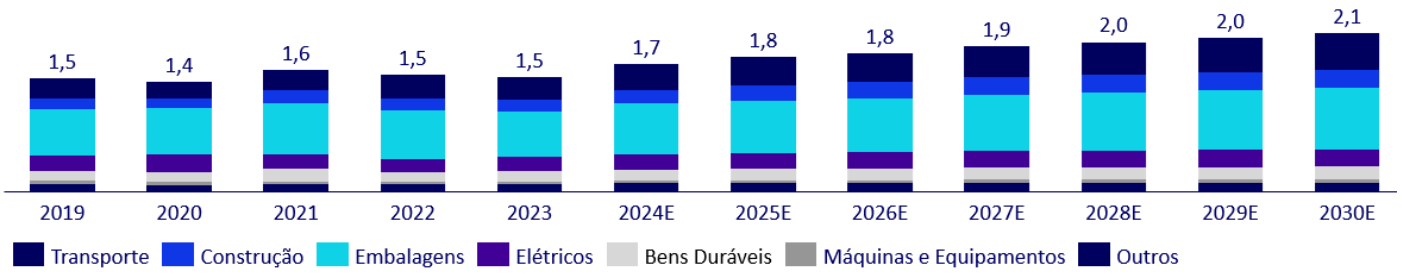
O Brasil está bem posicionado para atender à crescente demanda mundial de alumínio, é o quinto maior player mundial em reservas de bauxita, atrás apenas da Guiné, Austrália, Vietnã e Indonésia .

Isso evidencia a importância do Brasil para o setor. Segundo dados da ABAL, o faturamento da indústria brasileira foi de R$ 159 bilhões. A participação do setor de alumínio no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi de 1,4% em 2024, chegando a 6,4% do PIB industrial. O consumo per capita de alumínio ficou em 8,8 kg/hab em 2024.

No Brasil, a produção de alumínio primário registrou um aumento em 2024, passando de 1.019kt para 1.109kt Desde seu ápice – 1.661 kt, em 2008 –, a produção do metal caiu até 2015. Entre 2009 e 2015, cinco plantas de alumínio encerraram suas atividades. Hoje, a produção nacional está ancorada em três fábricas somente: Albras, em Barcarena (PA), que produziu 449 kt, em 2024, Alumar que reabriu sua operação em São Luís do Maranhão após encerramento das atividades em 2015 e produziu 294kt em 2023; e a da Companhia, em Alumínio (SP), cuja produção respondeu no período por 365kt.

O consumo de alumínio transformado no mercado brasileiro deverá crescer cerca de 3,3% (CAGR 26-30), favorecido pela demanda do setor de transportes, que apresentará a maior taxa de crescimento (+5% CAGR 26-30) .

CONSUMO BRASILEIRO DE ALUMÍNIO TRANSFORMADO (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: CRU Aluminium Market Outlook January 2025

IV. PRECIFICAÇÃO DO ALUMÍNIO

O alumínio é vendido em sua forma metálica na LME (London Metal Exchange) e na Shanghai Futures Exchange (“SHFE”) e seu preço, assim como o de todas as commodities, varia principalmente de acordo com os níveis globais de demanda, oferta e estoques, especialmente na China no caso do alumínio. Além disso, normalmente um prêmio é negociado acima do preço LME, essencialmente como uma sobretaxa por entrega imediata dos armazéns, qualidade do produto, tamanho, custos de transportes e devido a condições de oferta e demanda de uma certalocalidade onde o metal está sendo vendido.

Os prêmios são mutuamente relacionados aos preços do LME cash (apenas o preço da LME) e tendem a aumentar quando os mercados estão apertados e diminuir quando os mercados estão em excesso. O preço do alumínio somado ao prêmio de mercado é chamado de LME All-in. O prêmio tende a variar em cada região devido aos custos de transportes e ao valor atribuído às especificações dos consumidores locais.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A demanda por alumínio está muito relacionada à performance global dos setores que mais demandam o material, como, por exemplo, a construção civil, o setor elétrico, transportes, bens de consumo duráveis, embalagens, máquinas e equipamentos, sendo o principal foco o desempenho da China. Outro fator relevante para o nível de demanda do alumínio é a transição energética global e o crescimento da busca por matérias-primas mais sustentáveis, o que favorece o alumínio, dadas suas características físicas e a forma sustentável como pode ser produzido, em detrimento de materiais como ferro e aço.

Com relação à oferta, a produção global de alumínio é concentrada nas 5 maiores empresas produtoras (Hongqiao, Rusal, Chalco, Xinfa Group e Rio Tinto), com grande parte do controle da produção mundial. Novamente, a China é destaque por se tratar do país que mais produz o metal (cerca de 60% da oferta global), segundo a CRU. No caso da oferta, a mobilização para a descarbonização do setor também é fator relevante, visto que a China já está encerrando operações de smelters com o intuito de reduzir emissões e consumo de energia. Assim, é evidente o potencial transformacional desta tendência de mercado, capaz de reduzir a produção de alumínio com alta pegada de carbono e/ou possivelmente refletir o nível de sustentabilidade diretamente no preço por meio dos prêmios.

Além disso, a China tem reduzido o ritmo de crescimento de produção e está chegando cada vez mais perto de sua capacidade máxima autoimposta de 45 milhões de toneladas, o que poderá alterar de forma relevante a dinâmica do mercado e os preços do produto, especialmente via choque de oferta.

Por fim, o saldo dos estoques na China e no restante do mundo evidencia o nível de aquecimento do mercado global (ambos são inversamente proporcionais). A escassez do produto nas reservas gera uma pressão positiva nos preços, assim como uma quantidade de alumínio em excesso pode gerar queda nos preços da commodity. A intensidade do aumento / queda de preço atrelada aos estoques está vinculada diretamente aos níveis de oferta e demanda do produto, o que afeta diretamente os prêmios do alumínio.

V. ESTRUTURA DE CUSTOS

Os principais custos na produção do alumíno primário estão relacionados à produção da alumina e ao uso da energia na produção total da cadeia do alumínio. O custo de alumina na média da indústria é de aproximadamente 35% do custo total de produção.

Como o processo de produção é muito intensivo em energia, a energia elétrica é um insumo estratégico na produção do alumínio. A energia é o principal custo de produção que se diversifica entre as companhias produtoras de alumínio. O custo de energia é responsável por aproximadamente 34% do custo total na média da indústria.

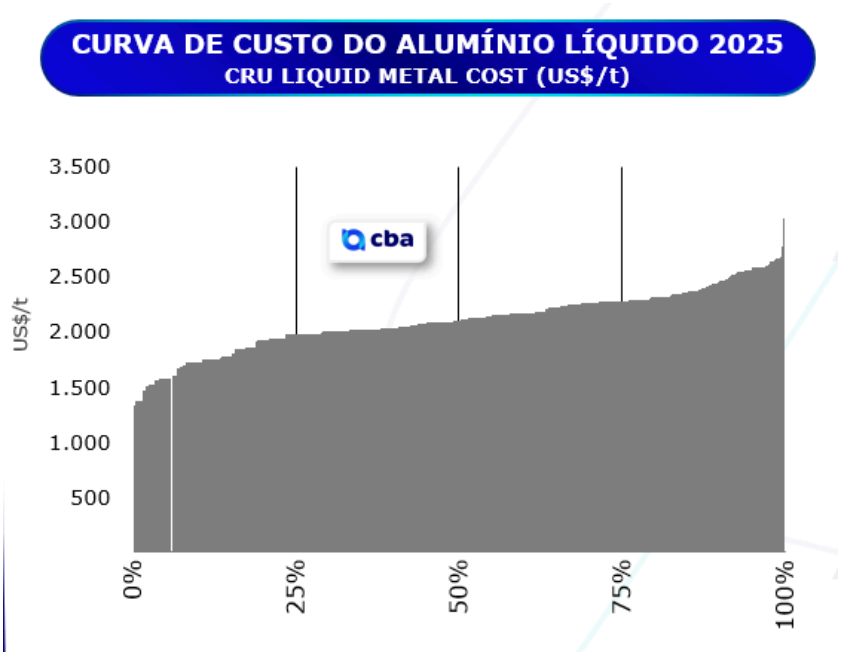
A Companhia é autossuficiente no fornecimento de bauxita e alumina, garantindo custos mais competitivos em sua cadeia de valor. Devido à sua capacidade de gerar grande parte da energia consumida, a Companhia possui melhor previsibilidade e segurança de seus custos e de fornecimentos.

Além disso, a integração com o segmento de downstream permite uma maior eficiência operacional e menores custos para a transformação do alumínio produzido. Tal integração permite um maior valor capturado na cadeia de distribuição, com a eliminação de intermediários, a redução da volatilidade na geração de caixa operacional, pois não depende de terceiros, e a geração de expertise em toda a cadeia do alumínio. Desse modo, autossuficiência e segurança no fornecimento de matérias-primas promovem maior estabilidade operacional e competitividade ao negócio. A integração vertical permite à Companhia ser flexível na gestão dos ativos e aproveitar oportunidades de mercado para extrair maior valor.

Como resultado dos fatores acima, a integração na cadeia de valor e a competitividade em custos garantem o posicionamento no segundo quartil da curva de custos da indústria global do alumínio.

CURVA DE CUSTOS SMELTERS 2025 (US$ POR TONELADA)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: CRU Aluminum Smelter Cost Model Q1 2026

VI. Energia

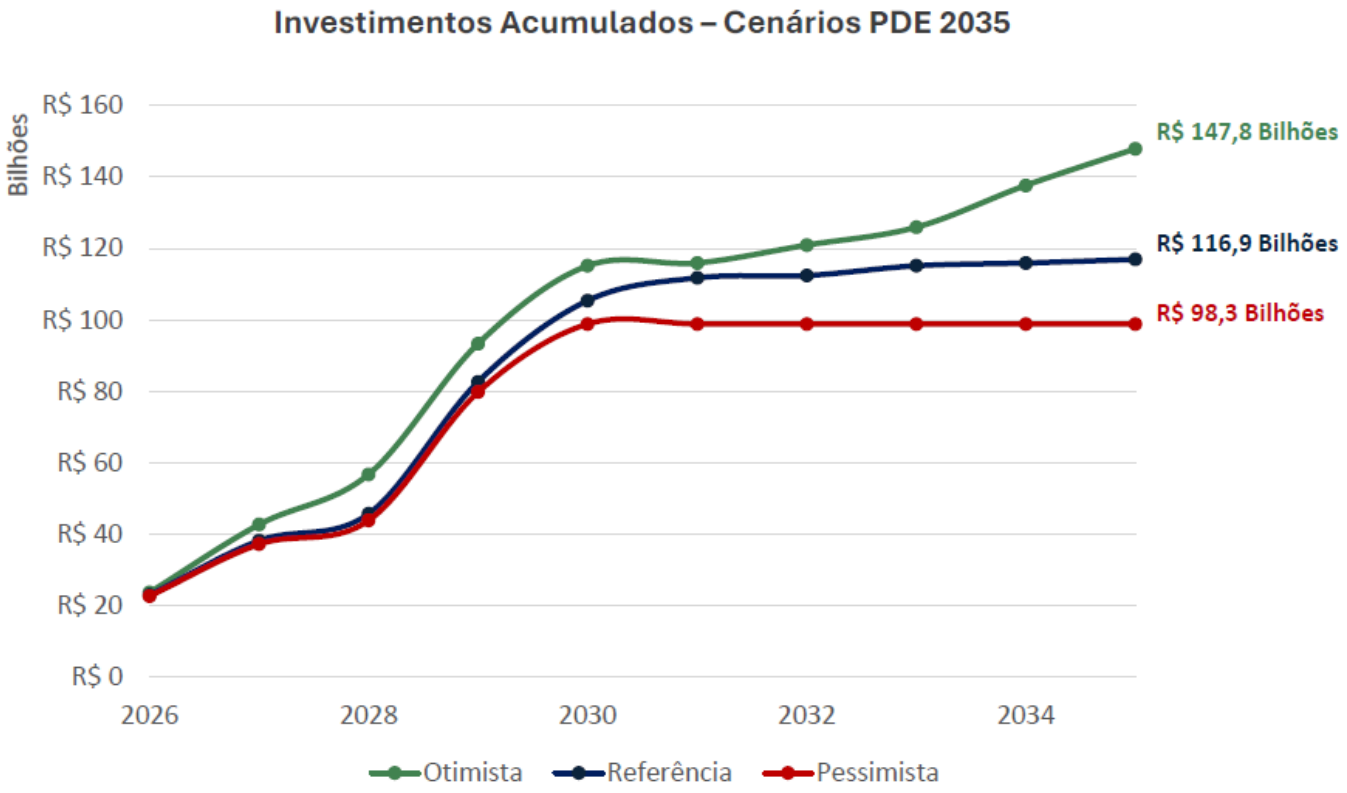
Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro

Segundo informações da ANEEL, o Brasil encerrou 2024 com um crescimento de aproximadamente 10,9 GW na matriz de geração de energia elétrica, sendo 0,5% provenientes de hidrelétricas (incluindo PCHs, CGUs, UHEs e CGHs), 8,4% de termoelétricas, 0% de energia termonuclear, 39,3% de energia eólica e 51,9% de energia solar.Vale ressaltar que o Brasil sempre ocupou uma posição de destaque no cenário mundial no que diz respeito à hidroeletricidade, estando entre os países com maior capacidade hidrelétrica instalada.

TRANSMISSÃO DE ENERGIA NO BRASIL

De acordo com o PDE2035 o cenário de referência de expansão conta com investimento de ~R$117 bilhões, distribuídos conforme o gráfico abaixo. Espera-se expansão aproximada de 29 mil km em novas linhas de transmissão até o ano 2035.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: EPE

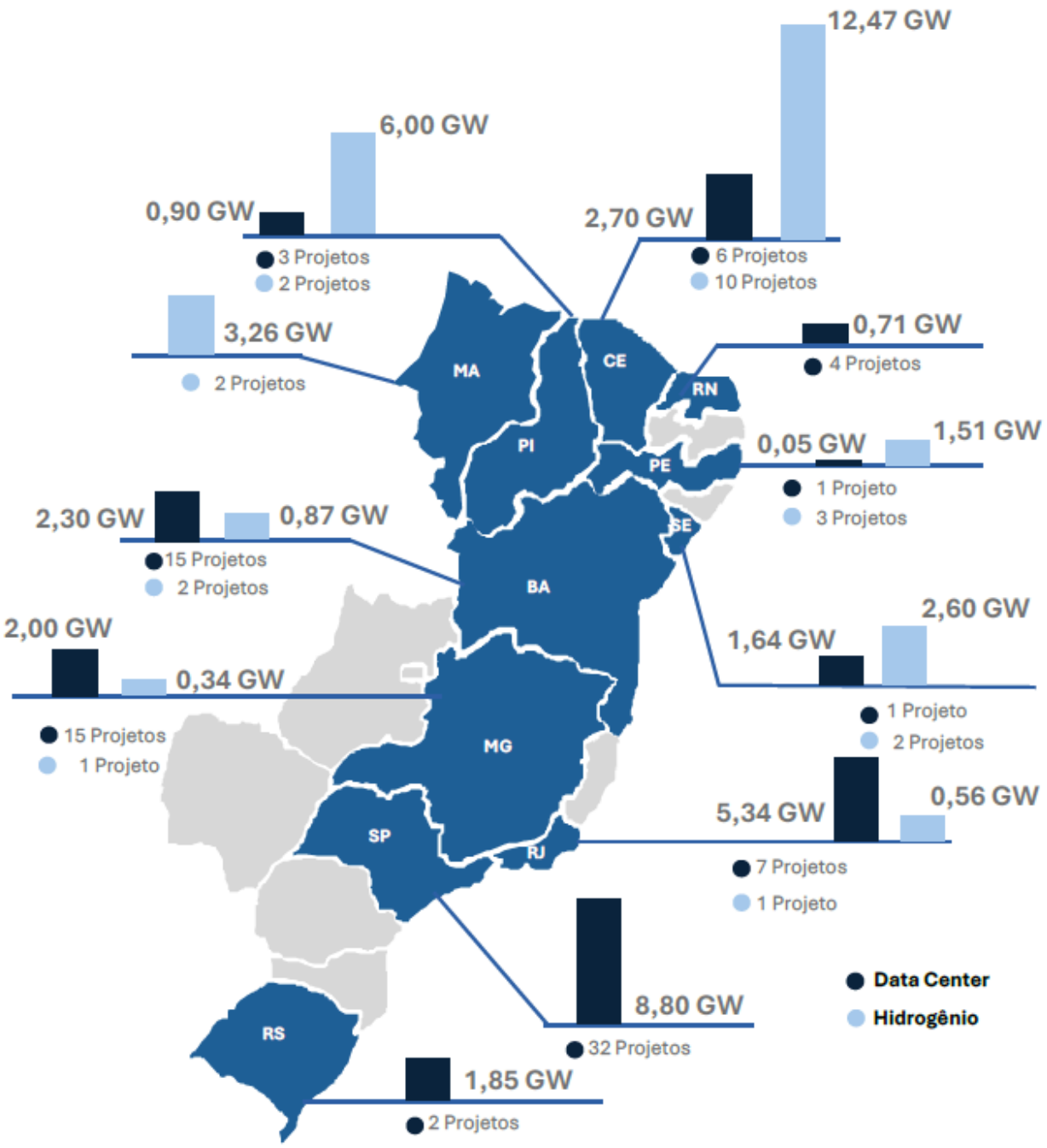
Nota: Investimentos estimados conforme Banco de Preços ANEEL, data base ajustada para dezembro/2024.

ATENDIMENTO PARA GRANDES CARGAS NO BRASIL

Devido ao elevado nível de renovabilidade da matriz elétrica brasileira e à alta disponibilidade de fontes renováveis para expansão, o Brasil tem atraído projetos de data center e de produção de hidrogênio via eletrólise. Verifica-se uma concentração locacional dos projetos de data centers no estado de São Paulo, que detém 32 dos 86 projetos, totalizando aproximadamente 8,8 GW. Já a região Nordeste se desponta nos projetos de plantas de hidrogênio, concentrando 21 dos 23 projetos, em um total da ordem de 26,7 GW.

Devido a essa concentração locacional, encontram-se em andamento estudos de expansão da transmissão para robustecer, principalmente, a rede de transmissão do estado de São Paulo e da Região Nordeste, de forma a viabilizar a conexão de parte desses projetos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



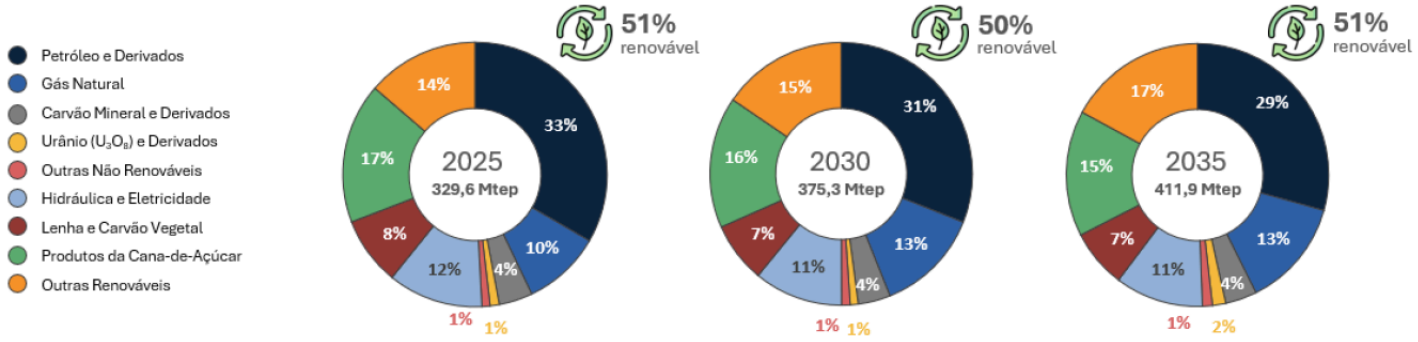
Fonte: Quantitativo de projetos por UF e por tipo, ano de 2038. Fonte: MME, data base outubro de 2025

GERAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Com as preocupações crescentes com sustentabilidade, com o controle de emissões de gases de efeito estufa e com os problemas crescentes causados pelo aquecimento global, emerge um movimento global de eletrificação. Nesse sentido, diversos equipamentos estão evoluindo para serem movidos majoritariamente a energia elétrica em vez de outras fontes de energia, o que implica um crescimento mundial da demanda por energia elétrica. Tal demanda deverá ser atendida, principalmente, por fontes renováveis, dentre as quais destacam-se as fontes hídricas, solares e eólicas. De acordo com o PDE 2035, 51% da matriz energética no Brasil será renovável até 2035.

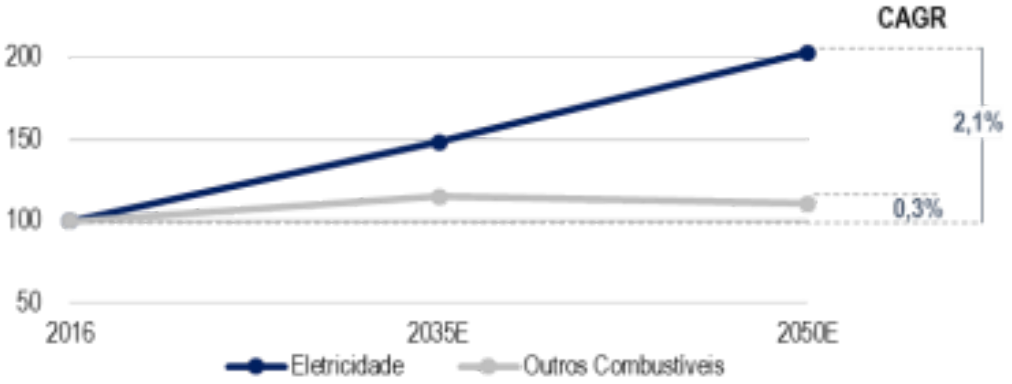
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Figura 12-3 – Matriz energética brasileira



Fonte: Elaboração EPE

DEMANDA FINAL DE ENERGIA (ÍNDICE 2016 = 100)



Fonte: Global energy perspective 2019: Reference case, January 2019,McKinsey.com [http://McKinsey.com]

De acordo com a pesquisa realizada pela Frankfurt School (FS-UNEP Collaborating Centre for Climate & Sustainable Energy Finance – Global Trends in Renewable Energy Investment 2020), os investimentos em fontes de energia renováveis no mundo somaram US$ 301,7 bilhões em 2019, e apresentaram um crescimento médio de 11,1% nos últimos 15 anos (2005 – 2019). Esse crescimento demonstra a importância da diversificação da matriz energética global e a preocupação com medidas que reduzem a poluição do ar e diminuem o impacto ambiental. Portanto, será importante focar em novos investimentos em fontes de energia limpa, como a energia solar.

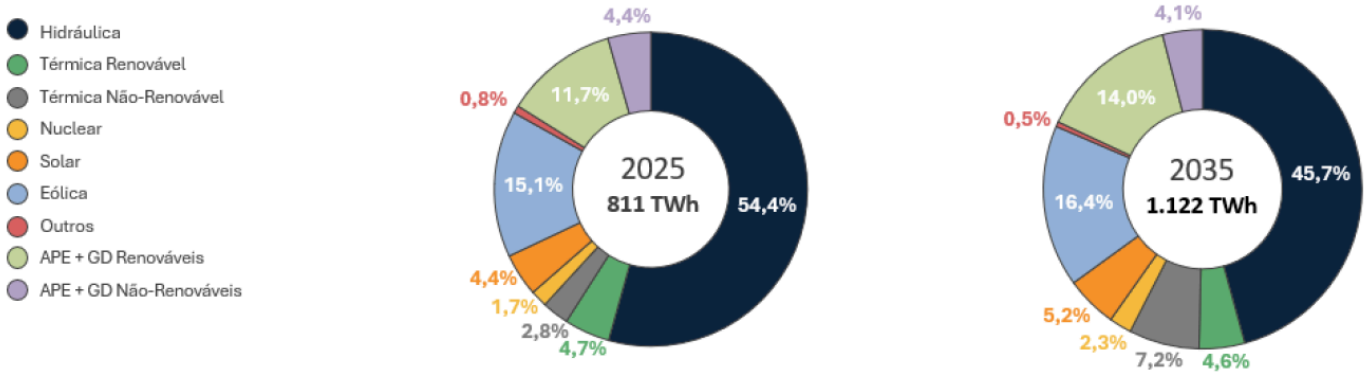
Analisando os novos investimentos por divisão, nota-se que desde 2008, fontes de energia limpa, como a eólica e a solar, concentraram investimentos expressivos.

Em 2019, energia eólica e solar juntas responderam por US$ 283,7 bilhões do total de novos investimentos, com os demais setores respondendo por apenas US$ 18,1 bilhões.

No Brasil, a partir do Plano Decenal de Expansão de Energia para 2035 (“PDE 2030”), da EPE - Empresa de Pesquisa Energética, entende-se que as energias renováveis possuem grande participação na Matriz Energética Brasileira, em especial a fonte de geração hidrelétrica, responsável por cerca de 54% do total. Entretanto, a previsão para os próximos 10 anos evidencia uma maior diversificação, uma vez que as fontes de geração solar, em específico, devem ganhar relevância.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Figura 12-5 – Evolução da geração de energia elétrica



Fonte: Elaboração EPE

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Tabela 12-8 – Síntese da Expansão prevista no PDE 2035

Fonte ou atividade	Expansão do PDE 2035
UHEs	**3.622 MW** **Contratado:** 48 MW (1 UHE) **Indicativo:** 3.574 MW, sendo 2 UHE (768 MW) e modernização de UHEs existentes (2.806 MW)
PCHs e CGHs	**4.314 MW** **Contratado:** 348 MW (27 PCHs e CGHs) **Indicativo:** 3.965 MW
UTEs não renováveis (gás natural, diesel e nuclear)	**33.205 MW** **Contratado:** 5.558 MW **Indicativo:** 18.956 MW de UTEs GN **Indicativo retrofit:** 8.690 MW, sendo 7.334 MW + 1.356 MW conversão para biocombustíveis
UTEs Nucleares	**1.405 MW** Contratado: 1 nuclear (1.405 MW)
UTEs renováveis (bagaço de cana, licor preto, cavaco/resíduos e RSU)	**4.388 MW** Contratado: 293 MW Indicativo: 4.095 MW
Eólicas	**14.487 MW** Contratado: 887 MW (16 parques eólicos) Indicativo: 13.600 MW
Usinas fotovoltaicas	**8.947 MW** Contratado: 3.341 MW (74 empreendimentos) Indicativo: 5.607 MW
Resposta da Demanda	**3.200 MW** indicativo
Armazenamento	**6.631 MW** indicativo
Transmissão	**28.781 km** 21.889 km estão previstos para entrar em operação até 2030
E&P de petróleo e GN	**105 UPs contratadas** (Unidades Produtivas em áreas contratadas) **35 blocos em oferta permanente e 7 UPUs** (áreas não contratadas)
Refinarias, UPGNs e terminais de GNL	**8 refinarias** ampliadas e **1 conjunto de ativos de refino** previsto **2 UPGNs:** 1 prevista e 1 indicativa **1 terminal de regaseificação de GNL** previsto
Gasodutos	**8 gasodutos de transporte** previstos **4 gasodutos de escoamento:** 2 previstos e 2 indicativos **3 estações de compressão:** 2 previstas e 1 indicativa
Etanol	**10,2 bilhões de litros** 20 usinas planejadas (17 de milho full, 2 de cereais e/ou outros grãos e 1 de cana-de-açúcar), 41 usinas ampliadas de cana e milho (2,3 bilhões de litros) e projetos indicativos de 2,2 bilhões de litros de etanol de milho
Biodiesel	**3,0 bilhões de litros** 3 usinas planejadas e 2 usinas ampliadas
Biometano	**0,77 milhões de Nm^3/dia** 24 usinas planejadas e 1 usina ampliada (10 de RSU em aterro e 11 de agrossilvopastoris e comerciais e 4 sucroenergético)
Autoprodução e geração distribuída	**Autoprodução: 3.157 MW** (Termelétrica: 2.780 MW; Hidrelétrica: 294 MW; Solar 83 MW; Eólica: 1 MW) **Geração Distribuída: 38.075 MW** (Fotovoltaica: 37.490 MW; Termelétrica: 165 MW; Eólica: 313 MW; CGH: 107 MW)

Fonte: Elaboração EPE.

Fonte: PDE 2035
Legenda: (i) PCH: Pequenas Centrais Hidroelétricas; (ii) CGH: Central de Geração Hidrelétrica; (iii) UHE: Usina Hidrelétrica.

A expansão prevista no PDE 2035 indica aumento de 3.622MW em fonte hídrica e para fontes renováveis, destaca-se o aumento em eólica de 14.487MW seguido de energia solar com 8.947MW. Observando-se a matriz energética nacional como um todo, os indicadores apontam para a manutenção do índice de renovabilidade ao longo dos anos, alcançando 51% em 2035. As fontes renováveis não hídricas ampliam a sua contribuição nesse processo e passam a responder por 40% da matriz energética, em parte significativa se deve à bioenergia oriunda da cana-de-açúcar e do biodiesel, cuja participação se mantém em 19% do longo do horizonte decenal.

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR MEIO DE FONTES HÍDRICAS E O RISCO HIDROLÓGICO

O MRE (Mecanismo de realocação de energia) foi criado com o objetivo de mitigar a exposição das usinas hidrelétricas ao risco hidrológico (ou seja, a dependência da geração de usinas hidrelétricas às variações de chuvas durante o ano todo), conforme o art. 1º, VIII, da Lei nº 10.848/2004.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nesse contexto, o MRE é um mecanismo destinado a distribuir o risco hidrológico entre as geradoras hidrelétricas, dado que a geração das usinas hidrelétricas não depende apenas da sua performance operativa, mas também da disponibilidade de seu insumo, a água, que depende de condições meteorológicas incertas.

O mecanismo considera as usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN) como uma só usina, considerando a produção do MRE como sendo a soma da produção de todas as usinas e a Garantia Física do MRE como sendo a soma das Garantias Físicas de todas as usinas participantes do mecanismo. O mecanismo então aloca a cada usina participante do MRE parte da produção total do sistema, proporcionalmente à participação da Garantia Física da usina participante na Garantia Física total do sistema, independentemente de sua produção individual.
Em suma, o MRE transfere o excedente de produção das usinas que produziram energia em volumes superiores à sua Garantia Física para outros membros que registraram produção abaixo de suas respectivas Garantias Físicas.

A alocação de energia pelo MRE se dá por meio de um processo de quatro etapas que examina, primeiramente, a capacidade das usinas, dentro da mesma região, de satisfazer os níveis de Garantia Física e, a seguir, considera o compartilhamento da geração excedente entre as diferentes regiões. Tais etapas são detalhadas abaixo:

(1) aferição se a produção total líquida dentro do MRE alcança os níveis totais de Garantia Física dos membros do MRE como um todo;

(2) aferição se alguma geradora gerou volumes acima ou abaixo de seus volumes de Garantia Física, conforme determinado pelo ONS;

(3) caso determinadas geradoras, membros do MRE, tenham produzido acima de seus respectivos níveis de Garantia Física, o adicional da energia gerada será alocado a outras geradoras do MRE que não tenham atingido seus níveis de Garantia Física. Esta alocação do adicional da energia gerada é feita, primeiramente, entre as geradoras dentro de uma mesma região (submercado) e, depois, entre as diferentes regiões, de forma a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de Garantia Física;

(4) se, após a etapa (3) acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de Garantia Física e houver saldo de energia produzida, o adicional da geração regional líquida, designado de Energia Secundária, deve ser alocado entre as geradoras das diferentes regiões. As geradoras membros do MRE que produziram energia excedente além de seus níveis de Garantia Física são compensadas no valor da energia alocada por elas ao MRE, valorada à Tarifa de Energia de Otimização (TEO), fixada pela ANEEL e destinada à cobertura dos custos incrementais de operação e manutenção das usinas hidrelétricas e ao pagamento da compensação financeira referente à energia trocada no MRE.

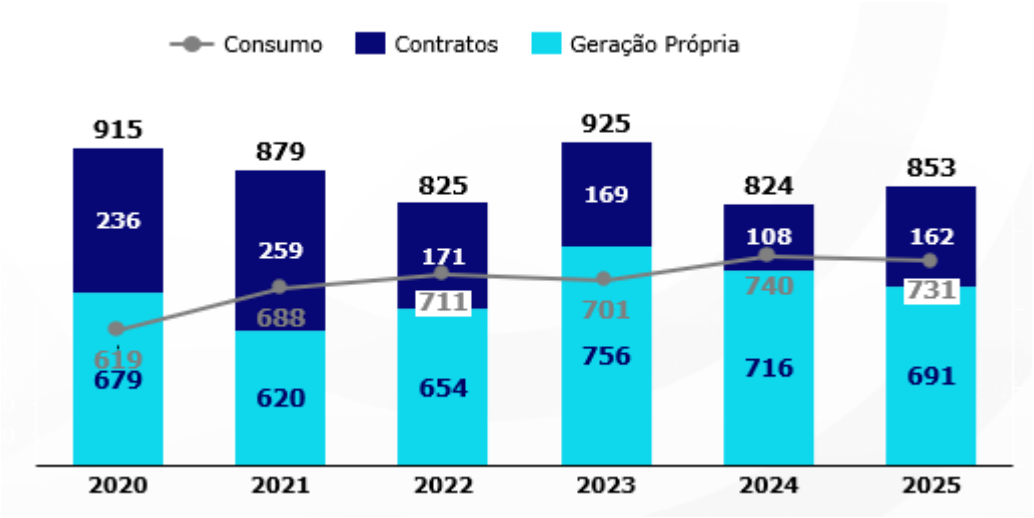
Esse valor é pago pelas usinas impossibilitadas de gerar seus níveis de Garantia Física estabelecidos e que receberam energia alocada por meio do MRE.

Em situações nas quais as geradoras do MRE em conjunto não tenham produção líquida suficiente para atingir os níveis de Garantia Física do MRE, o déficit de produção é rateado proporcionalmente à Garantia Física de cada usina membro do MRE, de forma que a Garantia Física de cada usina membro é ajustada de forma a refletir a efetiva geração do MRE (denominada Garantia Física Ajustada). Ainda que algumas geradoras do MRE tenham produção acima de seus níveis de Garantia Física, se o MRE como um todo não for capaz de atingir os níveis totais de Garantia Física, aquelas geradoras receberão, ainda assim, níveis de Garantia Física Ajustada que estarão abaixo de seus níveis de Garantia Física, compartilhando o déficit hidrológico do MRE.

Nesse contexto, vê-se que o regime de chuvas possui impacto direto na operacionalização do MRE e na mitigação (ou agravamento) do risco hidrológico. Dessa forma, é certo que períodos de maior escassez de chuvas costumam agravar o cenário e podem impactar negativamente a geração de energia hidrelétrica por todo o país, diminuindo a Garantia Física Ajustada das usinas do MRE e obrigando-as a adquirir energia no mercado de curto prazo ou no mercado livre.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Especificamente para a Companhia, historicamente, há um volume excedente de recursos em relação ao seu consumo, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Assim, a Companhia busca comercializar de forma antecipada os volumes excedentes de energia para reduzir o risco de exposição aos preços do mercado de curto prazo.

A geração própria de energia de 691MWm em 2025 foi 3% inferior à geração de 716MWm observada em 2024, principalmente pela menor geração no Complexo de Juquiá e pelo cenário hídrico menos favorável. Em relação aos contratos, a celebração de um novo acordo de 50MWm vigente a partir do 1T25 é o principal motivo do aumento do volume de 162MWm em 2025 vs. 108MWm de 2024. Por outro lado, o custo dos contratos foi de R$411/MWh em 2025, 67% superior ao custo médio dos contratos do ano anterior. A principal razão para isso foi a negociação de um swap sobre um dos contratos, em que o custo subiu de US$45,00/MWh, em 2024, para US$106,50/MWh, em 2025. O novo contrato firmado, de 50MWm, mitigou parcialmente esse aumento.

Importante destacar que esse swap não impacta o volume do balanço energético, ele foi realizado para reduzir a exposição de risco da Companhia, no seu prazo remanescente, trocando a exposição de IPCA e IGP-M (indexadores do contrato original) por valores fixos expressos em dólar. Adicionalmente, o swap modificou o impacto líquido de fluxo de caixa quando avaliado conjuntamente com o contrato original.

Para 2026, o preço deste contrato segue em linha com 2025. Contudo, daqui até o término do mesmo, os volumes são decrescentes: 104MWm em 2025, 96MWm em 2026 e 93MWm em 2027 e 2028, sujeitos à variação cambial, mas sem correção monetária. Para a CBA, essa exposição funciona como um *hedge* natural, uma vez que a receita da Companhia é majoritariamente atrelada ao dólar.

Geração de Energia Elétrica no Setor de Alumínio

As mudanças climáticas encabeçam a lista das maiores preocupações mundiais nas últimas décadas. O tema tem ganhado relevância no cenário global e a indústria de alumínio possui uma alta representatividade em termos de emissões de gases estufa. A maior parte do alumínio, contudo, ainda é produzida por meio do uso da energia elétrica gerada a partir de combustão de carvão ou de gás natural.

Tal produção é responsável por cerca de 4% das emissões mundiais de CO2 e segundo a IAI, o que torna o setor decisivo para os esforços de combate à mudança climática, sendo este um tópico recorrente na LME.

Estudos da PSR Energy Consulting, IRENA Remap e CRU indicam que em 2050 as emissões de CO2 globais devem chegar a 33 Gt em um cenário base. Contudo, em um cenário no qual a descarbonização global evolua de forma satisfatória, as emissões estimadas são de 10 GtCO2, uma redução de aproximadamente 70%.

Os principais drivers para a descarbonização são (i) evolução da matriz energética global em direção a uma maior participação de fontes renováveis, (ii) transportes com baixa emissão de carbono como os veículos elétricos e (iii)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

construções com eficiência energética e uso de materiais com maior nível de reciclabilidade e resistência. Em todas essas frentes, o alumínio possui papel de destaque conforme infográficos abaixo.



Fonte: PSR Energy Consulting, IRENA REmap e CRU



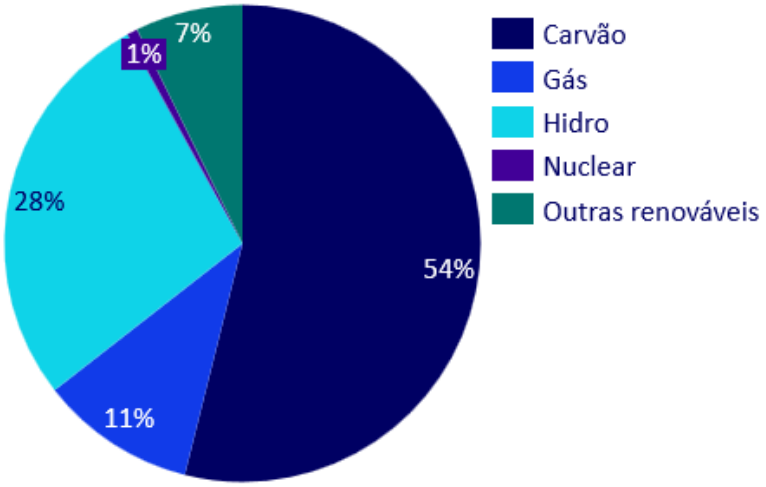
Fonte: PSR Energy Consulting, IRENA REmap e CRU

No cenário global, o carvão ainda se destaca como principal fonte de geração de energia para a produção de alumínio primário, com 58% do total segundo o CRU em 2023.

A China, país que ocupa a liderança na produção do metal com mais da metade do volume global, possui o carvão como principal fonte de geração de energia para a produção de alumínio primário, representando 75%.

MATRIZ ENERGÉTICA DOS SMELTERS NO MUNDO (2024) (%)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: CRU Smelter Cost Model Q4 2024

A energia elétrica e o gás natural são insumos estratégicos na produção do alumínio, tanto do alumínio primário (obtido da bauxita) quanto do alumínio secundário (o metal oriundo da reciclagem). Depois da matéria-prima, a energia (elétrica, para o primário, e o gás, para o secundário) é hoje no Brasil o principal custo de produção. A tendência mundial é de elevação dos índices de autogeração, considerando a garantia de fornecimento do principal insumo dessa indústria, assim como a redução do custo energético.

Atualmente, a Companhia possui capacidade instalada para geração de 1,8GW de energia elétrica, por meio de 21 usinas hidrelétricas e três parques eólicos, apresentando um ganho de eficiência, pela redução de custos e mitigação de riscos relacionados ao suprimento de energia. Entre as indústrias com uso intensivo de energia no Brasil, a Companhia é a segunda maior em capacidade instalada conforme gráfico abaixo.

(I) PARTICIPAÇÃO EM CADA UM DOS MERCADOS

A Companhia é a única companhia integrada de alumínio do Brasil, o que significa que a Companhia atua desde a mineração de bauxita até a produção de um portfólio completo de produtos primários de alumínio (lingotes, tarugos, bobinas casters e placas) e transformados (folhas, chapas, bobinas, telhas, perfis extrudados), desenvolvendo também atividades de reciclagem. A Companhia está localizada no principal polo consumidor do país, possuindo também a maior operação de reciclagem do Brasil para fabricação de tarugos.

A Companhia é uma das líderes no mercado de alumínio no Brasil, conforme dados da ABAL, e possui uma estratégia focada nos segmentos de produtos de alto valor agregado.

A Companhia oferece seus produtos a uma base ampla de clientes, presentes em mercados com sólido potencial de crescimento e com aumento esperado do consumo de alumínio nos próximos anos. Dentre os principais mercados atendidos pela Companhia, cabe destacar: construção civil, embalagens, energia, transporte, bens de consumo, fios e cabos, comercial, automóveis, entre outros.

Com base no volume de produção de alumínio primário em 2024, a Companhia posiciona-se como líder nos segmentos de tarugos e lingote Al-Si no Brasil. Além disso, de acordo com análises de dados da ABAL, estima-se que, pelo volume de produção de produtos transformados no mesmo período, a Companhia também ocupe a liderança no segmento de folhas. Ademais, a Companhia destaca-se como uma das líderes do mercado de transportes em geral.

A posição da Companhia no mercado de alumínio pode ser atribuída, em grande parte, a cadeia integrada de suprimentos e autossuficiência em bauxita, alumina e praticamente a totalidade do consumo de energia. A integração entre bauxita e alumina oferece custos mais competitivos na cadeia de valor e a integração com a geração de energia renovável (100%) oferece segurança de fornecimento no longo prazo, otimização dos custos e baixa pegada de carbono. Essa integração na cadeia de valor e competitividade em custos garante o

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

posicionamento da Companhia entre os líderes de baixo custo global. Adicionalmente, os recursos minerais de alta qualidade garantem a perenidade das operações e a competitividade na oferta de alumínio.

(II) CONDIÇÕES DE COMPETIÇÃO NOS MERCADOS

A indústria do alumínio é altamente competitiva. Vários dos fatores competitivos mais críticos em nossa indústria são produtos de qualidade, custos de produção (incluindo fonte e custo de energia), preço, acesso e proximidade de matérias-primas, clientes e mercados finais, pontualidade de entrega, atendimento ao cliente (incluindo suporte técnico), inovação de produto e amplitude de ofertas. Em setores onde os produtos de alumínio competem com outros materiais, as diversas características do alumínio também são um fator significativo, especialmente sua leveza, resistência e reciclabilidade.

PRODUÇÃO PRIMÁRIA POR USINA (MIL TONELADAS)

(1) O consórcio Alumar tem como principais acionistas as empresas Alcoa Alumínio S.A. e South32 Minerals S.A. / The consortium Alumar has as main shareholders Alcoa Alumínio S.A and South32 Minerals S.
Fonte: Anuário ABAL 2023

Produção primária por usina
Primary production by plant

Em mil toneladas | *'000 tons*

Produtores / *Producers*	Localização / *Location*	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022r	2023r	2024
Albras	Barcarena (PA)	435,2	446,1	446,7	307,5	326,6	378,9	426,9	405,4	450,4	449,2
Alumar [1]	São Luís (MA)	34,8	-	-	-	-	-	-	59,6	238,4	294,2
CBA - Companhia Brasileira de Alumínio	Alumínio (SP)	302,2	343,9	355,0	351,5	323,6	306,2	344,8	347,4	329,9	365,4
Total		**772,2**	**790,0**	**801,7**	**659,0**	**650,2**	**685,1**	**771,7**	**812,4**	**1 018,7**	**1 108,8**

Nota / *Note*:
[1] O consórcio Alumar tem como principais acionistas as empresas Alcoa Alumínio S.A. e South32 Minerals S.A. / *The consortium Alumar has as main shareholders Alcoa Alumínio S.A and South32 Minerals S.A.*

A produção total de alumínio primário no país concentra-se na Albras, Alumar e CBA. Ao longo da última década, players com menor nível de integração, especialmente em energia, encerraram suas operações de alumínio no país. O preço da energia no país era muito caro e desfavorecia a produção de alumínio. Sobreviveram as empresas mais competitivas. Contudo, vale notar que o cenário hoje é diferente. A matriz energética do país vem mudando e, com um câmbio depreciado, o custo de energia se tornou competitivo, especialmente quando apresentado em dólares.

Vale notar que, como explicitado anteriormente, entre os anos de 2009 e 2013, o preço do LME All-in em reais se manteve próximo dos níveis do período da crise financeira internacional. Em outras palavras, anos subsequentes de preços ruins geraram uma pressão negativa sobre o caixa das companhias produtoras e, como é evidenciado na tabela acima, vantagens comparativas de custo e integração produtiva determinam no médio e longo prazo as empresas vencedoras do setor. Tal dinâmica competitiva do mercado de commodities e, em especial, do mercado de alumínio, favorece os players com maior flexibilidade na oferta de produtos, capazes de superar momentos de mercado de acordo com a demanda, ofertando produtos de qualidade com baixo custo.

Os principais competidores da Companhia no mercado doméstico são a Albras, a Alumar e a Novelis. No mercado internacional há players comparáveis como Hydro, Hongqiao, Kaiser, Constellium, Arconic e Alcoa.

Por produto, os principais competidores da Companhia são:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. Lingote P1020: Albras e Alumar

b. Tarugo: Hydro, Alcoa, Prolind e Tarugo importado

c. Lingote liga: Albrás

d. Vergalhão: Termomecânica e Grupo Intelli

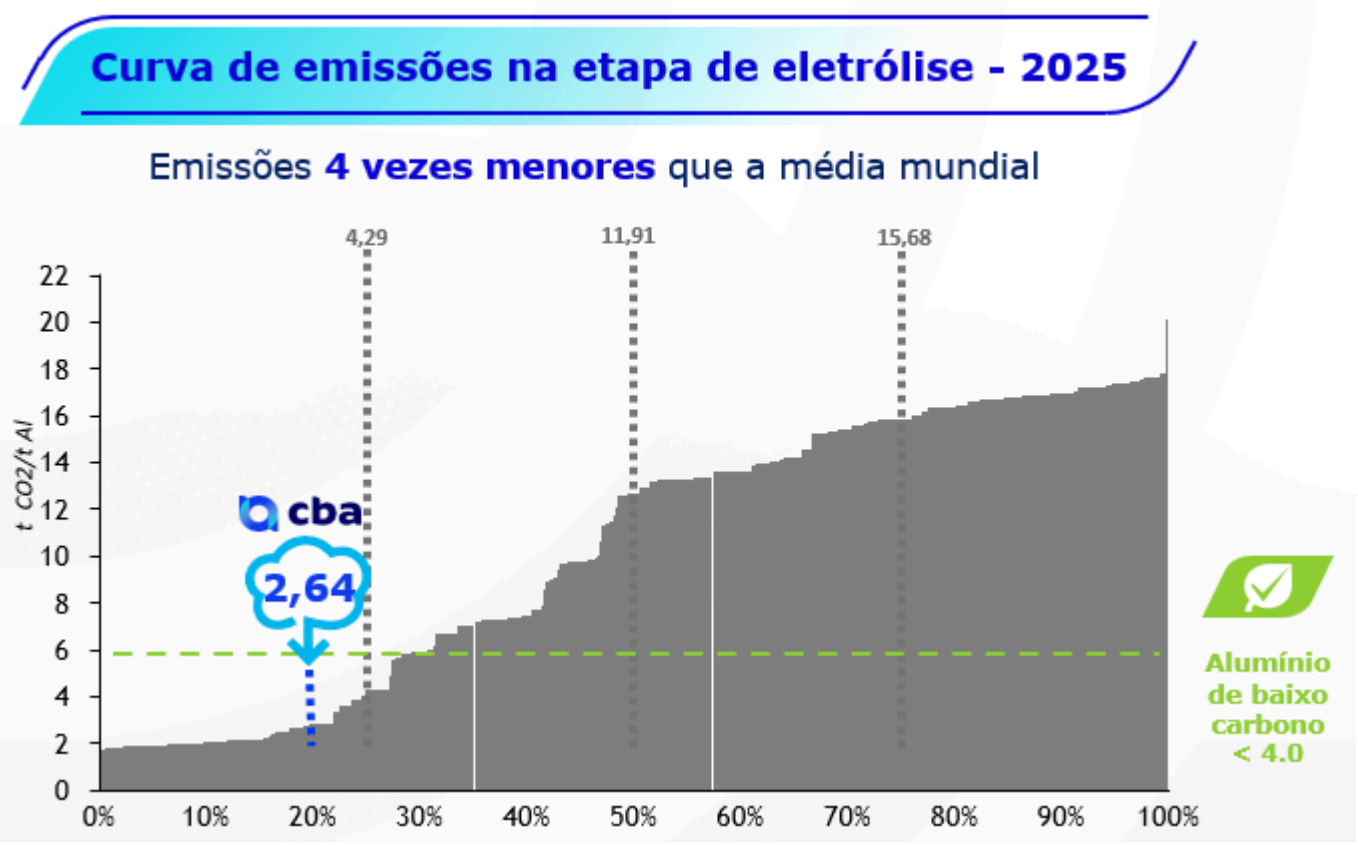
e. Folhas: Produtos importados (destaque para os produtores chineses)

f. Chapas: Novelis, Alcast e importados (destaque para os produtores chineses)

g. Extrudados: mercado bastante pulverizado entre pequenos produtores.

Além disso, a Companhia destaca-se na produção de alumínio de baixo carbono por meio de uma atuação orientada por princípios ESG. A Companhia está entre os 15 maiores produtores de alumínio de baixo carbono (excluindo a China). Grande parte disso deve-se ao uso de energia renovável para a produção. Assim, na dinâmica competitiva futura com players internacionais em busca da venda de alumínio de baixo carbono, a Companhia está bem posicionada em comparação a outros players mundiais na produção de alumínio de baixo carbono.

CURVA DE EMISSÃO DE CARBONO COM PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO NAS SALAS FORNOS



Fonte: CRU Smelter Cost Model Q4 2023.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

BENEFÍCIOS FISCAIS OU SUBSÍDIOS

A Companhia usufrui de benefícios fiscais, descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Salientamos que, com base em informações públicas, foi possível constatar que o Estado de Pernambuco editou normas para convalidar (Decreto nº 45.801/2018) e reinstituir (Decreto nº 46.957/2018) a legislação do PRODEPE

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e demais benefícios fruídos pela Companhia. Da mesma forma, o Estado de São Paulo convalidou (Decreto nº 63.320/2018) e reinstituiu (Decreto nº 64.118/2019) o art. 489 do RICMS/SP, base legal dos regimes especiais concedidos.

Ressaltamos ainda que eventual descumprimento dos requisitos exigidos para a fruição dos regimes especiais, das regras de convalidação ou reforma das legislações pode impactar na fruição dos benefícios fiscais/regimes especiais e, consequentemente, na atividade da Companhia. Para mais informações, vide “Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais” no item 4.1. deste Formulário de Referência.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria-prima e outras despesas

A matéria-prima da produção de alumínio é a bauxita. A Companhia produz a sua própria bauxita através de um modelo de negócio 100% integrado (processo produtivo se inicia na mineração e termina no desenvolvimento do processo de reciclagem, conforme descrito no item “a” acima).

Dessa forma, a Companhia não possui exposição ao custo da matéria-prima.

Dependência de tecnologia

Nosso modelo de negócios não é dependente de tecnologia.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) eventual sazonalidade

Não existe sazonalidade relevante no negócio da Companhia.

(e) principais insumos e matérias-primas, informando:

(I) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades da Companhia relativas à pesquisa e extração de substâncias minerais, especialmente da bauxita, para a produção de alumínio, estão sujeitas à legislação federal e à regulamentação específica emitida pela Agência Nacional de Mineração – ANM, bem como as atividades de geração de energia elétrica utilizada para suas operações estão sujeitas à legislação federal do setor e à regulamentação específica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme detalhado no item 1.6 deste Formulário de Referência.

Atualmente, a Companhia tem mais de 4.600 fornecedores ativos, que abrangem todos os segmentos da cadeia, desde pequenos fornecedores locais até grandes indústrias. A Companhia mantém as relações comerciais por meio de documentos escritos (contratos ou pedidos de compra), cujos prazos podem variar.

A Companhia busca sempre parcerias valiosas, baseadas na ética, na conformidade e na sustentabilidade, utilizando em seu processo competitivo critérios objetivos e imparciais.

A relação da Companhia e certos fornecedores estão sujeitos à regulamentação específica, já detalhada no item 1.6 deste Formulário de Referência. Além disso, os produtos e serviços contratados da Companhia poderão estar sujeitos a normas, padrões e procedimentos técnicos aplicáveis.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os principais insumos e matérias-primas utilizados pela Companhia em seu processo produtivo são: coque calcinado, soda, piche e lingotes de alumínio.

(II) EVENTUAL DEPENDÊNCIA DE POUCOS FORNECEDORES

Compra de coque: A Petrobras é a única produtora nacional. O coque da Petrobras possui baixo teor de enxofre, o que é importante para a produção da Companhia e tem uma especificação restrita para o mercado de coque internacional. Tal restrição não impede a operação, mas poderá acarretar um aumento de custo para a Companhia, caso seja necessário importar coque calcinado, em razão do aumento de custos logísticos.

Piche: restrição de oferta nacional em termos de quantidade e qualidade. Há dois fornecedores nacionais: Gerdau e Elkem. Há possibilidade de importar o produto em seu estado sólido; entretanto, há restrição de capacidade de derretimento em terceiros contratados, e aumento de custos na operação da Companhia, em caso de importação. A Companhia construiu uma planta de derretimento em sua unidade de Alumínio/SP que permite aumentar a participação da importação de piche sólido no mix da CBA de forma competitiva.

Vapor: a Companhia firmou um Contrato de Industrialização de Vapor de Água por Encomenda e Outras Avenças, com a Combio Energia S.A., por meio do qual a Companhia cedeu uma área para construção da instalação de nova(s) caldeira(s) de queima de biomassa, com um prazo de 10 (dez) anos após o início da operação. No caso de encerramento do Contrato mencionado, a Companhia possui caldeiras a gás, de backup, para suportar a produção mediante o aumento da compra de gás natural com a concessionária local (Naturgy). No entanto, tal movimento depende de planejamento com antecedência, avaliando a necessidade de ajuste das caldeiras para consumo de óleo combustível, se necessário, antes de migrar para o consumo de gás natural.

Transportes ferroviários a Companhia possui contratos de transporte ferroviário com as concessionárias MRS, VLI e Rumo, sendo que tais contratos possuem cláusula de *take or pay*. Estes contratos são fundamentais para o transporte de bauxita até a fábrica em termos de competitividade para o negócio e redução das emissões de CO2. Além disso, a Companhia obteve junto à ANTT a condição de Usuário Dependente da ferrovia para os transportes realizados pela VLI, o que, na visão da Companhia, garante a prestação de serviços competitivos pela concessionária.

(III) EVENTUAL VOLATILIDADE EM SEUS PREÇOS

Coque calcinado, piche e soda cáustica: são insumos importantes na composição do custo da Companhia e seus preços são influenciados pela dinâmica de oferta e demanda em suas respectivas indústrias. No caso do coque, há uma relação estreita com a indústria de refino, o piche com a siderurgia e a soda com a indústria de cloro-álcalis. A Companhia acompanha esses mercados a fim de monitorar e potencialmente mitigar variações abruptas de preços. Os preços do coque calcinado e da soda cáustica acompanham indicadores de mercado internacionais e são acessíveis através de publicações de instituições isentas.

Lingotes de alumínio: a Companhia compra lingotes de alumínio tanto para produção de produtos transformados de alumínio quanto para revenda no mercado brasileiro. A volatilidade no preço de compra de lingotes tem pouca influência na lucratividade da companhia, pois eventuais variações são repassadas nos preços de venda dos produtos.

Transporte ferroviário: Os contratos do modal ferroviário possuem uma fórmula paramétrica, cujos principais drivers de variação do preço são IGP-M (FGV) e Diesel.

[1] CRU Aluminum Market Outlook January 2025

1.5 Principais clientes

1.5 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Em 31 de dezembro de 2025, a companhia possuía 1 (um) cliente responsável por 11,75% da receita líquida total do segmento operacional de alumínio.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O segmento operacional afetado pelas receitas do cliente foi o alumínio.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações Regulamentação Minerária Brasileira

REGULAMENTAÇÃO MINERÁRIA BRASILEIRA

No Brasil, a atividade de mineração é regida pela Constituição Federal de 1988, pelo Decreto-Lei nº. 227, de 28 de fevereiro de 1967 (“Código de Mineração”), pelo Decreto nº 9.406/2018 (“Regulamento ao Código de Mineração”), pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”) e pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”), bem como por outros decretos, leis, portarias e regulamentos, que definem as formas de aproveitamento das substâncias minerais e impõem às mineradoras diversas obrigações e responsabilidades sobre o modo como as jazidas minerais são pesquisadas, exploradas, a segurança dos trabalhadores e das comunidades locais onde as minas estão localizadas, a proteção e recuperação do meio ambiente, entre outras responsabilidades. A regulamentação também determina a competência do Governo Federal sobre essa indústria e o escopo das autoridades do setor minerário.

As atividades de mineração no Brasil são reguladas pelo MME e pela ANM. O MME é responsável pela elaboração e coordenação das políticas públicas relativas à produção de minérios e energia e possui jurisdição sobre as agências governamentais e empresas estatais responsáveis pela execução de tais políticas nos setores de energia elétrica, óleo e gás, mineração, dentre outros.

A ANM é uma agência vinculada ao MME com competência para fiscalizar, analisar e promover a economia mineral brasileira, conceder direitos para pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como planejar e monitorar tais atividades, dentre outras competências previstas na legislação minerária.

Nos termos do artigo 176 da Constituição Federal de 1988, os recursos minerais, jazidas, em lavra ou não, e os potenciais de energia hidráulica, para efeito de exploração ou aproveitamento, constituem propriedade distinta da do solo e pertencem exclusivamente à União, sendo competência privativa desta legislar sobre tais recursos. Brasileiros ou empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País podem efetuar a pesquisa e a lavra de recursos minerais desde que previamente autorizados pela ANM, conforme requisitos estabelecidos no Código de Mineração, estando sujeitos a restrições relativas à proteção ao meio ambiente e à ocupação de faixa de fronteira, de áreas de comunidades indígenas e quilombolas, bem como de assentamentos rurais.

Atualmente, o Código de Mineração prevê os seguintes regimes para aproveitamento das substâncias minerais no Brasil, que diferem de acordo com o minério a ser explorado e a dimensão do projeto a ser desenvolvido. Esses regimes são:

- Autorização e Concessão: regime geral, dividido em duas fases: (i) autorização de pesquisa para as atividades de pesquisa mineral; e (ii) concessão de lavra para a extração e beneficiamento de substâncias minerais;
- Licenciamento: concedido por meio de licença outorgada por autoridades municipais, em caráter exclusivo, ao proprietário do solo ou por ele autorizado. A licença, que deverá ser registrada na ANM, poderá ser outorgada exclusivamente para a extração de determinadas substâncias minerais utilizadas na construção civil, pedras para pavimentação, argila para a preparação de cerâmica vermelha e calcário para correção de acidez do solo;
- Permissão de Lavra Garimpeira: concedida a brasileiros ou cooperativas de garimpeiros para exploração imediata de determinadas substâncias (tais como ouro, diamantes, pedras preciosas) em uma reserva mineral que, em função de sua natureza, dimensão, localização e uso econômico, pode ser explorada independentemente de atividades prévias de pesquisa mineral, de acordo com os critérios estabelecidos pela ANM; e

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Monopólio: compete exclusivamente a União pesquisar, lavrar, enriquecer, reprocessar, industrializar e comercializar minérios e minerais nucleares e seus derivados.

As atividades de mineração da Companhia estão atualmente sujeitas ao regime de autorização/concessão acima descrito. A Companhia obteve, ou está no processo de obtenção, as autorizações e concessões necessárias para a condução de suas operações, e poderá ser necessário solicitar a renovação de tais autorizações ou requerer autorizações e concessões adicionais no futuro.

Regime de Autorização de Pesquisa e Concessão de Lavra

Com a finalidade de aferir a existência de recursos minerais e a eventual viabilidade econômica da extração mineral de determinada área, a parte interessada em realizar pesquisa mineral deve protocolar, junto à ANM, requerimento de pesquisa devidamente formulado conforme requisitos estabelecidos no Código de Mineração e regulamentação minerária.

A autorização de pesquisa é concedida por ordem de chegada, isto é, ao primeiro interessado que apresentar um requerimento devidamente instruído para uma área livre, isto é, que não esteja associada a outros direitos minerários preexistentes. Caso a área não esteja livre, o requerimento de pesquisa será indeferido. Na hipótese de apenas uma porção da área requerida estar livre, a ANM poderá conceder a autorização de pesquisa para a parcela livre da área, desde que a pesquisa nela seja tecnicamente e economicamente viável.

A autorização de pesquisa confere ao seu titular o direito de realizar trabalhos de pesquisa mineral para avaliação da jazida e sua viabilidade econômico-financeira. A autorização de pesquisa é outorgada por um prazo de 1 (um) a 3 (três) anos contados da sua publicação no Diário Oficial da União (“DOU”), renováveis pelo mesmo período sob determinadas circunstâncias.

O titular do alvará de pesquisa deverá iniciar os trabalhos em até 60 (sessenta) dias contados da data em que o alvará foi publicado no DOU, e não poderá suspender os trabalhos sem o prévio consentimento da ANM, que poderá ser concedido após análise das razões apresentadas para justificar a suspensão.

Via de regra, as autorizações de pesquisa podem ser prorrogadas uma única vez, mas também podem ser prorrogadas mais de uma vez sob determinadas circunstâncias previstas no Regulamento do Código de Mineração, que compreendem o impedimento ao acesso à área pesquisada ou recusa pela autoridade ambiental competente de assentir ou emitir as licenças necessárias para pesquisa. Contudo, tais circunstâncias deverão ser devidamente comprovadas pelo titular da autorização de pesquisa, o qual deve demonstrar que (i) agiu diligentemente e tomou todas as ações necessárias para obter acesso à área; e (ii) não contribuiu, por ação ou omissão, para o não ingresso na área ou expedição do assentimento ou da licença ambiental.

Ao final dos trabalhos de pesquisa, o titular do alvará deverá submeter um relatório final de pesquisa à ANM, no qual deverá descrever os trabalhos realizados e os resultados obtidos. Se o relatório final de pesquisa for aprovado pela ANM, o titular do alvará de pesquisa deve protocolar perante o MME, no prazo de 1 (um) ano, o requerimento para concessão de lavra. Junto com este requerimento deverá ser apresentado o Plano de Aproveitamento Econômico (“PAE”) da mina, indicando as servidões minerárias necessárias. Para a efetiva obtenção da concessão de lavra, o PAE deverá ser aprovado e a respectiva licença ambiental de instalação obtida perante o órgão ambiental.

Excepcionalmente, o titular da autorização de pesquisa pode requerer à ANM a chamada guia de utilização, que o permite, em caráter excepcional, extrair montantes limitados de substâncias minerais.

Mediante a obtenção da concessão de lavra, o seu titular deverá iniciar os trabalhos de lavra no prazo de 6 (seis) meses e, via de regra, não poderá suspendê-los por mais de 6 (seis) meses consecutivos sem o prévio consentimento da ANM, o qual estará sujeito às justificativas apresentadas e demonstradas pela companhia.

Atualmente, a concessão de lavra é concedida por prazo indeterminado, mas considera as reservas minerais evidenciadas no PAE, que podem ser revistas de tempos em tempos, sendo válida até o esgotamento da jazida.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Direitos minerários poderão ser transferidos, parcial ou totalmente, desde que a cessão seja aprovada pela ANM. Caso o requerimento de cessão dos direitos minerários não esteja devidamente instruído ou na hipótese de a mineradora possuir débitos de CFEM e/ou TAH em processo de cobrança, a cessão pode vir a ser indeferida.

Nos termos do Código de Mineração, é possível onerar concessões de lavra, inclusive para fins de financiamento de projeto, contudo, a validade de tal oneração dependerá da averbação pela ANM. De acordo com a atual regulamentação, apenas concessões de lavra podem ser oferecidas em garantia.

A ANM ou o MME, conforme aplicável, poderá revogar autorizações de pesquisa e concessões de lavra, garantido o devido processo legal, sob determinadas circunstâncias que incluem:

- descumprimento de obrigações regulatórias (pagamento de royalties, taxas ou outras obrigações relacionadas á pesquisa e lavra);
- não realização dos trabalhos de pesquisa ou lavra, conforme aplicável, de acordo com os planos apresentados e aprovados pela ANM;
- suspensão dos trabalhos de lavra por mais de 6 (seis) meses sem justificativa e sem obter o prévio consentimento da ANM; e
- prática de atividades de lavra, beneficiamento ou armazenamento de minérios, disposição de estéreis ou de rejeitos em condições que resultem em graves danos à população ou ao meio ambiente.

Acesso e ocupação da área

Caso o titular de autorização de pesquisa ou concessão de lavra não detenha a propriedade da área onde a jazida e/ou a infraestrutura necessária para a mineração se encontram, poderá obter o direito de acessar e ocupar a área por meio da servidão minerária a ser concedida pela ANM mediante requerimento apresentado de acordo com o Código de Mineração e a regulamentação aplicável.

Os titulares de autorização de pesquisa e concessão de lavra têm a obrigação de pagar uma renda aos superficiários pelo acesso e ocupação das suas terras, bem como indenizá-los por eventuais danos que sejam causados. Esses valores poderão ser livremente negociados entre as partes, porém, caso não haja acordo, os valores serão arbitrados em juízo.

Após o início das atividades de lavra, os superficiários também farão jus à participação nos resultados da lavra (royalty) correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da CFEM devida, caso outro valor não venha a ser acordado entre as partes.

Atualmente, parte das operações de mineração da Companhia está localizada em propriedades de terceiros. Desse modo, a Companhia está sujeita ao pagamento de royalties em valores respectivamente acordados sobre a lavra realizada em tais propriedades.Por outro lado, a Companhia também faz jus ao recebimento de royalties pagos por mineradoras que utilizam e ocupam os seus imóveis.

Encargos minerários

Na vigência do alvará de pesquisa, o seu titular incorrerá no pagamento da Taxa Anual por Hectare (“TAH”). A regulamentação específica estabelecerá o valor aplicável. De acordo com a Resolução da ANM nº 230/2026, desde 1º de março de 2026, o valor da TAH é de R$ 4,94 por hectare durante o prazo original do Alvará de Pesquisa e R$ 7,41 por hectare durante a prorrogação do prazo do Alvará.

É assegurada à União, aos Estados e Municípios a participação nos resultados da exploração de recursos minerais, conhecida como CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (royalty).

A Lei nº 13.540/2017 alterou a regulamentação sobre a CFEM, estabelecendo que o recolhimento da CFEM ocorrerá por ocasião (i) da primeira saída por venda de bem mineral, (ii) do ato de arrematação, nos casos de bem mineral adquirido em hasta pública, (iii) do ato da primeira aquisição de bem mineral extraído sob o regime de lavra garimpeira e (iv) do consumo de bem mineral.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A alíquota da CFEM a ser aplicada varia de acordo com a substância mineral (atualmente entre 1% e 3,5%). As alíquotas da CFEM incidirão (i) na venda, sobre a receita bruta da venda, deduzidos os tributos incidentes sobre a sua comercialização; (ii) no consumo, sobre a receita bruta calculada, considerado o preço corrente do bem mineral, ou de seu similar, no mercado local, regional, nacional ou internacional, conforme o caso, ou o valor de referência, definido a partir do valor do produto final obtido após a conclusão do respectivo processo de beneficiamento; (iii) nas exportações, sobre a receita calculada sobre o que for maior entre (a) a receita calculada/incorrida ou (b) o preço definido pelo Método do Preço sob Cotação na Exportação – PECEX ou o valor de referência definido pela ANM caso não seja possível definir o preço pelo PECEX; (iv) na hipótese de bem mineral adquirido em hasta público, sobre o valor de arrematação; ou (v) na hipótese de extração sob o regime de permissão de lavra garimpeira, sobre o valor da primeira aquisição do bem mineral.

Adicionalmente, em determinados estados brasileiros (tais como Minas Gerais, Amapá, Pará e Mato Grosso do Sul) é cobrada a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Mineração (TFRM), uma taxa mensal para subsidiar o acompanhamento e fiscalização das atividades nesses estados.

Barragens de Mineração

Por meio da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e alterada pela Lei Federal 14.066/2020, foi promulgada a Política Nacional de Segurança de Barragens (“PNSB”), que estabelece os principais regramentos acerca da construção, operação e manutenção de barragens para acumulação de água para qualquer uso, disposição final ou temporária de rejeitos e a acumulação de resíduos industriais. Com relação a barragens utilizadas na mineração, os titulares de direitos minerários deverão observar não apenas as regras previstas na PNSB, mas também no Código de Mineração, a regulamentação da ANM e as normas e padrões técnicos aplicáveis, sendo responsáveis pela adoção de ações concretas para garantir a segurança de suas barragens, estando sujeitos à fiscalização da ANM e das autoridades ambientais competentes.

De forma geral, as barragens são classificadas de acordo com o risco e o dano potencial associados à sua operação, com base nas suas condições técnicas, métodos construtivos, status de manutenção e cumprimento da PNSB, o que também considera os impactos decorrentes de um possível rompimento da estrutura.

Mineradoras que operam barragens em suas minas deverão submeter às autoridades competentes (especialmente a ANM, os órgãos ambientais competentes e as autoridades locais) informações técnicas atualizadas sobre suas barragens, que incluem manuais e políticas adotadas para monitoramento das condições de segurança da barragem, relatórios de inspeção, dados da qualificação técnica do pessoal responsável, bem como o Plano de Ação Emergencial (“PAEBM”).

Adicionalmente, as Resoluções ANM nº 95/2022 e nº 220/2025, consolidaram as normas da ANM a respeito da segurança das barragens de mineração. A legislação prevê os prazos para execução ou atualização do Plano de Segurança de Barragem, que inclui os relatórios de inspeção, o PAEBM, bem como a Declaração de Condição de Estabilidade da Barragem devidamente assinada pelo técnico responsável conjuntamente com a pessoa de maior autoridade na hierarquia da empresa responsável, a qual deverá ser submetida semestralmente à ANM nos meses de março e setembro de cada ano, sujeito à penalidade de embargo ou suspensão da atividade da barragem de mineração caso tal declaração não seja apresentada.

O PAEBM deverá conter a descrição de possíveis emergências que poderão acontecer com relação à barragem, bem como as medidas que deverão ser tomadas para cada situação a fim de mitigar os danos e perdas de vidas, conforme estabelecido na PNSB. Desde a promulgação da Lei nº 14.066/2020, o PAEBM passou a ser requerido para todas as barragens de rejeitos, independentemente da sua classificação de risco ou dano potencial associado. Quando da elaboração do PAEBM, é exigido que as mineradoras consultem previamente as autoridades locais de defesa civil e segurança, bem como representantes de comunidades locais, cujo envolvimento também é exigido caso o PAEBM seja executado.

Quaisquer descumprimentos das obrigações estabelecidas na PNSB poderá sujeitar o infrator a penalidades como advertências, multas, suspensão das obras, demolição, suspensão parcial ou total das atividades, apreensão de minérios, bens e equipamentos, caducidade do título, sanção restritiva de direitos (por exemplo, suspensão de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

licenças, perda de incentivos fiscais e suspensão da participação em linhas de financiamento), nos termos do Regulamento ao Código de Mineração, conforme aditado pela Lei nº 14.066/2020. Com relação à penalidade de multa por descumprimento de obrigações previstas na PSNB, seu valor poderá variar de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) de acordo com a gravidade da infração a ser avaliada pela autoridade competente.

REGULAMENTAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

A Constituição Federal brasileira prevê que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica pode ser realizada diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações.

Historicamente, tais serviços eram explorados principalmente pelo Governo Federal. Há cerca de 20 anos, o Governo Federal adotou diversas medidas para reformular o setor elétrico brasileiro. Em geral, essas medidas visavam aumentar a participação do investimento privado e eliminar restrições aos investimentos estrangeiros, aumentando, dessa forma, a concorrência no setor.

Em particular, o Governo Federal adotou as seguintes medidas:

- Em 13 de fevereiro de 1995, o Governo Federal promulgou a Lei nº 8.987, que regulamentou o artigo 175 da Constituição Federal, e, em 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.074, que estabeleceu normas para outorga e prorrogação das concessões de serviços públicos existentes e desverticalização dos serviços de energia elétrica. Tais leis, em conjunto: (i) exigiram que todas as concessões para prestação de serviços relacionados à energia elétrica fossem outorgadas por meio de processos licitatórios; (ii) permitiram, gradualmente, que determinados consumidores de energia elétrica que apresentassem demanda significativa, designados Consumidores Livres, adquirissem energia elétrica diretamente de concessionárias, permissionárias ou autorizatárias, tendo a opção, desta forma, de escolher seu fornecedor de energia; (iii) criaram a figura dos chamados produtores independentes e dos autoprodutores de energia elétrica que, por meio de concessão, permissão ou autorização, podem, respectivamente, gerar e vender, por sua conta e risco, a totalidade ou parte de sua energia elétrica a consumidores livres, distribuidoras, comercializadoras, dentre outros e gerar energia elétrica para seu consumo próprio; e (iv) concederam aos consumidores livres e geradores de energia elétrica livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão, dentre outros pontos.
- A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, instituiu a ANEEL com suas atribuições de órgão regulador e, em 6 de agosto de 1997, foi criado o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE por meio da Lei nº 9.478. Antes de 1997, o setor elétrico no Brasil era totalmente regulado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, que atuava por intermédio do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE. O DNAEE, além de outras, possuía competência para outorgar concessões de geração, transmissão e distribuição de eletricidade e desempenhava importante papel no processo de fixação de tarifas. Atualmente, a competência para fixação de tarifas é atribuída à ANEEL, uma autarquia independente por força da lei que a criou. Já a outorga de concessões compete ao Governo Federal, como Poder Concedente, que atua por meio do MME.

• Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, destinada a reformar a estrutura básica do setor elétrico que dispôs sobre as seguintes matérias: (i) criação do Operador Nacional do Sistema - ONS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional - SIN; e (ii) estabelecimento de processos licitatórios para outorga de concessões para construção e operação de usinas e instalações de transmissão de energia elétrica.

• Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei nº 10.848/2004, em um esforço para reestruturar o setor, tendo por meta precípua proporcionar aos consumidores fornecimento seguro de energia elétrica com modicidade tarifária. A referida lei foi regulamentada por decretos presidenciais dentre os quais, o Decreto nº 5.163/04, que dispôs, principalmente, sobre a comercialização de energia elétrica.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em 15 de novembro de 2025, o Governo Federal promulgou a Lei nº 15.269. A lei destina-se a alterações estruturais no marco regulatório do setor elétrico, em especial, com atuação em geração e autoprodução de energia. Entre os principais pontos, a norma redefiniu as regras de enquadramento da autoprodução, especialmente na modalidade por equiparação, ao exigir maior vínculo econômico e societário entre o consumidor e o empreendimento gerador, reduzindo a flexibilidade antes existente para estruturas contratuais. Além disso, reorganizou o regime de concessões e permissões dos serviços de energia elétrica, estabeleceu novas condições para prorrogação, renovação e relicitação dos contratos, condicionando esses processos ao atendimento de critérios de eficiência, modicidade tarifária e aderência às diretrizes do novo modelo setorial.

Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro

- Ministério de Minas e Energia: O MME é o principal órgão do setor energético do Governo Federal, o qual atua como Poder Concedente em nome do Governo Federal, e tem como principal atribuição o estabelecimento das políticas, diretrizes e da regulamentação do setor. Subsequentemente à aprovação da Lei n° 10.848/2004, o Governo Federal, atuando principalmente por intermédio do MME, assumiu certas atribuições anteriormente de responsabilidade da ANEEL. Entre as atribuições assumidas estão a elaboração de diretrizes que regem a outorga de concessões e a expedição de normas que regem o processo licitatório para concessões de serviços públicos e instalações de energia elétrica.
- Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL): O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, autarquia federal em regime especial. Depois da promulgação da Lei nº 10.848/2004, as principais competências da ANEEL passaram a ser: (i) regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME; e (ii) responder a questões a ela delegadas pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica; (ii) promulgação de regulamentos para o setor elétrico; (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, incluindo a utilização de energia hidrelétrica; (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões, mediante delegação do MME; (v) solução de litígios administrativos entre os agentes do setor elétrico; e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de transmissão.
- Conselho Nacional de Política de Energia (CNPE): Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para o desenvolvimento e criação da Política Nacional de Energia. O CNPE é presidido pelo MME, sendo a maioria de seus membros ministros do Governo Federal. Sua finalidade consiste em otimizar a utilização de recursos energéticos do Brasil, de maneira a assegurar o atendimento da demanda do País.
- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS): O ONS foi criado em 1998 e se caracteriza como uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por geradores, transmissores, distribuidores e consumidores livres, além de outros agentes, tais como importadores e exportadores de energia elétrica. A Lei nº 10.848/2004 conferiu ao Governo Federal poderes para indicar três membros da Diretoria Executiva do ONS. O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do Sistema Interligado, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem: (i) o planejamento da operação da geração e transmissão de energia elétrica; (ii) a organização e controle da utilização do SIN e interconexões internacionais; (iii) a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor; (iv) o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico; (v) a apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica - propostas estas que serão levadas em consideração no planejamento da expansão do sistema de transmissão; (vi) a proposição de normas relativas à operação do sistema de transmissão para aprovação pela ANEEL; e (vii) a elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE): A CCEE sucedeu, a partir de 2004, o Mercado Atacadista de Energia (MAE), absorvendo todas as suas atividades e ativos. O principal papel da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Integrado Nacional (SIN), sendo responsável por: (i) registrar todos os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL); e (ii) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo. A CCEE é composta por detentores de concessões, permissões e autorizações do setor elétrico, bem como por Consumidores Livres e

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Consumidores Especiais, e o seu Conselho de Administração é formado por quatro membros, nomeados pelos agentes, e por um membro nomeado pelo MME, que ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

De acordo com o Decreto n° 5.163, de 30.07.2004, o cálculo do preço da energia elétrica comprada ou vendida no mercado de curto prazo – ou Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) – é de responsabilidade da CCEE e leva em conta, dentre outros fatores: (i) a otimização do uso dos recursos eletroenergéticos para atendimento das cargas do sistema; (ii) as necessidades de energia elétrica dos agentes; e (iii) o custo do déficit de energia elétrica.

Em 26.10.2004, por meio da Resolução Normativa n° 109, a ANEEL instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, que estabelece a estrutura e a forma de funcionamento da CCEE, dispondo, entre outros assuntos, sobre as obrigações e direitos dos agentes da CCEE, a forma de solução dos conflitos, as condições de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado e no ambiente livre e o processo de contabilização e liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo.

A partir de 01.01.2017, a CCEE tornou-se responsável pela gestão e operação da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Reserva Global de Reversão (RGR), anteriormente de responsabilidade da Eletrobras, em atendimento à Lei n° 13.360, de 17.11.2016, que determinou a CCEE como gestora das referidas contas setoriais.

- Empresa de Pesquisa Energética (EPE): A EPE, cuja criação foi autorizada pela Lei n° 10.847, de 15.03.2004, é uma empresa pública federal responsável pela condução de estudos e destinada a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiam a formulação, o planejamento e a execução de ações do MME no âmbito da Política Energética Nacional.
- Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE): Em 09.08.2004, o Governo Federal promulgou o decreto que criou o CMSE, entidade presidida e coordenada pelo MME e composta por representantes da ANEEL, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE são: (i) acompanhar as atividades do setor energético; (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica; e (iii) elaborar as propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou à restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

Comercialização de Energia

A comercialização de energia como atividade autônoma está prevista na Lei nº 9.074/1995 e no Decreto n° 2.655, de 02.07.1998, estando sujeita a um regime competitivo, do qual diversos agentes podem participar, dentre os quais as geradoras, atuando no regime de serviço público, de produção independente ou no de autoprodução, as comercializadoras e os importadores de energia.

Ambientes para a Comercialização de Energia Elétrica

Nos termos da Lei nº 10.848/2004, as negociações envolvendo compra e venda de energia elétrica serão conduzidas em dois diferentes segmentos de mercado, que funcionam no âmbito da CCEE: (i) o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), que contempla a compra por distribuidoras em leilões públicos para atender aos seus consumidores cativos; e (ii) o Ambiente de Contratação Livre (ACL), que compreende a comercialização direta de energia elétrica entre agentes de geração, comercializadores e consumidores livres e especiais.

O Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

De acordo com a Lei nº 10.848/2004, no âmbito do ACR, os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) deverão ser celebrados entre cada geradora e as distribuidoras do SIN, que são obrigadas a oferecer garantias às geradoras. Conforme as alterações implementadas pela Lei n° 13.360, de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

17.11.2016, as contratações entre as distribuidoras e geradoras com empreendimentos existentes preveem a entrega da energia a partir do ano da respectiva licitação até o ano subsequente e terão prazos de duração de, no mínimo, 1 ano e no máximo 15 anos. As contratações entre as distribuidoras e novos empreendimentos das geradoras preveem a entrega da energia a partir do 3° até o 7° ano contado do ano da respectiva licitação e terão prazo de duração de, no mínimo 15 anos, e no máximo 35 anos.

No ACR, as empresas de distribuição compram a energia que esperam comercializar com seus consumidores cativos por meio de leilões regulados pela ANEEL e organizados pela CCEE. As compras de energia elétrica são feitas de geradoras, comercializadoras e importadoras de energia elétrica e podem ser realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (i) contratos de quantidade de energia; e (ii) contratos de disponibilidade de energia.

Ambiente de Contratação Livre (ACL)

No ACL é realizada a venda de energia entre geradoras, produtores independentes, autoprodutores, comercializadoras de energia elétrica, importadores de energia e consumidores livres e especiais. As condições, valores e preços dos contratos de compra e venda são livremente determinados pelas partes.

Compras de Energia Elétrica conforme a Lei nº 10.848/2004

Em 30.07.2004, o Governo Federal instituiu a regulamentação que rege a compra e a venda de energia no ACR e no ACL, e disciplina as autorizações e concessões para projetos de geração de energia, incluindo regras relacionadas aos procedimentos de leilões e ofertas, a forma dos contratos de compra de energia e o método de repasse aos consumidores finais, entre outros.

A regulamentação determina que todos os agentes compradores de energia elétrica devem contratar a totalidade da sua demanda conforme as diretrizes do novo modelo. Por outro lado, os agentes vendedores devem demonstrar que a energia elétrica disponibilizada para venda tem como respaldo (lastro) suas próprias instalações de geração existentes ou contratos de compra de energia. Os agentes vendedores que não cumprirem estas exigências estarão sujeitos às penalidades
por insuficiência de lastro.

Leilões de Energia

As distribuidoras devem contratar 100% da sua demanda esperada de energia elétrica para suas respectivas áreas de concessão. Para cumprir essa finalidade, as distribuidoras devem realizar aquisições de energia nos leilões regulados pela ANEEL, seja para a aquisição junto a projetos de geração já existentes ou novos.

Os leilões de energia para os novos projetos de geração serão realizados de 3 a 7 anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões “A-3”, “A-4”, “A-5”, “A-6” e “A-7”), conforme mudanças no mecanismo de contratação do mercado regulado trazidas pela Lei n° 13.360, de 17.11.2016, resultante da Medida Provisória n° 735, de 2016. Haverá também leilões de energia das instalações de geração existentes realizados cinco anos antes da data da entrega inicial até meses antes da data de entrega (anos “A” e “A-1”). Cada agente vendedor que contrate a venda de energia por meio do leilão firmará um CCEAR com cada distribuidora, proporcionalmente à demanda declarada na intenção de compra da distribuidora. Os CCEAR dos leilões de energia nova têm prazos que variam de 15 a 35 anos e os CCEAR dos leilões de energia existente têm prazo variado entre poucos meses e 15 anos.

Após a conclusão de cada leilão, as geradoras e as distribuidoras celebram CCEAR estabelecendo os termos, condições, preços e montantes de energia contratada. As distribuidoras apresentam garantias em benefício das geradoras, podendo optar entre fiança bancária, dação de recebíveis em um montante equivalente a 100% da média do valor das últimas três faturas relativas ao CCEAR e cessão de Certificados de Depósito Bancário (CDB).

Leilões de Ajuste

Os leilões de ajuste estão previstos no artigo 26 do Decreto n° 5.163, de 30.07.2004, e na Resolução Normativa ANEEL n° 411, de 28.09.2010, tendo por objetivo complementar a carga de energia necessária ao atendimento do

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

mercado consumidor das distribuidoras, até o limite de 5% dessa carga, a critério do MME. Contratos decorrentes dos leilões de ajustes estão limitados ao prazo de dois anos.

Leilão de Energia de Reserva

Os leilões de energia de reserva têm por objetivo a venda de energia de reserva destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica no SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas para este fim, sejam de novos empreendimentos de geração ou de empreendimentos existentes.

Leilões de Fontes Alternativas

Os leilões de fontes alternativas, regulamentados por meio do Decreto n° 6.048, de 27.02.2007, que altera, parcialmente, a redação do Decreto n° 5.163, de 30.07.2004, foram criados com o objetivo de ser um dos mecanismos para atender o mercado consumidor das distribuidoras.

Garantias Financeiras para comercialização da energia

Mensalmente, a CCEE calcula e exige que todos os agentes aportem garantias financeiras com base na análise de sua exposição no Mercado de Curto Prazo (MCP) em um horizonte de seis meses. No cálculo é considerado o resultado do agente no MCP referente ao último mês contabilizado e as exposições nos cinco meses subsequentes, em função de dados preliminares e dados de geração e consumo declarados pelo agente para esses meses. Caso um agente vendedor não aporte integralmente a garantia exigida, seus contratos de venda não serão integralmente contabilizados no mês, o que pode expor seus compradores ao PLD. Qualquer agente que não aporte integralmente a garantia exigida terá iniciado seu processo de desligamento da CCEE.

Remuneração das Geradoras

As geradoras não têm fixação de tarifas para prestação de seus serviços nem a garantia de equilíbrio econômico-financeiro estabelecido em suas outorgas.

No regime de exploração por autoprodução, as geradoras produzem energia para garantia de seu próprio consumo, via alocação de geração própria e têm a opção de comercializar os excedentes de energia gerada (e não alocada para consumo próprio) no mercado livre. Dessa forma, a remuneração percebida em caso de autoprodução de energia ocorreria por meio da comercialização de excedentes e poderia variar de acordo com os montantes e preços negociados com terceiros.

Por outro lado, há o regime de exploração por meio de produção independente de energia elétrica, no qual as geradoras podem vender sua energia: (i) para as distribuidoras, por meio de leilões públicos regulados pela Aneel, os chamados “leilões regulados”; (ii) para distribuidoras, por meio de leilões próprios da distribuidora, quando se trata de geração distribuída; ou (iii) com seus consumidores finais no ACL, por meio de agentes comercializadores, com preços e condições de fornecimento livremente negociados. A capacidade de comercialização de energia de um agente de geração, em geral, não está associada à sua geração efetiva, mas sim à sua garantia física, definida pelo MME.

Para cada tipo de empreendimento estão definidos critérios específicos para cálculo e revisão de sua garantia física. Como exemplo, a garantia física de empreendimentos de geração hidrelétrica é estabelecida pelo MME com base em modelos computacionais que fazem uso do tratamento estatístico do histórico de afluências na região em questão, fluxos de água dos rios e níveis de água no reservatório de cada usina em um período plurianual. O valor da garantia física dos empreendimentos hidrelétricos poderá ser revisto a cada cinco anos pela Aneel ou na ocorrência de fatos relevantes, até o limite de 5% do valor estabelecido na última revisão, limitado a 10% do valor constante dos respectivos contratos celebrados com o Poder Concedente.

Penalidades Aplicáveis às Concessionárias, Autorizatárias e Permissionárias de Geração

A regulamentação da ANEEL prevê a aplicação de sanções e penalidades aos agentes do setor elétrico e classifica as penalidades com base na natureza e na relevância da violação, dentre as quais destacam-se as

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

penalidades de advertência, multa, embargo de obras, interdição de instalações, suspensão temporária do direito de participar em processos de licitação, impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica, revogação ou suspensão de autorização para operação comercial, intervenção e caducidade Caso a infração verificada seja passível de aplicação de multa, os valores podem atingir até 2% do valor estimado da energia produzida nos casos de autoprodução e produção independente de energia referente ao período de 12 meses imediatamente anterior à lavratura do auto de infração.

Encargos Setoriais

Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD)

A TUSD é paga pelas geradoras e pelos consumidores livres pelo uso do sistema da distribuidora à qual a geradora ou o consumidor livre esteja conectado e é reajustada anualmente, levando-se em conta a variação de seus componentes. A TUSD compreende os custos de operação e manutenção da rede, encargos setoriais, remuneração dos investimentos e suas depreciações. Atualmente, a TUSD é composta de duas partes, uma denominada TUSD Encargos, calculada de acordo com o uso de energia elétrica, e a outra, denominada TUSD Fio, cobrada pela demanda contratada. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em kW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R$/kW.

Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão (TUST)

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres pela utilização da rede básica e é reajustada anualmente pela ANEEL de acordo com: (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais permitidas para as transmissoras, incluindo o custo de expansão, determinadas pela ANEEL. Em conformidade com critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão transferiram a coordenação da operação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários do sistema de transmissão. Os usuários da rede, incluindo as geradoras, assinam contratos com o ONS que lhes conferem o direito de usar a rede de transmissão em troca do pagamento das tarifas divulgadas.

Atualmente, o cálculo da TUST é regulado pela Resolução Normativa nº 559/2013 a ANEEL, que estabelece mecanismo para a estabilização da TUST dos agentes de geração. Há, contudo, discussões em andamento na ANEEL que podem modificar sua metodologia de cálculo.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei n° 9.427, de 26.12.1996, e regulamentada pelo Decreto n° 2.410, de 28.11.1997. Em 2013, foi modificada pela Lei n° 12.783/2013. Trata-se de taxa anual, diferenciada em função da modalidade de serviço e proporcional ao porte da concessão, permissão ou autorização (aqui incluídas a produção independente e a autoprodução de energia). A TFSEE alcança 0,4% do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado e deve ser recolhida diretamente à ANEEL, em doze quotas mensais.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A RGR foi criada em 1957, a partir do Decreto n° 41.019, para prover os recursos necessários para ressarcir agentes quando do encerramento ou encampação de sua concessão. A partir de fevereiro de 1999, a ANEEL instituiu a cobrança de uma taxa exigindo que todas as distribuidoras e determinadas geradoras que operassem sob o regime de serviços públicos fizessem contribuições mensais à RGR, a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operação, porém não podendo exceder 3% do total de sua receita operacional em qualquer exercício. A Lei n° 12.783, de 11.01.2013, desobrigou, a partir de 01.01.2013, o recolhimento da quota anual da RGR: (i) as concessionárias e permissionárias de distribuição; (ii) as concessionárias de transmissão licitadas a partir de 12.09.2012; e (iii) as concessionárias de transmissão e geração prorrogadas ou licitadas nos termos dessa lei.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A CDE foi criada para apoiar: (i) o desenvolvimento da produção de energia em todo o País; (ii) a produção de energia por meio de fontes alternativas de energia (eólica, carvão mineral, gás e biomassa); e (iii) objetivos sociais tais como a universalização dos serviços de energia em todo o País, a redução do custo da eletricidade para cidadãos de baixa renda e a preservação da indústria de carvão mineral na Região Sul do Brasil. É paga por todos os consumidores finais de energia por meio dos encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Para as usinas termelétricas que utilizam carvão mineral produzido no Brasil, a referida Lei requer que a CDE seja utilizada para subvencionar até 100% do custo do combustível. De acordo com a legislação aplicável, uma quantidade mínima de compra de carvão deve ser observada pelas usinas a fim de garantir determinados níveis de produção de carvão mineral nacional. É importante ressaltar que a CDE não é uma subvenção mantida pelo erário público, mas sim é um encargo pago por todos os consumidores finais de energia elétrica.

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC)

A CCC é uma subvenção econômica paga por todos os consumidores de energia para cobertura do custo do combustível utilizado para produção de energia elétrica nos sistemas isolados. Por meio da Lei n° 12.783, de 11.01.2013, os recursos para a cobertura desses subsídios passaram a ocorrer por meio do fundo setorial da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e não mais por arrecadação direta de quotas.

Encargos por Segurança Energética (ESS-SE)

O ESS-SE destina-se a custear as usinas termelétricas despachadas por segurança energética em função de decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Até março de 2013, as usinas que eram despachadas fora da ordem de mérito econômico não eram consideradas na formação do PLD, e os custos correspondentes eram pagos exclusivamente pela carga, ou seja, distribuidores (com repasse aos consumidores cativos) e consumidores livres. A Resolução CNPE 03/2013, de 06.03.2013, modificou a forma de rateio desses custos, incluindo os demais agentes, geradores e comercializadores, no pagamento dos mesmos. Desde 01.08.2013, foram incorporados mecanismos de aversão ao risco hidrológico aos modelos utilizados no processo de formação do PLD. Assim, os modelos de despacho e formação de preço tendem a antecipar o despacho termelétrico, incorporando o custo dessas usinas ao PLD. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) continua com a prerrogativa de despachar termelétricas fora da ordem de mérito para garantir a segurança energética, sendo esse custo adicional rateado entre todos os agentes de mercado na proporção de sua energia comercializada. Esta alteração de regra impôs custos adicionais aos geradores e comercializadores, que no entendimento destes, é indevida, o que motivou questionamento jurídico das novas regras de parte de associações representativas de geradores e comercializadores. Atualmente, geradores e comercializadores estão isentos da cobrança deste encargo, por força de liminar judicial que aguarda seu trânsito em julgado.

Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH, em decorrência da geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e corresponde ao percentual pago pelas concessionárias de geração de energia elétrica e pela Itaipu Binacional em função da utilização de recursos hídricos.

O cálculo do valor devido pelas concessionárias compete à Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG) da ANEEL e leva em consideração 7% do valor da energia produzida por determinada usina.

Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 14.052/2020 alterou em parte a Lei n° 13.023/2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, dentre elas a viabilização da compensação por meio da extensão do prazo das outorgas das geradoras, limitada a sete anos.

As usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), que consiste em mecanismo que visa dividir os riscos associados ao risco hidrológico/GSF entre todas as usinas hidrelétricas participantes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei n.º 14.052/2020, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar a qualquer alegação e/ou a novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (iii) não ter repactuado o risco hidrológico para a respectiva parcela de energia.

Essas compensações ocorrerão por meio da extensão do período de outorga dos empreendimentos afetados, após adesão das usinas hidrelétricas. Com base nos cálculos realizados pela CCEE dos valores econômico-financeiros a serem compensados, a ANEEL homologou o prazo para extensão da outorga de cada usina hidrelétrica participante do MRE, como é o caso das usinas detidas pela Companhia, nos termos das Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e 2.932/2021.

Para mais informações sobre a extensão dos prazos de outorgas das concessões, veja a seção 1.3 (a) (ii) deste Formulário de Referência.

REGULAMENTAÇÃO DO SETOR DE GÁS NATURAL

Para a realização das atividades da Companhia e suas subsidiárias, as empresas adquirem gás natural, que é utilizado, dentre outras formas, na alimentação de fornos de fundição e na geração de energia elétrica necessária à produção do alumínio, sendo um dos principais insumos da Companhia e tendo impacto relevante sobre o custo final do produto.

O gás natural é mencionado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 177, que reserva à União o monopólio sobre as atividades de importação e exportação, bem como o transporte por meio de dutos. Ainda, a Constituição resguarda à competência estadual, a exploração direta ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado.

Estrutura do Setor de Gás Natural

Os principais órgãos governamentais pertinentes à indústria de gás natural no âmbito federal são o Ministério de Minas e Energia (“MME”), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e o Conselho Nacional de Política de Energia (“CNPE”). Na esfera estadual, em relação à Companhia, o órgão regulador é a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo (“ARSESP”), e em relação à CBA Itapissuma, o órgão regulador é a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco (“ARPE”).

Abaixo, um breve resumo sobre a competência de cada uma dessas entidades.

- MME: criado pela Lei n° 8.422, de 13 de maio de 1992, atua como autoridade competente em nome do Governo Federal, tendo como principal atribuição o estabelecimento das políticas e diretrizes da regulamentação do setor.
- CNPE: é um órgão vinculado à Presidência da República e presidido pelo ministro de Minas e Energia, que foi criado em 06 de agosto de 1997 por meio da Lei nº 9.478 (“Lei do Petróleo”), para assessorar o Presidente da República em assuntos quanto ao desenvolvimento e criação de políticas e diretrizes de energia. Tem como principais atribuições a formulação de políticas e diretrizes de energia que assegurem o suprimento de insumos energéticos a todas as áreas do país, incluindo as mais remotas e de difícil acesso. O CNPE também é responsável por revisar periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do país, por estabelecer diretrizes para programas específicos e para a importação e exportação de petróleo e gás natural.
- ANP: a ANP é uma agência reguladora vinculada ao MME e tem por finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe, dentre outras atribuições: (i) implementar, em sua esfera de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos da Lei do Petróleo, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos; (ii) fiscalizar diretamente e de forma concorrente as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato; (iii) autorizar a prática das atividades de refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem e acondicionamento de gás natural; (iv) estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores, nos termos da Lei do Petróleo; (v) regular e fiscalizar o acesso à capacidade dos gasodutos; (vi) promover, direta ou indiretamente, as chamadas públicas para a contratação de capacidade de transporte de gás natural, conforme as diretrizes do MME.

- ARSESP: autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, e regulamentada pelo Decreto nº 52.455, de 07 de dezembro de 2007, com o objetivo de, dentre outros, regular, controlar e fiscalizar os serviços de gás canalizado.
- ARPE: autarquia de regime especial, vinculada ao Gabinete do Governador do Estado de Pernambuco, criada pela Lei n° 12.126, de 12 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Lei n° 12.524, de 30 de dezembro de 2003, e regulamentada pelo Decreto nº 30.200/2007, com o objetivo de, dentre outros, regular, controlar e fiscalizar os serviços de gás canalizado.

Nova Lei do Gás

No dia 08 de abril de 2021, foi sancionada pelo Presidente da República, a Lei nº 14.134/2021, conhecida como "Nova Lei do Gás", proporcionando a modernização da legislação do gás natural em prol de um mercado mais aberto, dinâmico e competitivo. Em seguida, no dia 4 de junho de 2021 foi publicado o Decreto nº 10.712/2021 regulamentando a Nova Lei do Gás, através do detalhamento de seus aspectos e diretrizes regulatórias para a ANP. Em 26 de agosto de 2024 foi publicado o Decreto nº 12.153/2024, que altera o Decreto 10.712/2021, regulamenta a Lei 14.134/2021 e regulamenta as atividades relacionadas ao transporte de gás natural e as atividades de escoamento, trastamento, processamento, estocagem, subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. Em 05 de setembro de 2025 foi publicado o Decreto nº 12.614/2025 que regulamenta a Lei 14.993/2024 que dispõe sobre o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás e de Incentivo ao Biometano, e altera o Decreto nº 10.712/2021. A regulação do setor de gás natural encontra-se em processo contínuo de atualização, especialmente em razão da edição da Lei nº 14.134/2021, de seus decretos regulamentadores e de normas infralegais expedidas pela ANP, podendo resultar em alterações adicionais. Os textos sancionados trouxeram mudanças significativas para o setor ao substituir a Lei do Gás anterior (Lei 11.909/09) e seu decreto regulamentador (Decreto nº 7.382/2010).

A Lei nº 14.134/2021, dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

A Nova Lei do Gás assegura o acesso não discriminatório e negociado de terceiros interessados aos gasodutos de escoamento da produção, às instalações de tratamento ou processamento de gás natural e aos terminais de GNL, garantindo que o proprietário tenha preferência no uso da instalação. Note-se que a Nova Lei do Gás dispõe de regras mais detalhadas sobre o acesso, como é o exemplo da criação de um código de conduta e prática de acesso à infraestrutura, que deve estabelecer regras sobre a remuneração a ser paga ao proprietário e critérios objetivos que devem constar no contrato. Dessa forma, a Nova Lei do Gás trouxe mais transparência ao acesso de terceiros à tais infraestruturas. Além disso, elege a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) como responsável por decidir sobre controvérsia entre o proprietário e usuários.

Em relação aos serviços de transporte de gás natural, a Nova Lei do Gás estabeleceu que a atividade de transporte será exercida exclusivamente em regime de autorização, diferentemente da Lei 11.909/09, que previa o regime de concessão para a exploração desta atividade. Além disso, em consonância com o Decreto n° 9.616/2018, a Nova Lei do Gás estabeleceu que os serviços de transporte serão oferecidos no regime de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

contratação de capacidade por entradas e saídas, podendo essa contratação ocorrer de forma independente nos pontos de entrada e nos pontos de saída.

Importante notar que a Nova Lei do Gás promove a desverticalização desse setor, na medida em que vedou relação societária direta ou indireta de controle ou de coligação, nos termos da Lei 6.404/76, entre transportadores e empresas ou consórcio de empresas que atuem ou exerçam funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural. É também vedada a escolha de membros do conselho de administração, da diretoria ou representantes legais de empresas que atuem nos segmentos supramencionados. A vedação anterior existente entre a atividade de transporte e carregamento de gás natural é estabelecida pela Resolução ANP 52/2011, de forma mais limitada.

Quanto à distribuição e comercialização de gás natural, a Nova Lei do Gás manteve a possibilidade do consumidor livre, o autoprodutor ou o autoimportador, cujas necessidades de movimentação de gás natural não possam ser atendidas pela distribuidora estadual, poderão? construir instalações e dutos para o seu uso específico, mediante celebração de contrato que atribua à distribuidora estadual a sua operação e manutenção. Tais instalações e dutos devem ser incorporados ao patrimônio estadual mediante declaração de utilidade pública e justa e prévia indenização. A Nova Lei do Gás também manteve a regra de que a definição de consumidor livre e o estabelecimento das tarifas de distribuição, mesmo do duto dedicado, devem ser regulamentados por cada estado. A nova norma, no entanto, determinou que o MME e a ANP deverão articular-se com os Estados para fins da harmonização e aperfeiçoamento das regulações locais.

A Nova Lei do Gás também foi importante, na medida em que autorizou a ANP a adotar mecanismos de estímulo à eficiência e competitividade, que poderão ser: desconcentração de oferta e de cessão compulsória de capacidade de transporte, de escoamento da produção e de processamento; programa de venda compulsória de gás natural por agentes que possuem elevada participação no mercado; e restrições à venda de gás natural entre produtores nas áreas de produção. Existem diversas resoluções e portarias do MME e da ANP, que regulam tais atividades em âmbito federal. Novas normas terão que ser publicadas, para fins da regulamentação de diversos aspectos da Nova Lei do Gás e seu decreto regulamentador.

Importação de Gás Natural

Regulada pela Portaria MME nº 232 de 13 de abril de 2012, a autorização para a atividade de importação do gás natural pode ser emitida em favor de sociedade ou consórcio brasileiro que preencha os requisitos estabelecidos em legislação sobre comércio exterior. A ANP realiza a instrução do processo e a análise do pedido de autorização, para posterior decisão do MME. A autorização pode ser prorrogada através de requerimento realizado até trinta dias antes da expiração da validade.

Os contratos de compra e venda de gás natural realizados no escopo da autorização, devem ser encaminhados à ANP no prazo de trinta dias, contados da assinatura. As sociedades ou consórcios autorizados também devem apresentar mensalmente à ANP um relatório de suas operações contendo: (i) os volumes diários importados; (ii) a quantidade diária de energia importada; (iii) os poderes caloríficos do gás natural importado; (iv) o país de origem; (v) a identificação da instalação de transporte utilizada; e (vi) os preços de compra do gás natural importado calculados no ponto de internalização do produto.

Autoimportação de gás natural

Como previsto na Lei do Gás, para a importação de gás natural, além da autorização emitida pelo MME, é necessário o registro no ANP como autoimportador. Tal registro é regulado pela Resolução ANP nº 51 de 19 de setembro de 2011, que define como autoimportador aquele que está autorizado a importar o gás natural e o utiliza em parte ou totalmente como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.

Nesse sentido, podem solicitar o registro: (i) sociedade ou consórcio autorizado a realizar atividade de importação; e (ii) subsidiárias ou coligadas de sociedade importadora de gás natural. A ANP tem o prazo de noventa dias para analisar a documentação da sociedade ou consórcio. Depois de registrados, os agentes são obrigados a comunicar mensalmente à ANP os volumes de gás natural utilizados em cada uma de suas instalações.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Carregamento de Gás Natural

Para que se possa realizar a atividade de importação de gás natural, é necessário utilizar o serviço de movimentação de gás natural em gasoduto de transporte, através de contratos junto à empresa autorizada ou concessionária da atividade de transporte de gás natural. Tal contratação é denominada de carregamento, e seu agente, de carregador.

A concessão de autorização para a prática da atividade de carregamento, dentro da esfera de competência da União, é regida pela Resolução ANP nº 51 de 26 de dezembro de 2013, que estabelece, em seu artigo 3°, a vedação ao exercício da atividade de carregamento de gás natural em gasoduto de transporte objeto de concessão em que o concessionário seja sociedade que possua relação societária de controle ou coligação com o carregador.

A autorização para exercício da atividade de carregamento possibilita a participação do agente em eventual processo de chamada pública, e caso, ao fim deste, o agente obtenha capacidade de transporte alocada, deverá assinar termo de compromisso de compra de capacidade de transporte com a ANP, constando: (i) previsão do início do serviço de transporte e seu prazo de vigência; (ii) pontos de entrega e recebimento a serem utilizados; (iii) capacidade alocada de transporte total e por ponto de entrega; (iv) tarifa de transporte máxima e seu critério de reajuste; (v) período de exclusividade quando aplicável; e (vi) garantias financeiras.

É de responsabilidade dos carregadores: (i) compensar o desequilíbrio a que der causa, de forma a não comprometer a integridade e eficiência do sistema de transporte de gás, devendo arcar com os custos decorrentes do desequilíbrio, além de outras penalidades aplicáveis; (ii) fornecer à ANP informações de natureza técnica, operacional, econômico-financeira e contábil e relatórios sobre a atividade de carregamento, na forma e no prazo exigidos pela agência.

Os carregadores têm o direito expresso de amplo acesso às informações referentes a: (i) capacidades disponíveis e ociosas; (ii) período de exclusividade dos gasodutos de transporte; (iii) tarifas de transporte aplicáveis a cada modalidade de serviço de transporte; e (iv) prazos dos contratos de serviço de transporte vigentes.

Comercialização de Gás Natural

Cabe mencionar, ainda, a Resolução ANP nº 52 de 29 de setembro de 2011, que regulamenta (i) a autorização da prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União (antes de o produto ser entregue às companhias estaduais de distribuição); (ii) o registro de agente vendedor, previsto no Decreto nº 7.382/10 e (iii) o registro de contratos de compra e venda de gás natural. Atualmente, a Companhia não possui autorização para a atividade de comercialização de gás natural, tendo em vista que não pratica essa atividade neste momento.

Abertura do Mercado de Gás

Em 2019, foi instituído o Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural no Brasil, por meio da Resolução CNPE nº 4/2019, com competências para propor medidas de estímulo à concorrência no mercado de gás natural, encaminhar ao CNPE recomendações de diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural e propor ações a entes federativos para a promoção de boas práticas regulatórias. Resultado das propostas apresentadas por este Comitê, o CNPE aprovou a Resolução nº 16 de 24 de junho de 2019.Essa Resolução do CNPE estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural, definindo como deve ser a transição para um mercado concorrencial e até estabelecendo como de interesse da Política Energética Nacional medidas estruturais e comportamentais para serem observadas pelo agente que ocupe posição dominante no setor de gás natural.

Além do Programa Novo Mercado de Gás, lançado pelo Governo Federal em julho de 2019, e a criação do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural, instituída pelo Decreto nº 9.934/2019.

Aquisição de Gás pela Companhia

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A Companhia atualmente adquire o gás natural por meio do mercado livre, através de contrato de fornecimento de gás natural firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras e contrato de utilização do sistema de distribuição de gás natural canalizado com a Gás Natural São Paulo Sul S.A - Naturgy, a Metalex atualmente adquire o gás natural por meio do mercado livre, através de contrato de fornecimento de gás natural firmado com a Galp Energia Brasil S.A e contrato de utilização do sistema de distribuição de gás natural canalizado com a Gás Natural São Paulo Sul S.A - Naturgy,, enquanto a CBA Itapissuma possuí contrato com a Copergás e a Alux possui contrato com a Comgás.

As Deliberações ARSESP n° 1.061/202 e 1485/2023 atribuem exclusividade às concessionárias quanto ao serviço de distribuição dos volumes de gás canalizado comercializados entre usuários livres (consumidor em condições de celebrar contrato de compra e venda de gás e contrato de uso do sistema de distribuição) ou usuários parcialmente livres (usuário que possua contratação simultânea no mercado livre e no mercado regulado) e comercializadores. Cabendo ao comercializador apresentar à concessionária diariamente as programações e relatórios técnicos.

Para acesso ao sistema de distribuição, no âmbito do mercado livre, o usuário interessado deverá atender os requisitos para se enquadrar como usuário/consumidor livre, e deverá celebrar contrato de uso do sistema de distribuição, que deverá ser submetido à homologação pela ARSESP em até 30 dias após a assinatura. No caso de autoprodutores e autoimportadores, é necessária a autorização da ARSESP para contratar os serviços de distribuição. Aos usuários livres, usuários parcialmente livres, autoprodutores ou autoimportadores que fizerem uso dos serviços de distribuição, cabe a cobrança da tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”).

É necessária autorização da ARSESP para a atividade de comercialização de gás no âmbito estadual, que será concedida por prazo indeterminado e em caráter precário. Essa atividade é fiscalizada e controlada pela agência, estando sujeita a aplicação de penalidades. Ao comercializador é disposto a contratação livre de compra e venda de gás canalizado com agentes supridores, usuários livres ou parcialmente livres, desde que o contrato contenha: (i) identificação das partes; (ii) duração, condições de renovação e rescisão; (iii) preço do gás, separado em molécula e transporte; (iv) volumes contratados; (v) condições de interrupções; (vi) condições de faturamento e pagamento; (vii) penalidades por descumprimento contratual e falha de fornecimento, bem como procedimento para sua retomada. Cópias dos contratos devem ser apresentadas à ARSESP em até 30 dias de sua assinatura.

As Deliberações ARSESP 1.061/2020 e 1485/2023, também estipulam que no estado de São Paulo não há limite mínimo de consumo para o usuário se tornar usuário livre ou parcialmente livre. Somente é necessária a manifestação de intenção de se tornar usuário livre ou parcialmente livre com três meses de antecedência contratual para a migração, podendo ocorrer a rescisão antecipada do contrato de fornecimento. O usuário livre pode adquirir gás canalizado de mais de um comercializador desde que destinado ao consumo próprio e caso haja excedente de gás, poderá cedê-lo por meio de comercializadora.

Com relação à abertura do mercado no Estado de Pernambuco, foi publicada, em 5 de janeiro de 2022, a Lei Estadual nº 17.641/2022, que alterou a Lei Estadual nº 15.900/2016 (estabelece as condições da exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado no Estado de Pernambuco), que disciplinavam a migração para o mercado livre. De acordo com a Lei n° 17.641/2022, a exclusividade em relação à comercialização deixará de existir para a criação de mercado livre na área da concessão, nas seguintes situações: (i) imediatamente a partir da publicação da lei, para o uso do gás pelos autoimportadores e autoprodutores, nas suas respectivas unidades usuárias;

(ii) quando o usuário preencher os parâmetros de consumo mínimos, situação em que poderá optar pela migração para o mercado livre e o consequente enquadramento como consumidor livre, respeitando-se as demais regras estabelecidas no contrato de concessão. Nos termos da Resolução ARPE nº 255/2024, os seguintes requisitos mínimos de consumo devem ser observados para fins de enquadramento de um agente como consumidor livre: (a) a partir de 01/01/2024, usuários com uso anual médio igual ou superior que 30.000 m³/dia; e (b) a partir de 01/01/2025, usuários com uso anual médio igual ou superior que 10.000 m³/dia; (c) observados tais requisitos mínimos, o usuário deverá observar o contrato em curso com a concessionária até o encerramento de sua

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

vigência, ou notificar a concessionária sobre sua intenção em rescindir o contrato, ante a intenção de migrar para o mercado livre com antecedência de 12 meses, bem como a celebração de contrato de movimentação do gás.

A Lei Estadual nº 15.900/2016 (conforme alterada pela Lei n° 17.641/2022) determina, ainda, que para a aprovação do enquadramento como consumidor livre, caberá à ARPE verificar: (i) a regularidade contratual do usuário em relação ao concessionário; (ii) a existência de termo de compromisso de aquisição de gás firmado entre o usuário e algum comercializador; (iii) a existência de termo de compromisso para movimentação de gás na área de concessão firmado junto ao concessionário. Ainda, o consumidor livre deverá assinar: (i) rescisão/revisão do contrato de fornecimento com o concessionário, quando for o caso; (ii) contrato de comercialização de gás firmado com algum comercializador; (iii) contrato de movimentação de gás na área de concessão firmado com o concessionário; e (iv) acordo operacional para o mercado livre, firmado pelos agentes relevantes do mercado livre envolvidos na operação, para fins da entrega do gás ao consumidor livre.

Nesse contexto, a regulamentação estadual específica para as figuras do autoprodutor, autoimportador e consumidor livre está disposta, principalmente, na Lei nº 15.900/2016, conforme alterada pela Lei Estadual nº 17.641/2022 e na Resolução ARPE nº 96/2014 e Resolução 255/2024. Os consumidores livres, os autoimportadores e os autoprodutores farão uso dos serviços de movimentação de gás na área de concessão do respectivo concessionário, cabendo a este a cobrança da Tarifa de Utilização dos Serviços de Distribuição (“TUSD”), a Tarifa O&M do Estado, definida como o valor estabelecido em R$/m3 a ser cobrado pelo concessionário ao consumidor livre, ao autoimportador ou ao autoprodutor, pela movimentação de gás na área de concessão e pela gestão da distribuição de gás canalizado, nos termos a serem homologados pela ARPE.

REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

Licenciamento Ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente, delineada na Lei Federal nº 6.938/1981, determina que a instalação, operação, modificação ou ampliação de empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, que se utilizem de recursos naturais ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente está condicionada ao prévio licenciamento ambiental.

As referidas atividades podem estar sujeitas a regulamentos e exigências de licenciamento e controle ambiental federais, estaduais e municipais, segundo regras de competência administrativa previstas na Lei Complementar nº 140/2011. De um modo geral, o procedimento de obtenção de licenciamento ambiental faz-se necessário tanto para as fases de localização, implantação inicial e operação do empreendimento como para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças concedidas precisam, conforme interesse do empreendedor e situação operacional da atividade autorizada, ser periodicamente renovadas. De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, a renovação das licenças deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias antes da expiração de seu prazo de validade, para que a vigência do documento fique automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente acerca do pedido de renovação.

O licenciamento ambiental é atualmente disciplinado pela Lei nº 15.190/2025, que instituiu o marco geral sobre o licenciamento ambiental. Nesse contexto,

O processo de licenciamento ambiental compreende, tradicionalmente, um sistema trifásico, no qual cada licença resta condicionada à emissão de sua precedente: (i) Licença Prévia – (LP), concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção; (ii) Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento e (iii) Licença de Operação (LO), que autoriza a efetiva operação do empreendimento. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A Lei nº 15.190/2025 prevê outras modalidades de licenciamento ambiental.

Conforme o previsto no Art. 225, §1º, IV da CFRB/88, a critério do órgão ambiental competente, para atividades que tenham o potencial de causar significativa degradação ambiental, exige-se a apresentação de Estudo de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo relatório (RIMA). O EIA/RIMA configura instrumento de prevenção de danos ao meio ambiente, viabilizando a quantificação e qualificação antecipadas dos impactos ambientais da atividade econômica em questão. Além disso, para as atividades sujeitas à EIA/RIMA, é obrigatório o pagamento de compensação ambiental, que será convertida em apoio a unidades de conservação, nos moldes do previsto no art. 36 da Lei 9.985/2000. A depender da tipologia e classificação de porte do empreendimento, outros estudos ambientais poderão ser exigidos para instrução do processo de licenciamento ambiental.

A fiscalização ambiental é realizada por órgãos e agências governamentais que podem impor sanções administrativas em caso de inobservância da legislação aplicável. As sanções administrativas vão desde simples advertência até multas, embargos ou paralisação parcial ou total das atividades.

Por expressa disposição constitucional, a competência para a condução do licenciamento é comum, de modo que a União, os Estados ou os Municípios podem ser aptos a licenciar. A Lei Complementar nº 140/2011 estabelece regras e tipologias para o exercício da competência comum para a proteção ao meio ambiente. Há tipologias específicas com listagem de atividades para a definição do ente federativo competente para a condução de determinado licenciamento.

Os Municípios serão competentes quando o impacto ambiental for local e desde que haja definição de tipologia nos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerando os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as normas legais e regulamentares e condicionantes técnicas de validade, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de infração ambiental e a ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as normas legais e regulamentares caracteriza a prática de crime ambiental, sujeitando o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, as multas, no âmbito federal, podem chegar a R$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência).

Além disso, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos, como a construção ou disposição final de resíduos, não exime da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Outras autorizações ambientais

Além do licenciamento, a legislação brasileira exige outras autorizações, licenças, permissões emitidas por autoridades governamentais de natureza ambiental a depender do tipo de atividade (e.g., uso de recursos hídricos, gestão de efluentes e gestão de resíduos sólidos, autorização para supressão de vegetação, autorização para uso de produtos controlados etc.).

Também podem ser obrigatórias consultas e manifestações por parte de outros órgãos de controle (e.g., FUNAI, IPHAN, Fundação Cultural Palmares), conforme previsto na Lei nº 15.190/2025, no caso de intervenção em áreas ocupadas por comunidades tradicionais (como índios e quilombolas) e em áreas com valor arqueológico, histórico e/ou cultural ou sobre as unidades de conservação da natureza. Outras autoridades poderão se manifestar no processo de licenciamento ambiental.

No mesmo sentido, a supressão de vegetação nativa requer prévia obtenção de autorização do órgão ambiental licenciador. Na hipótese de supressão vegetal sem a referida autorização, o infrator estará sujeito a, dentre outras sanções.

Recursos Hídricos

A Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece que o uso de tais recursos está sujeito à outorga pelo Poder Público, seja para a captação de um corpo d'água, ainda que de um poço artesiano e/ou para consumo público, seja para o lançamento num corpo d'água de esgotos e de demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, de transporte ou de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

disposição final. Estão dispensados da outorga os usos de proporções insignificantes e quando a captação/lançamento se dá por meio da rede pública, desde que essa possua sistema de tratamento adequado.

A Política Nacional de Recursos Hídricos dispõe que a captação ou o lançamento realizado sem outorga de direito de uso de recursos hídricos sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como, por exemplo, advertência, embargo provisório ou definitivo, interdição e multa, simples ou diária, que pode variar de R$100,00 (cem reais) até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Resíduos Sólidos

De acordo com a legislação brasileira (Lei Federal nº 12.305/2010), os resíduos sólidos gerados pelas atividades da Companhia devem ser gerenciados de forma adequada para prevenir danos ao meio ambiente. Descartar os resíduos sem as autorizações exigidas ou em descumprimento das leis aplicáveis, por exemplo, poderá nos sujeitar às penalidades administrativas (com multas de até R$ 50 milhões) e à responsabilidade penal. Se quaisquer danos ao meio ambiente forem causados em virtude de qualquer disposição dos resíduos, a Companhia poderá ser considerada responsabilizada na esfera civil para remediação dos danos e/ou pagamento de indenização, mesmo se essa disposição tiver sido realizada por uma empresa terceirizada devidamente licenciada pelas autoridades ambientais.

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas geradoras dos resíduos da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

Os empreendimentos, especialmente aqueles que sejam considerados grandes geradores de resíduos sólidos, devem elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”), que estabelecerá os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. O PGRS deve dispor sobre os métodos adotados nas fases de coleta, segregação, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos.

Cumpre destacar a instituição da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (artigo 30 da PNRS), por meio de ações individualizadas e encadeadas, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Por fim, é importante ressaltar o sistema de logística reversa, também instituído pela PNRS, o qual se apresenta como instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. Em caso de descumprimento, o empreendedor estará sujeito às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação, como a suspensão das licenças de operação, advertência, multa e embargo.

Áreas Protegidas

A Lei Federal nº 9.985/2000 (“Lei do SNUC”) classifica algumas áreas como Unidades de Conservação, podendo ser de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

No caso de interferência em unidades de conservação ou em suas zonas de amortecimento, há a necessidade de obtenção de autorizações específicas dos comitês gestores.

Cadastro Ambiental Rural

A Lei Federal nº 12.651/2012 (“Código Florestal”) prevê ainda a obrigatoriedade de inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (“CAR”), para fins de regularização de áreas protegidas, monitoramento e combate ao desmatamento. No mesmo sentido, há previsão de obrigação de manutenção de áreas cobertas com vegetação nativa a título de Reserva Legal.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Conforme o previsto na legislação, o descumprimento das normas de proteção ambiental pode ocasionar a aplicação de penalidades criminais e administrativas, como a suspensão de atividades e aplicação de multas. Além disso, a ausência de Reserva Legal pode sujeitar a Companhia à aplicação de multas de até R$ 5.000,00 por hectare ou fração. No mesmo sentido, quaisquer danos eventualmente ocasionados poderão ensejar responsabilização na esfera cível.

Manejo de Fauna

Como regra, a instalação de atividades de mineração demanda procedimentos de resgate de fauna para proteção das espécies. Para tanto, a Companhia precisará obter uma autorização específica do órgão ambiental licenciador. O descumprimento de medidas relativas ao manejo de fauna pode ocasionar penalidades administrativas como suspensão das atividades e multas, além de responsabilização na esfera criminal.

Povos e comunidades tradicionais

Nos moldes da Portaria Interministerial MMA/MJ/MinC/MS nº 60, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Cultural Palmares – competência essa atualmente transferida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos termos do Decreto Federal nº 10.252/2020 - atuarão como órgãos intervenientes nos processos de licenciamento em âmbito federal sempre que os projetos em questão estiverem localizados ou tiverem a potencialidade de ocasionar impactos ambientais em territórios tradicionais, o que é presumido quando o empreendimento está localizado em distância igual ou inferior aos limites trazidos pelo Anexo I da referida Portaria Interministerial.

Patrimônio histórico e cultural

Para implementação de atividades em áreas de interesse histórico e cultural ou que consistam em sítios arqueológicos, a Companhia terá que obter uma autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e demais órgãos estaduais e municipais que atuem no mesmo sentido.

A intervenção em áreas de interesse cultural, histórico ou arqueológico sem a permissão do órgão competente configura infração administrativa e criminal, sujeita à penalização.

Emissões Atmosféricas

A Companhia está sujeita à regulação federal, estadual e municipal a respeito das emissões atmosféricas e qualidade do ar. Nesse sentido, durante a fase de instalação e operação dos projetos de extração mineral, somos obrigados a monitorar as nossas emissões atmosféricas e seguir os padrões estabelecidos pela legislação e nas condicionantes das licenças ambientais.

O descumprimento dessas medidas pode ocasionar responsabilização nas esferas administrativa e criminal. Além disso, quaisquer danos decorrentes dessa atividade podem levar à responsabilização na esfera cível.

Gestão de Áreas Contaminadas

Todas as áreas com indícios de contaminação deverão ser investigadas e monitoradas. Se necessária a intervenção no local, a área deverá ser remediada para controle dos riscos. Caso seja constatada a contaminação, a Companhia deverá reportar o caso aos órgãos ambientais competentes para fins de acompanhamento das medidas de fiscalização e ações de remediação empregadas.

Nesse caso, a Companhia poderá ser responsabilizada de forma objetiva e solidária pelo ocorrido, independentemente de culpa. A contaminação pode ensejar ainda o pagamento de indenizações na esfera cível, as quais são ilimitadas, conforme o entendimento jurisprudencial adotado atualmente.

Ressalte-se ainda que configuram crime ambiental e infração administrativa o ato de ocasionar danos à saúde humana, mortandade de animais ou destruição significativa de biodiversidade.

Assim, a Companhia poderia ser obrigada a recuperar os danos ocorridos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Planos de Segurança de Barragens

A Lei 12.334/2010 que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens exige a apresentação de um Plano de Segurança de Barragens (PSB) e Plano de Ação de Emergência para Barragens (PAE), a realização de Revisões Periódicas de Segurança de Barragens (RPSB) e o monitoramento constante de suas barragens.

Após as alterações feitas pela Lei Federal nº 14.066/2020, as multas por descumprimento das previsões da referida legislação variam entre R$ 2 mil e R$ 1 bilhão, sem prejuízo das demais sanções administrativas, tais quais suspensão ou cancelamento de licença e perda de incentivos ou benefícios fiscais e de participação em linhas de financiamento.

O Decreto-Lei nº 227/1967 (“Código de Mineração”) prevê ainda o dever de recuperação do ambiente degradado e responsabilização civil, no caso de danos a terceiros em decorrência das atividades de mineração, assim como a potencial aplicação de sanções administrativas e penais. Ressalte-se ainda que a recuperação do ambiente degradado implicará no fechamento da mina e descomissionamento de todas as instalações, incluídas as barragens de rejeitos.

Responsabilidade Ambiental

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, e eventual inobservância das normas pode sujeitar a sanções administrativas, sanções criminais, além da obrigação de reparar os danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente.

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal nº 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções a serem aplicadas às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de eventual infração administrativa, podem incluir advertência, multas de até R$ 50 milhões, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, além das sanções restritivas de direito, que envolvem a suspensão de registro, licença ou autorização, perda ou suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Na esfera criminal, a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). A Lei de Crimes Ambientais também prevê a responsabilidade das empresas se a infração for cometida: (i) por decisão de seus representantes legais, procuradores ou conselho de administração; ou (ii) no interesse ou em benefício da pessoa jurídica que representam.

A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, resultando na extensão da responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Além disso, o artigo 4º da Lei 9.605/98 prevê a desconsideração da personalidade jurídica sempre que houver obstáculo para a indenização dos danos ambientais. Nesse caso, os sócios das empresas podem tornar-se pessoalmente responsáveis pela reparação de danos ambientais.

Em relação às pessoas jurídicas, a Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades, de forma isolada, cumulativa ou alternativa: multa; restritivas de direitos (tais como: suspensão parcial ou total de atividades; interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; proibição de contratar com o Poder Público, bem

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

como dele obter subsídios, subvenções ou doações); e/ou prestação de serviços à comunidade (tais como: custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; e contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas).

Na esfera civil, a legislação ambiental, delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, adota o regime da responsabilidade objetiva, ou seja, o poluidor será responsável pela reparação ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente da existência de culpa. A responsabilidade civil por danos ao meio ambiente poderá alcançar tanto o poluidor direto como o poluidor indireto, de modo que os danos ambientais causados por terceiros que venhamos a contratar poderão dar ensejo à nossa obrigação de repará-los. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

A Companhia informa que os riscos e efeitos relevantes atrelados às diferentes formas de regulação estatal a que está sujeita a Companhia, conforme explicados acima, estão listados e detalhados nos itens 4.1. e 4.2. deste Formulário de Referência.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

A Companhia conquistou em 2019 a certificação internacional ASI nos Padrões de Performance e de Cadeia de Custódia (CoC) da mineração ao produto final, tornando-se a primeira produtora de alumínio no continente americano a certificar, ao mesmo tempo, três unidades de mineração e uma planta industrial, totalmente integrada, incluindo todos os seus tipos de produtos. Esse reconhecimento, concedido pela Aluminium Stewardship Initiative (ASI), chancela o compromisso da Companhia com a sustentabilidade.

Além disso, a Companhia possui uma Política de Gestão Integrada, a qual foi aprovada pelo seu Diretor-Presidente em setembro de 2019, que contempla os aspectos socioambientais aplicáveis a suas operações e busca desenvolver diversas práticas nesse sentido, visando a efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Processo esse pautado pela transparência e divulgação anual de um relatório de sustentabilidade. Para mais informações, vide seção 1.9 deste Formulário de Referência.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

MARCAS

No Brasil, marcas são sinais distintivos, visualmente perceptíveis, que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei da Propriedade Industrial dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

ÉrRelevante mencionar que, durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo em todo o território nacional, por um período de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 268 (duzentos e sessenta e oito) registros e pedidos de registro de marca junto ao INPI e no exterior, destacando-se as marcas "Alennium", “Alumilar”, “Alumilar CBA”, “CBA”, “CBA Real”, "Ecoperfil”, “Real”, “Metalex”, “Primora” e “Aluflex” como as principais marcas da Companhia, tendo em vista que por meio delas a Companhia é identificada pelos consumidores.

NOMES DE DOMÍNIO

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br [http://Registro.br].

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 41 (quarenta e um) nomes de domínio devidamente registrados no Registro.br [http://Registro.br] e 1 (um) nome de domínio devidamente registrado no Chile, associados a suas marcas.

PATENTES

No Brasil, a invenção de uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, faz jus a uma patente. Patente é um título de propriedade que concede ao seu titular o direito de propriedade, contra terceiros, sobre uma invenção ou modelo de utilidade, por um período de 20 (vinte) ou 15 (quinze anos), contados da data do depósito, não prorrogável, sendo que o prazo de vigência de uma patente não poderá ser inferir a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para o modelo de utilidade, estes últimos contados da data da concessão da patente.

Relevante destacar que, para serem concedidas, as patentes de invenção deverão atender aos requisitos de novidade atividade inventiva e aplicação industrial, enquanto os modelos de utilidade, por se tratar de objetos de uso prático ou partes deste que apresentem nova forma ou disposição, estes deverão atender aos requisitos de aplicação industrial e novidade.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 6 (seis) patentes concedidas e 1 (um) pedido de patente perante o INPI, além de 23 (vinte e três) pedidos de patentes em trâmite e/ou concedidos no exterior.

PROGRAMAS DE COMPUTADOR

No Brasil, programas de computador (softwares) são protegidos pela legislação de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificada no Brasil por meio da publicação do decreto nº 75.699/1975, e a lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais”) em conjunto com lei nº 9.609/1998 (“Lei de Software”), sendo definidos como “expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados”.

Ao titular de um registro de software é assegurada a tutela dos direitos relacionados ao software por 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía 3 (três) softwares próprios. Os códigos-fonte dos referidos softwares são detidos pela Companhia, embora suas atualizações e manutenções sejam promovidas por empresas contratadas especificamente para esses fins.

A Companhia não tem registro dos desenvolvedores envolvidos na criação de seus softwares, uma vez que esse processo se sucedeu aproximadamente 15 anos atrás, mas informa que eram empregados contratados diretamente por ela para exercer a função de programador. Além disso, a Companhia entende que, caso fosse impedida de usar os softwares por qualquer motivo no futuro, não enfrentaria prejuízos relevantes, vez que há alternativas disponíveis no mercado capazes de substituí-los em suas operações.

A Companhia também faz uso de softwares de terceiros mediante a celebração de contratos de licença de uso.

Contratos envolvendo terceiros

A Companhia celebrou 43 contratos de colaboração com terceiros, indicando como mais relevantes os contratos firmados com a Universidade Mackenzie, UFSCAR, SENAI, Innoval Tecnologia Limited, FEI (Fundação Educacional Inaciana Pe. Sabóia de Medeiros), IPEN (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares), CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais), HILT CRC Limited, ISI Biomassa (Instituto Senai de Inovação em Biomassa), UNIFAL (Universidade Federal de Alfenas) e Universidade de Viçosa. Neles, as contrapartes são incumbidas de promover pesquisas, estudos e, em alguns dos casos, desenvolver determinadas tecnologias de acordo com os interesses e necessidades mútuos das partes.

Os contratos preveem a manutenção da confidencialidade sobre as informações e/ou materiais disponibilizados no âmbito da colaboração. Em sua maioria, a propriedade intelectual sobre eventuais produtos do desenvolvimento tecnológico é atribuída de forma proporcional ao aporte realizado por cada parte.

Proteção de Dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo Poder Judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - “LGPD”), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições. No entanto, nos termos da Lei nº 14.010/2020, suas sanções somente passaram a ser aplicáveis em 1º de agosto de 2021.

Conforme anteriormente mencionado, a LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia e incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD é aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais.

A título exemplificativo, a LGPD prevê, dentre outras providências, o dever de transparência por parte do controlador dos dados, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigação de designar um encarregado pelo tratamento de dados, regras relacionadas a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, requisitos e obrigações relacionadas à transferência e compartilhamento de dados, com regime especial relacionado à transferência internacional de dados.

Por sua vez, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que tem poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência
técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

A CBA tem trabalhado em ações relacionadas à privacidade de dados pessoais dos titulares de dados desde o advento da legislação no Brasil, por meio do seu Programa de Privacidade e Proteção de Dados, gerenciado pela Encarregada de Dados, que fica a frente das atividades relacionadas ao tratamento de dados pessoais. Em conformidade com o artigo 37 da LGPD, realizou o Registro das Atividades de Processamento de Dados (ROPA) em 2021, com respectivas atualizações em 2024 e 2026, mapeamento que proporciona maior transparência e gestão sobre a coleta, tratamento e armazenamento de dados na Companhia. O Programa contempla três Políticas de Privacidade, sendo: Política de Privacidade dos Empregados e Empregadas, Política de Privacidade dos Parceiros de Negócios e Política de Privacidade dos Candidatos, as quais visam regular e trazer diretrizes sobre o tratamento de dados pessoais e os direitos dos titulares. Temos planos de comunicação anuais, em que buscamos a orientação e conscientização de nossos empregados(as) sobre temas relacionados a segurança da informação e ao tratamento de dados pessoais. Em 2023 lançamos um treinamento e-learning para todos(as) os(as) empregados(as) da Companhia e contamos com mais de 97% de adesão. Em 2024, o Programa passou por auditoria, tendo alcançado um resultado positivo em sua avaliação, apresentando significativa mitigação de riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais. Além disso, em atenção a Resolução nº 18 da ANPD, em 2024, também nomeamos uma Encarregada de Dados Substituta. Vale ressaltar, que temos um Comitê de Privacidade, composto pela Encarregada de Dados Titular e Substituta, e membros de nível hierárquico sênior, em que é discutido aspectos de tratamento de dados pessoais na Empresa, capacitações e atualizações legislativas.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) Em favor de partidos políticos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(iii) Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 - Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, 88% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, 12% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 - Impactos relevantes decorrente da regulação de países estrangeiros nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que, apesar de possuir uma parcela de sua receita advinda de exportação, a Companhia opera apenas no Brasil, não estando sujeita, portanto, a regulação estrangeira relevante em suas atividades operacionais.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 - Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

(a) Se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga as seguintes informações socioambientais:

- Relatório Anual: A Companhia emite Relatórios Anuais em conformidade com as normas da *Global Report Initiative* (GRI). A partir de 2021, também passou a divulgar informações para atender ao modelo de prestação de contas do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) Metals and Mining e, em 2022, o *SASB - Electric Utilities & Power Generators* devido a integração do Negócio Energia. O documento apresenta os principais destaques ambientais, sociais, econômicos, de governança corporativa e operacionais, sendo submetido à verificação externa a fim de garantir sua transparência e integridade.
- Reporte da Agenda Climática: Em 2023, a Companhia passou a divulgar um relatório com uma visão abrangente e transparente de como realiza a gestão e aborda os desafios e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas. O documento é produzido seguindo as orientações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD).
- Relatório Declaração de uso de recursos e indicadores de performance ESG: emitido anualmente, tem como objetivo a prestação de contas para nossos credores, investidores e demais partes interessadas, dos financiamentos verdes realizados pela CBA incluindo: alocação dos recursos captados, evolução dos projetos selecionados como lastro e dos KPIs estabelecidos, ratificando o compromisso da CBA com a transparência.
- Programa Brasileiro *GHG Protocol*: A Companhia divulga o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) anualmente, desde 2017, sempre com o selo ouro no programa, demonstrando transparência e rastreabilidade das informações. O Inventário de emissões de gases de efeito estufa segue o calendário oficial do Registro Público de Emissões e passa pelo processo de asseguração dos dados, vide seção Apêndice do relatório.
- CDP Mudanças Climáticas: A CBA reporta desde 2020 o questionário de Mudanças Climáticas do CDP. O CDP é uma organização sem fins lucrativos que administra o sistema mundial de divulgação ambiental, avaliando e reconhecendo os esforços das empresas que mitigam os impactos ambientais de suas atividades e dão transparência a suas ações e resultados.
- Política de Sustentabilidade: Lançada em 2024 e disponível publicamente, visa estabelecer e assegurar as diretrizes para atuação e conduta da Companhia e suas controladas no que tange ao compromisso da CBA quanto a sustentabilidade e os temas que a envolve como, meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa.
- Política de Gestão Integrada: A Companhia se compromete a promover o desenvolvimento sustentável nas suas relações por meio de verificações constantes de seus impactos socioeconômicos e ambientais, mitigando o esgotamento de recursos naturais, alteração da biodiversidade local e da qualidade da água, solo e ar.
- Política de Saúde e Segurança Ocupacional: lançada em 2024, estabelece e assegura as diretrizes para atuação e conduta da Companhia e suas controladas no que tange ao compromisso da CBA quanto a saúde e segurança ocupacional.
- Política de Direitos Humanos: Aplica-se a todos os empregados, empregadas, terceiros e fornecedores da CBA e está alinhada aos princípios de proteção, respeito, promoção, conscientização.
- Política de Responsabilidade Social: Estabelece as diretrizes do investimento social e relacionamento com as comunidades da CBA em prol do desenvolvimento local. Manifesta o compromisso de contribuir com as políticas públicas e/ou agendas de desenvolvimento local, atuando de forma participativa, respeitosa e transparente, priorizando investimentos estruturantes e valorizando, sempre que possível, o protagonismo e empoderamento local.
- Política de Diversidade, Equidade e Inclusão: A Companhia se compromete com a construção de uma sociedade mais justa, saudável, plural e democrática, e esta Política reforça nosso compromisso de proporcionar equidade e respeito em nosso ambiente de trabalho e de eliminar qualquer forma de discriminação na empresa.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Política de Recursos Hídricos: Estabelece as diretrizes para a gestão do tema recursos hídricos, melhorando a ecoeficiência no uso da água (consumo, reuso, descarte e fontes alternativas) e apoio à cadeia de valor no tema.
- Política de Mudanças Climáticas: Estabelece as diretrizes para a gestão climática da Companhia, incluindo a elaboração de inventários de gases de efeito estufa, gestão de riscos e ações de mitigação e adaptação para o enfrentamento das mudanças climáticas.
- Política de Biodiversidade: Lançada em 2024, estabelece e assegura as diretrizes da CBA no que tange o tema de biodiversidade e serviços ecossistêmicos.
- Política de Suprimentos Sustentável: Estabelece as diretrizes para a condução do processo de Supply Chain, incluindo critérios ambientais, sociais e de governança integrados ao processo de aquisição.
- Código de Conduta: Estabelece os princípios éticos que orientam as relações internas e externas da Companhia, com observância obrigatória e papel central na resolução de dilemas éticos e na promoção de um ambiente de trabalho respeitoso e seguro.
- Código de Conduta de Fornecedores: Desenvolvido em conformidade com o Código de Conduta institucional da Companhia. O normativo foi criado para esclarecer o que a Companhia entende por comportamento ético e transparente nas relações comerciais com as empresas que fornecem serviços e produtos e garantir que esse entendimento seja cumprido pelos fornecedores.
- Passaportes digitais: Disponibiliza informações técnicas e dados sobre certificações, ações de engajamento da Empresa na agenda climática e performance de emissões dos produtos. Atualmente, a Companhia possui sete passaportes para produtos primários e transformados, em português e inglês, e todas as informações passam por verificação de terceira parte. Os passaportes podem ser utilizados pelos clientes da CBA e brandowners, trazendo transparência, confiabilidade da informação e rastreabilidade do alumínio utilizado nos produto e embalagens.
- Plano de gestão de resíduos sólidos (PGRS): A Companhia emite relatórios com a descrição das medidas para o manejo adequado dos resíduos sólidos e mitigação de impactos socioambientais, em cumprimento às previsões da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Gerencia-Geral de Sustentabilidade, Segurança e Meio Ambiente é responsável pelas questões ESG dentro da Companhia, com reporte direto ao CEO.

(b) A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A CBA elabora seu Relatório Anual em conformidade com as Normas GRI. A partir de 2021, começaram a ser divulgadas informações para atender ao modelo de prestação de contas do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) *Metals and Mining*, apenas as unidades de Mineração e Fábricas Industriais, quando aplicável. Em 2022, com a integração do Negócio Energia também foi contemplado o *SASB - Electric Utilities & Power Generators*, aplicáveis ao segmento de geração de energia renovável, bem como os indicadores do Manual Socioambiental da ANEEL.

O Reporte da Agenda Climática é produzido seguindo as orientações da T*ask Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD). Já o Inventário de Emissões de GEEs é elaborado com base na metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol.

(c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações socioambientais abordadas nos Relatórios Anuais, os indicadores numéricos dos Reportes da Agenda Climática, os Relatórios de Declaração de uso de recursos e indicadores de performance ESG, assim como os Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa e Passaportes Digitais são assegurados de forma independente por empresa de terceira parte.

(d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

As informações socioambientais divulgadas pela Companhia podem ser encontradas no site no Portal ESG da CBA: https://www.cba.com.br/esg/

Os Relatórios Anuais podem ser acessados pelo site da Companhia: https://www.cba.com.br/relatorio-de-sustentabilidade/

O Reporte Climático pode ser acessado no Site de RI: https://ri.cba.com.br/relatorio-tcfd/

O Relatório Declaração de uso de recursos e indicadores de performance ESG pode ser acessado no Site de RI: https://ri.cba.com.br/esg/financas-sustentaveis/

O inventário de gases do efeito estufa fica disponível no Registro Público de Emissões:https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/2614

As Políticas podem ser acessado no Site de RI: https://ri.cba.com.br/esg/estatuto-e-politicas/

Passaportes Digitais estão no site corporativo da CBA:https://www.cba.com.br/passaporte-digital/

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

A CBA entende que é fundamental entender as expectativas de seus stakeholders para a definição das suas estratégias de negócio, bem como o conteúdo a ser reportado em seu Relatório Anual. Assim, a cada dois anos, ou sempre que houver mudanças significativas nas operações da empresa, deve ser realizado um processo consulta e diálogo com suas principais partes interessadas para a definição dos temas materiais da Companhia.

Os temas materiais são apresentados no Relatório e são reportados todos os indicadores de desempenho ASG associados a eles, seguindo as Normas GRI. A última revisão da materialidade ocorreu em 2024 e adotou a metodologia da dupla materialidade, considerando os riscos e efeitos financeiros dos temas de sustentabilidade para o negócio, os impactos sociais e ambientais potenciais das operações e a relevância dos temas para os *stakeholders*. Os temas materiais são:

Temas materiais foco em 2025 - Alinhados ao Diálogo Estratégico

- Mudanças climáticas
- Circularidade do alumínio
- Inovação, tecnologia e digital
- Resíduos, rejeitos e coprodutos
- Recursos hídricos
- Energia renovável e eficiência energética
- Biodiversidade e ecossistemas

Temas materiais transversais

- Saúde e segurança
- Gestão da cadeia de fornecedores
- Relacionamento com comunidades e desenvolvimento local
- Diversidade, equidade e inclusão
- Barragens

Os indicadores reportados associados a cada tema material podem ser consultados no Relatório Anual 2025 da CBA. Os itens da norma GRI reportados são:

- Barragens: 3-3
- Biodiversidade e ecossistemas: 101-1; 101-2; 101-3; 101-4; 101-5; 101-6; 101-7; 101-8; 3-3
- Circularidade do alumínio: 301-1; 301-2; 301-3; 3-3

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Diversidade, equidade e inclusão: 405-1; 405-2; 406-1; 3-3
- Energia renovável e eficiência energética: 302-1; 302-2; 302-3; 302-4; 302-5; 3-3
- Gestão da cadeia de fornecedores: 204-1; 308-1; 308-2; 3-3; 407-1; 408-1; 409-1; 414-1; 414-2
- Inovação, tecnologia e digital: 3-3
- Mudanças climáticas: 201-2; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5; 305-6; 305-7; 3-3
- Recursos hídricos: 303-1; 303-2; 303-3; 303-4; 303-5; 3-3
- Relacionamento com comunidades e desenvolvimento local: 202-1; 202-2; 203-1; 203-2; 3-3; 411-1; 413-1; 413-2
- Resíduos, rejeitos e coprodutos: 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5; 3-3
- Saúde e segurança: 3-3; 401-2; 403-1; 403-2; 403-3; 403-4; 403-5; 403-6; 403-7; 403-8; 403-9; 403-10

Conteúdo Geral

- A organização e suas práticas de relato: 2-1; 2-2; 2-3; 2-4; 2-5
- Atividades e trabalhadores: 2-6; 2-7; 2-8
- Governança: 2-9; 2-10; 2-11; 2-12; 2-13; 2-14; 2-15; 2-16; 2-17; 2-18; 2-19; 2-20; 2-21
- Estratégia, políticas e práticas: 2-22; 2-23; 2-24; 2-25; 2-26; 2-27; 2-28
- Engajamento de stakeholders: 2-29; 2-30
- Processo de definição de temas materiais: 3-1; 3-2

Além deles, a Companhia também divulga os indicadores propostos pelo *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) *Metals and Mining* e o SASB - *Electric Utilities & Power Generators* para o Negócio Energia. Ainda para o Negócio Energia, também são reportados os indicadores do Manual Socioambiental da Aneel. A lista completa pode ser acessada no Relatório Anual da CBA: https://www.cba.com.br/relatorio-de-sustentabilidade/

(f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") da ONU.

Os ODS materiais para o negócio da Companhia são indicados na tabela abaixo:

Tema Material	Descrição do tema	ODS relacionado ao tema
Barragens	Gestão de barragens de resíduos industriais, rejeitos de mineração, abastecimento de água para a mineração e indústria, e geração de energia elétrica, assegurando a segurança e integridade das barragens e áreas circundantes, bem como a segurança das comunidades vizinhas, com foco na redução da disposição de materiais.	3, 9, 11 e 12
Biodiversidade e ecossistemas	Proteção, conservação, restauração e regeneração da biodiversidade e dos ecossistemas, buscando manter o uso eficiente dos recursos naturais e garantir os serviços ecossistêmicos dos locais das operações. Gestão de riscos (físicos e de transição) associados a degradação da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos.	11, 15 e 17

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Circularidade do alumínio	Reutilização, reciclagem e recuperação do alumínio, considerando a sucata industrial e de obsolescência, bem como o fomento da cadeia de reciclagem para embalagens cartonadas e flexíveis.	1, 8, 9, 10, 12 e 17
Diversidade, equidade e inclusão	Garantia de um ambiente de trabalho diverso, com a promoção da equidade de oportunidades e da inclusão em termos de raça, gênero, idade, origem, deficiência e orientação sexual, assim como a promoção à pluralidade e representatividade de diferentes perfis.	5, 8 e 10
Energia renovável e eficiência energética	Priorização da geração e uso de energia renovável, redução do consumo de energia e otimização da gestão durante as operações.	7 e 13
Gestão da cadeia de fornecedores	Exigência, controle e monitoramento do padrão de qualidade dos fornecedores, incluindo a análise de critérios ambientais e de direitos humanos no processo de compras de insumos e serviços.	8, 10, 12 e 17
Inovação, tecnologia e digital	Investimento em inovação e desenvolvimento de tecnologias que possibilitem a capacidade de adaptação a novos cenários, tendências de mercado e inovações no modelo de negócio, incluindo processo de melhoria contínua dos produtos atualmente ofertados e incentivos à pesquisa científica.	8, 9, 12 e 17
Mudanças Climáticas	Gestão das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes das atividades diretas (escopo 1) e indiretas (escopos 2 e 3) da empresa. Gestão de riscos (físicos e de transição) e oportunidades associadas à materialização das Mudanças Climáticas.	13
Recursos hídricos	Gestão dos impactos das operações nos recursos hídricos, relacionados à captação e consumo de água e ao descarte de efluentes.	6
Relacionamento com comunidades e desenvolvimento local	Relacionamento com as comunidades por meio do fortalecimento de canais de diálogo e gestão dos impactos nas comunidades do entorno, estimulando o desenvolvimento socioeconômico local e mobilizando recursos de investimento social privado para construir um legado promissos à comunidade. Garantia dos recursos de valor cultural para os povos locais.	1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 13 e 17
Resíduos, rejeitos e coprodutos	Robustez dos sistemas de gestão para reduzir a geração de resíduos e rejeitos, garantir a reciclagem e a destinação correta e aumento das formas de valorização e destinação adequadas.	9, 11 e 12

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Saúde e segurança	Promoção do bem-estar e das boas condições físicas de trabalho, garantindo a segurança dos colaboradores por meio da gestão de um ambiente organizacional produtivo, inspirador e confiável. Valorização da saúde mental e física dos funcionários, terceiros e suas famílias, além da garantia do direito à livre associação sindical e à negociação coletiva.	3 e 8

(g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Em 2021, a CBA aderiu às recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), uma força-tarefa global para divulgações financeiras relacionadas às mudanças climáticas.

Já em 2023, a Companhia passou a elaborar e divulgar um relatório específico, seguindo as orientações do TCFD, com uma visão abrangente e transparente de como realiza a gestão e aborda os desafios e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas. Anualmente este documento é atualizado.

Além disso, em seu Relatório Anual e no questionário de Mudanças Climáticas do CDP, a Companhia também divulga informações alinhadas ao padrão solicitado pela TCFD.

(h) Se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Para monitorar o desempenho em emissões de carbono, a CBA realiza o inventário de emissões de gases de efeito estufa, auditado por terceira parte. Desde 2017, esse inventário recebe o selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. O resultado de emissões incluindo o escopo das emissões inventariadas são divulgados anualmente no Relatório Anual, no Reporte da Agenda Climática e no Registro Público de Emissões.

Os dados de emissão da CBA podem ser acessados nos links abaixo:

• Relatório Anual: https://www.cba.com.br/relatorio-de-sustentabilidade/

• Reporte da Agenda Climática: https://ri.cba.com.br/relatorio-tcfd/

• Registro Público de Emissões: https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/2614

(i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, tendo em vista que, conforme informado no item 1.9.a. deste Formulário de Referência, a Companhia divulga informações ASG.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que, conforme informado no item 1.9.e. deste Formulário de Referência, a Companhia adota uma matriz de materialidade com temas materiais específicos.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que, conforme informado no item 1.9.e. deste Formulário de Referência, a Companhia adota indicadores-chave de desempenho.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável. As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais seguem as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, que são asseguradas de forma independente e submetidas para a *Global Reporting Initiative*, assim como o inventário de emissões que também passa por processo de asseguração independente.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que as informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os ODS da ONU.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável tendo em vista que, conforme informado no item 1.9.h. deste Formulário de Referência, a Companhia realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 - Sociedade de economia mista

(a) Interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) Atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, bem como os critérios adotados pela Companhia para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(ii) quanto às políticas públicas, os investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos (geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas no desempenho financeiro da Companhia ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro de referidas políticas públicas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Aquisição de participação societária em ativos de autoprodução de energia

Em linha ao comunicado ao mercado divulgado pela Companhia em 3 de novembro de 2025, em 31 de outubro de 2025, a Companhia concluiu a aquisição e participação em ativos de autoprodução de energia eólica, que fazem parte do Complexo Serra do Tigre, localizado no Rio Grande do Norte, detidos pela Casa dos Ventos.

O contrato com a Casa dos Ventos prevê o fornecimento de 60 MWm, com suprimento destinado à fábrica da Companhia localizada em Alumínio/SP, suprimento esse antecipado para 2025.

A aquisição de tal participação faz parte da estratégia de competitividade da Companhia por meio de um portfólio de energia resiliente, diversificado e sustentável, capaz de atender às suas necessidades de curto, médio e longo prazo.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 - Operação de fusão, cisão, incorporação de ações, aumento de capital e os documentos em que informações mais detalhadas sobre a operação possam ser encontradas

(a) Evento	Redução do capital social da Companhia.
(b) Principais condições do negócio	Em 24 de abri lde 2025, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, dentre outras matérias, a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 401.048.504,14 (quatrocentos e um milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e quatro reais e quatorze centavos) para absorção dos prejuízos acumulados conforme apurado nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, sem o cancelamento de ações ou restituição de valores aos acionistas ("Redução de Capital"). Dado que a Redução de Capital foi aprovada condicionada à obtenção da anuência prévia de credores de determinados contratos financeiros celebrados pela Companhia, e da anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o evento apenas se tornou efetivo em 20 de maio de 2025, após o recebimento das aprovações supramencionadas. A operação foi comunicada ao mercado por meio do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 24 de abril de 2025, e pelo Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 20 de maio de 2025, ambos disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia e no portal da CVM.
(c) Sociedades envolvidas	Apenas a Companhia Brasileira de Alumínio. Tendo em vista que a Redução de Capital foi realizada para absorção dos prejuízos acumulados, sem o cancelamento de ações ou restituição de valores aos acionistas, não houve a participação deste últimos.
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A operação resultou na redução do capital social da Companhia de R$ 4.955.502.556,18 (quatro bilhões, novecentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e dois mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos) para R$ 4.554.454.052,04 (quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e cinquenta e dois reais e quatro centavos), sem alterações no quadro acionário.
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alterações no quadro societário em decorrência da operação de Redução de Capital.
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Todos os procedimentos e prazos estabelecidos na legislação societária, bem como da regulação da CVM foram devidamente cumpridos. Ademais, cumpriu-se o estabelecido no estatuto social da Companhia, com aprovação da Redução de Capital pelo quórum necessário de acionistas, presentes em Assembleia Geral, bem como satisfeitas as condições suspensivas mencionadas no item “b”.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual ocontrolador seja parte

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais no último exercício social, salvo por aqueles descritos no item 1.11. deste Formulário de Referência.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 - Outras informações relevantes

Na visão da Companhia, sua integração vertical e a sua diversidade de produtos podem garantir uma alta flexibilidade operacional, permitindo o ajuste do melhor portfólio, dadas as circunstâncias de mercado e, consequentemente, mitigando os riscos da Companhia. Três estratégias principais podem ser citadas:

a) Trade off entre Metal e Energia:

A alta dos preços da energia, que possui relação com o regime hídrico do Brasil, associada a um preço baixo do alumínio, permite uma redução da produção de metal para venda de energia e vice-versa;

b) Trade off entre o Lingote (commodity) e Produtos de Valor Agregado:

A Companhia pode atuar como *trader*, deixando de vender produtos de valor agregado e aumentando as vendas de lingote para garantir o mercado cativo. A exemplo de 2020, com a crise do Covid-19, período durante o qual alguns mercados de atuação da Companhia foram impactados (destaque para Transportes), a Companhia pôde contornar a situação, uma vez que a LME em USD estava baixa, estimulando Traders globais a estocarem alumínio, enquanto o preço da LME em BRL estava alta, dada a forte depreciação do real frente ao dólar; e

c) Trade-off entre Mercado Interno e Externo:

A Companhia possui flexibilidade para exportar mais ou menos, de acordo com a demanda, mesmo que usualmente exporte aproximadamente 10% do volume. A exemplo de 2019, com as medidas anti-dumping dos EUA contra produtos chineses, a competição no mercado brasileiro ficou bastante acirrada. Por outro lado, surgia uma oportunidade no mercado americano dada a saída dos produtos chineses. A Companhia conseguiu migrar um volume relevante para esse mercado em poucos meses, contornando essa situação de dificuldade.

Estratégia ESG

No tocante à Estratégia ESG 2030, a Companhia tem foco no comprometimento com os temas ambientais, sociais e de governança identificados como materiais e correlacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os Princípios do Pacto Global.

- No aspecto ambiental, as questões mais relevantes são mudanças climáticas, energia, recursos hídricos, economia circular, barragens e biodiversidade.
- Do ponto de vista social, os principais elementos são diversidade, equidade e inclusão, segurança, saúde e qualidade de vida, atração e retenção de talentos e legado social.
- Por fim, o item governança envolve ética e transparência, cadeia de valor sustentável e ESG *ownership* (que tèm relação direta em como avançar com a incorporação da sustentabilidade à cultura da CBA).

A Estratégia ESG é fundamentada nas alavancas (1) Gestão de mudanças climáticas; (2) Energia renovável; (3) Circularidade do alumínio; (4) Recursos naturais; (5) Gestão de barragens; (6) Valorização das pessoas; (7) Legado social; (8) Cadeia de valor sustentável; (9) Ética e transparência; (10) ESG ownership; além de uma alavanca transversal: Comunicação ESG, as quais compreendem os seguintes programas: (P1) Mitigação e adaptação climática; (P2) Geração de energia renovável (P3) Eficiência energética; (P4) Reciclagem de alumínio; (P5) Reciclagem de embalagens cartonadas e flexíveis; (P6) Gestão de recursos hídricos; (P7) Biodiversidade; (P8) Disposição de resíduos de barragens; (P9) Diversidade, Equidade e Inclusão; (P10) Saúde e Segurança; (P11) Legado social; (P12) Suprimentos sustentáveis; (P13) Soluções sustentáveis para clientes; (P14) Ética e transparência; (P15) ESG ownership; e um programa transversal: Comunicação ESG.

No entendimento da Companhia, tal Estratégia traz os seguintes benefícios:

- Mais acesso a mercados, com preferência e fidelização de consumidores, aumento do portfólio e espaço para inovação.

1.16 Outras informações relevantes

- Mais acesso a capitais, uma vez que os principais investidores internacionais consideram a estratégia ESG ao tomar suas decisões de investimento.
- Mais eficiência operacional, com redução de custos, estabilidade na operação e melhor gestão dos recursos naturais.
- Mais consistência na cultura organizacional, com ampliação de parcerias na cadeia de valor do alumínio e maior facilidade para atrair, reter e desenvolver os empregados.
- Melhor gestão de riscos associados aos aspectos ambientais, sociais e de governança.

Certificações, compromissos globais e índices da Companhia

Em termos de certificações, a CBA manteve sua certificação nos padrões de Performance e Cadeia de Custódia pela ASI (Aluminum Stewardship Initiative), adicionou as Usinas Hidrelétricas de Ourinhos (SP), Piraju (SP), Sobragi (MG) e Salto do Rio Verdinho (GO) à sua certificação ISO 14.001:2015. Além disso, o Relatório Anual 2023 da CBA foi reconhecido pela iniciativa Reporting Matters Brasil, assim como o Relatório Anual 2022 já havia recebido esse reconhecimento.

Em relação aos compromissos, a CBA é signatária do Pacto Global, participando das plataformas de ação pelo Clima, Movimento Ambição Net Zero e Movimento Transparência 100% (Empresa Embaixadora), além de estar engajada com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2023, Luciano Alves, passou a ser um dos porta-vozes do ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima no Programa Liderança com ImPacto, que tem como objetivo atrair, engajar, sensibilizar e empoderar os líderes empresariais para acelerar a entrega dos ODS, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), até 2030.

Quanto aos índices e ratings, a CBA foi selecionada novamente para compor a Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3). O ISE reúne ações de empresas de capital aberto analisadas comparativamente sob o aspecto ESG. A Companhia também manteve sua participação no IDiversa, o índice de diversidade da B3, focado nos pilares de gênero e raça. Destaca-se ainda o resultado no Corporate Sustainability Assessment (CSA), do S&P. A CBA obteve 74 pontos (74/100) e, pelo segundo ano consecutivo, ingressou no anuário mundial como Sustainability Yearbook Member (reconhecimento dado às empresas com desempenho entre os 15% melhores do setor).

Social

As iniciativas de cunho social da CBA são desenhadas a partir dos pilares de educação, apoio à gestão pública, dinamismo econômico, desenvolvimento comunitário e garantia de direitos. As temáticas de circularidade do alumínio (reciclagem), mudanças climáticas e diversidade, equidade e inclusão – alavancas importantes da estratégia da Empresa – são consideradas na elaboração do planejamento de atuação social de longo prazo dos territórios, junto com os desafios sociais locais que são identificados no processo. Os principais destaques são:

- Parceria pela Valorização da Educação (PVE): com o objetivo de melhorar a qualidade da educação, o programa apoiou os desafios relacionados à aprendizagem adequada e à redução das desigualdades educacionais entre escolas e estudantes do Ensino Fundamental das redes municipais públicas de ensino. Em 2025, essas iniciativas abrangeram 23 municípios, beneficiando diretamente mais de 22 mil alunos e alunas e 316 gestores da Secretaria e diretores escolares envolvidos nas atividades em 178 escolas.
- Programa de Educação Ambiental (PEA): com o objetivo de apoiar as Secretarias Municipais na inclusão dos temas de meio ambiente e sustentabilidade no currículo escolar, em linha com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estimula também o engajamento e incentivo ao protagonismo dos alunos para lidar com os desafios socioambientais locais. A Companhia também possui o Programa de forma corporativa, trazendo boletins informativos para seus empregados e empregadas ao longo do ano. Em 2025, foi realizado em 4 municípios e impactou diretamente mais de 7.800 pessoas.Empreende Mulher: tem como objetivo aprimorar competências e aperfeiçoar o modelo de negócio de pessoas que se identificam como mulheres na cidade de Alumínio (SP) e na Zona da Mata mineira. No ano de 2025, o programa viveu momentos distintos e complementares em suas áreas de atuação: em Alumínio (SP), foi lançada a segunda edição com seleção de seis mulheres para receberem

1.16 Outras informações relevantes

capital semente; em Minas Gerais, o foco foi o acompanhamento das cinco empreendedoras vencedoras do ano anterior..

- Apoio à Gestão Pública (AGP) - Saúde: o tema da saúde foi priorizado para o suporte aos municípios desde 2020 e no último ciclo orientou-se para a qualificação dos serviços e o financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS). Em 2025, foram 483 horas de mentorias, beneficiando diretamente mais de 188 mil pessoas com um atendimento mais ágil e preventivo.
- Apoio a Gestão Pública (AGP) - Ação Climática: Iniciado como projeto-piloto em 2024 nos municípios de Juquitiba (SP) e Muriaé (MG), o AGP expandiu-se em 2025 para Niquelândia (GO) e Juquiá (SP). Ao longo do ano, a iniciativa registrou mais de 200 participações, envolvendo 75 líderes de execução de diferentes áreas das administrações municipais, como Defesa Civil, Meio Ambiente, Saúde e Educação.
- Apoio a Gestão Pública (AGP) - Segurança Alimentar: criada em 2025, a iniciativa ofereceu às Secretarias Municipais de Educação de Alumínio (SP) e Miraí (MG) uma mentoria voltada à articulação entre diversos atores e ao fortalecimento das políticas de segurança alimentar. Como resultado, 60 profissionais participaram da mentoria e cerca de 240 produtos e/ou produtores já foram mapeados.
- Votorantim pela Infância e Adolescência (VIA): iniciativa que oferece assessoria técnica e capacitação para os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e para os atores do Sistema de Garantia de Direitos (como conselheiros tutelares, assistentes sociais e gestores públicos). Em 2025, o programa manteve sua atuação em municípios onde a CBA está presente, como Alumínio (SP), Araçariguama (SP), Barro Alto (GO), Itapissuma (PE) e Muriaé (MG), com o objetivo de qualificar a gestão dos Fundos Municipais (FIA), melhorar o diagnóstico das vulnerabilidades locais e aumentar a eficiência das políticas públicas de enfrentamento à violação de direitos.
- Cadeia de Reciclagem do Alumínio: a CBA avançou no fortalecimento da cadeia de reciclagem ao apoiar cooperativas na melhoria da gestão e da eficiência operacional. Em Araçariguama (SP), duas cooperativas priorizadas receberam capacitação, organização documental e otimização de processos, beneficiando gestores e cooperados. A Companhia também segue investindo no Consimares, consórcio que reúne seis municípios e promove soluções integradas para coleta seletiva e economia circular, com avanços em infraestrutura, capacitações e regulamentação. Em São José do Rio Preto (SP), um diagnóstico identificou duas cooperativas aptas a futuras parcerias, ampliando o potencial de captação de sucata e contribuindo para o desenvolvimento da cadeia regional..

Quando a CBA pensa em seus empregados e empregadas, planeja construir um ambiente que valorize a união, o respeito, a ética e a diversidade. Valorizar a diversidade assume importância cada vez maior na CBA. Desde 2020, diversidade é um tema transversal da cultura da Companhia. Em 2025, registrou um marco na Unidade Itapissuma (PE): a liderança 100% feminina em uma linha fabril, desde a supervisão até a diretoria, demonstrando na prática a quebra de barreiras no setor industrial. Em relação aos indicadores, a CBA encerrou 2025 com 19,2% de mulheres no seu quadro total e 22,4% na liderança.

Ambiental

Em 2025, a CBA manteve suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) como uma das menores da indústria, com emissões de 2,8tCO2e/t alumínio líquido nas Salas Fornos (escopos 1 e 2) e com a Refinaria de Alumina com a menor emissão de CO2 do mundo (0,2 tCO2e/t óxido), de acordo com dados da CRU. A CBA participou da COP 30, realizada em Belém (PA), apresentando o alumínio como um material estratégico para a transição energética e para a construção de uma economia de baixo carbono, além de reforçar seu compromisso com a agenda climática e com soluções industriais alinhadas aos desafios globais de clima, natureza e desenvolvimento sustentável.

Associada ao bom desempenho em emissões de GEE, a CBA consome 100% de energia elétrica a partir de fontes renováveis, com 21 usinas hidrelétricas próprias e de consórcios e dois complexos eólicos, dois deles sendo adquiridos no final de 2025. Para os montantes de energia adquiridos no mercado, a Companhia adquiriu certificados de energia renovável, garantindo assim 100% de energia renovável rastreável para todas as unidades em operação.

Em gestão de recursos hídricos, a Companhia está empenhada em reduzir o uso de água em todas as etapas de produção e, para isso, tem avançado nas tratativas e plano de ação do roadmap para resiliência hídrica.

1.16 Outras informações relevantes

No tema de circularidade do alumínio, destaca-se a entrada em operação do novo Centro de Reciclagem e Processamento, localizado em São José do Rio Preto (SP), com capacidade para processar mais de 5 mil toneladas anuais de sucata. .

Conectada a esta agenda, a CBA avançou no desenvolvimento de projetos que transformam resíduos em coprodutos, reforçando seu compromisso com a economia circular e a geração de impactos positivos para o meio ambiente. Atualmente, cerca de 51% dos resíduos gerados pela Companhia são classificados como coprodutos, com 42 tipos de materiais já caracterizados como vendáveis. No ano, a Companhia atingiu um Ebitda de R$5,8 milhões específico da área de coprodutos.

No tema biodiversidade, o Legado Verdes do Cerrado foi vencedor na categoria Inovação da premiação promovida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) de Goiás. O reconhecimento celebrou o *case* do modelo de gestão da reserva, que integra a nova economia (créditos de carbono, produção de plantas nativas e turismo) com o agronegócio tradicional, demonstrando viabilidade técnica e financeira. O Legado Verdes do Cerrado é uma iniciativa pioneira na conservação desse bioma, com um modelo de gestão que alia negócios da economia tradicional à economia verde, através do múltiplo uso da terra em 32 mil hectares de território.

Segurança e saúde

Em 2025, a segurança manteve-se como um pilar central para a CBA, orientando todas as decisões e a rotina operacional. A Companhia reforçou a disciplina e a prevenção como bases fundamentais para garantir a integridade das pessoas. O período foi marcado pela integração entre bem-estar e segurança, com o entendimento de que ambientes de trabalho adequados e equipes preparadas são essenciais para a mitigação de riscos e para a excelência operacional.

Para sustentar esse compromisso, a CBA investiu na modernização de ativos e no fortalecimento da cultura de segurança em toda a sua cadeia. Um dos destaques foi o início da renovação da frota de equipamentos móveis (“Linha Amarela”), com a substituição de empilhadeiras, caminhões e carregadeiras por modelos novos, que proporcionam maior ergonomia, segurança e estabilidade operacional. Simultaneamente, a Companhia lançou iniciativas de acolhimento e capacitação, como o Programa Padrinho e Madrinha, que tem o objetivo de oferecer acompanhamento próximo aos(às) recém-admitidos(as) nos primeiros 45 dias de jornada, por meio do apoio de profissionais mais experientes; a revitalização do Programa de Comportamento Seguro; e a Academia de Segurança para Terceiros, estendendo as competências de prevenção aos parceiros contratados.

A CBA registrou aumento na taxa de frequência de acidentes em 2025, associado a instabilidades operacionais que demandaram maior número de intervenções manuais, além do desafio de aculturamento de novos colaboradores em um contexto de maior rotatividade. Ainda assim, a taxa de 2,63 permaneceu inferior à média global, estimada em aproximadamente 2,8 acidentes (ambos usando base de 1.000.000 horas-homem trabalhadas)..

Em relação à saúde e qualidade de vida, a CBA atua com uma visão focada na integralidade do cuidado de seus empregados e empregadas, com foco nos cuidados relativos às principais necessidades das pessoas: saúde física, financeira e emocional, além de diferentes benefícios extensivos às famílias:

- Programa de Qualidade de Vida “Por Você”: contempla ações de proteção e promoção à saúde, prevenção a doenças e acompanhamentos. O objetivo é promover o autocuidado e estimular mudanças de hábitos diários e, como consequência, atingir um estilo de vida mais saudável, alcançando a sintonia entre corpo e mente por meio de cuidados com a saúde física, emocional e financeira. O programa conta ainda com atendimento nutricional em todas as Unidades do Negócio e disponibilização do Wellhub (benefício que contempla, por meio de uma assinatura mensal, acesso a diferentes academias e estúdios, sem contrato ou custo adicional).
- Espaço Saúde: estrutura para atender exclusivamente os empregados e empregadas da Fábrica Alumínio (SP), Metalex (SP) e do Escritório Corporativo (SP), em uma parceria com o Hospital Sírio Libanês. Além de

1.16 Outras informações relevantes

consultas com médico ou médica e enfermeiro ou enfermeira de família, é possível solicitar e coletar exames laboratoriais e realizar alguns procedimentos dentro do escopo de atenção primária à saúde, sem custo adicional para o empregado e a empregada.

- Plenamente: oferece suporte e orientação psicológica, jurídica, financeira e social para todos os empregados e empregadas e seus dependentes legais e pode ser acessado 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio de um número de telefone (gratuito). O serviço também apoia gestores e gestoras para casos de conflito e como direcioná-los em cada situação, sendo profissional próprio ou não.
- Programa Ser Família: programa de parentalidade direcionado para empregados e empregadas que estão à espera de um novo membro na família de maneira biológica ou por adoção, considerando casais héteros ou homoafetivos e estendido para seus dependentes legais. Em um aplicativo, há informações sobre cuidados desde a primeira semana de gestação até o sexto mês de idade do bebê ou para adaptação em casos de adoção, além de telemonitoramento de uma enfermeira obstetra para apoio e direcionamentos. Também há condições de suporte específicas para casos de prematuridade e a ampliação da cobertura no teste do pezinho, que rastreia mais de 60 doenças tratáveis no recém-nascido. No programa, a CBA ainda adere à extensão de licença: são 180 dias para cuidadores e cuidadoras primários e 30 dias para secundários.

Barragens e iniciativas para a sua segurança

A Companhia conta com um sistema de monitoramento das barragens com mais de 1.800 instrumentos de verificação, além de processos regulares de inspeções por profissionais especializados e consultoria independente. Todas elas possuem um Plano de Segurança de Barragens (PSB), conforme estabelecido por lei, e um Plano de Atendimento a Emergência (PAE), que prevê treinamentos e simulados de evacuação de áreas de risco com as comunidades locais periodicamente.

Uma das principais medidas para aumentar a segurança das barragens de rejeito e resíduo, é a redução do volume de água nelas contida.

Diante disto, a partir de 2017, a Companhia iniciou um processo de reutilização da água da Barragem de Palmital (Alumínio, SP) no seu processo produtivo permitindo a redução do volume de água livre no seu interior em 81% entre 2017 e 2023. Esta barragem possui um volume total até a crista de 30,6 milhões de m³.

Além disso, em relação a gestão e segurança de barragens, a CBA iniciou a operação do projeto de disposição à seco a partir da implantação de filtros-prensa na barragem do Palmital, em Alumínio (SP). Os filtros elevam a proporção da fração sólida do resíduo de 45% para 75%, valor em que o material tem características de um resíduo seco. O resíduo é empilhado na barragem atual, evitando impactos em uma nova área, além de ampliar sua vida útil e garantir que a estrutura seja ainda mais segura. O projeto também permite a reutilização de água e soda cáustica da barragem e viabiliza a utilização futura dos resíduos secos como insumos para outras indústrias, como a de construção civil.

Na Barragem do Jacuba (Niquelândia, GO), com volume total até a crista de 79 milhões de m³, foram realizadas obras de maximização da segurança, como rebaixamento de 3 metros na tomada d'água do extravasor de emergência, gerando uma redução de aproximadamente 87% no volume de água em comparação com 2019.

Na Barragem de Mosquito (Niquelândia, GO), com capacidade de 2,6 milhões de m³, é utilizado um novo sistema de válvulas para controlar a redução do nível de água na barragem e foram finalizadas obras de redução da cota do extravasor e construção de berma de equilíbrio com rochas de estéril de mina, maximizando ainda mais a segurança da barragem.

Na Barragem Miraí (Miraí, MG) com volume máximo de armazenamento de 27,5 milhões de m³, a Companhia possui um sistema de bombeamento de água para rebaixamento do volume do reservatório e que opera regularmente.

Na Barragem de rejeito de Itamarati de Minas com volume máximo de armazenamento de 11,4 milhões de m³, apesar de não receber rejeito, opera regularmente todos os instrumentos de monitoramento e Sistema de Gestão de Segurança.

1.16 Outras informações relevantes

As barragens de rejeitos de mineração e as de resíduos industriais são classificadas como de baixo risco e dano potencial alto.

A classificação de risco é realizada por empresa independente e especializada (Geoconsultoria no último ano), de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia adota a inspeção semestral para todas as barragens com especialistas externos, e quinzenalmente com o próprio corpo técnico da companhia. Além disso, os especialistas externos realizam mensalmente avaliação de segurança com base no monitoramento de rotina. Todas as barragens seguem os critérios e planos de ação definidos pela auditoria, cumprindo os prazos legais de forma adequada.

Nome da Barragem	Barragem do Palmital	Barragem de rejeito Itamarati	Barragem de água Itamarati	Barragem de rejeito Miraí	Barragem do Jacuba	Barragem do Mosquito
Localização	Alumínio SP	Itamarati de Minas MG	Itamarati de Minas MG	Miraí MG	Niquelândia GO	Niquelândia GO
Classificação de risco	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
Base Legal para Classificação do risco	DECISÃO DE DIRETORIA Nº 279/2015/C, de 18 de novembro de 2015.	Resolução ANM nº 95/2022	Portaria 8 do IGAM de 17/03/2023.	Resolução ANM nº 95/2022.	Instrução Normativa SEMAD Nº 01 de 26/05/2020	Instrução Normativa SEMAD Nº 01 de 26/05/2020
Data do relatório	Jan/2026	Set/2025	Set/2025	Set/2025	Nov/25	Nov/25

A Companhia ressalta que todas as barragens destinadas à geração hidrelétrica são classificadas como de risco “baixo” de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 1064/2023, que estabelece critérios para classificação, formulação do Plano de Segurança de Barragens e realização de Revisão Periódica de Segurança de Barragens para estruturas fiscalizadas pela Agência.

Financiamento Sustentável

A CBA conecta sua estratégia financeira à agenda de sustentabilidade, utilizando a estrutura de capital como alavanca para acelerar compromissos ESG. Desde 2020, a Companhia prioriza instrumentos de dívida atrelados a metas socioambientais, alinhando solidez financeira a responsabilidade climática. Como resultado, a CBA encerrou 2025 com 58% do endividamento bruto vinculado a financiamentos sustentáveis, incluindo Green Loans e Sustainability-Linked Loans.

Em 2025, a Companhia avançou em sua agenda de finanças sustentáveis, fortalecendo a integração entre sua estratégia financeira e seus compromissos ESG. A CBA concluiu captações que somam R$ 1,1 bilhão entre elas, Pré-Pagamento de Exportação (PPE), com garantia da agência italiana SACE. Os financiamentos foram atrelados a metas anuais de redução de emissões de gases de efeito estufa na produção de alumínio, reforçando a disciplina financeira alinhada à descarbonização.

Outro destaque foi a contratação de uma nova linha de crédito rotativo de US$ 100 milhões, que inovou ao incorporar, além de um indicador de descarbonização, um KPI social relacionado à implementação de ações climáticas em municípios parceiros. Desenvolvida em diálogo com instituições financeiras, essa métrica representa

1.16 Outras informações relevantes

um avanço na conexão entre gestão financeira, impacto climático e desenvolvimento social, ampliando a maturidade da Companhia em instrumentos financeiros sustentáveis.

Governança

Sob o ponto de vista de governança em temas socioambientais, a Companhia criou em 2019 uma Gerência de Sustentabilidade e o Comitê de Sustentabilidade com reporte à diretoria, a fim de formalizar o acompanhamento dos compromissos e metas ligados à ESG. Já em 2020, implementou um Comitê de Diversidade, formado por empregados e empregadas de diferentes funções e níveis hierárquicos, com o objetivo de fomentar a cultura do "pensar diferente", o respeito e a empatia com o outro e evoluiu a sua estratégia de sustentabilidade para uma Estratégia ESG 2030, que incorpora os temas ambientais, sociais e de governança ao negócio e estabelece compromissos até 2030.

Em 2021 foi formado o Comitê de Sustentabilidade, que assessora o Conselho de Administração da Companhia para garantir que a Estratégia ESG 2030 não apenas seja cumprida, mas que possa ser revista para melhor sempre que possível. Com isso, o comitê que apoia a Diretoria Executiva passou a ser chamado de Comitê Executivo de Sustentabilidade. Em 2023, com a consolidação do tema na Companhia, o Comitê Executivo de Sustentabilidade passou por uma reestruturação e os temas passaram a ser tratados nos comitês já existentes com a inclusão de 2 novos comitês estratégicos para fortalecer o suporte ao atingimento dos objetivos da Empresa: o Comitê de Mudanças Climáticas e o Comitê de Resiliência Hídrica. Essa iniciativa foi tomada considerando que o Comitê de Sustentabilidade, vinculado ao Conselho de Administração (conforme mencionado anteriormente), já aborda os temas de ESG de forma integral. Também foi incluído na estrutura o Comitê de Inovação.

Outra modificação estrutural anunciada ao final de 2023 refere-se à área de Sustentabilidade da Companhia. Leandro Faria, até então Gerente-geral de Sustentabilidade e ligado à Diretoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO), Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA), Comunicação e Sustentabilidade, passou a ocupar a posição de Gerente-geral de Sustentabilidade, Segurança e Meio Ambiente. No novo cargo, ele reporta diretamente ao CEO, o que sinaliza a relevância estratégica do tema de sustentabilidade para a Companhia.

Em 2024, o então Comitê de Sustentabilidade passou a abranger os projetos de capital entre os assuntos discutidos e teve seu nome alterado para reforçar essa mudança, passando a ser chamado de Comitê de Sustentabilidade e Projetos de Capital. Em junho de 2025, a Companhia segregou as frentes de sustentabilidade e de projetos de capital, com o consequente restabelecimento do Comitê de Sustentabilidade e com a criação do Comitê de Projetos de Capital e Performance Operacional.

Para validar a relevância da agenda de Sustentabilidade, a CBA estabelece metas corporativas relacionadas à Estratégia ESG 2030 para todos os profissionais. Os empregados e empregadas de nível operacional são elegíveis ao Programa de Participação nos Resultados (PPR), em que é eleita uma comissão de profissionais por unidade para definição e acompanhamento das metas. Foi definido o critério de que aspectos ESG passam a compor o conjunto de metas de PPR. Esse programa também é acordado com o sindicato da categoria. Já os públicos profissional e de liderança são elegíveis à remuneração variável, em que parte das metas é corporativa e parte é relativa a desafios específicos. Entre as metas corporativas, a CBA conta com metas ESG cascateadas de acordo com a especificidade de cada área e com os desafios da Estratégia ESG para o ano em questão. Além disso, em 2024, a CBA contou com metas corporativas de cultura de transformação digital e diversidade. A meta ESG da Alta Administração é a média de todos os resultados consolidados. Inclusive, essa conduta está especificada na Política de Remuneração da Companhia e no item 8 desse Formulário.

Recursos Minerais e Reservas de Minério

A SRK Consultores do Brasil Ltda ("SRK") é uma empresa de consultoria associada ao grupo internacional SRK Global Limited e foi contratada pela Companhia em 27/01/2021 para preparar um Relatório Técnico no padrão JORC Code 2012, a partir das estimativas de Recursos Minerais e de Reservas de Minério para as minas de bauxita de Miraí e Barro Alto.

1.16 Outras informações relevantes

O padrão de relatório adotado inclui os termos e definições descritos no “The Australasian Code for Reporting of Exploration Results, Mineral Resources and Ore Reserves”, edição de 2012 (o “JORC Code”), um guia de relatório reconhecido internacionalmente, conforme indicado pelo CRIRSCO (Committee for Mineral Reserves International Reporting Standards).

[1] Filtro prensa é um equipamento, dentre uma serie de equipamentos, que visam prensar a lama e separar a fração liquida da fração seca o importante não é o equipamento em si mas a tecnologia de disposição a seco, neste caso utilizandos os Filtros prensa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (https://ri.cba.com.br/) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM").

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma avaliação sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a sua visão e percepção sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras dos respectivos exercícios sociais, e os principais fatores que explicam tais alterações entre os exercícios sociais.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens em uma mesma linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação ao ativo total e ou passivo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2025, o mercado global de alumínio operou em um contexto de elevada volatilidade, mas com fundamentos resilientes, marcado por ajustes na oferta e crescimento consistente da demanda. Após um período inicial de pressão negativa nos preços da *London Metal Exchange* (LME), em função de eventos políticos e comerciais, o mercado encontrou suporte em uma demanda global mais firme e em uma oferta relativamente restrita, especialmente diante de limitações estruturais na China e interrupções operacionais em outras regiões. O consumo de alumínio mostrou-se robusto nos principais segmentos industriais, com destaque para transportes e bens de consumo, compensando a fraqueza da construção civil, enquanto a oferta avançou de forma mais contida, reforçando um cenário de mercado mais restritivo e sensível a choques de curto prazo. Nesse ambiente, os preços do alumínio na LME apresentaram recuperação gradual ao longo do ano, com média de US$ 2.632/t em 2025, acima dos US$ 2.419/t registrados em 2024, refletindo o equilíbrio mais justo entre oferta e demanda e a maior sustentação do mercado em relação ao ano anterior.

Ainda no cenário global de alumínio, os preços de alumina recuaram de forma relevante ao longo de 2025, refletindo a combinação de excesso de oferta, avanço de novas capacidades de refino, especialmente na China, Índia e Indonésia, e ausência de cortes significativos de produção. Esse cenário resultou em preços mais baixos, com média anual de US$ 382/t em 2025, o que representou uma queda de 24,5% frente aos US$ 506/t registrados no ano anterior. Esse movimento contribuiu para alívio dos custos de insumos para os produtores de alumínio ao longo do ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O aumento de 14% no custo médio de produção do alumínio líquido, excluindo a depreciação, na CBA (R$9.431/t em 2024 para R$10.741/t em 2025) foi um dos fatores que refletiu o aumento dos custos dos produtos vendidos durante o ano de 2025.

Neste contexto os resultados da CBA apresentaram uma queda de desempenho em 2025, comparado com 2024, apesar da receita líquida consolidada ter apresentado um aumento, passando de R$8.173.649 mil em 2024 para de R$8.788.797 mil em 2025 , o aumento no custo dos produtos vendidos que somaram R$8.047.183 mil em 2025, frente a R$ 7.314.060 em 2024, resultaram em uma queda do EBITDA ajustado de R$269.560 mil, que passou de R$ 1.380.303 mil e 2024 para R$1.110.743 mil em 2025, com margem de 12,64% em 2025, frente a 16,89% em 2024, influenciado pela parada programada para manutenção da refinaria de alumina e a alta no custo de energia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia registrou, respectivamente, lucro de R$229.854 mil e prejuízo de R$72.889 mil. As variações no resultado da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 quando comparado ao mesmo período dos exercícios anteriores estão listadas e descritas na sessão 2.1 (h) deste formulário.

O EBITDA Ajustado, por sua vez, foi calculado considerando o Lucro (Prejuízo) Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, subtraídos os ajustes de itens não recorrentes, conforme detalhado no item 2.5 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R$ 1.377.479 mil e R$ 1.527.087 mil, respectivamente. Enquanto a dívida líquida consolidada totalizava R$ 3.298.522 mil e R$ 3.913.400 mil em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Já o índice de endividamento (representado por dívida líquida dividida por EBITDA ajustado) foi de 2,97 em 31 de dezembro de 2025 registrando incremento marginal quando comparado a 2,84 em 31 de dezembro de 2024, refletindo a piora do EBITDA.

Abaixo, seguem as informações sobre os índices de liquidez da Companhia:

Índice	2025	2024
Liquidez Corrente (1)	1,83	1,94
Liquidez Geral (2)	0,66	0,64
Liquidez Imediata (3)	0,55	0,65

(1) Total de ativo circulante dividido pelo total de passivo circulante.
(2) Soma de ativo circulante e ativo não circulante, exceto imobilizado, intangível, investimento e direito de uso, dividido pela soma de passivo circulante e passivo não circulante.
(3) Corresponde ao saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras dividido pelo passivo circulante.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Conforme demonstrado, acreditamos que a Companhia apresentou uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção a seguir:

Em milhares de Reais	31/12/2025	31/12/2024
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	9.451.508	9.821.466

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Capital próprio (patrimônio líquido)	4.514.508	4.011.554
Capital total (terceiros + próprio)	**13.966.016**	**13.833.020**
Parcela de capital de terceiros	68%	71%
Parcela de capital próprio	32%	29%

Em 2025, a Companhia apresentou lucro de R$121.040 mil na Controladora (R$229.854 mil no Consolidado), em comparação ao prejuízo de R$180.671 mil na Controladora (R$72.889 mil no Consolidado) apresentado em 2024. Além do lucro, houve atualização de outros resultados abrangentes de R$ 415.261 mil (efeito negativo de R$528.030 mil em 2024). A Companhia busca diversificar suas fontes de captação de recursos através da utilização do mercado de capitais, agências de fomento governamentais e operações bancárias, buscando sempre alongar seu perfil de endividamento e reduzir seu custo médio da dívida. Para mais informações sobre as fontes de financiamento da Companhia, veja os itens (d) e (e) abaixo.

(c) Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de empréstimos e financiamentos no montante de R$4.275.530 mil, (R$4.629.378 mil em 2024), com prazo médio de pagamento de 5,22 anos (4,85 anos em 2024). Deste montante, apenas 3% do total da dívida vence em 2026, (2,5% venceu em 2025), sendo que os principais vencimentos ocorrerão a partir de 2031. Já a posição de caixa (considerando caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R$1.377.479 mil (R$1.527.0871 mil em 2024), suficiente para honrar suas obrigações de endividamento no curto e médio prazo. Adicionalmente, em 2025 a Companhia substituiu sua linha de crédito rotativo atual, por linha de crédito semelhante, no mesmo montante (US$ 100.000 mil), com vencimento em 2030, que pode ser acessada a qualquer momento do contrato, garantindo uma fonte adicional de liquidez. A nova linha manteve a sua caracterização como vinculada a indicadores ESG.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia cumpriu integralmente seus compromissos financeiros.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 2025 e 2024 as principais fontes de caixa da Companhia foram: (i) geração de caixa operacional; (ii) empréstimos e financiamentos de longo prazo junto a bancos comerciais e governamentais; e (iii) cessão de recebíveis sem direito de regresso.

Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) gestão regular de suas operações; (ii) desembolso de capital, incluindo financiamento de seus projetos de Capex; (iii) financiamento de suas exportações; (iv) exigências de pagamento de seu endividamento; e (vi) pagamentos relacionados a liquidação antecipada de suas dívidas, em linha com seu plano de gestão do endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para informações mais detalhadas sobre os financiamentos da Companhia, vide alínea (f) deste item 2.1.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Nos exercícios sociais encerrados em 2025 e 2024, a Companhia apresentou alto nível de liquidez, com acesso a linhas de financiamento que em conjunto com sua geração de caixa permitiram e permitem honrar suas obrigações de curto e médio prazo. Conforme determinado em sua política financeira, a Companhia opera com uma posição de caixa (considerando caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) mínimo necessário para honrar suas obrigações no horizonte de doze meses, considerando simulação em cenários de estresse. Esse fator foi estrategicamente estabelecido e, portanto, é permanentemente monitorado.

Adicionalmente, a Companhia possui linha de crédito rotativa (Revolving Credit Facility) no total de US$ 100.000 mil que objetiva prover liquidez imediata, caso necessário. Desde sua contratação em julho de 2025, a linha de crédito não foi acessada. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá captar recursos junto ao mercado de capitais e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos acessadas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante totalizaram R$ 4.275.530 mil, sendo R$ 136.193 mil circulante e R$ 4.139.337 mil não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante totalizaram R$ 4.629.378 mil, sendo R$ 117.289 mil circulante e R$ 4.512.089 mil não circulante.

(i) Contratos de empréstimos, financiamento e debêntures relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes pela Companhia (saldo devedor acima de R$ 80.000 mil) em vigor em 31 de dezembro de 2025:

#	Nome de Contrato	Tipo de Contrato	Instituição Financeira	Data de Celebração	Vencimento final	Valor (R$ mil)	Taxa de Juros (a.a.)	Garantia
1.	Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito	Agência de Fomento: BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	26/08/2014	17/07/2034	R$ 1.200.000	IPCA + 4,65% a 4,92%	Fiança Votorantim S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Rotativo nº 14.2.0530.1							
2.	Nota de Crédito à Exportação 201900081	Nota de Crédito à Exportação	Banco Bradesco S.A.	26/04/2019	08/01/2032	R$ 787.060	Pré US$ 6,70%	Cessão Fiduciária de Ajustes Positivos de Operação de Derivativo
3.	Nota de Crédito à Exportação – 201900089 Nota de Crédito	Nota de Crédito à Exportação	Banco Bradesco S.A.	07/05/2019	08/11/2029	R$ 99.700	Pré US$ 6,70%	Cessão Fiduciária de Ajustes Positivos de Operação de Derivativo
4.	Nota de Crédito à Exportação – 201900087	Nota de Crédito à Exportação	Banco Bradesco S.A.	06/05/2019	07/11/2029	R$ 198.120	Pré US$ 6,70%	Cessão Fiduciária de Ajustes Positivos de Operação de Derivativo
5.	Nota de Crédito à Exportação 202000026	Nota de Crédito à Exportação	Banco Bradesco S.A.	10/02/2020	14/02/2029	R$ 250.000	Pré US$ 4,25%	Cessão Fiduciária de Ajustes Positivos de Operação de Derivativo
6.	Contrato de financiam	Agência de	Financiadora de Estudos e	10/11/2022	16/11/2032	R$ 109.251	TJLP-1,47%	Fiança Bancária

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	ento de Estudos e Projetos Código nº 02.22.0490.00	Fomento: FINEP	Projetos - FINEP					
7.	Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 22.2.0342.1	Agência de Fomento: BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	22/12/2022	15/01/2043	R$ 146.991	Taxa Fixa divulgada pelo BNDES na liberação + 1,10%	Fiança Bancária
8.	Nota de Crédito à Exportação - 340.001.574	Nota de Crédito à Exportação	Banco do Brasil S.A.	30/06/2023	15/06/2029	R$ 500.000	CDI + 1,95%	Sem garantia
9.	Nota de Crédito à Exportação - 340.001.611	Nota de Crédito à Exportação	Banco do Brasil S.A	13/06/2024	20/06/2031	R$ 425.000	CDI + 1,61%	Sem garantia
10.	2ª Emissão de Debêntures	Debêntures	-	25/07/2025	26/07/2032	R$ 530.000	CDI + 1,20%	Sem garantia
11.	Pré Pagamento de Exportação - SACE	Pré Pagamento de Exportação	BNP Paribas e Citibank N.A.	31/07/2025	02/07/2035	2 tranches: US$ 50.000 e € 44.000	SOFR + 1,30% e EURIBOR+ 0,95%	Sem garantia

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

1. Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 14.2.0530.1

Em 26 de agosto de 2014, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 14.2.0530.1, em conjunto com outras empresas do mesmo Grupo Econômico da Votorantim S.A. no valor de R$ 1.200.000 mil. Desde sua assinatura esse limite foi utilizado dentre as empresas partes do contrato e em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor em aberto para Companhia era R$ 140.310 mil. A dívida tem vencimento final em 15 de dezembro de 2028 e 17 de julho de 2034 e, sobre o saldo devedor, será devida a taxa de juros de IPCA + 4,65% a IPCA + 4,92%. Para mitigar a exposição à taxa flutuante IPCA em reais, foi contratado swap (instrumento financeiro derivativo) visando a troca por taxa pré-fixada em dólares americanos de 4,15%a.a. a 4,50%a.a. Atualmente este contrato é garantido através de Fiança pelo Interveniente Anuente Votorantim S.A.

2. Nota de Crédito à Exportação 201900081:

Em 26 de abril de 2019, a Companhia celebrou junto ao Banco Bradesco S.A., Nota de Crédito à Exportação – 201900081 no valor de R$ 787.060 mil, garantida através de Cessão Fiduciária de Ajustes Positivos de Operação de Derivativo. Na mesma data foi contratado swap visando a troca da taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos. Em agosto de 2023, esta dívida foi refinanciada alterando o vencimento final para 30 de outubro de 2029 e a taxa de juros após swap para custo pré-fixado de 6,70% ao ano em dólares. Em dezembro de 2024, esta dívida foi novamente renegociada, alterando o vencimento final para 08 de janeiro de 2032 e a taxa de juros pós swap não sofreu alterações e se manteve em 6,70% ao ano em dólares. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor em aberto era de R$ 1.336.526 mil.

3. Nota de Crédito à Exportação 201900089:

Em 07 de maio de 2019, a Companhia celebrou junto ao Banco Bradesco S.A., a Nota de Crédito à Exportação – 201900089 no valor de R$ 99.700 mil, garantida através de Cessão Fiduciária de Ajustes Positivos de Operação de Derivativo. Na mesma data foi contratado swap visando a troca da taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos. Em agosto de 2023, esta dívida foi refinanciada e terá vencimento final em 08 de novembro de 2029 e, sobre o saldo devedor, será devida a taxa de juros após swap de 6,70% ao ano em dólares. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor em aberto era de R$ 138.866 mil.

4. Nota de Crédito à Exportação 201900087:

Em 06 de maio de 2019, a Companhia celebrou junto ao Banco Bradesco S.A., a Nota de Crédito à Exportação – 201900087 no valor de R$ 198.120 mil, garantida através de Cessão Fiduciária de Ajustes Positivos de Operação de Derivativo. Na mesma data foi contratado swap visando a troca da taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos. Em agosto de 2023, esta dívida foi refinanciada e terá vencimento final em 07 de novembro de 2029 e, sobre o saldo devedor, será devida a taxa de juros após swap de 6,70% ao ano em dólares. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor em aberto era de R$ 277.885 mil.

5. Nota de Crédito à Exportação 202000026:

Em 10 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou junto ao Banco Bradesco S.A., a Nota de Crédito à Exportação – 202000026 no valor de R$ 250.000 mil, garantida através de Cessão Fiduciária de Ajustes Positivos de Operação de Derivativos. Na mesma data foi contratado swap visando a troca da taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos. A dívida terá seu vencimento final em 14 de fevereiro de 2029, e, sobre o saldo devedor, será devida a taxa de juros de 4,25% ao ano em dólares. Destaca-se que o empréstimo é caracterizado como “Financiamento Verde” com base nas diretrizes dos Green Loan Principles. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor em aberto era de R$ 255.978 mil.

6. Contrato de financiamento n° 02.22.0490.00 junto à FINEP:

Em 10 de novembro de 2022, a Companhia celebrou junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP , o Contrato nº 02.22.0490.00, no valor de R$ 109.251 mil para financiamento do Plano Estratégico de Inovação da Companhia aprovado pela FINEP. A liberação dos recursos é condicionada à comprovação dos gastos e ocorrerá

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

conforme o cronograma de desembolso dos projetos financiados. A dívida terá vencimento final em 16 de novembro de 2032 e, sobre o saldo devedor, será devida a taxa de juros de TJLP-1,47% ao ano. Até dezembro de 2025 foram feitas liberações no total de R$ 109.194 mil e em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto para a Companhia era de R$ 110.391 mil. Este contrato é garantido através de Fiança Bancária.

7. Contrato de financiamento n° 22.2.0342.1 junto ao BNDES:

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Contrato nº 22.2.0342.1, no valor de R$ 565.311 mil. A liberação dos recursos é condicionada à comprovação dos gastos e ocorrerá conforme o cronograma de desembolso dos projetos financiados. A dívida possui três Subcréditos (A, B e C) no valor de R$ 338.320 mil, R$ 80.000 mil e R$ 146.991 mil com vencimento final em 15 de janeiro de 2043, 15 de janeiro de 2035 e 15 de janeiro de 2043, respectivamente. Sobre o saldo devedor decorrente do Subcrédito B, será devida a taxa de juros em reais de 2,11% ao ano e sobre o saldo devedor decorrente dos Subcréditos A e C, será devida a taxa de juros em dólares a ser divulgada pelo BNDES no momento da liberação somados à taxa de 1,10% ao ano.

Em função do cenário econômico desafiador enfrentado em 2023, a Companhia optou pela postergação do cronograma do projeto de Modernização das Salas Fornos, sendo necessário o cancelamento dos Subcréditos A e B no total de R$ 418.320 mil. Os recursos adiantados foram devolvidos ao BNDES em outubro de 2024, totalizando R$144.000 mil, incluindo correção monetária, multa, juros e variação cambial.

Tivemos liberações no total de R$ 138.754 mil no subcrédito C e em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R$ 132.816 mil. Este contrato é garantido através de Fiança Bancária.

8. Nota de Crédito à Exportação 340.001.574:

Em 30 de junho de 2023, a Companhia contratoujunto ao Banco do Brasil S.A., a Nota de Crédito à Exportação no valor de R$ 500.000 mil. A dívida terá vencimento final em 15 de junho de 2029 e, sobre o saldo devedor, será devida a taxa de juros de CDI + 1,95% ao ano. Este empréstimo é caracterizado como “Sustainability-Linked Loan” e a depender do atingimento ou não das metas anuais de redução na emissão de gases de efeito estufa na produção de alumínio primário, pode haver uma redução no custo de liquidação antecipada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R$ 503.302 mil.

9. Nota de Crédito à Exportação 340.001.611

Em 13 de junho de 2024, a Companhia contratoujunto ao Banco do Brasil S.A., a Nota de Crédito à Exportação no valor de R$ 425.000 mil. A dívida terá vencimento final em 20 de junho de 2031 e, sobre o saldo devedor, será devida a taxa de juros de CDI + 1,61% ao ano. Na mesma data foi contratado swap visando a troca da taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos de 6,76% ao ano. Este empréstimo é caracterizado como “Sustainability-Linked Loan” e a depender do atingimento ou não das metas anuais de redução na emissão de gases de efeito estufa na produção de alumínio primário, pode haver uma redução no custo de liquidação antecipada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R$ 426.570 mil.

10. 2ª Emissão de Debêntures:

Em 25 de julho de 2025, a Companhia fez a sua segunda emissão de debêntures no valor de R$ 530.000 mil. Os papéis têm prazo médio de 7 anos e amortização final em junho de 2032. Sobre o saldo devedor, será devida a taxa de juros de CDI + 1,20% ao ano. Destaca-se que a emissão foi caracterizada como “Sustainability-Linked Loan” e a depender do atingimento ou não das metas anuais de redução na emissão de gases de efeito estufa na produção de alumínio primário, pode haver uma redução na taxa de resgate antecipado. . Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor em aberto era de R$ 566.405 mil.

11. Pré Pagamento de Exportação - SACE

Em 31 de julho de 2025, a Companhia celebrou, junto ao Citibank e BNP Paribas um Contrato de Pré-Pagamento de Exportação composto por duas tranches e que contou com garantia da SACE – agência de fomento à

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

exportação italiana. A primeira tranche, no montante de US$ 50.000 mil, está sujeita à taxa de juros de SOFR + 1,30% ao ano. A segunda tranche, no montante de € 44.000 mil , está sujeita à taxa de juros de EURIBOR + 0,95% ao ano. Ambas as tranches têm vencimento final em 2 de julho de 2035. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto em reais totalizava R$ 559.826 mil.

(ii) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia possui operações de derivativos financeiros que têm por objetivo a proteção contra volatilidade do fluxo de caixa e variações de taxa de juros, inflação e câmbioproveniente principalmente do descasamento de moedas entre receitas e despesas, sem fins especulativos. Estas operações estão contabilizadas pelo seu valor de mercado.

(iii) Grau de subordinação entre dúvidas da Companhia

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2025 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas, mesmo em eventual concurso universal de credores. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas à companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Covenants

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas cláusulas restritivas não financeiras e financeiras.

Cláusulas Restritivas (covenants) não financeiras

Em determinados contratos celebrados pela Companhia, existem obrigações (covenants) não financeiras, em linha com práticas de mercado, que restringem, dentre outras questões, a capacidade da Companhia de efetivar processos de incorporação ou fusão com outras entidades fora do conglomerado econômico da Votorantim S.A, alterar seu controle acionário e alienar de outra forma seus principais ativos, sem a autorização prévia do credor.

Em linha com o praticado no mercado, 100% (cem por cento) das dívidas mencionadas no item 2.1.i possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross-default e/ou cross acceleration). Com exceção dos empréstimos celebrados com BNDES e FINEP direta ou indiretamente, os demais contratos de empréstimos determinam que somente caracteriza-se como vencimento antecipado cruzado se ocorrer algum evento de vencimento antecipado em contratos com valor individual ou agregado de US$ 100.000 mil ou equivalente em reais.

Na data deste Formulário de Referência e nos três últimos exercícios sociais, a Companhia encontra-se e esteve durante tal período adimplente em relação às cláusulas restritivas (covenants) não financeiras de seus contratos vigentes.

Cláusulas Restritivas financeiras (financial covenants)

Os únicos contratos que possuem cláusulas restritivas financeiras (financial covenants), ou seja, manutenção de certos parâmetros e indicadores financeiros, são os contratos de financiamento junto ao BNDES celebrados antes de 2022, quais sejam: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.0832.1 e nº 14.2.0530.1, dos quais a Companhia é signatária e tomadora do crédito figurando a Votorantim S.A como a interveniente garantidora.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025, esses contratos representaram 3% do total dos empréstimos e financiamentos da Companhia, equivalente a R$ 143.613.

Em tais contratos, a responsabilidade do cumprimento das obrigações financeiras é exclusiva da Votorantim S.A., que assumiu a obrigação de manter durante a vigência dos contratos os seguintes indicadores:

Indicadores	Metas	31/12/2025
Dívida Líquida/EBITDA	**≤4,0**	1,01
Patrimônio Líquido/Ativo Total	**≥0,3**	0,4929
(Caixa + EBITDA de dois semestres fiscais)/(Juros + Dívida de Curto Prazo)	**≥1,0**	6,9034

Conforme tabela acima, a Votorantim S.A. cumpriu os covenants financeiros mencionados para o período de 2025, havendo obrigação de apuração apenas anual, conforme contrato.

Ressalta-se que os contratos com o BNDES determinam que, caso a Votorantim S.A. não atinja os níveis estabelecidos acima, deverá constituir, no prazo de 90 (noventa dias), contados da publicação dos seus demonstrativos financeiros consolidados, fiança bancária, a ser formalizada mediante Carta de Fiança expedida conforme modelo fornecido pelo BNDES. Caso a Companhia e a Votorantim S.A. descumpram com as obrigações estabelecidas no referido contrato, haverá o vencimento antecipado da dívida.

O BNDES deverá liberar a referida carta de fiança na hipótese de ficar comprovado o restabelecimento dos covenants nos termos previstos no contrato em qualquer dos exercícios financeiros seguintes ao descumprimento, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento pelo BNDES dos demonstrativos financeiros auditados enviados pela Votorantim S.A. que comprovem tal restabelecimento.

Não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos e, à emissão de novos valores mobiliários além das descritas no item (i) acima.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes e a controladora da Companhia encontra-se adimplente com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no item (i) acima.

Considerando a celebração do contrato de compra e venda de ações da Companhia, e consequentemente, a expectativa de mudança do seu controle acionário, nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia ao mercado em 29 de janeiro de 2026, será necessária obtenção de anuência das instituições financeiras credoras , bem como efetuar a substituição da fiança prestada pela Votorantim S.A. em determinados contratos junto ao BNDES.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito rotativo não utilizada, no montante de US$ 100.000 mil, com vencimento em 2030. Em janeiro de 2026, a Companhia firmou um novo contrato junto ao BNDES no montante de 715,977 mil, cuja liberação de recursos é condicionada à comprovação dos gastos dos projetos financiados. Até a data deste Formulário de Referência, não haviam ocorrido liberações dos recursos relacionados a este contrato.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	AH
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	8.788.797	100%	8.173.649	100%	108%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.047.183)	-91,6%	(7.314.060)	-89,5%	110%
Lucro bruto	741.614	8,4%	859.589	10,5%	86%
Receitas (despesas) operacionais	(296.527)	-3,4%	(329.040)	-4,0%	-90%
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	445.087	5,1%	530.549	6,5%	84
Resultado de participações societárias	133.720	1,5%	129.219	1,6%	103%
Resultado financeiro líquido	(225.776)	-2,6%	(1.018.433)	-12,5%	22%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	353.031	4%	(358.665)	-4,4%	-98%
Imposto de renda e contribuição social	(123.177)	-1,4%	285.776	3,5%	-43%
Correntes	(30.747)	-0,3%	(17.437)	-0,2%	176%
Diferidos	(92.430)	-1,1%	303.213	3,7%	-30%
Lucro (prejuízo) das operações continuadas	229.854	2,6%	(72.889)	-0,9%	-315%
Operações descontinuadas	0	-	0	0,0%	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	229.854	2,6%	(72.889)	-0,9%	-315%

Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A receita líquida consolidada da CBA atingiu R$8.788.797 mil em 2025, aumento de 7,5% em relação a 2024, em função do aumento de R$443.837 mil da receita líquida do negócio de alumínio, de R$7.939.063mil em 2024 para R$8.382.900 mil em 2025.

O aumento de 6% na receita líquida do negócio de alumínio em 2025, em relação a 2024, se refere principalmente ao aumento de 10% no preço médio do alumínio na LME nos anos comparados (US$2.827/tonelada em 2025 vs. US$ 2.517/tonelada em 2024), além dos maiores prêmios de mercado.

No negócio de energia, a receita líquida teve aumento de 63%, atingindo R$487.188 mil em 2025, comparado a R$310.947 mil em 2024, em função do menor volume de chuva ao longo do ano houve um deplecionamento dos reservatórios, o que elevou os preços de energia no mercado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O custo dos produtos vendidos aumentou 10% em 2025 (R$8.047.183 mil) vs. 2024 (R$7.314.060 mil).

O custo do negócio de alumínio teve aumento de 10% entre os anos comparados, causado principalmente pelos custos de manutenção da refinaria de alumina e aumento no custo de energia, encerrando o ano de 2025 com custo de R$7.497.171 mil vs. R$6.804.523 mil em 2024.

Por outro lado, o custo do negócio de energia teve aumento de 10% comparado ao ano anterior, em razão do menor volume de chuva durante o ano 2025.

Receitas (despesas) operacionais

A rubrica de receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 apresentou resultado negativo líquido de R$296.527 mil comparado ao resultado negativo líquido de R$329.040 mil no mesmo período de 2024, que representa variação positiva (diminuição da despesa) de R$32.513 mil ou 10,0%. A rubrica de receitas (despesas) operacionais representou 3% e 4% da receita líquida dos produtos vendidos e serviços prestados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Tais resultados decorreram principalmente do aumento de despesas e benefícios a empregados, contratação de serviços de terceiros e oscilação preço de contratos futuros de energia..

Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro

O lucro operacional do exercício foi de R$445.087 mil em 31 de dezembro de 2025 vs. lucro de R$530.549 mil em 31 de dezembro de 2024, a redução se refere principalmente ao aumento dos custos de produção em 2025, conforme comentado no tópico custos dos produtos vendidos.

Resultado de participações societárias

O resultado de participações societárias no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi receita de R$133.720 mil comparativamente à receita de R$129.219 mil no exercício de 2024, variação positiva de 3,5%. O resultado de participações societárias representa 2% e 1,6% da receita líquida dos produtos vendidos e serviços prestados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Este aumento é reflexo da melhora dos resultados das empresas investidas, principalmente pelo melhor cenário econômico.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido de R$225.776 mil negativo em 2025 apresentou melhora de R$792.657 mil em relação ao ano de 2024.

Esse resultado foi reflexo principalmente da valorização de 11% do real frente ao dólar norte-americano em 2025, cotação do dólar em dezembro de 2025de 5,50 vs. 6,19 em dezembro de 2024, comparada à desvalorização de 28% em 2024 (cotação do dólar em dezembro de 2024: 6,19 vs. 4,84 em dezembro de 2023), que ocasionou uma melhora de R$452.480 mil na marcação a mercado dos instrumentos derivativos e variação cambial positiva de R$340.014 mil. A linha de “Outras Despesas Financeiras” também apresentou variação positiva de R$20.000 mil, principalmente pela diferença de valor presente entre os fluxos de caixa original e atualizados das operações refinanciadas em 2025 e atualizações monetárias.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social apresentaram resultado negativo de R$123.177 mil em 2025 e positivo de R$285.776 mil em 2024, que representa variação negativa de R$408.953 mil ou 143,1%. O imposto de renda e contribuição social representou 1,4% e 3,5% da receita líquida dos produtos vendidos e serviços prestados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. O efeito é atribuído substancialmente aos impostos diferidos sobre: (i) variação cambial tributada pelo regime de caixa, (ii) diferença

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

temporária referente ao MTM (“marcação a mercado”) de excedente de energia e (iii) efeito cambial sobre diferimento de perdas em contratos de derivativos.

Lucro (prejuízo) do exercício

A Companhia apurou lucro, no consolidado, de R$229.854 mil em 2025 vs. prejuízo de (R$72.889 mil) em 2024. A melhora no resultado deve-se principalmente ao aumento da receita líquida em 2025 decorrente da melhora no cenário econômico e ao resultado financeiro principalmente pelos efeitos da valorização do real frente ao dólar norte-americano em 2025 comentado no tópico acima.

FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R$ mil)	31/12/2025	31/12/2024
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	768.321	647.080
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(332.414)	(359.171)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	(265.329)	(496.173)
Aumento (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	126.270	(208.264)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais (“FCO”) se manteve estável totalizando R$768.231 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 vs R$647.080 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (“FCI”) totalizou $332.414 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R$359.171 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (“FCF”) totalizou R$265.329 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao caixa gerado de R$496.173 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. O efeito em 2025 decorre principalmente de liquidações de empréstimos, financiamentos e debêntures de R$1.099.909 mil e captação de recursos R$ 1.145.581

Aumento (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa

A movimentação do caixa da Companhia totalizou R$ 1.268.235 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao exercício anterior houve aumento de R$ 126.270 mil, como resultado líquido dos efeitos nos fluxos de caixa mencionados nos tópicos acima.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: Alumínio, Energia e Outros.

Alumínio

Envolve as operações da cadeia produtiva do Alumínio, desde a mineração de bauxita até a produção de produtos primários e transformados.

Energia

Compreende apenas a comercialização da energia excedente, que é vendida para o mercado.

Outros

Considera o Legado Verdes do Cerrado, reserva de desenvolvimento sustentável e a unidade do Níquel em suspensão, detida pela Companhia por meio da Mineração Macedo, ambas localizadas em Niquelândia (Goiás).

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela tomada das decisões estratégicas e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais da Companhia.

2025					
	Alumínio	Energia	Outros	Eliminações (i)	Consolidado
Receita líquida dos produtos vendidos	8.382.900	487.188	24.525	- 105.816	8.788.797
Custos dos produtos vendidos	- 7.497.171	- 610.939	- 44.889	105.816	- 8.047.183
Lucro (prejuízo) bruto	885.729	- 123.751	- 20.364	-	741.614
Com vendas	- 51.308	-	- 465	-	- 51.773
Gerais e administrativas	- 440.561	- 881	- 19.433	-	-460.875
Outras receitas (despesas) operacionais	- 65.634	281.180	575	-	216.121
Lucro (prejuízo) operacional	328.226	156.548	- 39.687	-	445.087
Depreciação, amortização e exaustão	752.935	-	5.300	-	758.235
Outras adições (exclusões) e itens	157.517	- 235.906	- 14.190	-	- 92.579

2.2 Resultados operacional e financeiro

2025					
excepcionais					
Contratos futuros de energia e derivativos de energia	-	- 385.994	-	-	- 385.994
Dividendos recebidos (efeito caixa) de empresas não consolidadas	-	150.088	-	-	150.088
Reversão de provisão para perda de ativos de Níquel	-	-	- 29.233	-	- 29.233
Reversão de provisão para perda de outros ativos	- 15	-	-	-	- 15
Provisão para desvalorização de ativo (impairment)	- 6.011	-	15.043	-	9.032
Hedge Accounting - NCE	163.543	-	-	-	163.543
EBITDA ajustado	1.238.678	- 79.358	- 48.577	-	1.110.743
Margem EBITDA	15%	-16%	-198%	-	13%

(i) As eliminações correspondem à energia gerada e consumida entre os segmentos reportáveis da Companhia.

A receita líquida dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia foi de R$ 8.788.797 mil, e R$ 8.173.649 mil, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são provenientes de suas atividades operacionais exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: Alumínio, Energia e Outros.

- Alumínio: Envolve as operações da cadeia produtiva do Alumínio, desde a mineração de bauxita até a produção de produtos primários e transformados.
- Energia: envolve a energia excedente vendida para o mercado. A receita intercompany desse segmento para com o segmento Alumínio é eliminada.
- Outros: Considera as Unidades do Níquel e Legado Verdes do Cerrado.

Os segmentos estão demonstrados da seguinte maneira:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais)	**Alumínio**	**Energia**	**Outros**	**Eliminações**	**Consolidado**
Receita líquida dos produtos vendidos	8.382.900	487.188	24.525	- 105.816	8.788.797

2.2 Resultados operacional e financeiro

Custos dos produtos vendidos	- 7.497.171	- 610.939	- 44.889	105.816	- 8.047.183
Lucro (prejuízo) bruto	885.729	- 123.751	- 20.364	-	741.614
Despesas operacionais	- 491.869	- 881	- 19.898	-	- 512.648
Com vendas	- 51.308	-	- 465	-	- 51.773
Gerais e administrativas	- 440.561	- 881	- 19.433	-	- 460.875
Outras receitas (despesas) operacionais	- 65.634	281.180	575	-	216.121
Lucro (prejuízo) operacional	328.226	156.548	- 39.687	-	445.087

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais)	Alumínio	Níquel	Energia	Eliminações	Consolidado
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços	7.939.063	310.947	20.148	- 96.509	8.173.649
Custos dos produtos vendidos	- 6.804.523	- 557.386	- 48.660	96.509	- 7.314.060
Lucro (prejuízo) bruto	1.134.540	- 246.439	- 28.512	-	859.589
Despesas operacionais	**- 452.423**	**- 1.415**	**- 16.810**	**-**	**- 470.648**
Com vendas	- 42.555	-	- 196	-	- 42.751
Gerais e administrativas	- 409.868	- 1.415	- 16.614	-	- 427.897
Outras receitas (despesas) operacionais	222.968	143.746	- 225.106	-	141.608
Lucro (prejuízo) operacional	905.085	- 104.108	- 270.428	-	530.549

Para melhor entendimento do segmento de Alumínio, a Companhia subdivide nos itens abaixo:

a. **Primários:** considera as famílias de produto da fase inicial de produção (lingote, alumínio líquido e produtos de valor agregado – tarugo, vergalhão e lingote liga). Todos esses produtos são fabricados na unidade de Alumínio;
b. **Transformados:** considera os produtos da família de transformados (folhas, chapas e extrudados) e todos são de valor agregado. A Companhia produz todo o seu portfólio em um único site localizado em Alumínio

2.2 Resultados operacional e financeiro

no Estado de São Paulo, e conta com uma segunda unidade de laminação, em Itapissuma-PE, além de dois centros de soluções e serviços;

c. **Reciclagem:** considera as plantas das empresas investidas Metalex e Alux, as atividades de *tolling* (serviço de conversão de sucata do cliente em produto acabado) praticadas na planta de Alumínio, vendas de sucata interna e externa e de borra de alumínio;
d. **Outros produtos e serviços de alumínio:** considera atividades de vendas de alumina e beneficiamento. As vendas de alumina e hidrato refletem o excedente da cadeia produtiva da Companhia, mais especificamente da unidade de Alumínio. Bauxita e alumina são matéria prima para produção de alumínio;
e. **Eliminações:** Considera as transações de compra e venda de alumínio entre as empresas deste segmento.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:

EXERCÍCIO DE 2025

(a) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os preços e receitas de alumínio sofrem constantes alterações, decorrentes das cotações do alumínio na LME (*London Metals Exchange*) e dólar, assim como o prêmio do alumínio, e podem afetar materialmente os resultados da Companhia e, consequentemente, seu fluxo de caixa.

Em 2025, o mercado global de alumínio operou em um contexto de elevada volatilidade, mas com fundamentos resilientes, marcado por ajustes na oferta e crescimento consistente da demanda. Após um período inicial de pressão negativa nos preços da *London Metal Exchange* (LME), em função de eventos políticos e comerciais, o mercado encontrou suporte em uma demanda global mais firme e em uma oferta relativamente restrita, especialmente diante de limitações estruturais na China e interrupções operacionais em outras regiões. O consumo de alumínio mostrou-se robusto nos principais segmentos industriais, com destaque para transportes e bens de consumo, compensando a fraqueza da construção civil, enquanto a oferta avançou de forma mais contida, reforçando um cenário de mercado mais restritivo e sensível a choques de curto prazo. Nesse ambiente, os preços do alumínio na LME apresentaram recuperação gradual ao longo do ano, com média de US$ 2.632/t em 2025, acima dos US$ 2.419/t registrados em 2024, refletindo o equilíbrio mais justo entre oferta e demanda e a maior sustentação do mercado em relação ao ano anterior.

A receita líquida consolidada da CBA atingiu R$8,8 bilhões em 2025 vs. R$8,2 bilhões em 2024, um aumento de 7%, em função do aumento na receita do negócio do alumínio, de R$8,2 bilhões em 2024 para R$8,8 bilhões em 2025. O aumento da receita do negócio de alumínio nos principais segmentos, como primários, transformados e reciclagem, deu-se em razão do maior volume de vendas e melhora nos preços praticados, dado o aumento na média da cotação do alumínio na LME, conforme falado acima, além dos maiores prêmios de mercado.

(b) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Parte dos custos e despesas da Companhia é atrelada ao Real, com cláusula de reajuste inflacionário nos contratos e renegociações anuais. Outra parte é atrelada ao Dólar, suscetível a impactos da variação da sua apreciação ou não frente ao Real no período.

O custo médio de produção do alumínio líquido teve um aumento vs. 2024. As principais contribuições foram: aumento do custo da soda, custo de energia devido a escassez de chuva e a parada programada para manutenção da refinaria de alumina.

A evolução de custos dos insumos estratégicos é acompanhada pela Companhia e considerada em suas projeções e decisões estratégicas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os preços de energia e derivados de petróleo, como coque e piche influenciam diretamente os resultados da Companhia, além de transportes ferroviário e rodoviário.

Além dos insumos produtivos, outros itens que podem sofrer variações de preço, são equipamentos utilizados no processo produtivo.

EXERCÍCIO DE 2024

(a) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os preços e receitas de alumínio sofrem constantes alterações, decorrentes das cotações do alumínio na LME (*London Metals Exchange*) e dólar, assim como o prêmio do alumínio, e podem afetar materialmente os resultados da Companhia e, consequentemente, seu fluxo de caixa.

O ano de 2024 foi marcado pela recuperação gradual da demanda no mercado global de alumínio, impulsionada pela estabilização macroeconômica e por pacotes de estímulos em determinadas regiões. No entanto, persistiram desafios do lado da oferta, influenciados por restrições logísticas, custos elevados de energia e a volatilidade dos preços dos insumos. Além disso, fatores geopolíticos e mudanças de políticas comerciais seguiram exercendo influência sobre o setor, afetando cadeias de suprimentos e a competitividade global do metal. Nesse cenário, o preço médio do alumínio na LME foi de US$2.419/t em 2024, um aumento de 8% em relação ao preço médio em 2023, de US$2.249/t.

A receita líquida consolidada da CBA atingiu R$8,2 bilhões em 2024 vs. R$7,3 bilhões em 2023, um aumento de 11%, em função do aumento na receita do negócio do alumínio, de R$7,0 bilhões em 2023 para R$8,2 bilhões em 2024. O aumento da receita do negócio de alumínio nos principais segmentos, como primários, transformados e reciclagem, deu-se em razão do maior volume de vendas e melhora nos preços praticados, dado o aumento na média da cotação do alumínio na LME, conforme falado acima, além dos maiores prêmios de mercado, aliado à apreciação do dólar no período.

(b) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Parte dos custos e despesas da Companhia é atrelada ao Real, com cláusula de reajuste inflacionário nos contratos e renegociações anuais. Outra parte é atrelada ao Dólar, suscetível a impactos da variação da sua apreciação ou não frente ao Real no período.

O custo médio de produção do alumínio líquido teve leve redução vs. 2023 em razão da estabilização operacional do processo de produção, que contribuiu para a eficiência e otimização da produção. A principal contribuição veio da redução no custo da pasta anódica, impulsionada pela redução no consumo, melhor KPI, e pela queda no preço de coque e piche, principais insumos para composição da pasta.

A evolução de custos dos insumos estratégicos é acompanhada pela Companhia e considerada em suas projeções e decisões estratégicas.

Os preços de energia e derivados de petróleo, como coque e piche influenciam diretamente os resultados da Companhia, além de transportes ferroviário e rodoviário.

Além dos insumos produtivos, outros itens que podem sofrer variações de preço, são equipamentos utilizados no processo produtivo.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que resultassem em efeitos significativos nas informações apresentadas.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi emitido sem ressalvas ou ênfases.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi emitido sem ressalvas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e em seus resultados

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de novos segmentos nos últimos exercícios sociais e no exercício corrente.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Principais eventos em 2025

- **Participação em ativos de autoprodução de energia eólica**

Em maio de 2025, a Companhia firmou acordos vinculantes com as empresas Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. (“Casa dos Ventos”) e Auren Energia S.A. (parte relacionada “Auren Energia”), para aquisição de participação em ativos de autoprodução de energia eólica nos Complexos Serra do Tigre e Cajuína, respectivamente. Os acordos preveem o fornecimento de 60MWm e 55MWm, respectivamente, com vigência de 15 anos, destinados à fábrica em Alumínio. As operações foram aprovadas pelo CADE.

Em 31 de outubro de 2025 foi concluída a aquisição de participação no Complexo Serra do Tigre, com fornecimento de energia a partir dessa data. A conclusão da transação com Auren Energia está condicionada ao atendimento das demais condições precedentes, com fornecimento de energia para iniciar em janeiro de 2027.

- **Redução de capital na investida CBA Itapissuma**

Em 24 de junho de 2025, foi efetivada a redução de capital social da CBA Itapissuma, com a transferência de caixa no montante de R$110.000 para a CBA.

Principais eventos em 2024:

- **Aumento de capital e venda da participação na Alunorte Alumina do Norte S.A. ("Alunorte")**

Em 08 de maio de 2024, a Companhia exerceu seu direito de preferência na aquisição de novas ações subscritas pela sua investida Alunorte – Alumina do Norte S.A., proporcional a sua participação. O valor do aumento de capital foi no montante de R$9.103 mil, mantendo sua participação total na coligada em 3,03%.

Em 02 de dezembro de 2024, foi concluída a venda da participação minoritária integral da Companhia na Alunorte de 3,03%. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da CBA nos termos do Estatuto Social da Companhia. O valor da venda foi de R$236.843 mil com um ganho de R$126.131 mil reconhecido na rubrica “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 8), e está alinhada à estratégia da CBA de focar no *core business* do negócio alumínio, uma vez que a Companhia é autossuficiente em alumina. Com a conclusão da operação, a CBA deixa de ter direito ao percentual de produção de alumina correspondente à sua participação acionária na Alunorte.

- **Alienação da totalidade das ações detidas no capital social da Santa Cruz Geração de Energia S.A. (“Santa Cruz”)**

Em 17 de janeiro de 2024, a Companhia celebrou com a Resulta Energia e Soluções Ltda., o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, objetivando a alienação, cessão e transferência, em caráter irrevogável e

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

irretratável da totalidade das ações detidas pela CBA na controlada Santa Cruz Geração de Energia S.A., e em 29 de fevereiro de 2024, foi celebrado o termo de fechamento da operação. O valor total da venda foi no montante de R$2.120 mil.

(c) Eventos ou operações não usuais

Principais eventos em 2025:

- **Aumento das tarifas sobre exportações de alumínio para os Estados Unidos**

Em fevereiro de 2025, o presidente dos Estados Unidos anunciou o aumento da tarifa de importação de alumínio para 25%, posteriormente aumentou a tarifa para 50%, que está em vigor desde junho.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida consolidada de exportação para os Estados Unidos foi de R$165.008, que corresponde, aproximadamente 1,88% da receita total. A Administração acompanha os desdobramentos, monitorando ativamente a situação, buscando alternativas para minimizar potenciais impactos negativos e avaliando continuamente a necessidade de ajustes em seus planos estratégicos, orçamentários e de diversificação, diante das mudanças do cenário internacional.

- **Captação e amortização de empréstimos**

Como parte da estratégia de gestão de passivos voltada à redução da alavancagem bruta, à diversificação das fontes de financiamento, ao alongamento do prazo e redução do custo da dívida, ao longo de 2025 a Companhia liquidou antecipadamente dívidas, refinanciou algumas de suas linhas e fez novas captações. Dentre essas ações está a liquidação antecipada, em março de 2025, de contratos de financiamentos à exportação (Nota de Crédito à Exportação e Pré Pagamento de Exportação), no montante total de R$505.606, cujo vencimento final seria em 2028.

Em junho de 2025, a CBA refinanciou sua Nota de Crédito à Exportação (“NCE”) no valor de R$500.000, alongando o prazo de vencimento para junho de 2032 e reduzindo o custo de CDI+1,95% para CDI + 1,20% a.a. A remensuração decorrente do refinanciamento gerou um efeito contábil positivo de R$19.065, sem efeito caixa, reconhecido como receita financeira, referente à diferença entre o valor presente do fluxo de caixa original e refinanciado. Adicionalmente, foi contratado *swap* (instrumento financeiro derivativo) com o objetivo de converter a taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada de 5,89% a.a. em dólares americanos.

Em julho de 2025, a Companhia fez a sua segunda emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R$530.000 e com amortização em julho de 2032, e custo de CDI+1,20% ao ano. Também foi contratado *swap* que converte a taxa de CDI para uma taxa pré-fixada em dólares de 5,88% a.a.

A emissão foi caracterizada como vinculada a indicadores ESG e o cumprimento dessas metas anuais poderá resultar em benefício financeiro por meio da redução na tarifa em caso de resgate antecipado dos títulos. Com parte dos recursos dessa emissão, no mesmo mês a Companhia efetuou o resgate de sua primeira emissão de debênture no valor de R$230.000, visando o alongamento do perfil da dívida e redução dos custos.

Também em julho, a CBA concluiu a captação via linha de financiamento às exportações (Pré pagamento de Exportações) em duas *tranches* em Euros e Dólares totalizando EUR44.000 (R$281.182) e USD50.000 (R$279.850), respectivamente, com vencimento em 2035. Essa operação contou com a garantia da SACE, Agência de Crédito à Exportação (*Export Credit Agency*) italiana, e foi caracterizada como vinculada a indicadores ESG, sendo necessário o acompanhamento de metas anuais, com a primeira validação em março de 2026, cujo poderá resultar em incremento ou redução no custo deste empréstimo. Foi ainda contratado um *swap* destinado à conversão da exposição da tranche em euros de taxa de EURIBOR para uma taxa pré-fixada em dólares, resultando em um custo médio em dólares de 4,86% a.a.

No mesmo mês, a Companhia substituiu sua linha de crédito rotativo atual (*Revolving Credit Facility - RCF*) por uma nova no mesmo montante de USD100.000 equivalente a R$550.240 considerando o câmbio de fechamento

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

do período. O custo da linha não sofreu alteração e a nova operação tem vencimento em julho de 2030. A nova linha manteve a caracterização como vinculada a indicadores ESG e conta com a participação de 10 bancos internacionais.

Em setembro de 2025, a CBA liquidou antecipadamente dois empréstimos totalizando USD20.000 (R$107.280) e USD41.500 (R$224.797), com vencimento original em março de 2028 e setembro de 2029, respectivamente.

Principais eventos em 2024:

- **Homologação do aumento de capital e emissão de ações CBA**

Em 18 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital iniciado em 8 de novembro de 2023, consolidando o aumento de capital subscrito e integralizado em preferência dos acionistas, bem como pelo rateio de ações em sobras. Em janeiro de 2024, foram integralizadas 5.595.377 (cinco milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentas e setenta e sete) ações, verificando-se um aumento de capital de R$20.871, totalizando um aumento de R$206.043 quando consideradas as quantias integralizadas em 2023 e 2024. Com isso, em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R$4.955.503 dividido em 651.072.697 (seiscentos e cinquenta um milhões, setenta e duas mil, seiscentas e noventa e sete) ações.

- **Distrato da venda da unidade de Niquelândia**

Em 12 de abril de 2023, a Companhia firmou o contrato de venda de parte dos ativos e passivos da unidade Niquelândia, localizada em Goiás (GO), para a empresa Wave Nickel Brasil (“Wave ou Compradora”), controlada pela empresa global de tecnologia New Wave, pelo valor de R$18.900 mil, líquido de comissão de vendas, e assunção do acervo líquido negativo antes da transação no montante de R$101.989 mil. Desta forma, em 31 de março de 2023, foi feita a reversão de *impairment* de ativos em R$ 120.889 mil.

Em 1º de janeiro de 2024, foi realizado o *drop down* (consiste no aporte de capital de uma empresa para outra), para uma nova entidade jurídica, denominada Mineração Macedo Ltda. (“Macedo”), empresa 100% controlada pela CBA, no montante de R$ 18.900 mil.

Em junho de 2024, conforme fato relevante divulgado ao mercado, foi firmado o distrato do contrato de compra e venda da Unidade Niquelândia. Os efeitos contábeis deste distrato estão relacionados abaixo:

(i) No consolidado, a constituição de *impairment* de ativos no montante atualizado de R$134.103 mil na controlada Macedo.

(ii) Na controladora CBA, reclassificação no balanço patrimonial, da rubrica “Ativos não circulantes mantidos para venda” para “Investimentos”, classificado como passivo a descoberto. O resultado negativo de equivalência patrimonial na Macedo, em 31 de dezembro de 2024, foi de R$183.488 mil, composto pelo *impairment* mencionado acima e pelo resultado da operação no período.

- **Garantia de barragens**

Em 30 de dezembro de 2023, foi publicado no Estado de Minas Gerais o Decreto 48.747 que regulamenta a exigência de constituição de caução ambiental, que visa garantir a desativação das barragens e a recuperação socioambiental decorrentes de possíveis acidentes provocados pelos barramentos. Em 31 de dezembro de 2024, houve a publicação de um novo decreto pelo estado de MG, declarando que o prazo de implementação da garantia será contado a partir da aprovação da proposta pela Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, o que ainda não aconteceu. Apesar da prorrogação do prazo para apresentação da garantia, a CBA já protocolou a implementação de 50% da garantia por fiança bancária, correspondente a R$52.873. A CBA irá monitorar a aprovação da sua proposta e o prazo para implementação do restante da garantia (25% + 25%).

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medições não contábeis

(a) Valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos dois últimos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais)	31/12/2025	31/12/2024
EBITDA ²	1.337.046	1.303.103
Margem EBITDA	15,21%	14,4%
EBITDA Ajustado³	1.110.743	1.380.303
Margem EBITDA Ajustado	12,64%	16,9%
EBITDA Alumínio²	1.081.161	1.543.866
Margem EBITDA Alumínio	12,9%	19,4%
EBITDA Ajustado Alumínio³	1.238.679	1.217.821
Margem EBITDA Ajustado Alumínio	14,78%	15,3%
EBITDA Energia²	290.272	(104.108)
Margem EBITDA Energia	59%	(33,5)%
EBITDA Ajustado Energia³	(79.358)	169.064
Margem EBITDA Ajustado Energia	(16,29)%	54,4%
EBITDA Outros²	(34.387)	(265.874)
Margem EBITDA Outros	(140)%	(1.319,6)%
EBITDA Ajustado Outros³	(48.577)	(6.582)
Margem EBITDA Ajustado Outros	(198,07)%	(32,7)%
Dívida Bruta	4.494.929	4.813.104
Dívida Líquida	3.298.522	3.913.400
Dívida Líquida / EBITDA	2,9x	2,9x

(2) O EBITDA AJUSTADO (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) consolidado, inclusive por segmento operacional da Companhia, é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 156”).
(3) O EBITDA Ajustado consolidado, inclusive por segmento operacional da Companhia, é calculado a partir do lucro líquido mais/menos resultado financeiro líquido, mais imposto de renda e contribuição social, mais depreciação e amortização, menos a equivalência patrimonial, mais dividendos recebidos de investidas e menos itens não caixa excepcionais (itens não caixa considerados pela Administração como excepcionais, são excluídos da medição do EBITDA ajustado), de acordo com a Resolução CVM 156. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustado, consolidado e por segmento operacional, a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado não são medidas de lucratividade e/ou desempenho financeiro reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medidas de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa, como medidas de liquidez ou como base para distribuição de dividendos.

2.5 Medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado (consolidado e por segmento operacional)

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 156").

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida dos produtos vendidos e serviços prestados.

O EBITDA Ajustado consiste na recomposição do EBITDA pelos itens considerados pela Administração como não recorrentes e determinados itens que não impactam o caixa da Companhia, conforme listado abaixo:

(i) Ganho (perda) líquido(a) na venda/compra de investimentos: consiste em ganhos ou perdas na venda e/ou compra de investimentos, onde a natureza desse resultado não advém das operações da Companhia;

(ii) Ganho (perda) líquido(a) na venda de ativos não usados na atividade operacional: consiste em negociações não recorrentes de venda de ativos entre partes relacionadas e terceiros;

(iii) Constituição (reversão) de provisão para desvalorização (*impairment*) de imobilizado e intangível: consiste na constituição ou reversão de *impairment* de ativos, sendo um efeito contábil não recorrente e que não afeta o caixa;

(iv) Equivalência Patrimonial: o resultado de equivalência patrimonial não afeta o caixa, consiste na participação da Companhia no resultado das empresas investidas;

(v) Dividendos recebidos (efeito caixa) de empresas não consolidadas: consiste nos dividendos recebidos das empresas investidas, ou seja, trata-se de geração de caixa pelas atividades de investimento em empresas investidas não consolidadas;

(vi) Marcação a mercado ("MtM") dos contratos futuros de energia e derivativos de energia: as empresas que autoproduzem e contratam energia para suas operações, comercializam a energia que excede as suas necessidades operacionais. Os contratos de longo prazo referentes a esse excedente são atualizados ao preço de mercado de energia e o resultado sobre a atualização ao valor justo é considerado um item não recorrente devido à grande volatilidade, não afeta o caixa e não faz parte da atividade operacional; e

(vii) Realização de *hedge accounting* em operações de passivos financeiros: os montantes da marcação a mercado e da variação cambial (que originalmente seriam reconhecidos no resultado financeiro caso não fossem designados como hedge accounting) registrados em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido) são reclassificados para o resultado operacional, sem afetar o potencial de geração de caixa operacional da Companhia.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida dos produtos vendidos e serviços prestados.

Além disso, a Companhia apresenta também o EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado por segmento operacional, Alumínio, Níquel e Energia, e considerando os ajustes mencionados acima. Os segmentos operacionais fazem parte de uma única entidade jurídica, portanto o imposto de renda e contribuição social são calculados de forma consolidada e não por segmento. Da mesma forma, os referidos segmentos operacionais fazem parte de uma única entidade geradora de caixa, portanto toda apuração de resultado financeiro líquido é realizada de maneira consolidada.

2.5 Medições não contábeis

Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras sociedades.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta é a resultante do somatório dos Empréstimos, financiamentos e arrendamentos demonstrados no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante da Companhia.

A Dívida Líquida é a resultante do somatório da Dívida Bruta (resultante do somatório dos Empréstimos, financiamentos e arrendamentos demonstrados no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante da Companhia), e os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos reduzidos pela posição de Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras.

A Dívida Líquida sobre o EBTIDA Ajustado é o resultado da divisão do montante da Dívida Líquida, explicado acima, pelo EBTIDA Ajustado, explicado acima, utilizando apenas os montantes anuais.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado não são medidas de endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. A Companhia utiliza a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado para avaliar suas obrigações financeiras, e em conjunto com outros indicadores é possível avaliar a saúde financeira da empresa, além de permitir a comparação com empresas similares.

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustado (consolidado e por segmento operacional)

Consolidado

(Em milhares de reais)	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	229.854	(72.890)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	123.177	(285.775)
(+) Resultado financeiro líquido	225.776	1.018.433
(+) Depreciação e amortização	758.239	643.335
EBITDA	**1.337.047**	**1.303.103**
Receita líquida dos produtos e dos serviços prestados	8.788.797	8.173.649
Margem EBITDA	**15,21%**	**15,9%**

2.5 Medições não contábeis

(+) (Ganho) perda venda de investimentos		(128.251)
(+) Remensuração de passivo com descomissionamento		(48.233)
(+) Provisão para perda de outros ativos	(29.248)	99.343
(+) Provisão (reversão) para desvalorização de ativo (Impairment)	9.033	10.388
(+) Equivalência Patrimonial	(133.724)	(129.219)
(+) Dividendos recebidos (efeito caixa) de empresas não consolidadas	150.088	157.720
Realização de reserva de *hedge accounting* operacional	163.543	
(+/-) Contratos futuros de energia e derivativos de energia	385.994	115.453
EBITDA Ajustado	**1.110.744**	**1.380.302**
Margem EBITDA Ajustado	**12.64%**	**16,89%**

Por Segmento Operacional

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025					
(Em milhares de reais)	**Alumínio**	**Outros**	**Energia**	**Eliminações**	**Total**
Prejuízo do exercício	n.a	n.a	n.a	n.a	(229.854)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	n.a	n.a	n.a	n.a	(123.177)
(+) Resultado financeiro líquido	n.a	n.a	n.a	n.a	225.776
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**328.226**	**(39.687)**	**290.272**	-	**578.807**
(+) Depreciação e amortização	752.995	5.300	-	-	758.239
EBITDA	**1.081.161**	**(34.387**	**290.272)**	**-**	**1.337.047**
Margem EBITDA	**17,7%**	**-1,3%**	**-33,5%**		**15,9%**
(+) Equivalência patrimonial	-	-	(133.724)	-	(133.724)
(+) Contratos futuros de energia e derivativos de energia	-	-	(385.994)	-	(385.994
(+) Dividendos recebidos (efeito caixa) de empresas não consolidadas	-	-	150.088	-	150.088

2.5 Medições não contábeis

Realização de reserva de *hedge accounting* operacionaL	163.543	-	-		163.543
(+) Ganho na venda de investimentos		-	-	-	
(+) Provisão para perda de outros ativos	(15)	(29.233)			29.248
(+) Provisão (reversão) para desvalorização de ativo (impairment)	(6.010)	15.043	-	-	9.033
EBITDA Ajustado	1.238.679	**(48.577**	**(79.358)**	**-**	**1.110.744**
Margem EBITDA Ajustado	**14,78%**	**(198,07)%**	**(16,29)**	**-**	**12.64%**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024					
(Em milhares de reais)	**Alumínio**	**Níquel**	**Energia**	**Eliminações**	**Total**
Prejuízo do exercício	n.a	n.a	n.a	n.a	(72.889)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	n.a	n.a	n.a	n.a	(285.776)
(+) Resultado financeiro líquido	n.a	n.a	n.a	n.a	1.018.433
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**763.875**	**(139.045)**	**34.938**	-	**659.768**
(+) Depreciação e amortização	638.781	4.554	-	-	643.335
EBITDA	**1.407.476**	**(266)**	**(104.108)**	**-**	**1.303.103**
Margem EBITDA	**17,7%**	**-1,3%**	**-33,5%**		**15,9%**
(+) Equivalência patrimonial	(129.219)	-	-	-	(129.219)
(+) Contratos futuros de energia e derivativos de energia	-	-	115.452	-	115.452
(+) Dividendos recebidos (efeito caixa) de empresas não consolidadas	-	-	157.720	-	157.720
(+) Remensuração de passivo com descomissionamento	(48.233)	-	-		(48.233)
(+) Ganho na venda de investimentos	(128.251)	-	-	-	(128.251)

2.5 Medições não contábeis

(+) Provisão para perda de outros ativos	-	-	99.343		99.343

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado		
(Em milhares de reais)	**31/12/2025**	**31/12/2024**
(+) Empréstimos e financiamentos	4.275.530	4.629.378
(+) Arrendamentos	219.399	183.726
Dívida Bruta	4.494.929	4.813.104
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.268.235	(1.527.087)
(+/-) Instrumentos financeiros	181.072	627.383
Derivativos		
Dívida líquida	3.298.522	3.913.400
EBITDA Ajustado	1.110.744	1.380.303
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	**2,9x**	**2,8x**

(c) Motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira do emissor e do resultado das operações do emissor

EBITDA, O EBITDA AJUSTADO, A MARGEM EBITDA E A MARGEM EBITDA AJUSTADO

A Companhia entende que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado, consolidado e por segmento operacional, são medidas não contábeis utilizadas como métricas de desempenho operacional por sua Administração. Acreditamos que essas medições não contábeis funcionam como ferramentas comparativas relevantes para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Por conta disso, essas medidas não contábeis são utilizadas, também, como meta da Companhia. Além disso, alguns investidores, agências de “rating” e analistas financeiros as utilizam como indicador para avaliar o nosso desempenho operacional e financeiro.

Essas medidas não contábeis não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutas do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos de nossa Companhia. O EBITDA e o EBITDA Ajustado, consolidado e por segmento operacional, funcionam como indicadores de desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária sobre o lucro, nos níveis de despesas de depreciação e amortização, sendo o EBITDA Ajustado não afetado, também, por despesas e/ou receitas julgadas como não operacionais e/ou extraordinárias pela Administração da Companhia.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado, consolidado e por segmento operacional, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderarem despesas e/ou receitas que, por sua vez, afetam nosso resultado. Nós utilizamos essas medições não contábeis como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

DÍVIDA BRUTA, DÍVIDA LÍQUIDA E DÍVIDA LÍQUIDA SOBRE O EBITDA AJUSTADO

2.5 Medições não contábeis

A Companhia entende que a Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado são indicadores que auxiliam na avaliação de suas obrigações financeiras e, em conjunto com outros indicadores, é possível aferir a saúde financeira da Companhia e sua capacidade de honrar suas obrigações financeiras, além de permitir a comparação com empresas similares. Além disso, os contratos firmados pela Companhia junto ao BNDES determinam a obrigatoriedade de acompanhar o indicador Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado calculado conforme descrito acima, o qual estabelece limites a serem cumpridos pela interveniente garantidora Votorantim S.A. Da mesma forma, são previstos limites deendividamento para a Companhia, em sua Política Financeira, conforme descrita naseção 5.1 (a) deste Formulário de Referência.

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, não possuindo um significado padrão. Desta forma, outras sociedades podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às informações contábeis consolidadas divulgadas em relação ao exercício social de 31 de dezembro de 2025:

As Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e divulgadas em 04 de março de 2026, e apresentaram o seguintes evento subsequentes:

Nova captação de empréstimos

Em janeiro de 2026, a Companhia firmou um novo contrato junto ao BNDES no montante de R$ 715.977 que permite o financiamento de determinados projetos de Capex. Esse contrato possui 2 tranches com custo de Selic + 1,25%a.a. e Selic + 1,65%a.a. Ambas as tranches possuem vencimento final em fevereiro de 2046. Até o momento desta divulgação não tivemos liberações de recursos atrelados a esta linha de crédito.

Celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações pelo Acionista Controlador

Conforme Fato Relevante divulgado em 29 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu comunicação de seu acionista controlador, Votorantim S.A., informando a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações com Aluminum Corporation of China Limited (Chalco) e Rio Tinto, tendo por objeto a alienação da totalidade de sua participação acionária na Companhia, correspondente a 68,596% do capital social total e votante. O fechamento da operação, cujo preço base acordado é de R$ 10,50 por ação, está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais em operações dessa natureza, incluindo aprovações concorrenciais e regulatórias no Brasil e no exterior.

O fechamento da operação implicará transferência do controle acionário da Companhia aos compradores e a obrigação de realizar Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”) da participação dos demais acionistas da Companhia. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a operação não havia sido concluída.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Política de destinação dos resultados

2025	
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais e das demais formas de retenção de lucros previstas em lei, o estatuto social da Companhia prevê que manterá uma reserva de lucros estatutária denominada de "Reserva de Reforço de Caixa", que terá como finalidade o reforço do caixa para a condução dos negócios ordinários da Companhia, bem como viabilizar o crescimento orgânico da Companhia, e que será formada por 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções e destinações legais e estatutárias, salvo de se outra forma deliberado pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral.
(a.i) Valores das retenções de lucros	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de abril de 2025, não se deliberou pela retenção de lucros, tendo em vista a apuração de prejuízo no período exercício de 2024.
(a.ii) percentuais em relação aos lucros totais declarados	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de abril de 2025, não se deliberou pela retenção de lucros, tendo em vista a apuração de prejuízo no período exercício de 2024.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, também chamado de “Dividendo Mínimo” na Política de Dividendos da Companhia. Adicionalmente, a Política de Dividendos também estabelece que o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a distribuir Dividendos Complementares, considerando a geração de lucro no ano fiscal, conforme estabelecido em legislação. O Dividendo Complementar poderá ser autorizado pelo Conselho de Administração como resultado de eventos específicos ou um aumento não recorrente de Fluxo de Caixa Livre e sempre que a Companhia apresentar capacidade financeira, observando a Política Financeira da Companhia, a lei das sociedades anônimas e o Estatuto Social.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral ou em períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.
(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor,	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

2.7 Destinação de resultados

assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui política de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2024. A Política de Dividendos da Companhia está disponível para consulta no site da Companhia (www.cba.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br–).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.10 Planos de negócios

2.10. Plano de negócios

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R$ 800.796 mil.

R$ mil, exceto percentuais	Exercício social findo em 31/12/25	Exercício social findo em 31/12/24
Aquisição de Imobilização e Intangível	800.796	777.349
Aquisição de Investimento		9.103
Total	800.796	786.452

A Companhia possui os seguintes projetos planejados para serem executados de forma gradativa ao longo dos próximos anos:

1. **Modernização da Tecnologia das Salas Fornos:** o projeto de atualização da tecnologia da Salas Fornos tem por objetivo aprimorar o processo de alimentação dos fornos através de automatização e fechamento das cubas, que resulta em redução de emissões de gases do processo, menor consumo de água, aumento da eficiência energética e melhor segurança operacional.

Start-up progressivo desde 2023.

Valor previsto para investimento: R$ 670 milhões.

2. **Upgrade da Sala Pasta:** o projeto tem o objetivo de produzir pasta anódica de maior qualidade através da redução do percentual de piche em até 5%, para atender o projeto de modernização da tecnologia das Salas Fornos, além de viabilizar maior oferta de pasta anódica para atender o futuro Religamento da Sala Fornos 1.

Start-up desde 2025.

Valor previsto para investimento: R$ 130 milhões.

3. **Purificação do Licor na Refinaria:** consiste na instalação de equipamentos que purificam o licor, removendo impurezas orgânicas no processo de dissolução da bauxita, aumentando a produtividade da recuperação da alumina contida na solução e consequentemente aumentando a capacidade instalada da refinaria.

Start-up em 2029.

Valor previsto para investimento: R$ 350 milhões.

4. **Aumento da Capacidade de Folhas:** Aumento na produção de folhas finas e extrafinas, através de modernização e instalação de novos equipamentos.

Start-up em 2026.

2.10 Planos de negócios

Valor previsto para investimento: R$ 100 milhões.

5. **Projetos de Reciclagem:** Maior capacidade de processamento, aumento do uso de reciclados com melhor eficiência da sucata e crescimento na captação.

Valor previsto para investimento: R$ 310 milhões.

Start-up progressivo até 2029.

6. **Restart da Sala Forno 1:** Repartida de linhas de produção de alumínio primário aumentando a produção de metal líquido em 50ktpa, com a atualização da tecnologia atual.

Valor previsto para investimento: R$ 750 milhões.

Start-up na sequência da Sala Pasta e Purificação do Licor.

7. **M&A**
Como prática recorrente, a Companhia monitora oportunidades de M&A e alternativas de crescimento orgânico em toda a cadeia de valor do alumínio, com alocação de capital disciplinada e princípios ESG. Sobre M&A, o foco da Companhia nesse momento está em aquisições de menor porte, possivelmente voltadas para a reciclagem.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende continuar financiando suas operações e os investimentos acima a partir da geração de caixa operacional, empréstimos e financiamentos de longo prazo junto a bancos comerciais e governamentais, recursos provenientes da abertura de capital (IPO) da Companhia realizado em 2021, e emissão de debêntures não conversíveis em ações, realizada em 2021.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A administração da Companhia, com frequência, avalia oportunidades de otimização de seus ativos com a visão estratégica de gerar maior retorno aos seus negócios e objetivando adequar suas capacidades de produção aos novos patamares de demanda nos mercados onde atua. Esse processo inclui, por vezes, a assessoria de bancos de investimentos e empresas especializadas na identificação e avaliação de tais oportunidades.

A Companhia busca alternativas para suas Unidades do negócio Níquel (Niquelândia-GO), colocada em care & maintenance, devido às condições de mercado e por esse ativo não ser parte da estratégia de negócio da Companhia.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia Vide item 2.10(a)(i) acima.

Não há outros projetos relevantes além daqueles mencionados no item 2.10(a)(i) acima.

(c) novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Dada a estratégia da Companhia de ser um provedor de soluções e serviços para os clientes de produtos transformados, a Companhia tem por prática recorrente realizar pesquisas em conjunto com os clientes para o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

(ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Entre 2024 e 2025 a Companhia gastou o total de R$ 9.769 mil em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos.

2.10 Planos de negócios

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2025, as iniciativas de Desenvolvimento e Inovação da CBA avançaram ainda mais na estratégia de cocriação com clientes e parceiros estratégicos, orientada ao desenvolvimento de soluções de maior valor agregado, com foco em eficiência energética, descarbonização e substituição de materiais mais intensivos em carbono.

O portfólio de Desenvolvimento de Mercado e Inovação (DMI) compreende 67 projetos, sendo 63 desenvolvidos em parceria com clientes e quatro voltados a demandas de mercado. O investimento em inovação com clientes totalizou R$ 5.304 mil, resultando uma receita de R$ 30,17 para cada real investido. Do faturamento associado às inovações, 55% referem-se a projetos sustentáveis, e 78% do portfólio apresenta impacto positivo em indicadores ESG. Os projetos também permitiram à Companhia capturar R$ 68 milhões em prêmio de valor, refletindo a diferenciação de produtos e soluções em relação ao preço de referência da LME.

Um dos marcos estratégicos do ano foi a consolidação da CBA como o primeiro e único fabricante de Clad 100% nacional, reduzindo a dependência de importações e ampliando a competitividade da indústria local. Trata-se de um produto composto de alta complexidade, formado pela união de duas ligas de alumínio distintas em um único material, obtido por meio de um processo de laminação a quente que “solda” as chapas e preserva suas diferentes composições químicas. Essa combinação permite reunir propriedades complementares — como elevada capacidade de dissipação térmica e maior resistência à corrosão — tornando o produto especialmente adequado para radiadores e trocadores de calor de veículos leves e pesados. O desenvolvimento envolveu um rigoroso processo de testes e qualificação ao longo de cerca de dois a três anos. Agora, além de atender montadoras globais com maior agilidade, o Clad posiciona a Companhia em um mercado internacional de alto potencial de crescimento, associado à eletrificação de frotas, à eficiência energética e à transição para soluções industriais de menor impacto ambiental.

No campo da transição energética, a Companhia avançou na homologação de folhas de alumínio para baterias de íons de lítio (*battery foil*), desenvolvidas em parceria com o SENAI e testadas em 2025 com clientes potenciais, para atender ao mercado de veículos elétricos e sistemas de armazenamento de energia com um insumo nacional de menor emissão de carbono.

O portfólio também avançou no setor de embalagens, a partir da condução de um projeto que resultou em uma embalagem monomaterial, 100% em alumínio e totalmente reciclável para um chocolate wafer. A iniciativa foi finalista do Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira.

Outro importante avanço foi no segmento do Agronegócio, setor chave para a economia brasileira. A CBA se colocou na vanguarda do setor como o principal fornecedor de soluções em alumínio de baixo carbono com projetos em andamento com os principais fabricantes de equipamentos agrícolas instalados no país.

Esses desenvolvimentos são viabilizados por uma metodologia de inovação baseada em coengenharia, práticas ágeis e atuação dos Centros de Soluções e Serviços (CSS) de Alumínio (SP) e Caxias do Sul (RS), que funcionam como extensões técnicas dos clientes.

Nessas Unidades, são realizados serviços como corte, pintura, anodização e montagem de *kits*, entregando componentes prontos para aplicação na linha de montagem. Com isso, a Companhia amplia sua proposta de valor, combinando produto, serviços e inovação em um ecossistema integrado de parceria.

(iv) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o montante total gasto pela Companhia no desenvolvimento de produtos ou serviços foi de R$ 4.655 mil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o montante total gasto pela Companhia no desenvolvimento de produtos ou serviços foi de R$ 5.304 mil.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

2.10 Planos de negócios

A CBA considera a sustentabilidade no centro de sua estratégia e pretende se consolidar como referência no tema. Assim, o plano de negócio da empresa considera diversas oportunidades alinhadas aos temas ESG. Grande parte dos projetos mapeados em seu Planejamento Estratégico são caminhos críticos para atingir objetivos mapeados em sua Estratégia ESG 2030, com destaque para:

1. **Modernização da tecnologia das Salas Fornos**: Vide item 2.10(a), a CBA tem um investimento na modernização da tecnologia utilizada nas Salas Fornos. Quando o projeto estiver finalizado, terá uma redução de emissão de gases do efeito estufa de 20% e 17 MW de energia deixarão de ser consumidos, o equivalente ao consumo energético anual de 30 mil residências.
2. **Disposição de resíduos a seco**: A utilização de filtros prensa aumenta a segurança da Barragem do Palmital, em Alumínio (SP), ao converter a disposição de resíduos para o formato a seco. A tecnologia eleva a fração sólida do resíduo de 45% para 75%, reduzindo significativamente o teor de líquidos e ampliando a segurança operacional. O resíduo de bauxita, que representa cerca de 73% do volume gerado na Fábrica de Alumínio (SP) e é destinado à Barragem do Palmital, passa a ter novas possibilidades de reaproveitamento, como subproduto na indústria de cimento, em insumos da construção civil e como corretivo de solo. Além disso, o processo melhora a eficiência no uso de insumos e permite a reutilização da água na operação. Embora não reduza diretamente as emissões na produção de alumínio, a iniciativa contribui para a adaptação climática e pode gerar benefícios indiretos ao diminuir a pegada de carbono em outros setores.
3. **Projetos de Reciclagem**: vide item 2.10 (a), o aumento do consumo de sucata substitui o metal primário e evita as etapas produtivas mais intensas em emissões de gases de efeito estufa. A Companhia vem trabalhando em diferentes frentes para essa iniciativa, as quais contam com a aquisição da Alux do Brasil, instalação de forno Sidewell, instalação de uma linha de tratamento de sucata na unidade da Metalex, controlada da Companhia e a criação de Centros de Processamento e Reciclagem CBA em Araçariguama (SP). A reciclagem é vista como uma grande oportunidade de aumento de produção de forma sustentável e por isso a empresa caminha nessa direção. A CBA também trabalha para integrar e fortalecer toda a cadeia de valor do alumínio reciclado. Ao adquirir sucata diretamente de cooperativas, a Companhia assegura o fornecimento de materiais para a produção, enquanto promove o desenvolvimento socioeconômico e a geração de renda para os cooperados, fomentando a inclusão social
4. **Tecnologia ReAl**: A CBA desenvolveu uma tecnologia patenteada para a reciclagem de embalagens cartonadas e flexíveis, compostas por camadas ultrafinas de alumínio, polímeros e papel — materiais de difícil reciclagem pelos métodos convencionais. Por ser uma companhia integrada, a reciclagem ocorre na refinaria, e não na fundição, por meio de um processo químico que converte o alumínio presente nas embalagens novamente em óxido, reinserindo-o na cadeia produtiva. O plástico é totalmente separado, com alto grau de pureza, e destinado à fabricação de novos produtos. A solução endereça um importante desafio ambiental da indústria de embalagens ao viabilizar a reciclagem de materiais multimateriais contendo alumínio. A tecnologia, desenvolvida integralmente pela CBA e reconhecida com patente verde, possui estrutura modular que permite expansão. A primeira planta tem capacidade para reciclar até 1,3 bilhão de embalagens por ano, com previsão de aumento gradual da operação. O projeto também gera hidrogênio verde, que poderá substituir parte do consumo de gás natural na Refinaria da Companhia.
5. **Purificação do Licor na Refinaria**: vide item 2.10 (a), o projeto consiste na purificação do licor, aumentando a produtividade da recuperação da alumina contida na solução. Além do menor consumo de licor gerando maior volume de produção, reduz o consumo de gás natural e o indicador de pegada de carbono da alumina.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Outros fatores com influência relevante

Não foram identificados outros fatores com influência relevante no desempenho operacional além dos assuntos citados nesta seção 2.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas. Os negócios, a situação financeira, a situação reputacional, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que, na data deste Formulário de Referência, possam afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente, ou considerados não materiais pela Companhia neste momento, também poderão afetar a Companhia adversamente caso se materializem.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Gerenciamento de riscos e controles internos", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, na participação de mercado, situação reputacional, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente e a ordem na qual os riscos são apresentados abaixo não possui relação com a probabilidade relativa de ocorrência de nenhum dos riscos descritos nesse Formulário de Referência. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) Riscos relacionados à Companhia

A exploração de atividades de mineração possui diversos riscos que poderão impactar adversamente os negócios da Companhia.

A exploração e o desenvolvimento de depósitos minerais de bauxita envolvem riscos significativos. Nem todos os títulos minerários tornam-se minas produtivas. A Companhia possui processos minerários de bauxita, registrados junto ao respectivo órgão competente (ANM), localizados nos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Pará. A Companhia opera na Zona da Mata Mineira (que envolve os Municípios de Miraí, São Sebastião da Vargem Alegre, Rosário da Limeira e Muriaé, como principais) em um grupamento mineiro que engloba diversas concessões de lavra; tem operação também numa concessão em Barro Alto/GO, e atividade em duas concessões em Poços de Caldas/MG e mais um grupamento mineiro também nesta região que envolve títulos de lavra. As demais áreas em que a Companhia atua ainda estão em fase de pesquisa mineral/desenvolvimento.

Alta alocação de capital é necessária para localizar e tornar viáveis reservas minerais, desenvolver processos metalúrgicos e construir instalações de mineração e processamento em um local específico. Não é possível garantir que programas de exploração ou desenvolvimento planejados pela Companhia resultem em uma operação lucrativa. A viabilidade comercial de um depósito mineral depende de diversos fatores, dentre os quais atributos particulares do depósito, como tamanho, teor e proximidade da infraestrutura, presença de elementos deletérios, preços de metais altamente cíclicos, custos de construção e regulações governamentais, incluindo regulações relacionadas a preços, impostos, royalties, posse da terra, uso da terra, importação e exportação de minerais e proteção ambiental. O efeito exato desses fatores não pode ser previsto com precisão, mas a combinação desses fatores pode fazer com que a Companhia não receba um retorno adequado sobre o capital investido, sendo impactada de maneira adversa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia enfrenta riscos relacionados a licenças e alvarás para a operação das suas atividades. Caso a Companhia não consiga obter, manter ou renovar tempestivamente as licenças necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, tal fato poderá acarretar à Companhia custos adicionais, destinando recursos para o cumprimento de eventuais encargos, ou mesmo comprometer o regular desenvolvimento de suas atividades.

O desenvolvimento das atividades da Companhia está sujeito a licenças para uso dos imóveis, operação das Unidades, aquisição/utilização de insumos críticos, assim como outras autorizações específicas a cada atividade, que devem ser obtidas junto aos órgãos reguladores competentes, para cada imóvel ocupado pela Companhia.

Por atuar em um setor sujeito a legislação e regulação extensivas e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, os procedimentos para obtenção, manutenção ou renovação dessas licenças, autorizações e alvarás poderão se tornar mais dificultosos, bem como poderão ser impostas novas licenças, autorizações, outorgas, regulamentações, alvarás e registros aplicáveis às atividades da Companhia, além de a Companhia estar sujeita a atrasos dos órgãos governamentais para a emissão das licenças de nossas Unidades, podendo afetar a Companhia de modo adverso e relevante. A Companhia está sujeita, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades nas Unidades para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

As licenças possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos. A Companhia pode não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva.

Além disso, diversas penalidades podem vir a ser aplicadas de acordo com o rigor do não cumprimento com o licenciamento correspondente, tais como: (i) lavratura de autos de infração; (ii) aplicação de multas sucessivas; (iii) impedimento de abertura e operação das Unidades, ainda que temporariamente; (iv) interdição ou fechamento das Unidades, ainda que temporariamente; (v) exposição a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar; (vi) efeitos adversos a tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (vii) exposição da Companhia, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças; e (viii) inviabilização de recebimento de indenização securitária em caso de sinistro.

A estratégia de negócios da Companhia poderá ser substancialmente e adversamente afetada se for necessário suspender ou fechar algumas de suas Unidades em consequência da incapacidade de obter ou renovar as licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma de suas Unidades enquanto estiver com uma licença pendente.

O rompimento de uma barragem de rejeitos ou estrutura similar ou o desmoronamento de uma pilha de minérios pode causar danos severos, implicar em responsabilização da Companhia e sujeita-las a penalidades, sanções (inclusive criminais) e ordens de fechamento, e o descomissionamento das barragens de rejeitos pode ser longo e dispendioso.

Dentre os ativos operacionais da Companhia, há uma barragem de rejeitos na Unidade de Miraí/MG, uma barragem de rejeitos na Unidade de Itamarati de Minas/MG, uma barragem de armazenamento de água em Itamarati de Minas/MG, uma barragem de resíduo industrial em Alumínio/SP, uma barragem de resíduos industriais denominada Barragem de Jacuba e uma barragem de reserva de água denominada Barragem de Mosquito, estas duas últimas relacionadas à lavra e metalurgia de minério de níquel da Unidade de Niquelândia/GO (cujas operações encontram-se neste momento suspensas). Para mais informações sobre a classificação de risco das barragens, as quais possuem dano potencial alto, vide seção 1.16 deste Formulário de Referência.

O rompimento ou desmoronamento de qualquer uma dessas estruturas poderia causar perdas de vidas e graves danos pessoais, patrimoniais, ambientais e reputacionais, e poderia ter efeitos adversos sobre os negócios e reputação da Companhia. Além disso, no Brasil, em razão dos acidentes ocorridos envolvendo o rompimento de barragens com impactos ambientais e à saúde humana, desde maio de 2016, novas normas ainda mais rigorosas poderão ser adotadas, em nível federal e estadual. Tais normas poderão obrigar a Companhia a aumentar os dispêndios e investimentos, criar áreas adicionais de preservação ambiental em suas propriedades, ou fazer

4.1 Descrição dos fatores de risco

modificações em práticas operacionais e projetos em fase de licenciamento ambiental, bem como na fase de desativação e descomissionamento de suas barragens.

A Companhia também pode ficar exposta a responsabilidade civil, penalidades administrativas, sanções criminais e ordens de fechamento, na eventualidade de não cumprir a legislação ambiental.

Todos esses fatores podem resultar em um efeito adverso relevante sobre a reputação, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

As estimativas de recursos e reservas minerais podem ser imprecisas e diferir das quantidades de minerais que a Companhia pode realmente recuperar. É possível que a Companhia não consiga recompor suas reservas, o que pode afetar negativamente suas perspectivas de mineração.

Os programas de exploração da Companhia, que envolvem despesas significativas, podem não resultar na expansão ou reposição de reservas exauridas pela produção atual na velocidade requerida. Se a Companhia não desenvolver novas reservas e/ou, ainda, se houver a impossibilidade de prospecção ou de realização de estudos de novas áreas para exploração, houver baixa efetividade do processo de análise de viabilidade ou tenha dificuldade nos tramites de licenciamentos ambientais de suas reservas, a Companhia não será capaz de sustentar ou expandir seu atual nível de produção para além da vida remanescente de suas minas existentes, afetando negativamente suas perspectivas de mineração e gerando a necessidade de comprar bauxita de terceiros.

Pela natureza dos bens minerais, a descrição de recursos e reservas minerais em documentos de divulgação da Companhia, incluindo o Relatório Técnico no padrão JORC Code 2012, preparado pela SRK Consultores do Brasil Ltda (“SRK”) com base nas estimativas de Recursos Minerais para as unidades de mineração de bauxita localizadas em Barro Alto/GO e Miraí/MG pode não ser inteiramente precisa, dado que os valores dos recursos e reservas minerais contidos em referidos documentos são apenas estimativas. Para mais informações vide seção 1.16 deste Formulário de Referência.

A Companhia possui boa parte de seus processos minerários iniciados na década de 1930 em Poços de Caldas/MG, e na década de 80 na região da Zona da Mata/MG.

Não é possível garantir que os volumes e teores de recursos e reservas minerais previstos (incluindo os recursos minerais das minas de Miraí e Barro Alto descritos neste Formulário de Referência) sejam alcançados, nem que o nível indicado de recuperação serão atingidos, tampouco que os recursos e reservas minerais possam ser extraídos ou processados de maneira lucrativa. As reservas reais, se existentes, podem não estar em conformidade com as expectativas geológicas, metalúrgicas ou outras, e o volume e o teor de minério recuperado podem estar abaixo dos níveis estimados.

Fatores operacionais de curto prazo relacionados aos recursos e às reservas minerais, como a necessidade de desenvolvimento ordenado dos corpos de minério ou o processamento de minério com teores ou recuperação divergentes das estimadas, podem fazer com que a operação de mineração não seja rentável em qualquer período contábil específico. Além disso, não há garantias de que as recuperações de metais em testes laboratoriais de pequena escala serão replicadas em testes de larga escala no local ou durante a produção.

Preços de mercado mais baixos, aumento dos custos de produção, presença de elementos prejudiciais, baixos teores, taxas de recuperação reduzidas e outros fatores podem resultar na revisão das estimativas de recursos e reservas de tempos em tempos ou podem tornar os recursos e reservas da Companhia pouco econômicos para explorar. Os dados de recursos e reservas não são necessariamente precisos dependendo de diversos fatores já relatados e, portanto, não são indicativos de resultados futuros das operações.

Ainda, a Agência Nacional de Mineração (“ANM”) editou a Resolução nº 94, de 07 de fevereiro de 2022, acerca da classificação dos recursos e reservas minerais, determinando a aplicação de determinados conceitos de classificação de recursos e reservas minerais seguindo padrões internacionais mais rígidos e exigindo a comprovação de viabilidade técnica, operacional e econômica dos empreendimentos minerários. Diversos títulos

4.1 Descrição dos fatores de risco

minerários da Companhia foram outorgados antigamente, portanto, sob a égide de outra regulamentação e de acordo com planos de aproveitamento econômico elaborados, analisados e aprovados valendo-se de critérios menos rígidos que vigoravam à época.

Se os recursos e reservas minerais reais da Companhia forem inferiores às estimativas atuais (incluindo as estimativas descritas neste Formulário de Referência) ou se a Companhia deixar de desenvolver sua base de recursos através da realização do potencial mineralizado identificado ou, ainda, se uma nova resolução for aprovada pela ANM, estabelecendo critérios ainda mais rígidos para classificação dos recursos e reservas minerais e consequentemente dificultando a comprovação da viabilidade dos projetos minerais, os resultados operacionais ou condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais e financeiros.

Em dezembro de 2023, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que consiste na Reforma Tributária sobre o Consumo. Com a referida Emenda Constitucional haverá a extinção do PIS, da COFINS e do IPI e a criação de uma nova contribuição denominada Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”). No âmbito Estadual e Municipal haverá a extinção do ICMS e ISS que darão lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS"), compondo, juntamente com a CBS, um novo sistema denominado IVA Dual. Além disso, será criado no âmbito federal, um Imposto Seletivo (“IS”) que incidirá sobre bens e serviços prejudiciais ao Meio Ambiente, a Saúde e, também, sobre a Extração Mineral.

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em janeiro de 2025, regulamentou a primeira fase da reforma, estabelecendo uma alíquota padrão estimada de 28% para a CBS e IBS. Além disso, foi mantida a possibilidade de aproveitamento de créditos mediante o split payment, mecanismo pelo qual o adquirente realiza um pagamento único, e o valor é automaticamente repartido entre o fornecedor e o Fisco, reduzindo riscos de inadimplência e simplificando o fluxo de créditos.

Outros avanços positivos incluem a redução dos prazos para ressarcimento de créditos acumulados, e a criação do crédito presumido de 20% na aquisição de materiais recicláveis de não contribuintes, com exceção de sucata de cobre, o que pode beneficiar operações da Companhia ligadas à economia circular.

No tocante ao IPI, foi confirmada a incidência apenas sobre produtos produzidos fora da Zona Franca de Manaus com alíquota superior a 6,5%, não gerando impacto relevante para a operação de alumínio da Companhia.

No que se refere ao IS, incidirá sobre itens como veículos, embarcações, aeronaves, produtos do fumo, bebidas alcoólicas e açucaradas, além da extração de minério de ferro e gás natural. Para bens minerais, a alíquota do imposto será limitada em até 1%, conforme previsto na legislação. As alíquotas aplicáveis aos demais produtos serão fixadas por Lei Ordinária. Importante destacar que, conforme o texto aprovado, a bauxita não está incluída entre os minérios sujeitos à incidência do Imposto Seletivo, o que afasta impactos diretos sobre as operações da Companhia nesse segmento específico.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionado o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, convertido na Lei Complementar nº 227/2026, que deu início à fase institucional e operacional da Reforma Tributária sobre o Consumo. A referida norma instituiu o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), responsável pela coordenação e pela administração centralizada do tributo, incluindo a gestão das obrigações acessórias de forma integrada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Adicionalmente, foi instituído o Portal Nacional de

4.1 Descrição dos fatores de risco

Tributação, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) em conjunto com a Receita Federal do Brasil, que passa a concentrar os processos de cálculo, declaração e apuração assistida da CBS e do IBS. A implementação dessa nova infraestrutura digital, embora tenha como objetivo a padronização de procedimentos e a redução do custo de conformidade, envolve riscos operacionais e de adaptação sistêmica que poderão impactar a Companhia.

A legislação complementar também estabeleceu um novo regime aplicável aos saldos credores de ICMS, prevendo regras específicas para compensação, transferência e ressarcimento desses créditos, com atualização monetária pelo IPCA e prazo de homologação de até 60 dias, inclusive mediante homologação tácita. Para créditos vinculados ao ativo imobilizado, foram previstas regras próprias, com prazos diferenciados e aplicação às entradas ocorridas a partir de janeiro de 2029. Ademais, o novo modelo promove a unificação da fiscalização entre Estados e Municípios e centraliza a cobrança no âmbito do CGIBS, o que poderá reduzir divergências regionais, mas também representa riscos decorrentes de eventuais interpretações administrativas uniformizadas desfavoráveis à Companhia.

Apesar dos pontos positivos, a implementação da Reforma Tributária ainda envolve incertezas quanto à operacionalização prática do novo sistema, impacto real das alíquotas efetivas, compatibilidade dos sistemas de TI e possíveis ajustes de custos e preços. Portanto, alterações futuras nas regras ou na regulamentação poderão afetar de maneira adversa os resultados e a estrutura operacional da Companhia.

Adicionalmente, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei nº 1.087/2025, que propõe a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), alterações nas regras de tributação de lucros e dividendos e a instituição do denominado Imposto de Renda da Pessoa Física Mínimo (IRPFM). Tais medidas poderão gerar efeitos indiretos sobre a estrutura de remuneração de acionistas e investidores, bem como sobre decisões de alocação de capital.

Após aprovação no Congresso e sanção presidencial do Projeto de Lei nº 1.087/2025, foi publicada, em 27 de novembro de 2025, a Lei nº 15.270/2025, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, a qual consolidou as alterações introduzidas na tributação da renda, incluindo a tributação de dividendos e a instituição de tributação mínima para pessoas físicas de alta renda. Uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos vigentes, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Além disso, a Companhia atualmente usufrui dos seguintes benefícios fiscais:

- Decreto nº 25.109/2003 editado pelo Estado de Pernambuco e prorrogado pelo Decreto n° 39.231/2013, que concedeu o benefício do PRODEPE para a fruição de crédito presumido de ICMS para operações com determinados produtos ao estabelecimento filial da Arconic Indústria e Comércio de Metais Ltda. (CNPJ nº 05.342.105/0004-95), atualmente denominada CBA Itapissuma Ltda., no percentual de 50% do saldo devedor apurado em cada período fiscal do imposto. Vigente de fevereiro de 2003 a janeiro de 2027.
- Decreto nº 29.989/06, prorrogado pelo Decreto nº 46.959/2018, ambos editados pelo Estado de Pernambuco, que concedeu o benefício do PRODEPE para a fruição de crédito presumido de ICMS para operações com determinados produtos ao estabelecimento filial da Arconic Indústria e Comércio de Metais Ltda. (CNPJ nº 05.342.105/0004-95), atualmente denominada CBA Itapissuma Ltda., no percentual de 50% do saldo devedor apurado em cada período fiscal do imposto. Vigente de 05/12/2006 a 31/12/2030.
- Decreto nº 41.679/2015 editado pelo Estado de Pernambuco, que concedeu o benefício do PRODEPE para a fruição de crédito presumido de ICMS para operações com determinados produtos ao estabelecimento filial da Arconic Indústria e Comércio de Metais Ltda. (CNPJ nº 05.342.105/0004-95), atualmente denominada CBA Itapissuma Ltda., no percentual de 85% do saldo devedor apurado em cada período fiscal

4.1 Descrição dos fatores de risco

do imposto. Vigente em até 12 anos a contar do mês subsequente ao da publicação, ou seja, de maio de 2015 a maio de 2027.

- Regime Especial nº 086622/2020 concedido pelo Estado de São Paulo aos estabelecimentos da Companhia Brasileira de Alumínio (CNPJ n.º 61.409.892/0001-73 e 61.409.892/0003-35) para permitir a suspensão do ICMS-Importação até o momento de saída do produto industrializado, relativo às importações de Fluoreto de Alumínio (NCM nº 2826.12.00), sem similar nacional e desembaraçado em território paulista, destinado à matéria-prima, produtos intermediários, materiais de embalagem. Vigente, cujo pedido de prorrogação está em análise desde 29/12/2025.
- Decisão judicial definitiva assegurando o direito da Companhia Brasileira de Alumínio (CNPJ nº 61.409.892/0001-73 e 61.409.892/0003-35) e da Metalex Ltda. (CNPJ nº 03.486.563/0001-20) e Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ nº 05.304.298/000147) de aplicar o diferimento do ICMS devido na importação de sucata de alumínio de países signatários do GATT, nos termos do art. 392, inciso III, do RICMS/SP.
- Regime Especial nº 23650/2017 concedido pelo Estado de São Paulo à Companhia Brasileira de Alumínio para afastar a aplicação do regime de substituição tributária de que trata o Convênio ICMS nº 36/2016, nas operações interestaduais iniciadas neste Estado com alumínio em formas brutas, alumínio não ligado, ligas de alumínio, inclusive granalha de alumínio e quaisquer outras mercadorias classificadas na posição NCM/SH 7601. Vigente até 31/05/2026.
- Diferimento do ICMS devido nas operações internas paulistas de alumínio em formas brutas, alumínio não ligado, ligas de alumínio, inclusive a granalha de alumínio e quaisquer outras mercadorias classificadas na NCM nº 7601, para o momento em que houver a saída da mercadoria para outro estado ou para o exterior, nos termos do art. 400-D do RICMS/SP.
- Regime Especial nº 030470/2018 concedido pelo Estado de São Paulo à Companhia Brasileira de Alumínio para diferimento de ICMS na compra de insumos de fornecedores localizados no Estado de São Paulo ou no Exterior, bem como na venda de vergalhão para clientes localizados no Estado de São Paulo. Foi concedido pela Fazenda de São Paulo e é usufruído pela unidade fabril localizada no município de Alumínio, nos termos do Art. 479-A e seguintes do RICMS/2000, em combinação com a Resolução SF 53/2018. Vigente até 30/11/2026.
- Regime Especial nº 094631/2020, concedido pelo Estado de São Paulo à Companhia Brasileira de Alumínio para suspensão de ICMS-Importação para Reagente Max HT (NCM 3911.90.23), Blocos Catódicos (NCM 8545.19.20), Banho Eletrolítico (NCM 2826.30.00) e Nítreto de Boro (NCM 2850.00.10), Silício Metálico (NCM 2804.69.00), Barrilha Leve (NCM 2836.20.10) e Pasta Anódica (NCM 3801.30.10). Foi concedido pela Fazenda de São Paulo e é usufruído pela unidade fabril localizada no município de Alumínio. Nos termos do Art. 14 da Portaria CAT 24/2020 e no Art. 13-A da Portaria CAT 18/2021 e Art. 489 do RICMS/2000. Vigente até 30/11/2027.
- Regime Especial nº 095559/2020 concedido à Metalex para suspensão do ICMS-Importação para aquisição de bens sem similar nacional (Inciso I, Art. 29 DDTT, RICMS/2000). Adicionalmente, o estabelecimento industrial que o adquirir bens destinados a seu ativo permanente diretamente de fabricante localizado neste Estado poderá se apropriar, integralmente e de uma só vez, do montante correspondente ao crédito do imposto relativo a essa aquisição (Inciso II, Art. 29 DDTT, RICMS/2000). Foi concedido pela Fazenda de São Paulo e é usufruído pela unidade fabril localizada no município de Araçariguama (Metalex), nos temos do Art. 29 das Disposições Transitórias do RICMS/SP. Vigente até 30/11/2026.
- Regime Especial nº 111273/2024 concedido pelo Estado de São Paulo à Metalex Ltda para afastar a aplicação do regime de substituição tributária de que trata o Convênio ICMS nº 36/2016, nas operações interestaduais iniciadas neste Estado com alumínio em formas brutas, alumínio não ligado, ligas de alumínio, inclusive granalha de alumínio e quaisquer outras mercadorias classificadas na posição NCM/SH 7601. Vigente até 30/06/2027.
- Regime Especial nº 098253/2021, concedido pelo Estado de São Paulo à Companhia Brasileira de Alumínio para diferimento de ICMS na compra de ativo imobilizado adquirido por estabelecimento de fornecedor localizado em território paulista. Vigente até 31/01/2029.
- Os Regimes Especiais nº 51085-398233/2019-a, 51085-398233/2019, 51085-398233/2019-b e 51085-398233/2019-c, concedidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo à Companhia Brasileira de Alumínio, reconhecem a interdependência com a empresa Votorantim Cimentos para fins de transferência

4.1 Descrição dos fatores de risco

de crédito acumulado de ICMS dos estabelecimentos da CBA inscritos nos CNPJs nº 61.409.892/0223-04 (unidade fabril localizada no município de São Paulo) e nº 61.409.892/0003-35 (unidade fabril localizada no município de Alumínio) para os estabelecimentos da Votorantim Cimentos inscritos nos CNPJs nº 01.637.895/0175-31 e nº 01.637.895/0001-32, nos termos do artigo 73, inciso II, do RICMS/2000, combinado com o artigo 35 da Portaria CAT nº 26/10. Os referidos regimes possuem vigência até 30/09/2025 e encontram-se atualmente em processo de renovação pela Companhia. Regime Especial nº 51085-398233/2019-c, concedido à Companhia Brasileira de Alumínio, que reconhece interdependência com a empresa Votorantim Cimentos para transferência de crédito acumulado de ICMS do estabelecimento CNPJ nº 61.409.892/0003-35 para o estabelecimento Votorantim Cimentos CNPJ nº 01.637.895/0175-31. Foi concedido pela Fazenda de São Paulo e é usufruído pela unidade fabril localizada no município de Alumínio, nos termos do artigo 73, inciso II, do RICMS/2000, combinado com o artigo 35, da Portaria CAT nº 26/10. Vigente até 30/09/2025. A Companhia está em processo de renovação do regime especial.

- Regime Especial nº 114568/2024, concedido pelo Estado de São Paulo à Alux do Brasil para diferimento de ICMS na compra de ativo imobilizado adquirido por estabelecimento de fornecedor localizado em território paulista. Vigente até 30/11/2027.
- Regime Especial nº 017.00104589/2025-56, concedido à Alux do Brasil, que reconhece interdependência com a empresa Companhia Brasileira de Alumínio para transferência de crédito acumulado de ICMS do estabelecimento CNPJ nº 05.304.298/0001-47 para o estabelecimento Companhia Brasileira de Alumínio CNPJ nº 61.409.892/0001-73. Foi concedido pela Fazenda de São Paulo e é usufruído pela unidade fabril localizada no município de São Paulo, nos termos do artigo 73, inciso II, do RICMS/2000, combinado com o artigo 35, da Portaria CAT nº 26/10. Vigente até 23/06/2025.
- Diferimento de 75% do ICMS-Importação, concedido pelo Estado de Pernambuco, incidente sobre a importação de lingote de alumínio para laminação promovida estabelecimento industrial na importação, nos termos do art. 34 do RICMS/PE e art. 4º, Anexo 8 e item 68.2 do Anexo 8-D do RICMS/PE.
- Diferimento de 75% do ICMS-Importação, concedido pelo Estado de Pernambuco, incidente sobre a importação de sucata de alumínio para laminação promovida estabelecimento industrial na importação, nos termos do art. 34 do RICMS/PE e art. 4º, Anexo 8 e item 68.3 do Anexo 8-D do RICMS/PE, conforme Decreto nº 56.594/2024 editado pelo Estado de Pernambuco.
- Emissão de Nota Fiscal Eletrônica Global no transporte de bauxita dentro do Estado de Minas Gerais, para as unidades Itamarati de Minas (MG); Descoberto (MG); Miraí (MG); Poços de Caldas (MG). Em razão do regime especial, o transporte de bauxita entre as unidades ou entre jazidas e usinas, é acompanhado apenas do tíquete de balança, sendo emitida uma única nota fiscal periódica para acobertar todas as operações. Em março/26 o Estado de Minas Geras publicou o Decreto nº 49.181/2026, que extingue expressamente os regimes especiais baseados em tíquetes de balança e exige a emissão da nota fiscal a cada pesagem de minério. A exigência passa a valer a partir de 01/06/2026, conforme Decreto nº 49.201 de 27/03/2026 e impacta diretamente as operações da Companhia, com aumento de custo e queda na produtividade. Não há impacto sobre os impostos incidentes na operação, mas há necessidade de ajustes operacionais para adequar a emissão de documentos fiscais à nova legislação.
- SUDENE: O regime especial da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”) autoriza a redução de 75% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e adicionais calculados com base no lucro da exploração. Tal benefício é garantido às pessoas jurídicas que tenham projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação, e que sejam enquadrados nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional nas áreas da SUDENE. Vigente até 31/12/2032.
- Regime Aduaneiro Especial de Drawback Suspensão e Isenção consistente nos seguintes atos concessórios:
    - Ato Concessório 240012739 de isenção da Companhia Brasileira de Alumínio (CNPJ 61.409.892/0003-35). Vigente até 14/10/2026
    - Ato Concessório 250003147 de isenção da Companhia Brasileira de Alumínio (CNPJ 61.409.892/0003-35). Vigente até 19/04/2027.
    - Ato Concessório 20250018560 de suspensão da Companhia Brasileira de Alumínio (CNPJ 61.409.892/0003-35). Vigente até 28/04/2027.
    - Ato Concessório 20260002526 de suspensão da Companhia Brasileira de Alumínio (CNPJ 61.409.892/0003-35). Vigente até 11/02/2028

4.1 Descrição dos fatores de risco

    - Ato Concessório 20240029038 de suspensão da CBA Itapissuma Ltda. (CNPJ 05.342.105/0004-95). Vigente até 31/07/2026
    - Ato Concessório 20250005697 de suspensão da CBA Itapissuma Ltda. (CNPJ 05.342.105/0004-95). Vigente até 18/02/2027
- TTD n.º 235000005119403 (código SAT 409) expedido pela Secretaria de Estado Fazenda/SC através do Termo de Concessão n.º 235000008955792, que concedeu o Tratamento Tributário Diferenciado para a fruição do diferimento integral do ICMS nas importações realizadas através de portos de Santa Catarina e crédito presumido nas saídas subsequentes no percentual de 2,6% do ICMS. O TTD em questão aplica-se ao estabelecimento da Companhia Brasileira de Alumínio localizado em Imbituba/SC CNPJ 61.409.892/0250-87 e será impactado pela Reforma Tributária do Consumo, sofrendo redução gradativa a partir de 2029.

Ainda, a Companhia também frui de Regimes Especiais para fins de cumprimento de obrigações acessórias em suas unidades de atuação, dentre os quais cita-se emissão de nota fiscal global, dispensa na emissão de nota fiscal em transferências de minério, dentre outros.

Além dos referidos benefícios fiscais, a Companhia também frui da redução de alíquota de Imposto de Importação por meio da aquisição de produtos enquadrados em Ex-Tarifários, que se sujeitam à regra especial de tributação. Os Ex-Tarifários são concedidos para produtos específicos e por tempo determinado para incentivar a importação de produtos sem similar nacional, podendo ser revistos periodicamente. Assim, a evolução da indústria nacional pode ocasionar a não renovação, vencimento ou revogação do Ex-Tarifário, além do fato de discussões quanto ao enquadramento e regular utilização do Ex-Tarifário (potenciais divergências de interpretação quanto as características e enquadramento das mercadorias), o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Ademais, diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, não podemos afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos regimes especiais/benefícios fiscais relativos ao ICMS, por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), no caso de a legislação estadual que embasa sua concessão não ter sido aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), o que pode afetar adversamente os nossos negócios.

Ainda no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, foram publicados a Lei Complementar 160/2017 (“LC 160/2017”) e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, a diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos e a extinção da possibilidade de criação de novos benefícios. Além disso, estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação. É importante salientar que o Estado de Pernambuco cumpriu os requisitos elencados na LC 160/2017 para convalidação do Benefício Fiscal denominado Prodepe.

Eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar as atividades da Companhia e o setor como um todo. Ademais, apesar das regras federais referentes à convalidação e de todos os Estados terem adotado os procedimentos para a convalidação de seus benefícios fiscais, as legislações estaduais não são uniformes, inexistindo procedimento padrão quanto aos parâmetros de definição dos benefícios fiscais que devem ser convalidados e a forma de reconhecimento e remissão de créditos, ensejando riscos de questionamentos de outros Estados quanto ao tema.

Adicionalmente, não é possível assegurar que estes regimes especiais/benefícios fiscais serão mantidos ou renovados. Em caso de revogação ou alteração da legislação pertinente, os negócios, as atividades e as condições financeiras poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Além disso, para garantir a continuidade desses incentivos, uma série de requisitos devem ser cumpridos, os quais podem ser contestados, inclusive em juízo. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, os negócios, a atividade e condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Importante notar que, com a Reforma Tributária do Consumo, os benefícios fiscais serão extintos, exceto aqueles tratamentos expressamente previstos em lei. Isso significa que os Estados não poderão, individualmente, conceder tratamento diferenciado aos contribuintes, o que pode dar fim à Guerra Fiscal.

Recentemente, em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, resultante da conversão do Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, que estabeleceu a redução e a alteração de diversos benefícios fiscais concedidos no âmbito da União. A norma também promoveu ajustes na tributação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), apostas eletrônicas e determinadas atividades desempenhadas por fintechs.

De forma geral, ressalvadas as exceções expressamente previstas na legislação, a redução alcança incentivos relacionados ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ao PIS e à COFINS, inclusive na importação, ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ao Imposto de Importação e às contribuições previdenciárias devidas pelo empregador, pela empresa e por entidades a elas equiparadas.

No que se refere aos benefícios fiscais vinculados ao IRPJ e à CSLL, não foram identificados, até o momento, impactos relevantes para a Companhia. Os principais incentivos atualmente usufruídos, tais como os previstos na Lei do Bem, os benefícios regionais da SUDENE, os regimes de Drawback, Ex-Tarifário, a aplicação de alíquota zero de IPI e demais deduções introduzidas a partir de 2022, não apresentam, na data deste documento, efeitos materiais decorrentes da referida legislação.

A única exceção identificada refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), para o qual se estima impacto imaterial, decorrente da aplicação de redução linear de 10% sobre o benefício fiscal apurado, sem expectativa de efeito relevante sobre os resultados operacionais da Companhia.

Outrossim, a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos (quando houver) serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal, principalmente, mas não exclusivamente, em razão da mudança jurisprudencial dos Tribunais Superiores. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

Os contratos financeiros da Companhia contam com cláusulas restritivas (covenants contratuais) cujo descumprimento pode causar o vencimento antecipado das dívidas contraídas pela Companhia por meio de tais contratos financeiros.

Determinados contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras. Dentre eles, há obrigações que restringem, dentre outras coisas, a capacidade da Companhia de passar por processo de incorporação ou fusão com outras entidades, alterar seu controle acionário e alienar de outra forma seus ativos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não cumpra com os covenants previstos em tais contratos financeiros, e caso a Companhia não seja capaz de obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar o pagamento de determinadas dívidas de forma antecipada, gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, o que pode afetar adversamente seu planejamento financeiro. Para mais informações a respeito dos covenants contratuais assumidos pela Companhia, vide seção 2.1 (i) deste Formulário de Referência.

A Companhia celebrou contratos de financiamento junto ao BNDES, segundo os quais a sua Controladora e interveniente garantidora Votorantim S.A., deve respeitar certos covenants financeiros conforme descritos nos referidos contratos. Para mais informações vide seção 2.1(f) do Formulário de Referência, bem como o fator de risco “A controladora da Companhia, Votorantim S.A. (“Controladora”), é parte em contratos financeiros celebrados com a Companhia e com o BNDES que possuem cláusulas restritivas e compromissos de manutenção de índices financeiros, cujo não cumprimento pode causar o vencimento antecipado dos referidos contratos bem como gerar um vencimento antecipado cruzado nas dívidas da própria Companhia.” no item “(b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle” desta seção 4.1.

Os direitos minerários da Companhia podem ser contestados e, em caso de êxito de tal contestação, a Companhia poderá ser impedida de operar o referido direito e o desenvolvimento e/ou operações da Companhia podem ser afetados adversamente.

Não há garantia de que os direitos minerários da Companhia serão aprovados. Os direitos minerários da Companhia podem estar sujeitos a irregularidades não detectadas que podem levar até mesmo a perda do título minerário. Direitos minerários podem ser contestados e, em caso de êxito de tal contestação, a Companhia poderá ser impedida de operar o ativo, e o desenvolvimento e/ou operações da Companhia podem ser afetados adversamente.

A ausência de infraestrutura adequada e falhas, ineficiências e interrupções no transporte e infraestrutura podem afetar adversamente as operações, a condição financeira e os resultados da Companhia.

As atividades de mineração, processamento, desenvolvimento e exploração minerária, assim como as de suprimentos, produção e vendas, dependem de infraestrutura adequada. Estradas, ferrovias, portos, aeroportos, fontes de energia, e abastecimento de água confiáveis são elementos importantes, que afetam os custos de capital e operacionais. A melhoria na infraestrutura depende de investimentos relevantes no setor e não é possível garantir que os governos das localidades onde a Companhia possui operações ou os setores privados farão tais investimentos.

Fenômenos climáticos, sabotagem, interferência governamental, greves e paralisações (como por exemplo, greves de caminhoneiros e do transporte de funcionários) ou outras interferências na manutenção ou fornecimento de tal infraestrutura podem afetar adversamente as operações da Companhia, bem como sua condição financeira e os resultados das operações.

Além disso, falhas, incidentes, ineficiências e interrupções no ambiente de infraestrutura podem afetar a Companhia adversamente.

A Companhia pode enfrentar dificuldades na implementação de seus projetos de investimento, o que poderá afetar o seu crescimento.

Não há garantia de que os diversos projetos em andamento da Companhia, conforme descritos no item 2.10 deste Formulário de Referência, para aumentar sua eficiência, produtividade, garantir a continuidade operacional e o atendimento aos requisitos de segurança, saúde e meio ambiente, serão implementados de forma bem-sucedida, sendo parte deles inclusive de implementação complexa e, em alguns casos, inovadores. Dessa forma, durante a implementação dos seus projetos de investimento, a Companhia poderá enfrentar diversos obstáculos, dentre os quais:

- capacidade de financiar o portfólio via geração de receita própria ou funding;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- dificuldades na obtenção das licenças ambientais necessárias para desenvolvimento dos projetos;
- mudanças nas condições de mercado que tornem os projetos de investimento menos rentáveis do que o previsto inicialmente pela Companhia;
- complexidades operacionais, de engenharia, de implementação, aumento dos custos inicialmente estimados para a consecução dos projetos e, com a sua conclusão, de viabilização dos projetos;
- paralização ou postergação dos projetos por diversas causas, incluindo greves, pandemias, medidas judiciais, fomento financeiro, alterações na regulamentação do setor entre outros que poderiam gerar atrasos na conclusão dos projetos;
- notícias na mídia sobre a efetividade e impactos dos projetos; e
- eventos de causas naturais que inviabilizem a execução ou retomada dos projetos.

Caso a Companhia não consiga gerenciar tais riscos com sucesso, os benefícios esperados pelos projetos podem não ser alcançados, assim como seu potencial de crescimento e lucratividade poderão ser adversamente afetados, o que pode afetar também a cotação de seus valores mobiliários.

Ademais, a estratégia de crescimento inorgânico da Companhia pode trazer obstáculos, especialmente no que se diz a estrutura societária de certas aquisições. A Companhia não pode garantir que terá controle irrestrito das sociedades investidas, podendo ficar suscetível a eventuais perdas de controle, seja por conflitos entre sócios/clientes ou por condições desfavoráveis por fatores precedentes a entrada da Companhia na sociedade investida.

A CBA está exposta ao risco de que seus ativos industriais, operacionais e tecnológicos se tornem progressivamente obsoletos ou menos eficientes ao longo do tempo, em decorrência da rápida evolução tecnológica do setor, da insuficiência de investimentos contínuos em modernização ou da limitada incorporação de inovações relevantes.

Refere-se ao risco dos ativos industriais, operacionais, tecnológicos e de automação da **CBA** tornarem-se parcial ou totalmente obsoletos, tecnologicamente defasados ou menos eficientes ao longo do tempo, em função da rápida evolução tecnológica, da indisponibilidade de atualizações, da limitação de suporte dos fabricantes, da inadequação dos investimentos em modernização ou da não captura oportuna de novos desenvolvimentos tecnológicos relevantes para os processos produtivos e de apoio ao negócio.

A materialização desse risco pode resultar em **redução da eficiência operacional**, **aumento de custos de manutenção**, **maior incidência de falhas e paradas não programadas**, **perda de competitividade**, **restrições à inovação**, além de impactos negativos na **qualidade dos produtos**, na **confiabilidade dos processos**, na **segurança operacional** e na **capacidade da Companhia de atender às demandas do mercado e aos requisitos regulatórios e ESG**.

Esse risco está diretamente relacionado à **longevidade e resiliência dos ativos da CBA**, podendo comprometer o retorno sobre os investimentos realizados, a sustentabilidade operacional no médio e longo prazo e o alinhamento da Companhia às práticas de excelência operacional, inovação, automação e digitalização adotadas pelo setor de alumínio e mineração.

A Companhia desenvolve as atividades em suas usinas hidrelétricas em regime de autoprodução e produção independente de acordo com os atos de outorga, os quais estão sujeitos a prorrogação condicional a critério do Poder Concedente. Caso as concessões não sejam prorrogadas, quaisquer quantias recebidas a título de indenização podem ser inferiores ao saldo remanescente ainda não amortizado dos investimentos feitos.

A Companhia explora atividades de geração de energia hidrelétrica e eólica em regimes de autoprodução e produção independente de acordo com outorgas de longo prazo concedidas por entes públicos. Atualmente, a Companhia é titular de direitos para exploração de 21 empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, sendo 16 sob o regime de autoprodução (12 UHEs e 3 CGHs) e 6 de produção independente (todas UHEs). Dez hidroelétricos têm os correspondentes prazos de vigência com término previsto de janeiro de 2025 a dezembro de 2044, considerando os prazos de extensão referente ao Generation Scalling Factor (GSF), a saber: (i) UHE

4.1 Descrição dos fatores de risco

Sobragi;; (ii) UHE Canoas I; (iii) UHE Canoas II; (iv) UHE Piraju; (v) UHE Machadinho; (vi) Ourinhos; (vii) UHE Barra Grande; (viii) Salto Pilão; (ix) Rio Verdinho; e (x) Campos Novos.

Outros sete empreendimentos, (i) UHE Serraria; (ii) UHE Alecrim; (iii) UHE Porto Raso; (iv) UHE Barra; (v) UHE França; (vi) UHE Fumaça; e (vii) UHE Salto do Iporanga, tiveram o fim da vigência de sua concessão entre junho de 2016 a novembro de 2021 sendo que, nestes casos, a Companhia protocolou os pedidos para prorrogação dos prazos dos Contratos de Concessão, nos termos da legislação vigente, por um período adicional de 30 (trinta) anos. O Ministério de Minas e Energia deferiu os pedidos de prorrogação das UHEs Serraria, Porto Raso, Barra, França e Fumaça e indeferiu os pedidos das UHEs Salto do Iporanga e Alecrim.

A UHE Itupararanga teve o fim de vigência de sua concessão em fevereiro de 2024 e está pendente a recomendação da ANEEL quanto à prorrogação da sua concessão.

As 3 centrais hidrelétricas não possuem prazo de vigência da outorga, a saber: (i) CGH Votorantim; (ii) CGH Santa Helena; e (iii) CGH Jurupará.

Concessionária/Autorizatária	Outorga	Prazo da Outorga	Status da Usina
UHE Salto do Iporanga	Contrato de Concessão n° 005/2002	04.11.2021	O Ministério de Minas e Energia acatou a recomendação da Diretoria colegiada da ANEEL e indeferiu o pedido de prorrogação da concessão, considerando que a prorrogação da referida concessão já havia ocorrido, nos termos da Portaria MME nº 532/2001. O processo aguarda decisão pelo Ministério de Minas e Energia em relação ao regime de exploração durante o período transitório até a nova licitação.
UHE Sobragi	Contrato de Concessão n° 201/1998	22.01.2025	Pendente recomendação da ANEEL quanto à prorrogação da concessão.
UHE Itupararanga	Contrato de Concessão nº 008/2004	19.02.2024	Pendente recomendação da ANEEL quanto à prorrogação da concessão.
UHE Canoas I	Contrato de Concessão n° 183/1998	29.07.2037	Operando normalmente, o pedido de prorrogação deverá ser protocolado até julho de 2034, nos termos da legislação vigente.
UHE Canoas II	Contrato de Concessão n° 183/1998	26.07.2037	Operando normalmente, o pedido de prorrogação deverá ser protocolado até julho de 2034, nos termos da legislação vigente.
UHE Campos Novos	Contrato de Concessão n° 043/2000	06.01.2039	Operando normalmente, o pedido de prorrogação deverá ser protocolado até janeiro de 2036, nos termos da legislação vigente.
UHE Piraju	Contrato de Concessão n° 303/1998	01.11.2038	Operando normalmente, o pedido de prorrogação deverá ser protocolado até novembro 2035, nos termos da legislação vigente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

UHE Machadinho	Contrato de Concessão n° 009/1997	08.10.2035	Operando normalmente, o pedido de prorrogação deverá ser protocolado até outubro de 2032, nos termos da legislação vigente.
UHE Ourinhos	Contrato de Concessão n° 051/2000	08.11.2040	Operando normalmente, o pedido de prorrogação deverá ser protocolado até novembro de 2037, nos termos da legislação vigente
UHE Barra Grande	Contrato de Concessão 036/2001	06.03.2041	Operando normalmente, o pedido de prorrogação deverá ser protocolado até março de 2038, nos termos da legislação vigente
UHE Salto Pilão	Contrato de Concessão 015/2002	22.01.2042	Operando normalmente, o pedido de prorrogação deverá ser protocolado até janeiro de 2039, nos termos da legislação vigente
UHE Salto Rio Verdinho	Contrato de Concessão 091/2002	09.12.2044	Operando normalmente, o pedido de prorrogação deverá ser protocolado até dezembro de 2041, nos termos da legislação vigente
UHE Porto Raso	Contrato de Concessão n° 304/1998	28.06.2046	O Ministério de Minas e Energia deferiu o pedido de prorrogação da concessão, nos termos do despacho proferido em 29.09.2021. Aguardando a manifestação da Companhia em aceitar as condicionantes determinadas para prorrogação.
UHE Alecrim	Contrato de Concessão n° 304/1998	28.06.2016	O Ministério de Minas e Energia não acatou a recomendação da Diretoria colegiada da ANEEL e indeferiu o pedido de prorrogação da Companhia através do Despacho Decisório nº 21/2022/SPE.
UHE Barra	Contrato de Concessão n° 304/1998	28.06.2046	O Ministério de Minas e Energia deferiu o pedido de prorrogação da concessão, nos termos do despacho proferido em 29.09.2021. Aguardando manifestação da Companhia em aceitar as condicionantes determinadas para prorrogação.
UHE França	Contrato de Concessão n° 304/1998	28.06.2046	O Ministério de Minas e Energia deferiu o pedido de prorrogação da concessão, nos termos do despacho proferido em 29.09.2021. Aguardando a manifestação da Companhia em aceitar as condicionantes determinadas para prorrogação.
UHE Fumaça	Contrato de Concessão n° 304/1998	28.06.2046	O Ministério de Minas e Energia deferiu o pedido de prorrogação da concessão, nos termos do despacho proferido em 29.09.2021. Aguardando manifestação da Companhia em

4.1 Descrição dos fatores de risco

			aceitar as condicionantes determinadas para prorrogação.
UHE Serraria	Contrato de Concessão n° 304/1998	28.06.2046	O Ministério de Minas e Energia deferiu o pedido de prorrogação da concessão, nos termos do despacho proferido em 29.09.2021. Aguardando manifestação da Companhia em aceitar as condicionantes determinadas para prorrogação.
CGH Votorantim	Registro	Prazo indeterminado	Operando normalmente
CGH Santa Helena	Registro	Prazo indeterminado	Operando normalmente
CGH Jurupará	Registro	Prazo indeterminado	Operando normalmente

Para mais informações sobre as concessões, autorizações e registros detidos pela Companhia, vide seção 1.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia poderá solicitar a prorrogação das outorgas dos empreendimentos nos termos das Leis n° 9.074/1995 e 12.783/2013, entretanto a Companhia não tem direito adquirido à prorrogação dos prazos de suas concessões, na medida em que o Poder Concedente tem ampla discricionariedade para prorrogar ou não as concessões. Eventual indeferimento do pedido de prorrogação das concessões poderá afetar a receita da Companhia.

Devido ao término da concessão da UHE Salto do Iporanga em 04.11.2021 e o indeferimento do pedido de prorrogação pelo Ministério de Minas e Energia, a Companhia apresentou relatório de avaliação de ativos de geração da usina para fins de indenização dos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, indicando um valor de R$ 7.886.565,00, de acordo com o laudo de avaliação dos ativos de geração, elaborado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 1.027/2022, que revogou a Resolução Normativa nº 942/2021. No entanto, não é possível garantir que eventuais compensações recebidas decorrentes dos eventos de não prorrogação serão suficientes para abranger o valor integral do investimento ainda não amortizado da Companhia e em quais condições elas serão realizadas, o que poderá causar um efeito material adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Além disso, a legislação brasileira dispõe que as concessões podem ser rescindidas antes do final da data de vencimento original, por meio de encampação ou declaração de caducidade pelo poder concedente. Segundo a legislação brasileira, ocorre encampação quando o governo ou o poder concedente considerar apropriado fornecer o serviço diretamente ou substituí-lo por outro tipo de serviço, por motivo de interesse público, mediante a publicação e entrada em vigor de legislação para tal efeito com o consequente pagamento prévio como indenização.

A caducidade pode ser declarada, após instauração de processo administrativo pelo poder concedente, se a concessionária deixar de cumprir os termos e condições estabelecidos no contrato de concessão, bem como as obrigações legais e normativas aplicáveis. Nesse caso, não há exigência de pagamento prévio de indenização pelo ente governamental ou pelo poder concedente.

Se por qualquer motivo (declaração de caducidade, encampação, término do prazo ou quaisquer outros motivos), as concessões detidas pela Companhia forem extintas ou finalizadas sem que a Companhia receba as devidas indenizações, a Companhia não poderá desenvolver as suas atividades de geração de energia hidrelétrica em regime de autoprodução (sob o qual não são aplicáveis determinados encargos), situação na qual a Companhia deverá buscar garantir o suprimento energético de suas plantas no mercado livre de energia elétrica (por meio de contratos de compra e venda) ou no mercado regulado, por meio do suprimento viabilizado pelas distribuidoras locais. Em qualquer cenário, a mudança do suprimento energético da Companhia poderá gerar um efeito adverso sobre sua operação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades de mercado para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a diversos riscos em geral, incluindo condições ambientais e sociais adversas, acidentes industriais, disputas trabalhistas, condições geológicas incomuns ou inesperadas, falhas no solo ou em encostas, desmoronamentos, falhas nos equipamentos, mudanças no ambiente regulatório e fenômenos naturais, como condições climáticas adversas, inundações e atividades sísmicas. Tais ocorrências podem resultar em danos às minas, às usinas hidrelétricas ou instalações operacionais, explosões em instalações da Companhia, danos físicos, morte ou invalidez, inclusive de empregados ou terceiros, danos ambientais às propriedades da Companhia ou às de terceiros, atrasos nas operações, perdas monetárias e possível responsabilidade civil.

A Companhia não pode garantir que suas apólices de seguro serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos a que está sujeita. Certos riscos não são garantidos pelas seguradoras que atuam no mercado (tais como riscos decorrentes de pandemias, guerras, terrorismo, caso fortuito e de força maior, interrupção de certas atividades e falhas humanas).

Além disso, desastres naturais, condições meteorológicas adversas e outros eventos podem causar danos de diversas naturezas, incluindo, danos ao meio ambiente e interrupção das atividades, dentre outros. A ocorrência de eventos que não estejam cobertos por seguro ou que excedam os limites assegurados poderá acarretar custos adicionais relacionados a danos a terceiros, bem como perdas não previstas, impactando de forma negativa os resultados da Companhia.

Adicionalmente, as renovações ou contratações das apólices de seguros estão sujeitas às condições de mercado e a Companhia não pode garantir a renovação ou contratação das apólices de seguro a preços comerciais razoáveis, com cobertura suficiente ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares (incluindo coberturas contra danos resultantes de rompimento de barragens, derramamento ou vazamento de substâncias perigosas e interrupção de certas atividades operacionais). Todas as situações descritas acima poderão ter um efeito adverso para a Companhia, suas atividades e resultados operacionais.

A Companhia e as investidas da Companhia atuam em um segmento que envolve riscos para seus empregados e para os empregados de terceiros (acidentes de trabalho de alto potencial).

Conforme exigido pela legislação em vigor, a Companhia é obrigada a fornecer equipamentos de proteção individual (EPIs) aos seus funcionários diretos e terceirizados que atuam em suas instalações, além de fiscalizar o uso adequado desses equipamentos. O não cumprimento dessas obrigações pode resultar na responsabilização da Companhia por acidentes de trabalho. Falhas no fornecimento ou na fiscalização dos EPIs, bem como diferenças nos padrões de segurança adotados pelas empresas terceirizadas, podem expor a Companhia a multas substanciais em caso de investigação e instauração de procedimento administrativo pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Além disso, a Companhia pode ser obrigada a pagar indenizações e pensões aos (ex-)empregados afetados e suas famílias, caso ocorram ações trabalhistas decorrentes de acidentes que resultem em óbito ou incapacidade permanente ou temporária para o trabalho.

Adicionalmente, mudanças na regulamentação de segurança no trabalho podem impor novas obrigações e aumentar os custos relacionados aos investimentos em equipamentos e práticas de segurança.

A Companhia não pode garantir que tais mudanças na legislação não terão impacto relevante em suas operações. Por exemplo, alterações que estabeleçam limites na jornada de trabalho por motivos de segurança podem reduzir a produtividade dos colaboradores, exigindo a contratação de mais funcionários e a adoção de medidas adicionais de segurança, o que poderia aumentar os custos com mão de obra e equipamentos, impactando negativamente os resultados financeiros da Companhia. Problemas operacionais ou geotécnicos podem afetar negativa e significativamente os negócios e o desempenho financeiro da Companhia. Problemas operacionais ou geotécnicos (movimentações sísmicas, por exemplo) podem levar à suspensão ou redução das operações da Companhia, causando uma redução geral em sua produtividade, bem como atrasos na implementação ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

inviabilização de ativos em desenvolvimento e projetos de expansão. Acidentes operacionais podem acarretar falhas nas plantas, nas minas e no maquinário. Quaisquer danos aos ativos e projetos da Companhia ou atrasos em suas operações causados por uma gestão ineficiente ou por problemas operacionais ou geotécnicos podem afetar negativa e significativamente seus negócios e resultados operacionais. Os negócios da Companhia estão sujeitos a vários riscos operacionais que podem afetar de maneira negativa os resultados de suas operações.

Além disso, as operações da Companhia e sua reputação estão sujeitas a todos os perigos e riscos normalmente encontrados no desenvolvimento, operação e produção de alumínio, incluindo formações geológicas incomuns e inesperadas, atividade sísmica, desmoronamentos, inundações, mineração e processamento de material, colapso das pilhas de lixiviação ou dos taludes das minas abertas, qualquer um dos quais pode resultar em danos ou destruição de minas e de outras instalações de produção, danos à vida, inclusive de funcionários da Companhia ou terceiros, ou à propriedade, danos ambientais e possível responsabilidade civil. As atividades de processamento da bauxita ainda estão sujeitas a riscos como incêndio, falha no equipamento ou falha na retenção de barragens nas áreas de descarte de materiais rejeitados, o que pode resultar em poluição ambiental e consequente responsabilidade.

A ocorrência de acidentes, incidentes, invasões, garimpo ilegal ou atividades criminosas nas minas operadas pela Companhia ou durante o transporte dos minérios pode acarretar efeito relevante e adverso, além de danos à imagem da Companhia.

Acidentes, incidentes, invasões, garimpo ilegal ou atividades criminosas (incluindo furtos, roubos, extorsões e atividades de organizações criminosas) podem ocorrer nas dependências das minas ou durante o transporte dos minérios podendo gerar paralisações e/ou distúrbios nas atividades da Companhia, danos à imagem da Companhia e sujeita-la à obrigação do ressarcimento às vítimas, em particular, por meio do pagamento de indenizações decorrentes de responsabilidade civil inerente à atividade da Companhia, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

A Companhia opera em várias regiões, sendo: um grupamento mineiro constituído por 65 concessões de lavra na Zona da Mata/MG, uma concessão de lavra em Barro Alto/GO, e na região de Poços de Caldas/MG tem duas concessões e mais um grupamento mineiro que envolve 30 títulos minerários. As demais áreas exploradas pela companhia ainda estão em fase de desenvolvimento.

Logo, não podemos garantir que não ocorrerão acidentes, incidentes, novas invasões, garimpo ilegal ou atividades criminosas (incluindo furtos, roubos, extorsões e atividades de organizações criminosas), ou que não serão causados danos aos colaboradores e a seus bens que estiverem nos locais de operação ou durante o transporte dos minérios.

Além disto, uma eventual recessão econômica pode ter o efeito de intensificar a ocorrência de atividades criminosas nas regiões onde a Companhia atua.

Uma paralisação ou greve significativa da nossa força de trabalho, assim como de prestadores de serviços ou fornecedores, pode afetar as nossas operações.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por contratos de trabalho, convenções coletivas e/ou acordos coletivos, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Assim, greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em sua Unidade de Alumínio, ou movimentos trabalhistas que afetem qualquer um dos seus fornecedores terceirizados estratégicos, incluindo, por exemplo, greves de caminhoneiros, podem ter um efeito adverso relevante sobre as operações e os nossos negócios da Companhia.

A Companhia pode ser afetada por novas demarcações de terras indígenas pelas autoridades brasileiras, assentamentos, ocupações de movimentos sociais e comunidades tradicionais.

Apesar da CBA não ter comunidades tradicionais em um raio de 10km de suas operações, tais comunidades (indígenas, remanescentes de quilombos e outras comunidades conforme reconhecimento da legislação nacional

4.1 Descrição dos fatores de risco

e local), movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, são stakeholders relevantes para o desenvolvimento de empreendimentos no Brasil e que normalmente pleiteiam dos governos federais e estaduais a realização de procedimentos de demarcações de terras, arrecadação e discriminação de terras, reforma agrária e a redistribuição compulsória de terras, que podem abranger áreas atualmente ocupadas pela Companhia ou impactadas pela atuação da Companhia, a obrigando a deixar de operar em referidas áreas ou ainda adotar ações de compensação, o que pode impactar adversamente a operação da Companhia e afetar negativamente sua imagem e reputação. A Companhia poderá ser afetada caso haja desentendimentos com as comunidades tradicionais ou então com o próprio governo local ou federal.

A Companhia pode incorrer em perdas ou custos adicionais em função de não regularização fundiária.

A Companhia pode enfrentar (i) dificuldades em obter ou manter a posse, servidões e/ou a titularidade de alguns dos imóveis necessários para a operação de suas unidades, seja por atrasos nos procedimentos de regularização fundiária, na aquisição de referidos imóveis, ou ainda, por dificuldade de obtenção de ordem judicial para imissão de posse, eventuais problemas na individualização, na cadeia dominial ou constrição de qualquer natureza dos imóveis que ocupamos que gerem discussões sobre os contratos que legitimam a nossa ocupação dos imóveis e/ou que comprometam a nossa regular ocupação; (ii) conflitos com os proprietários dos imóveis que ocupamos, bem como com proprietários de imóveis adjacentes ou terceiros, dentre outros fatores; (ii) dificuldades em instituir servidão de passagem ou adquirir áreas de implementação dos empreendimentos em propriedades de terceiros, incluindo a inviabilidade de lavratura e/ou registro das escrituras públicas e/ou instrumentos particulares de transferência da propriedade dos imóveis ou instituição de servidão de passagem, por exemplo. Dessa forma, diante das dificuldades enfrentadas no Brasil para a regularização fundiária de imóveis rurais, a Companhia pode incorrer em perdas ou custos adicionais aos originalmente previstos com as medidas necessárias à regularização dos imóveis que ocupa.

A Companhia pode ser material e adversamente afetada por falhas em seus processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações à Lei Anticorrupção brasileira, à Lei de Improbidade Administrativa e leis similares.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), a qual impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores, colaboradores e terceiros contratados para atuar em seu nome, interesse e/ou benefício, ainda que indiretamente, os quais ainda podem gerar desdobramentos criminais aos indivíduos. Dentre as sanções aplicáveis, estão multas, publicação extraordinária de decisão condenatória, perda de bens, benefícios ou ativos ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções essas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados e reputação da Companhia.

Nesse sentido, os processos e políticas de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de prevenir e detectar (i) violações à Lei Anticorrupção ou outras violações legislações relacionadas, como a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), o Decreto Lei n° 2.848/1940 (“Código Penal”), a Lei nº 8.137/1990 (“Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária”), a Lei nº 7.492/1986 (“Lei de Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional”), a Lei nº 12.850/2013 (“Lei da Organização Criminosa”), a Lei nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações”), a Lei nº 14.133/2021 (“Nova Lei de Licitações”) e o Decreto nº 11.129/2022 (“Decreto Regulamentador da Lei Anticorrupção”) (coletivamente “Legislação Anticorrupção”); assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE e Convenção Interamericana contra a Corrupção; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus dirigentes, administradores, colaboradores e terceiros contratados para agir em nome, benefício e/ou interesse da Companhia, ainda que indiretamente; e/ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de Legislação Anticorrupção contra a Companhia, seus dirigentes, administradores, colaboradores ou terceiros que agem em nome, benefício e/ou interesse da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão de suas atividades; (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública bem como de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (v) publicação extraordinária da decisão condenatória; (vi) reparação do dano; (vii) perdimento de bens, valores e direitos decorrentes de vantagem indevida; e até (viii) dissolução compulsória da Companhia.

Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a reputação, bem como sobre as operações, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, sem prejuízo da responsabilização individual dos administradores e empregados envolvidos. A Companhia também pode vir a ser solidariamente ou subsidiariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral de eventual dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza dados pessoais, tais como dados de empregados, no âmbito de suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais, tais como processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação de dados, seja realizado de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, a Companhia deve observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis no Brasil e, por vezes, poderemos estar sujeitas às leis internacionais de proteção de dados, como o Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - GDPR).

No Brasil, em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a Lei n° 13.709/2018 (“LGPD”), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD também prevê sanções pelo descumprimento de suas disposições, conforme detalhado abaixo. A lei, ainda, autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

A ANPD está operacional desde o final de 2020.

Além da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como: (i) a propositura de ações judiciais ou procedimentos administrativos por órgãos competentes, individuais ou coletivos pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, dentre outros, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa, tais como aquelas previstas Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Quanto às sanções administrativas, em caso de não conformidade com a LGPD, a Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, multa diária, multa simples de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período ou proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a

4.1 Descrição dos fatores de risco

tratamento de dados. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia, suas subsidiárias ou por terceiros que tratem dados pessoais em seu nome e/ou com quem a Companhia tenha compartilhado dados pessoais devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. A Companhia realizou processo de adequação de suas atividades, procedimentos, documentação e da relação com terceiros por ela contratados para atender aos elevados padrões instituídos pela nova LGPD. Em 2022, foi lançado o treinamento e-learning referente a Proteção de Dados, obrigatório a todos os empregados e empregadas da CBA.

Falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, falhas de prestadores de serviço ou fornecedores, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a nossa reputação e os nossos resultados e, consequentemente, o valor das ações da Companhia.

As barragens fazem parte da infraestrutura crítica e essencial para geração de energia hidrelétrica. Falhas em barragens sob responsabilidade da Companhia podem gerar graves impactos às comunidades afetadas, aos resultados e à reputação da Companhia.

As barragens são infraestruturas importantes para os nossos negócios, representando a maior parte da nossa capacidade de geração de energia. No entanto, em se tratando de barragens, existe um risco intrínseco de ruptura, sejam por fatores internos ou externos às estruturas. A gravidade e a natureza do risco não são inteiramente previsíveis. Assim, estamos sujeitos ao risco de uma falha em barragem que poderia ter repercussões maiores do que a perda de capacidade de geração hidrelétrica. A falha de uma barragem pode resultar em danos econômicos, sociais, regulatórios, ambientais e potencial perda de vidas humanas nas comunidades existentes no entorno das barragens, o que poderia resultar em um efeito adverso significativo em nossa imagem, negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Abaixo, descrevemos resumidamente as atuais barragens da Companhia (ou de empresas que possui participações):

	Complexo	Barragens	Município de Instalação	Estado
CBA	Complexo Sorocaba	Itupararanga	Votorantim	SP
CBA	Complexo Sorocaba	Jurupará	Piedade	SP
CBA	Complexo Sorocaba	Santa Helena	Votorantim	SP
CBA	Complexo Sorocaba	Votorantim	Votorantim	SP
CBA	Complexo Juquiá	Alecrim	Miracatu	SP
CBA	Complexo Juquiá	Barra	Tapiraí	SP
CBA	Complexo Juquiá	França	Juquitiba	SP
CBA	Complexo Juquiá	Fumaça	Ibiúna	SP
CBA	Complexo Juquiá	Porto Raso	Tapiraí	SP

4.1 Descrição dos fatores de risco

CBA	Complexo Juquiá	Serraria	Juquiá	SP
CBA	Complexo Juquiá	S. do Iporanga	Juquiá	SP
CBA	Complexo Juiz de Fora	Sobragi	Simão Pereira e Belmiro Braga	MG
CBA	Complexo Paranapanema	Ourinhos	Ourinhos	SP
CBA	Complexo Paranapanema	Pirajú	Piraju	SP
CBA	Salto do Rio Verdinho	Salto do Rio Verdinho	Itarumã	GO
BAESA	BAESA	Barra Grande	Esmeralda	RS
ENERCAN	ENERCAN	Campos Novos	Campos Novos, Abdon Batista, Celso Ramos e Anita Garibaldi	SC
Consórcio Machadinho	Consórcio Machadinho	Machadinho	Maximiliano (RS) Piratuba (SC)	SC
Consórcio Canoas	Consórcio Canoas	Canoas I - B1	Paranapanema	SP
Consórcio Canoas	Consórcio Canoas	Canoas II - B1	Andirá	PR
CESAP	CESAP	Salto Pilão - BC	Lontras, Ibirama e Apiúna	SC

Para mais informações sobre as barragens da Companhia, vide seções 1.16 e 2.10 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode enfrentar situações de conflito de interesses nas operações com partes relacionadas.

A Companhia possui outros contratos com seus acionistas, e sociedades sob controle comum (“Partes Relacionadas”), envolvendo, por exemplo, a sua controladora, além de compartilhamento de custos administrativos e operacionais, marketing e desenvolvimento de negócios (“Contratos com Partes Relacionadas”), de forma que poderão surgir situações em que ocorram conflitos de interesses no relacionamento entre a Companhia e tais Partes Relacionadas.

Caso os Contratos com Partes Relacionadas não observem condições comutativas, os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente. Adicionalmente, caso descumpridas as regras atinentes aplicáveis a transações com partes relacionadas, as operações e os administradores da Companhia envolvidos poderão estar sujeitos a questionamentos e penalidades pelos órgãos competentes.

Para maiores informações acerca das transações com partes relacionadas, vide seção 11 deste Formulário de Referência.

Riscos em Processos Judiciais e Administrativos

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e arbitrais atuais ou futuros envolvendo a Companhia, suas controladas, podem resultar em perdas financeiras ou outras sanções, o que poderia reduzir a liquidez da Companhia, além interromper ou limitar materialmente suas operações, afetando negativamente seu desempenho, seus negócios, sua condição financeira e sua reputação.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais atuais ou futuros podem criar obrigações relevantes para a Companhia, e resultar em perdas financeiras ou outras sanções, o que poderia reduzir a liquidez da Companhia, além interromper ou limitar materialmente suas operações, afetando negativamente seu desempenho, seus negócios, sua condição financeira e sua reputação. A Companhia, juntamente com suas controladas, é ré em diversos processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, ambiental, criminal, trabalhista, entre outras.

Ademais, poderemos ser, no futuro, rés em novos processos judiciais, administrativos (perante autoridades administrativa e/ou judiciais, tais como, trabalhistas, tributárias, regulatórias, criminais, ambientais, concorrenciais, dentre outras) e/ou procedimentos arbitrais. Para mais informações envolvendo o risco de decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e arbitrais atuais ou futuros envolvendo os administradores da Companhia, vide fator de risco “Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e arbitrais atuais ou futuros envolvendo os administradores da Companhia podem afetá-la” no subitem 4.1(d) deste Formulário de Referência.

Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, que não trarão dano à imagem/reputação ou, ainda, que os critérios e valores de provisionamento adotados pela Companhia (quando existentes) serão adequados e suficientes para responder por todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Além disso, essas disputas e as respectivas decisões relativas a esses processos, atuais ou potenciais, podem impedir a condução dos negócios da Companhia conforme planejado inicialmente, pois sua administração pode ter que alocar parte substancial de seu tempo e atenção a esses procedimentos e quaisquer investigações a eles relacionadas, o que pode afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Alguns dos processos judiciais e administrativos dos quais somos parte envolvem matérias relevantes que, caso decididas de maneira contrária aos nossos interesses, poderão afetar negativa e materialmente os nossos negócios e situação financeira. Ainda, decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso nos nossos negócios e situação financeira, além de afetar nossa condição reputacional de forma negativa.

Com relação a seus imóveis, a Companhia enfrenta ações judiciais envolvendo alguns deles – ações de reintegração de posse, retificação de área e indenizatórias - e que podem levar à perda de área dos bens imóveis ocupados. A Companhia não pode assegurar que os imóveis objeto de demandas judiciais estejam desimpedidos de sofrerem as sanções porventura impostas por tais litígios. Por este motivo, os litígios envolvendo os imóveis ocupados pela Companhia podem culminar em eventual perda ou redução das áreas ocupadas.

Ainda, o Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e/ou Termos de Compromissos (TC) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados no TAC e/ou TC, a Companhia poderá ficar sujeita à riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

Para mais informações sobre os processos judiciais e administrativos dos quais somos parte, vide itens 4.3 e seguintes deste Formulário de Referência.

A Companhia possui um objeto social amplo, podendo desempenhar as seguintes atividades: (a) a exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional, inclusive a indústria e o comércio de bauxita, alumínio e suas ligas, em todos os seus ramos e modalidades, a produção e o comércio de materiais de construção, e bem assim a indústria e o comércio de tudo quanto se relacionem com essas atividades; (b) o comércio, importação e exportação em geral, inclusive importação de gás natural em qualquer estado físico e por qualquer modal de

4.1 Descrição dos fatores de risco

movimentação; (c) a participação em sociedades, como sócia, acionista ou consorciada, de outras empresas de qualquer natureza e objeto; (d) a execução, na qualidade de Operadora Portuária, de movimentação e armazenagem de mercadorias destinada ou provenientes de transporte aquaviário e proceder a operação de Terminal e Instalação Portuária de Uso Público da Zona Primária do Porto de Santos, com mercadorias importadas ou destinadas à exportação; (e) estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transporte e armazenamento para uso exclusivo, distribuição e comércio de energia, principalmente a elétrica, resultante do aproveitamento de rios e outras fontes, sobretudo as renováveis; (f) participação nos empreendimentos que tenham por finalidade a indústria e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objetivo; (g) Agricultura, Pecuária em Geral (Agronegócio) e prestação de serviço de Reflorestamento; (h) a fabricação de máquinas e equipamentos industriais; (i) a manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente; (j) instalação de máquinas e equipamentos industriais; (k) manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta; (l) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para usos na extração mineral, exceto na extração de petróleo; (m) serviços de usinagem, caldeira e montagem; (n) a administração de seus bens e interesses; (o) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (p) atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental; (q) serviços de ensino e estudos relacionados ao meio ambiente; (r) atividades de promoção do turismo local; (s) atividade de Depósito Fechado; (t) serviços de carga, descarga e armazenagem de produtos diversos; (u) serviços de desenho industrial para desenvolvimento de ferramentas e sua fabricação; (v) serviços de pesagem de veículo; (w) serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência profissional, técnica e especializada relacionada à: (i) otimização de desempenho operacional industrial; (ii) gestão de eficiência operacional/produtiva; (iii) análise de ensaios laboratoriais; (iv) engenharia, principalmente industrial; e (v) demais atividades correlatas; (x) serviços de testes e análises técnicas, químicas, físicas, de qualidade, de resistência, de desempenho, de durabilidade, de composição, de funcionamento, e outros testes analíticos de todos os tipos de materiais e produtos, inclusive minerais e demais derivados; (y) produção e promoção de eventos esportivos; e (z) outras atividades esportivas não especificadas anteriormente; aa) Recuperação de materiais plásticos, descartados, para a produção de matéria-prima secundária pela separação e a classificação de sucata de plástico para granulagem; bb) Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente, incluindo a fabricação de artefatos de material plástico para usos diversos, inclusive os artefatos diversos de plástico regenerado, o tingimento e a pigmentação e outros beneficiamentos de material plástico, incluindo, mas não se limitando, fabricação de coberturas de piso e fabricação de artefatos diversos de material plástico; cc) Comércio atacadista de: resinas e elastômeros; de resinas termoplásticas (polietilenos, policarbonatos, polipropilenos, copolímero de etileno e acetado de vinila (EVA), policloreto de vinila (PVC), poliamidas, poliestireno, resinas vinílicas, resinas celulósicas, resinas de petróleo, etc); de resinas termofixas (resina alquídica, cresólicas, fenólicas, de poliuretano, ftálicas e epóxi) e de silicone em forma primária e de elastômeros (borrachas sintéticas, mesclas de borrachas sintéticas e natural, gomas similares a borracha, borracha de butadieno-estireno (SBR), elastômeros não vulcanizados, neopreno, látex ou látice de SBR, e similares).

Assim, considerando a ampla gama de atividades atreladas ao seu objeto social, a Administração da Companhia pode acabar alterando a sua atividade preponderante, conforme divulgado no item 4.1 deste Formulário de Referência, gerando assim riscos adicionais para os investidores que adquirirem valores mobiliários da Companhia com uma visão específica sobre suas atividades.

Além disso, caso a Companhia venha a desempenhar todas as atividades permitidas em seu objeto social, mesmo que de forma parcial, a Companhia poderá ter custos operacionais e/ou financeiros adicionais que podem ser superiores aos benefícios de praticar tais atividades, o que pode afetar adversamente seu negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Por fim, ao praticar uma atividade diversa da sua atividade preponderante atualmente, como por exemplo de Agricultura, Pecuária em Geral (Agronegócio), conforme permitido em seu objeto social, o mercado pode ter uma percepção negativa, por diversos fatores, e com isso afetar negativamente a cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os impactos das condições hidrológicas e climáticas podem expor a Companhia à volatilidade na variação do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD praticado no Mercado de Curto Prazo (MCP) da CCEE.

No Brasil, a principal fonte de energia elétrica é gerada pelas usinas hidrelétricas. Nesse cenário, a ocorrência de chuvas na região dos reservatórios das usinas hidrelétricas no país tem impactos diretos tanto nas suas garantias físicas, quando o Mecanismo de Realização de Energia (MRE) equaliza a garantia física com a energia efetivamente gerada pelas usinas integrantes do mecanismo, quanto no preço praticado no Mercado de Curto Prazo de energia pelo Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), calculado pela CCEE.

Nesse segundo ponto, veja-se que o PLD pode ser muito volátil, embora a regulamentação estabeleça limites inferiores e superiores, variando principalmente em razão das alterações nas condições hidrológicas e nos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas do SIN. Em linhas gerais, quanto maior a disponibilidade de água para geração hidrelétrica, em tese, menores serão os valores de PLD, enquanto que, em cenários de escassez hídrica/menor disponibilidade de água, há acionamento de mais usinas térmicas, o que tende a elevar os valores do PLD praticados no MCP.

Dado que nos últimos anos a ocorrência de escassez hídrica tem, de fato, levado ao acionamento em maior escala de usinas termelétricas, tem ocorrido a elevação dos valores de PLD. Assim, dado que a Companhia pode não ser capaz de suprir totalmente suas demandas energéticas por meio das usinas hidrelétricas que possui (principalmente em cenários de escassez hídrica), haverá a necessidade de aquisição de energia elétrica no MCP ou por meio de contratações bilaterais. Nesse cenário, a Companhia poderá sofrer impactos adversos relevantes em sua condição financeira, dado que estará sujeita aos preços elevados do PLD e/ou aos preços praticados por outros players no mercado de energia, que tendem a ser um pouco mais altos do que o PLD. Além disso, a energia adquirida pela Companhia de terceiros por contratos bilaterais que não seja integralmente utilizada para suprir seu próprio consumo também estará sujeita à volatilidade de preços do PLD, caso este seja inferior ao valor da energia contratada.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI e TA da Companhia, podem resultar em danos às operações e à reputação da Companhia.

Os sistemas de tecnologia da informação e da tecnologia da automação da Companhia, indispensável para o funcionamento das operações, podem ser vulneráveis às interrupções de serviço e às violações de segurança por hackers, os quais têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos e cujo risco poderá ser acentuado com o aumento de processos e transações de forma remota em decorrência do trabalho híbrido.

Incidentes de segurança cibernética podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas/redes da Companhia e, portanto, resultar em vazamentos de dados pessoais dos empregados(as), apropriação indevida de informações da Companhia e/ou de seus clientes, fornecedores e terceiros e/ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, ou ainda, na divulgação de segredos comerciais e/ou outras informações comerciais sensíveis para Companhia, o que pode afetar adversamente os resultados financeiros e a reputação da Companhia.

Além disso, os sistemas de tecnologia da informação e de tecnologia da automação podem sofrer interrupções ou falhas, causadas por desastres naturais, acidentes, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, mau funcionamento, atos mal-intencionados e outros fatores que estão fora do controle da Companhia.

A prática do trabalho remoto também pode aumentar os riscos relacionados à segurança cibernética, o que pode prejudicar a capacidade de gerenciar e operar os negócios da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação e tecnologia da automação. Caso esses sistemas tenham seu funcionamento interrompido por falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização

4.1 Descrição dos fatores de risco

perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, consequentemente, seus resultados.

Diante da própria natureza da internet e de sistemas informáticos, não é possível garantir que não ocorrerão falhas de segurança como as aqui descritas. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua reputação e, portanto, em perdas financeiras para a Companhia.

Falhas ou interrupções no ambiente de tecnologia da Companhia podem afetá-la adversamente.

As operações da Companhia dependem de um ambiente tecnológico com alta disponibilidade para suportar as áreas de negócios.

Interrupções ou degradações nesses sistemas são causadas por obsolescência, falhas técnicas, agentes externos, negligência dos administradores ou ação de má fé por parte dos colaboradores.

Estas falhas podem afetar a Companhia adversamente, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com clientes, concorrentes, terceiros, organizações governamentais e órgãos reguladores, entre outros.

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto do ambiente tecnológico. Este pode ter seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços por terceiros, agentes externos ou por seus colaboradores. Estas falhas podem ser causadas por falhas operacionais, problemas técnicos no ambiente tecnológico, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis.

O não cumprimento das cláusulas contratuais pelos parceiros pode levar à interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização por atos falhos que possam afetar adversamente as operações da Companhia, sua imagem no mercado e, consequentemente, seus resultados financeiros.

A CBA está exposta ao risco de perda, dispersão ou indisponibilidade do conhecimento crítico necessário para a continuidade, eficiência e segurança de suas operações, em decorrência da ausência ou fragilidade de uma Gestão do Conhecimento estruturada, padronizada e sustentável ao longo do tempo.

Esse risco pode ser intensificado por fatores como rotatividade de pessoas chave, aposentadorias, escassez de conhecimento técnico no mercado, tecnologias industriais específicas e legadas, baixa eficácia dos treinamentos, ausência de metodologia formal de captura, registro e disseminação do conhecimento, bem como restrições de recursos para sustentação das iniciativas de Gestão do Conhecimento.

A materialização desse risco pode resultar em dependência excessiva de indivíduos, redução da eficiência operacional, aumento da probabilidade de falhas operacionais, perda de aprendizado organizacional, dificuldade na capacitação de novos profissionais e maior exposição a eventos de segurança, qualidade e continuidade do negócio, especialmente em processos críticos e intensivos em conhecimento técnico.

Sob a perspectiva estratégica, a incapacidade de manter uma Gestão do Conhecimento robusta compromete a resiliência operacional, a longevidade dos ativos, a execução da estratégia de longo prazo e a geração de valor sustentável, exigindo atenção contínua da alta administração quanto à governança do conhecimento, priorização de investimentos, integração com iniciativas digitais e retenção do capital intelectual da Companhia.

(b) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia, em especial os acionistas controladores da Companhia

A controladora da Companhia, Votorantim S.A. (“Controladora”), é parte em contratos financeiros celebrados com a Companhia e com o BNDES que possuem cláusulas restritivas e compromissos de manutenção de índices financeiros, cujo não cumprimento pode causar o vencimento antecipado dos referidos contratos bem como gerar um vencimento antecipado cruzado nas dívidas da própria Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nestes contratos, certos índices de endividamento e liquidez devem ser cumpridos pela Controladora. Caso a Controladora ultrapasse os limites ou descumpra os referidos covenants financeiros estabelecidos nos referidos documentos, e a Companhia e sua Controladora não sejam capazes de oferecer garantia adicional satisfatória e/ou obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado, a Companhia e sua Controladora poderão ser obrigadas a efetuar o pagamento de determinadas dívidas de forma antecipada, gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, o que pode afetar adversamente seus planejamentos financeiros.

O vencimento antecipado e o vencimento antecipado cruzado de um montante relevante do saldo de tais instrumentos poderão consumir um valor significativo do caixa da Companhia e ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus negócios, sua condição financeira e seus resultados. Para mais informações sobre os as obrigações previstas nos contratos financeiros descritos acima, veja o item 2.1(f) do Formulário de Referência.

A Companhia é controlada pela Votorantim S.A., que por sua vez investe em outras sociedades em diferentes setores econômicos. Danos à reputação e imagem da Votorantim S.A., inclusive aqueles causados por situações relacionadas às demais sociedades nas quais a Votorantim S.A. detém participações societárias, podem prejudicar a reputação e imagem da Companhia.

A Companhia é controlada pela Votorantim S.A., que por sua vez detém participações societárias em outras diversas sociedades que atuam em diferentes setores da economia, no Brasil e no exterior. Inclusive, em algumas dessas sociedades, a Votorantim S.A. não detém o controle ou compartilha esse controle com terceiros.

Essas sociedades, assim como a própria Votorantim S.A., estão sujeitas a situações em seu dia-a-dia que podem afetar sua credibilidade em decorrência de vários fatores, internos ou externos, como o resultado desfavorável de processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais e regulatórias, gestão de riscos, publicidade negativa, normas de saúde e segurança do trabalho, práticas discriminatórias e atos ilícitos, de corrupção ou com falta de ética, dentre outros, por parte de empregados, administradores, parceiros e fornecedores, que podem afetar negativamente seus negócios e sua condição financeira.

As operações de Votorantim S.A. e suas investidas permanecem sujeitas a incidentes, que podem afetar adversamente seus negócios, stakeholders e/ou reputação. Os efeitos negativos na situação financeira, reputação e imagem da Votorantim S.A., inclusive aqueles causados por situações relacionadas às demais sociedades nas quais a Votorantim S.A. detém participações societárias, poderão afetar adversa e significativamente seus resultados financeiros, negócios, reputação e imagem, o que poderá, por sua vez, afetar adversa e significativamente a própria situação financeira, de negócios e reputacional da Companhia.

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e deliberar a respeito de matérias que exijam aprovação de acionistas, nos termos e limites do Estatuto Social e legislação aplicável. Os interesses e opiniões dos acionistas controladores podem diferir entre si e em relação aos interesses e opiniões dos acionistas minoritários da Companhia.

O valor de mercado da Companhia pode sofrer impacto devido a movimentações relevantes de negociações realizadas por seus acionistas.

De acordo com a legislação aplicável, os acionistas da Companhia negociam livremente seus valores mobiliários no mercado de capitais. A Companhia não pode prever eventual efeito dessas negociações sobre o valor de mercado de suas ações, o qual pode ser impactado adversamente caso haja movimentações substanciais de seus valores mobiliários no mercado de capitais.

A Companhia pode não ter adesão de seus acionistas em um eventual aumento de capital.

A Companhia poderá, no futuro, optar por captar recursos oriundos de capital próprio, por meio da emissão pública ou privada de ações e/ou títulos de dívida conversíveis ou não em ações. A captação de recursos adicionais, cuja

4.1 Descrição dos fatores de risco

fonte sejam os acionistas da Companhia, poderá não ter adesão por parte dos acionistas. Com isso, a Companhia poderá ter limitações na alternativa para captação de recursos.

(c) Riscos relacionadas às controladas e coligadas da Companhia

Não há riscos relacionados a controladas e coligadas, além daqueles já mencionados na presente seção 4.1.

(d) Riscos relacionados aos administradores da Companhia

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e arbitrais atuais ou futuros envolvendo os administradores da Companhia podem a afetar negativamente.

Um ou mais administradores da Companhia pode(m) vir a ser parte em processos judiciais e administrativos cuja instauração e/ou resultado podem afetá-lo(s) negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente, sua capacidade de contratar com o Poder Público e/ou de fazer jus a benefícios e incentivos fiscais, o que poderia reduzir a liquidez da Companhia, afetando negativamente seu desempenho e sua reputação.

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

Os negócios da Companhia dependem de um fornecimento estável e adequado de insumos e serviços, que podem estar sujeitos a escassez no fornecimento ou atrasos na entrega.

A manutenção das atividades das Companhia depende do fornecimento de insumos e serviços considerados estratégicos, como por exemplo, coque calcinado, soda, piche, fluoreto de alumínio, cal e óleo de laminação, transporte ferroviário, marítimo e rodoviário. A eventual perda de fornecedores ou a interrupção significativa na cadeia de fornecimento de matérias-primas e serviços pode ter um efeito adverso significativo nas atividades da Companhia e resultar em impactos relevantes nos resultados.

Para mais informações sobre a dependência de fornecedores da Companhia vide seção 1.4 deste Formulário de Referência.

O descumprimento dos contratos e obrigações pelos fornecedores, empreiteiros, empresas contratadas, e outras contrapartes pode ter um efeito adverso significativo nas atividades da Companhia e resultar em impactos relevantes nos resultados.

A Companhia está sujeita a diversos riscos envolvendo seus fornecedores, empreiteiros, empresas contratadas e outras contrapartes, incluindo:

- falhas no desempenho do produto fornecido ou serviço prestado;
- descumprimento de disposições contratuais, inclusive em relação às garantias de desempenho de equipamentos cruciais para as operações da Companhia
- rescisão do contrato, por parte do fornecedor;
- impossibilidade de negociação e renovação de contratos em termos aceitáveis para a Companhia;
- dificuldades para substituir empreiteiros e fornecedores;
- problemas de empreiteiros em relação à disponibilidade local de mão de obra de qualidade
- aumentos nos preços das concessionárias (energia elétrica, água ou gás natural);
- interrupções no fornecimento de energia elétrica, água ou gás natural;
- dificuldades financeiras, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência e situações similares; e
- outras situações que possam levar à interrupção de suas atividades.

O descumprimento dos contratos e obrigações pelos fornecedores, empreiteiros, empresas contratadas, e outras contrapartes pode ter um efeito adverso significativo nas atividades da Companhia e resultar em impactos relevantes nos resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

A Companhia não tem controle sobre possíveis situações adversas que venham a afetar seus clientes.

Caso as condições econômicas no Brasil se deteriorem ainda mais em função da desaceleração da atividade econômica, depreciação do real, inflação, aumento das taxas de juros domésticas, aumento das taxas de desemprego, dentre outros fatores, podem ocorrer situações econômico-financeiras adversas com clientes da Companhia que, de alguma forma, afetem seus resultados e os impeçam de efetuar o pagamento no prazo acordado dos valores devidos à Companhia e/ou cumprimento de suas obrigações contratuais, o que pode afetar a Companhia material e adversamente.

(g) Riscos relacionados ao setor da economia que a Companhia atua

A concorrência no setor de mineração e metais pode afetar material e adversamente as perspectivas da Companhia de sucesso na exploração mineral e nas vendas de produtos e serviços.

O setor de mineração e metais é intensamente competitivo em todas as suas fases e a Companhia concorre com muitas empresas que possuem maiores recursos financeiros e técnicos. A competição na indústria de metais e mineração intensifica-se com relação (i) a propriedades ricas em minerais cujo desenvolvimento e produção sejam economicamente viáveis; (ii) ao conhecimento técnico para encontrar, desenvolver e operar essas propriedades; (iii) ao trabalho para operar as propriedades; (iv) ao capital com o objetivo de financiar tais propriedades e pesquisas minerais; e (v) estabelecimento de vantagens competitivas pelos concorrentes da Companhia. Essa concorrência pode resultar na impossibilidade de a Companhia adquirir propriedades desejadas, recrutar ou reter empregados qualificados ou adquirir o capital necessário para financiar pesquisas, suas operações e desenvolver suas propriedades. A concorrência existente ou futura no setor de mineração e metais pode afetar material e adversamente as perspectivas da Companhia de sucesso na exploração mineral no futuro e nas vendas de produtos e serviços.

A viabilidade de novos projetos minerais pode mudar ao longo do tempo.

Uma vez que as jazidas minerais são descobertas, pode-se levar vários anos desde as fases iniciais de perfuração, realização de ensaios e sondagem até que a produção do minério seja possível, período em que a avaliação sobre a viabilidade econômica da produção pode mudar. Alocação de tempo e capital substanciais podem ser necessários para:

- Estabelecer reservas minerais por meio da perfuração, realização de ensaios e sondagem;
- Determinar os processos adequados de mineração e metalurgia para otimizar a recuperação do metal contido no minério;
- Obter e manter as autorizações, concessões e registros minerários e outras licenças, inclusive ambientais;
- Construir instalações e infraestrutura de mineração e processamento necessários aos projetos brownfield (explorados) e greenfield (não explorados);
- Obter o minério ou extrair os minerais do minério.

Caso fique provado que um projeto não é economicamente viável, a Companhia poderá sofrer prejuízos substanciais e ser obrigada a realizar baixas em seus ativos. Além disso, as possíveis mudanças ou complicações envolvendo processos metalúrgicos e outros processos tecnológicos que surgirem no decorrer de um projeto podem resultar em atrasos e excesso de custos que, por sua vez, podem fazer com que o projeto não seja economicamente viável.

A geração de energia elétrica por meio de empreendimentos conectados diretamente à Companhia (não interligados ao Sistema Interligado Nacional – SIN) e àqueles participantes do Mecanismo de Realocação de Energia– MRE dependem de condições climáticas e hidrológicas favoráveis.

As usinas e centrais geradoras hidrelétricas cujas outorgas e registros são detidos pela Companhia para exploração da atividade de geração de energia elétrica por meio de empreendimentos não interligados ao Sistema

4.1 Descrição dos fatores de risco

Interligado Nacional - SIN, têm sua operação dependente da disponibilidade hídrica das regiões do país em que estão localizadas. Nesse contexto, eventuais períodos de secas e baixa pluviosidade podem afetar negativamente a geração de energia elétrica das usinas e, consequentemente, reduzir a quantidade de energia destinada ao consumo próprio da Companhia, como são os casos das UHE Serraria, UHE Alecrim, UHE Porto Raso, UHE Barra, UHE França, UHE Fumaça, UHE Itupararanga, bem como das CGHs Santa Helena, Votorantim e Jurupará.

Além disso, usinas hidrelétricas que participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (tal como é o caso das outras usinas hidrelétricas da Companhia que estão interligadas ao SIN) também podem sofrer impactos decorrentes de cenários de escassez hídrica, em que pese a existência de mecanismos regulatórios que visem sua mitigação.

Em 01 de junho de 2021 a Agência Nacional de Águas (“ANA”) declarou, em resposta à recomendação feita pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (“CMSE”), situação crítica de escassez dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná, que abrange os territórios de cinco estados (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo).

Ao longo do segundo semestre de 2021, a situação se intensificou e o ano foi marcado pelo pior cenário de escassez hídrica observado nos últimos 90 anos.

Caso novos cenários de escassez hídrica sejam identificados nos próximos anos, os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados e a Companhia precisará adotar medidas de mitigação, tais como (i) compras de energia elétrica no mercado de curto prazo para redução de exposições, (ii) redução de produção de alumínio para compensar a redução na geração de energia e a elevação dos impactos do risco hidrológico, e (iii) importação de metal para garantia de atendimento de seus clientes, o que poderá aumentar seus gastos e, consequentemente, afetar seus resultados financeiros e operacionais.

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua

As atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à obtenção e à manutenção de autorizações, concessões, permissões e licenças. Alterações legislativas e de regulamentação podem afetar adversamente a Companhia e suas controladas.

As atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à obtenção e à manutenção de determinadas autorizações, permissões, licenças e concessões de agências reguladoras governamentais, em especial as autorizações de pesquisa e concessões de lavra de minérios concedidas pela ANM, as concessões de energia e demais atos outorgados pela ANEEL, as licenças ambientais e também aquelas necessárias para operação, manutenção e fechamento das minas da Companhia, à infraestrutura logística relacionada, que podem estar sujeitas a datas de vencimento fixas ou a uma revisão ou renovação periódica.

A Companhia e suas controladas não podem garantir que as agências reguladoras governamentais concedam e/ou renovem autorizações, permissões, licenças e concessões dentro de um prazo satisfatório aos seus interesses, bem como que novas condições não serão impostas para tanto. Caso isso aconteça, os custos para manter ou renovar as suas autorizações, permissões, licenças e concessões podem tornar os objetivos comerciais da Companhia inviáveis.

Além disso, as autorizações, permissões, licenças e concessões necessárias para o desenvolvimento das atividades da Companhias e de suas controladas podem prever determinadas obrigações, como o pagamento de determinados encargos setoriais, e requerer que certos níveis de desempenho ou prazos de conclusão sejam alcançados.

Caso a Companhia ou suas controladas não alcancem tais níveis de desempenho ou não cumpram os prazos e as obrigações previstos nos contratos e na legislação vigente, poderão perder, não obter ou ainda não conseguir renovar suas autorizações, permissões, licenças e concessões.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à supervisão, fiscalização e aplicação de medidas administrativas ou penalidades pelos órgãos governamentais competentes, em especial órgão ambientais locais, da ANM e ANEEL. Uma violação relevante dessas obrigações pode resultar na declaração de caducidade das concessões, revogação das autorizações, permissões e licenças, na restrição ao acesso a financiamentos públicos ou na amortização antecipada de um financiamento público antes que o projeto comece a operar, na aceleração de dívidas ou evento de descumprimento do contrato de financiamento relacionado ou não à concessão, autorização, permissão e/ou licença afetada, além da imposição de penalidades, tais como multas ou fechamento de instalações, conforme o caso.

Caso um projeto de mineração da Companhia ou de suas controladas seja considerado prejudicial ao bem público ou comprometa interesses que superem a utilidade da exploração industrial, a juízo do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o projeto pode ter sua autorização de pesquisa ou concessão de lavra recusada ou revogada. Nessa hipótese, a Companhia ou a controlada que tiver comprovadamente realizado os trabalhos de pesquisa com resultados positivos quanto à exequibilidade da exploração do projeto terá direito de receber do governo a indenização das despesas incorridas. Contudo, tal indenização poderá ser insuficiente para cobrir os custos, despesas ou perdas e é incerto o tempo que levará para ser efetivamente paga, podendo ser muito tempo depois da recusa ou revogação.

Além disso, caso as leis e normas aplicáveis a essas autorizações, concessões, permissões ou licenças sejam alterados no futuro, modificações nos métodos, procedimentos e tecnologias utilizadas pela Companhia e em suas operações poderão ser exigidas, forçando-a a arcar com gastos inesperados e gastos já realizados pela Companhia podem não gerar o retorno esperado. Também é possível que a Companhia não consiga cumprir requisitos e prazos dispostos em normas de transição determinados em novas leis e regulamentos aplicáveis, o que pode afetar eventuais manutenções de benefícios setoriais e/ou regime jurídico mais benéfico às atividades da Companhia.

A Companhia possui barragens, conforme detalhado na tabela abaixo, em algumas de suas unidades operacionais de mineração e industriais, estando sujeita às normas da Lei nº 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragem), alterada pela Lei nº 14.066/2020 e à regulamentação da ANM e dos órgãos ambientais relevantes relacionados à construção, operação e manutenção de barragens.

Nome da Barragem	**Barragem do Palmital**	**Barragem de rejeito Itamarati**	**Barragem de água Itamarati**	**Barragem de rejeito Miraí**	**Barragem do Jacuba**	**Barragem do Mosquito**
Localização	Alumínio/SP Brasil	Itamarati de Minas/MG Brasil	Itamarati de Minas/MG Brasil	Miraí/MG Brasil	Niquelândia/GO Brasil	Niquelândia/GO Brasil
Classificação de risco	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
Base Legal para Classificação do risco	DECISÃO DE DIRETORIA Nº 279/2015/C, de 18/11/ 2015	Resolução ANM nº 220/2025	Portaria 8 do IGAM de 17/03/2023	Resolução ANM nº 220/2025	Instrução Normativa SEMAD Nº 21 de 2024	Instrução Normativa SEMAD Nº 21 de 2024
Tipo de material depositado	Resíduo Industrial	Rejeito de mineração	Água	Rejeito de mineração	Resíduo Industrial	Água

4.1 Descrição dos fatores de risco

Material de construção	Rocha e solo compactado	Solo compactado	Concreto	Solo compactado	Solo compactado	Solo compactado
Tipo de alteamento/elevação	Jusante	Etapa única/sem alteamento	Etapa única/sem alteamento	Etapa única/sem alteamento	Linha de centro	Etapa única/sem alteamento
Altura da Barragem	91 m	38 m	11 m	52 m	70,5 m	26 m

O rigor com a legislação de barragens aumentou muito nos últimos anos, em função de acidentes recentes no setor, que foi o reflexo de imposições do Governo Federal e Estadual e agencias regulamentadoras. Entre diversas novas regulamentações sobre as barragens de rejeito, se destaca a Resolução n° 220/25 da Agência Nacional de Mineração, que estabeleceu novos critérios que impactaram financeiramente e estrategicamente todo setor mineral. Porém alguns padrões internacionais de gestão de barragens ainda não fazem parte das obrigações legais no Brasil, e por isso existe a possibilidade de imposições de novas exigências, impactando financeiramente a Companhia. E também existe a possibilidade de modificações legais devido à novos entendimentos dos órgãos reguladores sobre as exigências atuais.

A Companhia estará sujeita a futuras normas e regulamentos que venham a precificar o carbono e/ou criem restrições à emissão de gases de efeito estufa decorrentes de suas atividades ou de sua cadeia de fornecimento no Brasil.

A Companhia poderá ser afetada de maneira negativa por mudanças nas políticas públicas ou pela imposição de novos impostos ou royalties sobre as atividades minerárias, bem como criação ou majoração de encargos do setor elétrico.

As atividades da Companhia estão sujeitas à regulamentação governamental relativa a tributos e royalties que podem ter impactos financeiros significativos nas operações da Companhia, na medida em que sejam criados tributos ou royalties, aumentados os já existentes, ou alteradas as bases de cálculo de forma desfavorável para a Companhia.

Como fornecedora de alumínio para o mercado nacional, a Companhia está sujeita a riscos adicionais decorrentes de imposição de impostos, tarifas e outras restrições, que afetam os produtos da Companhia e os produtos que os clientes da Companhia produzem. Para mais informações sobre as tarifas aplicáveis à Companhia, vide seção 1.6 deste Formulário de Referência.

Não há como garantir se, e em que condições, as concessões atuais da Companhia e das suas controladas para geração de energia elétrica serão renovadas. O indeferimento de pedido de prorrogação de determinadas concessões pode afetar a Companhia adversamente.

A atividade de geração de energia elétrica está sujeita à obtenção e à manutenção de autorizações e concessões outorgadas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”), por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), as quais têm sua vigência por determinado período. Nesse sentido, a Companhia detém outorgas para operação e exploração de ativos de geração de energia elétrica sob o regime de autoprodução cujos prazos de vigência encontram-se próximos do seu termo, além de duas outorgas cujos prazos venceram e a prorrogação foi indeferida pelo MME, quais sejam: (i) UHE Alecrim; e (ii) UHE Salto do Iporanga; e a uma outorga com prazo vencido sem decisão do MME no caso da UHE Itupararanga.

Para os ativos cujo prazo de vigência das concessões está próximo do seu final, como é o caso da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Sobragi, a Companhia apresentou pedidos de prorrogação das outorgas, os quais serão analisados e poderão ser deferidos a critério do Poder Concedente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

De maneira geral, em que pese a renovação das concessões das usinas hidrelétricas seja uma prerrogativa do Poder Concedente, tal renovação pode estar sujeita a discussões administrativas ou judiciais com o Ministério de Minas e Energia e/ou com a ANEEL. A depender da decisão do Poder Concedente sobre a renovação ou não, a Companhia poderá ser impactada adversamente, especialmente quanto aos eventuais custos adicionais para aquisição de energia elétrica de terceiros em momento desfavorável de mercado, a fim de suprir a totalidade de sua demanda.

Especificamente no que se refere à UHE Alecrim, o pedido de prorrogação foi avaliado pela ANEEL, que recomendou o deferimento do pedido de prorrogação ao Ministério de Minas e Energia pelo prazo de 30 anos, nos termos do artigo 2º, caput, da Lei nº 12.783/2013. No entanto, o Ministério de Minas e Energia indeferiu o pedido de renovação através do Despacho Decisório nº 21/2022/SPE, por considerar que, embora de forma indireta pela subestação da fábrica, a usina está interligada ao Sistema. Está em análise no MME recurso administrativo contrário ao Despacho Decisório nº 21/2022/SPE.

Por sua vez, em relação à UHE Salto do Iporanga, o pedido de prorrogação protocolado foi indeferido pelo MME, conforme recomendação pela Diretoria colegiada da ANEEL, e determinado a inclusão da UHE Salto do Iporanga no rol de usinas a serem licitadas. Da mesma forma, a UHE Itupararanga teve recomendação da Diretoria Colegiada da ANEEL pelo indeferimento de prorrogação, estando o processo em análise pelo MME e possivelmente deverá ser incluída no rol de usinas a serem licitadas.

Nesse contexto, o resultado da Companhia poderá ser afetado adversamente, visando a adoção de medidas de mitigação, como a celebração de contratos de compra e venda de energia com terceiros e/ou busca por projetos previstos, ou em operação, viáveis para a substituição do bloco de energia das usinas que tiverem a renovação indeferida a fim de garantia do suprimento energético necessário.

Para mais informações sobre as concessões da Companhia, vide seção 1.3 deste Formulário de Referência.

As usinas detidas pela Companhia estão sujeitas às reduções ordinárias de garantia física estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como à revisão da metodologia de cálculo de garantia física.

Atualmente, a metodologia aplicável para revisão de garantia física de usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) segue o disposto no Decreto nº 2.655/1998. Nos termos do art. 21, §§ 4º e 5º do referido decreto, (i) a periodicidade mínima para revisão ordinária da garantia física de usinas hidrelétricas é de 5 anos, ou na ocorrência de fatos relevantes, (ii) as revisões de garantia física devem observar o limite de 5% do valor estabelecido na última revisão, limitadas as revisões, em seu todo, a até 10% do valor de base, constante do ato de outorga. Assim, é possível que, de maneira periódica ou extraordinária, a garantia física dos projetos detidos pela Companhia seja alterada pelo Ministério de Minas de Energia.

A última revisão de garantias físicas de usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente ocorreu por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 178, de 03/05/2017, o qual aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constaram no Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional”, datado de 25/04/2017, elaborado por representantes do Ministério de Minas e Energia, do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

A Companhia é titular de outorgas para exploração de dez usinas despachadas centralizadamente sujeitas à revisão de garantia física. A energia destinada à CBA referente à três desses empreendimentos, correspondentes a duas concessões exploradas em consórcios com terceiros, não é afetada pelo processo de revisão de garantia física em razão de acordos operacionais bilaterais com os respectivos consorciados operadores. Além disso, onze empreendimentos não são despachados centralizadamente e, portanto, por não participarem do MRE não possuem garantia física passível de revisão. Para mais informações sobre as concessões da Companhia, vide seção 1.3 deste Formulário de Referência.

O último processo de revisão/cálculo da garantia física seguiu a metodologia prevista na regulamentação vigente, cujos valores foram publicados através da Portaria 709/GM/MME, com vigência a partir do ano de 2023,

4.1 Descrição dos fatores de risco

permanecendo validos até dezembro de 2027. Como resultado, considerando o percentual de participação da CBA nos consórcios, a Companhia teve uma redução aproximada de 10 MW médios.

Importante mencionar que, em caso de redução das garantias físicas das usinas detidas pela Companhia (com base em eventual novo regramento instituído), tal cenário poderá ocasionar a necessidade de aquisição de energia para evitar exposição ao mercado de curto prazo, situação na qual a Companhia deverá garantir parte de sua demanda energética por meio de novos projetos de geração, contratos celebrados no ambiente de contratação livre ou no mercado spot. Caso isso ocorra, os resultados financeiros da Companhia podem ser afetados adversamente pela necessidade de compra de energia elétrica adicional.

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal.

Como resultado de fiscalizações pelas autoridades fiscais federais, estaduais e municipais, as posições fiscais da Companhia e de suas controladas podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia e suas controladas não podem garantir que os provisionamentos para tais questionamentos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 8.213/1991, denominada Lei de Cotas, empresas com cem ou mais empregados devem preencher parcela de seus cargos com Pessoas com Deficiência (PcD).

Caso a Companhia não consiga cumprir a cota de PcD, poderá estar sujeita a riscos como a aplicação de multa pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), ou, ainda, ao ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), com condenação em obrigação de fazer (cumprimento da cota legal), com estipulação de multa em caso de descumprimento e indenização por dano moral coletivo.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros em que a Companhia atua

A Companhia pode estar exposta a riscos relacionados a países estrangeiros em função de sua inserção em mercados internacionais, incluindo a comercialização de produtos, a aquisição de insumos e a exposição a preços de commodities definidos em mercados globais.

Fatores como instabilidade política, geopolítica e macroeconômica, alterações regulatórias, barreiras comerciais, flutuações cambiais e disrupções na cadeia de suprimentos podem impactar suas operações e resultados financeiros.

Eventos dessa natureza são monitorados no âmbito do processo de gestão de riscos, considerando seu potencial impacto sobre o desempenho operacional, financeiro e reputacional da Companhia

(j) Riscos relacionados a questões sociais

Desentendimentos nos relacionamentos com stakeholders, incluindo as comunidades locais onde a Companhia atua, podem causar impacto negativo nos negócios e reputação da Companhia.

A Licença Social para Operar (LSO), embora não se trate de licença formal emitida por órgão competente é elemento crucial para a operação da Companhia, visto que se encontra atrelada à receptividade das comunidades locais onde opera e seu menor ou maior grau de aprovação ou rechaço aos empreendimentos da Companhia. A

4.1 Descrição dos fatores de risco

sociedade civil brasileira como um todo, especialmente os movimentos sociais e organizações da sociedade civil (OSCs), tem cada vez mais se organizado para acompanhar de perto as atividades minerárias no Brasil, com crescente capacidade de articulação política e social e de mobilização da sociedade em torno dos potenciais impactos da atividade minerária.

Como empresa que também atua na mineração, metalurgia, atividades agro e produção de energia elétrica, a Companhia pode ficar sob pressão nas jurisdições em que opera, ou irá operar no futuro, para demonstrar que (i) outros stakeholders (partes interessadas, incluindo funcionários, comunidades vizinhas às operações e os países em que operam) se beneficiam e continuarão a se beneficiar de suas atividades comerciais e/ou (ii) a Companhia opera de maneira a minimizar qualquer potencial dano ou prejuízo aos interesses dessas partes interessadas (stakeholders). A Companhia pode enfrentar oposição, incluindo manifestações, protestos e ocupações ilegais, em seus atuais ativos operacionais, rotas de transporte e projetos em desenvolvimento, que podem afetar adversamente e de forma material, os negócios da Companhia ou de seus fornecedores, resultados operacionais e condição financeira.

Disputas judiciais ou administrativas com as comunidades localizadas onde a Companhia tem operações podem surgir eventualmente. Acidentes ou incidentes envolvendo minas, instalações industriais e infraestrutura relacionada podem afetar significativamente as comunidades onde a Companhia opera.

Eventuais desentendimentos ou disputas com comunidades e grupos locais e movimentos sociais organizados, podem causar atrasos na obtenção de licenças, aumentos no orçamento planejado, atraso ou interrupções nas operações. Essas questões podem afetar negativamente a reputação da Companhia ou ainda dificultar sua capacidade de trabalhar nas reservas e conduzir as suas operações.

Além disso, certas organizações da sociedade civil (OSCs) e movimentos sociais organizados, embora não formalizados, são muitas vezes críticos da indústria de mineração e de suas práticas, incluindo em razão do uso de substâncias perigosas nas atividades de processamento. A publicidade adversa, incluído mídias baseadas em informações falsas, gerada por essas organizações ou outras pessoas relacionadas às indústrias extrativas em geral pode ter um efeito adverso na Companhia, afetando sua condição financeira e seu relacionamento com as comunidades em que opera e, consequentemente, a sua imagem. Referidas OSCs e movimentos sociais podem instalar bloqueios nas estradas, solicitar liminares para interrupção do trabalho e entrar com ações judiciais pleiteando a reparação de danos. Essas ações podem estar relacionadas não apenas às atividades atuais, mas também às atividades históricas de mineração de proprietários anteriores e aos projetos futuros da Companhia e podem ter um efeito material adverso nas operações e na reputação da Companhia.

(k) Riscos relacionados a questões ambientais

As atividades do setor de mineração, metais e energia estão sujeitas a incidentes ambientais, de saúde e segurança e podem gerar impactos ao meio ambiente e às populações que vivem próximo de suas plantas industriais.

As atividades de mineração, fabricação de metais e energia podem gerar uma série de impactos ao meio ambiente em função das atividades desenvolvidas para sua operação e, também, devido aos seus processos produtivos e dos empreendimentos hidrelétricos da Companhia. As operações da Companhia envolvem o uso, manuseio, armazenamento e risco de descarga e descarte de substâncias potencialmente perigosas no meio ambiente e o uso de recursos naturais, resultando em riscos e perigos significativos, incluindo incêndio, explosão, vazamento de gases tóxicos, derramamento de substâncias poluentes ou outros materiais perigosos, deslizamentos de rochas, acidentes envolvendo barragens, falha de outras estruturas operacionais, bem como atividades envolvendo equipamentos, veículos ou maquinários móveis e outros incidentes e acidentes potencialmente fatais.

Podem ocorrer incidentes devido a deficiências na identificação e avaliação de riscos ou na implementação de uma gestão de riscos robusta e uma vez que esses riscos se materializam, eles podem resultar em impactos ambientais e sociais significativos, danos a ou destruição de minas ou instalações de produção, acidentes, doenças e mortes, envolvendo funcionários, prestadores de serviços ou membros da comunidade circunvizinha às operações, bem como atrasos na produção, prejuízos financeiros e responsabilidade civil, além de administrativa e

4.1 Descrição dos fatores de risco

criminal. Além disso, em locais remotos, os funcionários podem estar expostos a doenças tropicais e contagiosas capazes de afetar sua saúde e segurança ou estar sujeitos à indisponibilidade de serviços médicos/socorro 24 horas. Quaisquer incidentes ou acidentes nesse sentido podem afetar de maneira adversa os negócios da Companhia ou sua reputação.

A Companhia e suas subsidiárias podem cometer falhas no cumprimento de eventuais condicionantes previstas nas licenças ambientais de seus empreendimentos.

Nos termos da regulamentação aplicável, todas as atividades conduzidas pela Companhia e por suas subsidiárias dependem do licenciamento ambiental outorgado pelos órgãos competentes. Tal licenciamento usualmente está sujeito ao estabelecimento de condicionantes, que podem envolver limitações para a operação.

A Companhia e suas subsidiárias podem eventualmente cometer falhas no cumprimento das referidas condicionantes, ficando sujeitas a multas ou até mesmo à revogação e/ou suspensão das respectivas licenças, o que pode impactar o regular exercício de suas atividades, inclusive com risco de total paralisação, e, consequentemente, gerar um efeito adverso relevante sobre os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a fiscalizações e auditorias realizadas periodicamente por órgãos licenciadores, com suas respectivas peculiaridades regionais, as quais visam a averiguar se a Companhia está em cumprimento com as obrigações estabelecidas na regulamentação aplicável. Caso seja constatado, no âmbito de tais fiscalizações, qualquer descumprimento às regras aplicáveis por parte da Companhia, inclusive quanto às condições estabelecidas nos documentos emitidos pelas autoridades competentes, as licenças, autorizações, outorgas, registros, cadastros, certificados de licença e permissões necessárias às atividades da Companhia poderão ser revogadas ou suspensas, o que pode impactar o regular exercício de suas atividades, inclusive com risco de total paralisação, e, consequentemente, gerar um efeito adverso relevante sobre os resultados da Companhia. Além disso, a Companhia está sujeita à aplicação de multas e outras penalidades administrativas, o que poderá resultar em um efeito negativo nos resultados financeiros, nos resultados operacionais e na sua imagem.

Por fim, a Companhia atua em diversos estados da federação, sendo necessário gerenciar sob a mesma organização a obtenção de licenças em diferentes estados e municípios, com normas que são constantemente atualizadas. Eventual falha da Companhia em cumprir com as normas vigentes pode impactar a validade das licenças ambientais, o que pode ter os impactos mencionados no parágrafo anterior.

A não observância de leis e regulamentos ambientais aos quais a Companhia está sujeita, poderá causar efeitos adversos relevantes, incluindo a aplicação de multas e determinação de suspensão de operações, em virtude de responsabilização nas esferas civil, administrativa e criminal.

As operações da Companhia estão sujeitas a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais, que devem ser integralmente observados. A não observância dessas normas poderá causar efeitos adversos relevantes, incluindo a aplicação de multas e determinação de suspensão de operações, em virtude de responsabilização nas esferas civil, administrativa e criminal.

A atuação da Companhia é desenvolvida especialmente nos municípios de Alumínio (SP), Barro Alto (GO), Miraí (MG), Araçariguama (SP), Itamarati (MG), Poços de Caldas (MG), Itapissuma (PE) e Nova Odessa (SP). Além disso, a Companhia possui atualmente antigas minas de fluorita em processo de fechamento no estado de Santa Catarina (municípios de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Armazém, Imaru, Pedras Grandes, Cocal do Sul e Morro da Fumaça), sendo que nesses processos também devem ser observadas regulações ambientais pertinentes em nível federal, estadual e municipal. Os riscos socioambientais são inerentes às atividades desenvolvidas pela Companhia. A atuação da Companhia implica no manuseio e transporte de substâncias perigosas, com alto potencial de contaminação do meio ambiente, sendo que a ocorrência de acidentes envolvendo as operações pode afetá-la negativamente. Dentre os principais riscos existentes destacam-se: vazamentos de produtos e contaminação do solo e da água, incêndios e/ou explosões, derramamento de poluentes, poluição do ar, geração de resíduos e materiais perigosos, incidentes envolvendo o maquinário utilizado, transporte e armazenagem de minérios e rejeitos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em relação ao tema áreas contaminadas, a Companhia tem o dever de promover o adequado e regular gerenciamento dessas áreas para buscar a remediação por meio de Planos de Remediação ou Recuperação de Áreas Degradadas, em todas as unidades. Tais planos devem prever cronograma e a descrição de cada fase, com o respaldo dos órgãos ambientais fiscalizadores e das autoridades públicas. A eventual contaminação pode ensejar ainda o pagamento de indenizações na esfera cível, as quais são ilimitadas, conforme o entendimento jurisprudencial adotado atualmente. Ressalte-se ainda que pode configurar crime ambiental e infração administrativa o ato de ocasionar danos à saúde humana, mortandade de animais ou destruição significativa de biodiversidade.

Além disso, cumpre ressaltar o risco de rompimento de barragens, o que pode ocasionar impactos socioambientais significativos, com fatalidades, danos materiais, reputacionais e ambientais, nas unidades que possuem barragem. A sua ocorrência pode ocasionar a suspensão das operações envolvidas, aumento dos custos de produção para cumprir medidas de segurança, envolvimento em processos judiciais, obrigação de reparação de danos e necessidade de cumprimento de regulações adicionais.

A legislação ambiental impõe responsabilidade civil objetiva àquele que causar, direta ou indiretamente, degradação ambiental. Portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa, bastando haver o dano e o nexo de causalidade com a atividade desenvolvida. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente ou o pagamento de indenização a terceiros afetados poderá afetar o desenvolvimento das atividades na forma como planejadas ou levá-la a retardar, redirecionar ou ter inviabilizados planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: civil, criminal e administrativa. Tais esferas são assim consideradas porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, independentemente da obrigação de reparar ou indenizar o dano causado. A ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente de responsabilidade nas demais.

Caso a Companhia ou suas subsidiárias causem ou de outra forma sejam consideradas responsáveis por algum dano ambiental, conforme acima, poderemos sofrer um efeito adverso em nossos resultados e negócios.

Além disso, todas as operações da Companhia dependem da obtenção de licenças, alvarás e outras autorizações de autoridades governamentais, inclusive junto à Agência Nacional de Mineração, ANEEL e órgãos ambientais. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e parâmetros de emissões de ruídos, poluição do ar e lançamento de efluentes, coleta, transporte, armazenamento e descarte dos resíduos gerados a partir da atividade e interferência em áreas ambientalmente protegidas. Há ainda a exigência de apresentação de Planos de Segurança de Barragens e de implantação de Planos de Ação de Emergência nas minas e unidades operadas pela Companhia que possuem barragem. A não obtenção ou renovação tempestiva ou manutenção dessas licenças e autorizações de cunho ambiental poderá causar efeitos adversos relevantes, incluindo a aplicação de multas, revogação de outras outorgas que possuam a regularidade de licença ambiental como condicionante e determinação de suspensão de operações, em virtude de responsabilização nas esferas administrativa e criminal.

Se houver intervenção direta ou indireta em unidades de conservação (e suas zonas de amortecimento), em territórios de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e outros), os licenciamentos das unidades serão mais complexos e podem envolver medidas compensatórias e estudos específicos, além de consultas para o desenvolvimento das atividades. Além disso, podem ser necessárias aprovações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na hipótese de impacto a áreas com a presença de patrimônio artístico, histórico e cultural. Para a mitigação e/ou compensação dos impactos causados a esses espaços e territórios, podem ser exigidas medidas adicionais da Companhia. A não obtenção ou manutenção dessas anuências e autorizações poderá expor a Companhia aos riscos de responsabilização ambiental indicados acima.

Considerando, ainda, que a legislação ambiental é constantemente alterada, regramentos mais severos podem ser editados, o que poderá implicar em despesas adicionais relevantes para a conformidade ambiental, bem como

4.1 Descrição dos fatores de risco

possíveis atrasos nos cronogramas dos projetos.

(l) Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Riscos de mudanças climáticas podem afetar os negócios e causar interrupções por meio de eventos climáticos extremos e/ou por interrupções de longo prazo, impactando os negócios, as operações e a condição financeira da Companhia.

Para o mapeamento dos riscos climáticos foi adotado como base as diretrizes do Task Force on Climate Related Financial Disclousures (TCFD) e foram utilizadas as plataformas AqueDuct, INPE e WorldClim para simulações. Os principais riscos físicos mapeados são causados por escassez hídrica, risco de seca, aumento de eventos climáticos extremos e aumento da temperatura. Seus principais impactos são relacionados a redução de energia elétrica de fonte hídrica, impacto em estruturas, desabastecimento de insumos, redução da produção, dentre outros. Os principais riscos de transição mapeados são alinhados à implementação de legislações com obrigações de pagamento de novas taxas atreladas a emissão de carbono, novos concorrentes com produtos de baixo carbono no mercado e estigmatização do setor do alumínio como material de intensivo em carbono. Seus principais impactos são relacionados ao aumento do custo de produção de alumínio, aumento de concorrência e redução ou restrição ao mercado consumidor.

Desastres naturais e condições climáticas severas podem causar sérios danos às operações e projetos da Companhia nas regiões em que opera.

Catástrofes naturais, como vendavais, secas, enchentes e atividades sísmicas podem afetar negativamente as operações e projetos da Companhia nas regiões em que opera, dentre outros fatores, pela interrupção do fornecimento de energia e por impactos causados nas instalações industriais e infraestrutura. O impacto de mudanças climáticas sobre os negócios está relacionado ao aumento de eventos climáticos extremos e na alteração da temperatura média do planeta. Seus principais impactos para a CBA podem causar, entre outros, redução na geração de energia elétrica de fonte hídrica, impactos em estruturas, desabastecimento de insumos críticos, redução na disponibilidade de água e consequentemente redução de produção.

(m) Demais riscos não compreendidos nos itens anteriores: fatores macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como por exemplo o coronavírus (Covid-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e nacional e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando a negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, tais eventos e as medidas tomadas por autoridades governamentais em resposta a tais eventos podem impactar, direta ou indiretamente, as operações e resultados da Companhia de forma adversa.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global (incluindo o mercado de capitais em que nossas ações são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como Zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Nesse cenário, a Companhia estará sujeita a uma redução em seus resultados operacionais e financeiros e, como consequência, poderá enfrentar dificuldade no adimplemento regular de suas obrigações pecuniárias, tributárias e trabalhistas, bem como e exposição a encargos de juros de mora e multa, exclusão de programas de parcelamentos de débito, cassação de benefícios fiscais/regimes especiais e eventuais cobranças pelas autoridades fiscais, dentre outros reflexos.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, aliada à atual conjuntura econômico-política brasileira, podem afetar desfavoravelmente nossos negócios, resultado operacional e financeiro e fluxo de caixa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A economia brasileira tem se caracterizado por intervenções frequentes e eventualmente drásticas por parte do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis, o que pode continuar acontecendo no futuro. As modificações em leis e regulamentos feitas nos últimos anos, de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos, frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções das taxas de juros, alterações nas políticas fiscais e tributárias, controle de salários e preços, controles das taxas de câmbio, bloqueio de acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controles de capital e restrições à importação. A Companhia não controla e não pode prever quais medidas ou políticas os governos dos países onde atua podem adotar no futuro.

O negócio, desempenho financeiro e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças em políticas e regulamentos que envolvam ou afetem determinados fatores, tais como:

- inflação;
- flutuações de taxas de câmbio;
- oscilações na LME (London Metal Exchange);
- políticas de controle de taxas de câmbio e juros;
- flutuações de taxa de juros;
- disponibilidade de liquidez nos mercados domésticos de capitais, de crédito e financeiro;
- greves de funcionários de autoridades portuárias, aduaneiras e fiscais;
- mudanças nos regulamentos do mercado de transporte;
- controle sobre importação e exportação;
- aumentos de preço do petróleo e outros insumos;
- instabilidade de preços;
- regulamentos trabalhistas e previdenciários;
- escassez e racionamento de água e energia;
- políticas fiscais e/ou sanitárias; e
- outros acontecimentos de natureza econômica, política, diplomática e social no Brasil ou que afetem o país.

Por conta disso, poderemos incorrer também em falta de matéria prima, estar sujeitos ao aumento de custos operacionais e dos prestadores de serviços e como consequência ter dificuldade em repassar ao consumidor aumentos de custos. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que pode prejudicar as nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as nossas atividades e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia e o custo de novas captações de recursos, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Não é possível prever o impacto que eventos políticos e desenvolvimentos macroeconômicos, globais ou brasileiros, podem ter sobre os nossos negócios.

A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia, bem como o preço das suas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram, e continuam afetando, a confiança dos investidores e do público em geral e historicamente resultaram em desaceleração econômica e maior volatilidade nos títulos emitidos por empresas brasileiras.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar

4.1 Descrição dos fatores de risco

adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica.

Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias e o custo de captações de dívida.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e custo em eventual emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. Os ratings soberanos acabam limitando as classificações de ratings das entidades brasileiras ao rating do próprio país ou a poucos níveis acima deste.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de classificação de risco: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch. Em maio de 2025, a agência de classificação de risco Moody's manteve a nota de crédito soberano do Brasil em Ba1 com perspectiva estável. Em junho de 2025, a Standard & Poor's e a Fitch reafirmaram o rating de crédito do Brasil em BB com perspectiva estável.

Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras bem como as ações de empresas brasileiras são afetados por mudanças no rating soberano. O agravamento da situação econômico-financeira brasileira e as incertezas políticas e fiscais, entre outros fatores, podem levar a rebaixamentos. Qualquer degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A desvalorização em condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais internacionais, afetando as condições de financiamento necessárias às nossas operações no futuro.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos de guerras ou outros conflitos geopolíticos, podem afetar negativamente a economia brasileira e por sua vez levar a uma menor atividade comercial e de consumo,

4.1 Descrição dos fatores de risco

bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o negócio e o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Os mercados de países emergentes, como o Brasil, oferecem risco maior do que o de países considerados desenvolvidos.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das ações de emissão da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares de tais ações de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado das nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência.

Um mercado de negociação ativo e líquido para as ações ordinárias da Companhia pode não se desenvolver e uma limitação substancial na capacidade dos nossos acionistas venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, poderá afetar adversamente o valor da sua negociação.

Não podemos prever se um mercado para as ações da Companhia se desenvolverá na B3 ou, caso se desenvolva, se proporcionará liquidez suficiente para as ações da Companhia. O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive os Estados Unidos, a União Europeia e os países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados

4.1 Descrição dos fatores de risco

por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando adversamente o resultado operacional da Companhia.

Historicamente, o Brasil tem registrado elevadas taxas de inflação, se comparadas com as economias mais desenvolvidas. A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las, como elevação da taxa de juros básica da economia ("SELIC") tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira, na medida em que reduziram o nível de atividade econômica, aumentaram o custo de captação das empresas, além de reduzirem os investimentos de longo prazo. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras têm produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de seus clientes, o que poderá diminuir as margens operacionais da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e do IPCA. Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI ou inflação podem afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

Possíveis eventos de instabilidade na taxa de câmbio poderão afetar a Companhia de forma adversa.

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, em algumas oportunidades, tem sido desvalorizada em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras. A desvalorização do real frente a moedas estrangeiras importantes, incluindo o dólar norte-americano, poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil, fazendo com que o Banco Central (BACEN) eventualmente entenda necessário aumentar a taxa de juros na tentativa de estabilizar a economia. Essas medidas, poderão afetar, conforme o contexto, o crescimento da economia brasileira como um todo e, de alguma maneira, poderão prejudicar as nossas condições financeiras e resultados operacionais. A desvalorização do real também pode, dentro de um contexto de desaceleração da economia, levar a uma diminuição do consumo, pressões deflacionárias e redução no crescimento da economia brasileira como um todo.

Da mesma forma, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras poderia levar, conforme o caso, a uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como reduzir o crescimento das exportações, afetando os nossos clientes que dependem de segmentos exportadores, o que poderá ter um efeito adverso a nós.

A desvalorização de longo prazo do real encontra-se geralmente relacionada à taxa de inflação no Brasil, assim como a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar dos Estados Unidos e outras moedas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 2025, o dólar norte-americano médio no ano valorizou 3,59% em relação ao real. Não é possível garantir que o real não sofrerá qualquer apreciação ou depreciação em relação ao dólar norte-americano. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, devido a uma retração no consumo e aumento nos custos financeiros. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também pode aumentar os custos operacionais relacionados à importação de mercadorias e despesas e passivos financeiros relacionados aos nossos empréstimos e financiamentos denominados em dólares norte-americanos, bem como pode afetar o resultado proveniente das atividades de hedge cambial, pois a valorização do dólar poderia gerar ajustes negativos e marcação à mercado desfavoráveis para a Companhia relativo aos instrumentos contratados. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar norte-americano, poderia acarretar a redução das receitas uma vez que o preço do alumínio vendido é indexado ao dólar norte-americano. Historicamente, mudanças nas taxas de câmbio tem ainda impacto no preço do alumínio na bolsa de Londres (LME). Dessa forma, a Companhia pode ser afetada negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

A turbulência e a volatilidade dos mercados financeiros globais poderão refletir negativamente no resultado das operações da Companhia. Assim, a crise financeira global e o ambiente macroeconômico brasileiro também podem afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil.

Situações de restrição de liquidez no mercado poderão aumentar o custo, restringir os prazos ou até mesmo inviabilizar a captação de recursos no mercado, o que poderá afetar adversamente as operações da Companhia.

A Companhia utiliza capital de terceiros na condução dos seus negócios seja para suportar seus investimentos ou capital de giro. Em situações de restrição de liquidez decorrentes de crises econômicas ocasionadas por calamidades, desastres naturais e pandemias, contração da economia brasileira ou global, dentre outros, podem ocasionar restrição da oferta de crédito e as linhas de financiamento se tornarem mais curtas, caras ou até mesmo indisponíveis. Nessas circunstâncias, aumenta o risco de captação de recursos e de rolagem de financiamentos, ou seja, a possibilidade de não obtenção, no mercado, dos recursos necessários para honrar os vencimentos da dívida contratada, assim como o risco de ter de levantar esses recursos a custos elevados, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia pode sofrer impacto na rentabilidade de suas operações com variações nas cotações da London Metal Exchange (“LME”).

Por conta do ramo de operação da Companhia, reduções prolongadas nas cotações de mercado na LME podem impactar negativamente a rentabilidade de suas operações e levá-la a ter de rever seus planos operacionais, incluindo redução na produção, impedimento ou atraso de projetos de modernização e expansão, revisão de custos operacionais e investimentos, o que, por sua vez, pode afetar negativamente seus resultados. A variação nos preços pode ainda afetar o resultado proveniente das atividades de hedge da Companhia, gerando ajustes e marcação à mercado desfavoráveis relativo aos instrumentos contratados.

Riscos geopolíticos, como os associados à guerras e outras tensões geopolíticas, podem resultar em maior volatilidade e incerteza do mercado, o que pode impactar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Descrição dos 5 principais fatores de risco

A Companhia pode sofrer impacto na rentabilidade de suas operações com variações nas cotações da London Metal Exchange (“LME”) e possíveis eventos de instabilidade na taxa de câmbio poderão afetar a Companhia de forma adversa.

Por conta do ramo de operação da Companhia, variações prolongadas nas cotações de mercado na LME podem impactar negativamente a rentabilidade de suas operações e levá-la a ter de rever seus planos operacionais, incluindo redução na produção, impedimento ou atraso de projetos de modernização e expansão, revisão de custos operacionais e investimentos, o que, por sua vez, pode afetar negativamente seus resultados. A variação nos preços pode ainda afetar o resultado proveniente das atividades de hedge da Companhia, gerando ajustes e marcação à mercado desfavoráveis relativo aos instrumentos contratados.

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, em algumas oportunidades, tem sido desvalorizada em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras. A desvalorização do real frente a moedas estrangeiras importantes, incluindo o dólar norte-americano, poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil, fazendo com que o Banco Central (BACEN) eventualmente entenda necessário aumentar a taxa de juros na tentativa de estabilizar a economia. Essas medidas, poderão afetar, conforme o contexto, o crescimento da economia brasileira como um todo e, de alguma maneira, poderão prejudicar as nossas condições financeiras e resultados operacionais. A desvalorização do real também pode, dentro de um contexto de desaceleração da economia, levar a uma diminuição do consumo, pressões deflacionárias e redução no crescimento da economia brasileira como um todo.

Da mesma forma, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras poderia levar, conforme o caso, a uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como reduzir o crescimento das exportações, afetando os nossos clientes que dependem de segmentos exportadores, o que poderá ter um efeito adverso a nós.

A desvalorização de longo prazo do real encontra-se geralmente relacionada à taxa de inflação no Brasil, assim como a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar dos Estados Unidos e outras moedas.

Em 2025, o dólar norte-americano médio no ano valorizou 3,59% em relação ao real. Não é possível garantir que o real não sofrerá qualquer apreciação ou depreciação em relação ao dólar norte-americano. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, devido a uma retração no consumo e aumento nos custos financeiros. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também pode aumentar os custos operacionais relacionados à importação de mercadorias e despesas e passivos financeiros relacionados aos nossos empréstimos e financiamentos denominados em dólares norte-americanos, bem como pode afetar o resultado proveniente das atividades de hedge cambial, pois a valorização do dólar poderia gerar ajustes negativos e marcação à mercado desfavoráveis para a Companhia relativo aos instrumentos contratados. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar norte-americano, poderia acarretar a redução das receitas uma vez que o preço do alumínio vendido é indexado ao dólar norte-americano. Historicamente, mudanças nas taxas de câmbio tem ainda impacto no preço do alumínio na bolsa de Londres (LME). Dessa forma, a Companhia pode ser afetada negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

A turbulência e a volatilidade dos mercados financeiros globais poderão refletir negativamente no resultado das operações da Companhia. Assim, a crise financeira global e o ambiente macroeconômico brasileiro também podem afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil.

O rompimento de uma barragem de rejeitos ou estrutura similar ou o desmoronamento de uma pilha de minérios pode causar danos severos, implicar em responsabilização da Companhia e a sujeitar a

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

penalidades, sanções (inclusive criminais) e ordens de fechamento, e o descomissionamento das barragens de rejeitos pode ser longo e dispendioso.

Dentre os ativos operacionais da Companhia, há uma barragem de rejeitos na Unidade de Miraí/MG, uma barragem de rejeitos na Unidade de Itamarati de Minas/MG, uma barragem de armazenamento de água em Itamarati de Minas/MG, uma barragem de resíduo industrial em Alumínio/SP, uma barragem de resíduos industriais denominada Barragem de Jacuba e uma barragem de reserva de água denominada Barragem de Mosquito, estas duas últimas relacionadas à lavra e metalurgia de minério de níquel da Unidade de Niquelândia/GO (cujas operações encontram-se neste momento suspensas). Para mais informações sobre a classificação de risco das barragens, as quais possuem dano potencial alto, vide seção 1.16 deste Formulário de Referência.

O rompimento ou desmoronamento de qualquer uma dessas estruturas poderia causar perdas de vidas e graves danos pessoais, patrimoniais, ambientais e reputacionais, e poderia ter efeitos adversos sobre os negócios e reputação da Companhia. Além disso, no Brasil, em razão dos acidentes ocorridos envolvendo o rompimento de barragens com impactos ambientais e à saúde humana, desde maio de 2016, novas normas ou normas ainda mais rigorosas poderão ser adotadas, em nível federal e estadual. Tais normas poderão obrigar a Companhia a aumentar os dispêndios e investimentos, criar áreas adicionais de preservação ambiental em suas propriedades, ou fazer modificações em práticas operacionais e projetos em fase de licenciamento ambiental, bem como na fase de desativação e descomissionamento de suas barragens.

A Companhia também pode ficar exposta a responsabilidade civil, penalidades administrativas, sanções criminais e ordens de fechamento, na eventualidade de não cumprir a legislação ambiental.

Todos esses fatores podem resultar em um efeito adverso relevante sobre a reputação, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI e TA da Companhia, podem resultar em danos às operações e à reputação da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação e tecnologia da automação para o funcionamento eficiente da sua operação. Os sistemas de tecnologia da informação e da tecnologia da automação da Companhia podem ser vulneráveis às interrupções de serviço e às violações de segurança por hackers, os quais têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos e cujo risco poderá ser acentuado com o aumento de processos e transações de forma remota em decorrência do trabalho híbrido.

Incidentes de segurança cibernética podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas/redes da Companhia e, portanto, resultar em vazamentos de dados pessoais dos empregados(as), apropriação indevida de informações da Companhia e/ou de seus clientes, fornecedores e terceiros e/ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, ou ainda, na divulgação de segredos comerciais e/ou outras informações comerciais sensíveis para Companhia, o que pode afetar adversamente os resultados financeiros e a reputação da Companhia.

Além disso, os sistemas de tecnologia da informação e de tecnologia da automação podem sofrer interrupções ou falhas, causadas por desastres naturais, acidentes, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, mau funcionamento, atos mal-intencionados e outros fatores que estão fora do controle da Companhia.

A prática do trabalho remoto também pode aumentar os riscos relacionados à segurança cibernética, o que pode prejudicar a capacidade de gerenciar e operar os negócios da Companhia, podendo exigir investimentos adicionais inesperados e, como consequência, impactar os resultados da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação e tecnologia da automação. Caso esses sistemas tenham seu funcionamento interrompido por falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, consequentemente, seus resultados.

Diante da própria natureza da internet e de sistemas informáticos, não é possível garantir que não ocorrerão falhas de segurança como as aqui descritas. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua reputação e, portanto, em perdas financeiras para a Companhia.

Risco de perda de conhecimento crítico da CBA decorrente de fragilidades na manutenção da Gestão do Conhecimento, com potenciais impactos na continuidade operacional, na eficiência dos processos e na tomada de decisão.

A Manutenção da Gestão do Conhecimento é um fator crítico para a sustentabilidade dos negócios da CBA, pois assegura a preservação, a atualização e o adequado compartilhamento dos conhecimentos técnicos, operacionais e estratégicos necessários à continuidade das operações e à execução da estratégia corporativa. Em um contexto de alta complexidade operacional, transformação digital e crescente dependência de conhecimentos especializados, a perda, a dispersão ou a obsolescência do conhecimento organizacional pode comprometer a eficiência dos processos, a tomada de decisão, a inovação e o desempenho operacional da Companhia.

Esse risco está diretamente associado a fatores como rotatividade de profissionais, insuficiência de mecanismos estruturados de documentação e disseminação do conhecimento, dependência excessiva de conhecimentos tácitos e falhas na integração entre sistemas, pessoas e processos. A não manutenção de uma gestão do conhecimento eficaz pode resultar em retrabalho, aumento de custos operacionais, elevação do risco operacional, perda de aprendizado organizacional e impactos na capacidade da CBA de responder a eventos críticos e a mudanças no ambiente de negócios, em consonância com os princípios da governança de riscos corporativos adotados pela Companhia.

Risco dos ativos da CBA tornarem-se obsoletos ou tecnologicamente defasados em razão da rápida evolução tecnológica, baixa captura de inovações, limitações de suporte, envelhecimento dos equipamentos ou investimentos insuficientes em modernização.

Refere-se ao risco de os ativos industriais, operacionais, tecnológicos e de automação da CBA tornarem-se parcial ou totalmente obsoletos, tecnologicamente defasados ou menos eficientes ao longo do tempo, em função da rápida evolução tecnológica, da indisponibilidade de atualizações, da limitação de suporte dos fabricantes, da inadequação dos investimentos em modernização ou da não captura oportuna de novos desenvolvimentos tecnológicos relevantes para os processos produtivos e de apoio ao negócio.

A materialização desse risco pode resultar em redução da eficiência operacional, aumento de custos de manutenção, maior incidência de falhas e paradas não programadas, perda de competitividade, restrições à inovação, além de impactos negativos na qualidade dos produtos, na confiabilidade dos processos, na segurança operacional e na capacidade da Companhia de atender às demandas do mercado e aos requisitos regulatórios e ESG.

Compromete a longevidade dos ativos, a excelência operacional e a capacidade da CBA de sustentar crescimento competitivo, inovação e retorno sobre o capital investido no médio e longo prazo, afetando diretamente a execução da estratégia corporativa.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

(i) Risco cambial

O Real (R$) é a moeda funcional da Companhia, e todos os esforços do processo de gestão de riscos de mercado têm como objetivo a proteção da volatilidade do fluxo de caixa nesta moeda, a redução da exposição cambial, a preservação da capacidade de pagamento de obrigações financeiras e a manutenção de níveis de liquidez e endividamento definidos pela Administração.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Consolidado	
	31/3/2026	**31/12/2025**
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa	406.436	423.061
Instrumentos financeiros derivativos	613.822	546.339
Contas a receber de clientes	64.833	134.346
	1.085.091	1.103.746
Passivos em moeda estrangeira		
Empréstimos e financiamentos (i)	2.447.771	2.581.907
Instrumentos financeiros derivativos	638.240	727.411
Fornecedores	76.277	66.216
	3.162.288	3.375.534
Exposição líquida	**(2.077.197)**	**(2.271.788)**

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, aplicações do caixa, empréstimos, financiamentos e derivativos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros e índices de inflação afetando o fluxo de caixa da Companhia. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Política Financeira estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros e índices de inflação que afetam o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas. Com base nas exposições projetadas (advindas de contratos operacionais ou de dívida) para os principais indexadores de taxa de juros e índices de inflação (principalmente CDI, IPCA, SOFR e Euribor), a Tesouraria elabora propostas para contratação de *hedge*, quando aplicável, e as submete à aprovação da Diretoria ou do Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia.

Tais propostas de *hedge* podem considerar a troca de indexadores em posição ativa de juros e índices de inflação por outros indexadores ou taxas pré-fixadas em posição passiva na própria moeda ou em outra moeda.

(iii) Risco do preço de commodities

A Política Financeira estabelece diretrizes para o monitoramento e a proteção contra oscilações de preços de commodities, tanto na receita quanto nos custos, que afetam os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas operacionais. As exposições a cada commodity consideram as projeções mensais de produção e vendas, bem como o volume de compras de insumos e metais.

Análise de Sensibilidade

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (em R$ mil). Os principais fatores de risco são a exposição à flutuação do Dólar, CDI e dos preços de commodities. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de março de 2026 estão descritos abaixo:

Cenário I - considera variação de + ou - 25% nas curvas de mercado em 31 de março de 2026;

Cenário II - considera variação de + ou - 50% nas curvas de mercado em 31 de março de 2026.

								Consolidado		
								Impactos no resultado		
								Cenários I & II		
Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Contratos futuros de energia	Preços em 31/3/2026	-25%	-50%	+25%	+50%
Câmbio										
USD	406.436	2.110.026	3.542.054	BRL Mil		5,2194	1.295.182	2.590.364	(1.295.182)	(2.590.364)
EUR		266.567	264.515	BRL Mil		6,0117	885	1.770	(885)	(1.770)
Taxas de juros										
BRL - CDI	1.103.975	1.743.045	1.455.000	BRL Mil		14,65%	(43.923)	(88.387)	43.224	86.034
BRL - IPCA	23.594	139.362	945.729	BRL Mil		4,14%	(26.119)	(50.891)	27.432	56.124
USD - SOFR		261.006		BRL Mil		3,68%	2.402	4.806		(4.805)
BRL - TJLP		107.193		BRL Mil		9,19%	2.463	4.926	(2.463)	(4.926)
BRL - IGPM			497.713	BRL Mil		-1,83%	(89.611)	(179.223)	89.611	179.223
EUR - EURIBOR		266.567	264.515	BRL Mil		2,48%	(6.493)	(12.986)	6.493	12.986

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

MtM de energia elétrica						
Valor justo (ii)	BRL Mil	(253.522)	(91.105)	(182.209)	91.105	182.209

i. Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas pois para a análise de sensibilidade não são considerados os custos de captação;
ii. A sensibilidade para o MtM de Energia considera variações na curva DCIDE, sendo os cenários ajustados respeitando os limites mínimo e máximo do Preço de liquidação das diferenças (“PLD”) praticados para 2026, conforme divulgado pela ANEEL.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária, trabalhista, regulatória e ambiental, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituída provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Na data deste Formulário de Referência a Companhia é parte em aproximadamente 1.839 processos, sendo que os processos mais relevantes estão descritos abaixo.

Os valores provisionados para processos da Companhia e de suas controladas eram, em 31 de março de 2026, é de R$ 495.562 mil e a Companhia e suas controladas possuíam 769 processos com pedidos classificados com risco de perda possível no valor de R$ 2.990 milhões.

Para os fins deste item 4.4, foram descritos a seguir como processos relevantes os que possam representar impacto significativo ao patrimônio da Companhia ou aos seus negócios com valor superior a R$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) e que podem vir a ser passivos à Companhia em caso de decisão final desfavorável. Foram considerados, ainda, na seleção de processos relevantes, independentemente do valor envolvido, processos judiciais ou administrativos que possam representar um impacto significativo na imagem e na gestão da Companhia ou, ainda que possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de sua emissão. Com relação aos processos classificados com probabilidade de perda provável, que não apresentam impacto na imagem ou na gestão da Companhia, como já impactaram o patrimônio desta no momento da constituição da respectiva provisão não serão apresentados nessa seção.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de março de 2026, segregados conforme sua natureza.

Contingências Fiscais

Processo Administrativo Federal n° 13074.722924/2021-81	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	04/03/2021
d. Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Companhia Brasileira de Alumínio
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 387.474 mil (valor possível em março de 2026) R$ 4.344 mil (valor provável em março de 2026)
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração para cobrança dos créditos referentes ao Plano Verão, supostamente, compensados indevidamente na DCOMP n° 00891.04185.150416.1.3.57-0087. Em 11.04.2021, foi apresentada

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	manifestação de conformidade. Após a apresentação de Manifestação de Inconformidade, a DRJ determinou a realização de diligência. Em 31.01.2023 a Fiscalização requereu esclarecimentos complementares. Em agosto/2023 foi julgada parcialmente procedente a manifestação de inconformidade apresentada, sendo reconhecido uma parcela do crédito glosado, no valor originário de R$ 27.838.738,59. Em razão da decisão parcialmente favorável, foi interposto recurso voluntário pela Companhia em 21 de novembro de 2023. Em 28.1.2025 foi apresentada petição para complementar o conjunto probatório do processo, obtido através do trabalho de consultoria externa contratada para refazer os cálculos. Em 22.8.2025, formalizado o acórdão n. 1301-001.305, que converteu o julgamento em diligência. Atualmente, aguarda-se a conclusão da diligência.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão parcialmente favorável proferida na 1ª instância.
h. Estágio do processo	Administrativo - 2ª Instância
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor Relevante
k. Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia levará o caso para discussão junto ao judiciário.

Processo Administrativo Federal nº 19515.720304/2012-67 / Tutela de Evidência nº 5029836-15.2025.4.03.6182	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Justiça Federal
c. Data de instauração	06/05/2013
d. Partes no processo	Réu: Companhia Brasileira de Alumínio Autor: Receita Federal do Brasil
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 112.699mil (valor possível em março de 2026) R$7.559mil (valor provável em março de 2026)
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo para discutir a glosa de crédito PIS/COFINS- Período 4º Trimestre de 2008 e 4º trimestre de 2008 e o 2° trimestre de 2010. Acórdão de impugnação julgado procedente em parte para manter o crédito tributário constituído pelo auto de infração. Em

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	28/09/2017 Interposição de Recurso Voluntario em face do acordão. Em 13/11/2017, decisão do Recurso Voluntário dando parcial provimento. Em 28/08/2019, Interposição de Recurso Especial em face do acordão, em 13/05/2024, decisão do Recurso Especial do qual não foi provido. Em 17.2.2025, a empresa apresentou Pedido de Revisão dos valores considerados pela RFB como devidos após o encerramento do processo. Em maio de 2025, tivemos decisão que indeferiu o pedido de revisão dos créditos tributários e de suspensão da exigibilidade. Diante do indeferimento do pedido de revisão, a discussão foi encerrada na esfera administrativa.Atualmente, encontra-se em fase judicial, ocasião em que já foi proposta a antecipação de garantia, com o objetivo de afastar eventual óbice à emissão da CND. Ademais, em 31/03/2026, foi ajuizada a Ação Anulatória.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão parcialmente favorável na 1ª e 2ª instância. Em especial na última decisão proferida no caso, foi revertida a glosa sobre serviços de frete de bauxita entre as minas e Unidade Fabril, além de afastar a exigência da multa isolada de 50%. Diante do parcial provimento do Recurso Voluntário, em 28/08/2019, a empresa apresentou o Recurso Especial, o qual foi improvido.
h. Estágio do processo	Administrativo - Tribunais Superiores
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor Relevante
k. Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia levará o caso para discussão junto ao judiciário.

Embargos à Execução Fiscal Estadual n° 0001236-92.2013.8.26.0337 / Execução Fiscal nº 0003897-78.2012.8.26.0337	
a. Juízo	Justiça Estadual – Setor de Execuções contra a Fazenda Pública Estadual
b. Instância	2ª instância - TJ
c. Data de instauração	23/10/2012
d. Partes no processo	Réu: Companhia Brasileira de Alumínio Autor: Estado de São Paulo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 145.334 mil (valor possível em março de 2026) R$ 50.779 mil (valor remoto em março de 2026)
f. Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal oriunda da CDA Nº 1.092.089.820, objetivando a cobrança dos débitos de ICMS lançados no AI 3.147.041-5, lavrado em razão da suposta existência de responsabilidade da empresa pelo recolhimento do ICMS, pela conexão e uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica. Em 21/02/2013 houve decisão de deferimento da penhora com a apresentação da apólice de seguro, devendo a Fazenda proceder a anotação competente e expedir a CDA. Em 25/03/2013 a CBA apresentou Embargos à Execução Fiscal. A decisão dos Embargos foi julgada procedente, tendo extinguido o débito por completo. Sendo assim, em 29/10/2014, foi apresentada apelação pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Em 12/02/2015, a CBA apresentou contrarrazões a Apelação. Em 31/08/2016 a Procuradoria de São Paulo apresentou Recurso Especial, pois a apelação foi improvida em parte. Em 22/02/2017 a CBA apresentou contrarrazões ao RESP e aguarda julgamento. No que diz respeito ao Leading case Tema 986, entendemos que nosso caso preenche os requisitos para aplicar a modulação fixada pelo STJ, visto que tínhamos decisão favorável anterior a março de 2017 (data de publicação do acórdão do julgamento na Primeira Turma) autorizando a recolher o ICMS sem a inclusão da TUSD e da TUST na base de cálculo.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 20.08.2024, sentença favorável, que julgou procedentes os EEF, para desconstituir a exigência fiscal, com a aplicação do entendimento do STJ, no sentido de que não incide ICMS sobre a TUST. Em 19.08.2016, proferido Acórdão favorável, para manter o entendimento da sentença, com a manutenção da desconstituição da exigência fiscal, mas reduziu o valor dos honorários sucumbenciais. Atualmente o processo está sobrestado na Vice-Presidência de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, aguardando julgamento definitivo dos Recursos Especiais interpostos pela CBA (honorários sucumbenciais) e Estado de São Paulo (sobre o mérito da discussão).
h. estágio do processo	Judicial
i. chance de perda	Possível e Remoto
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor Relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia poderá ser impactada financeiramente tendo que arcar com o pagamento integral do débito.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo Administrativo Federal nº 16692.721217/2016-11	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	28/11/2016
d. Partes no processo	Réu: Companhia Brasileira de Alumínio Autor: Receita Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$117.331mil (valor em março de 2026)
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração referente à glosa de créditos de PIS e COFINS no ano de 2011. Em 29/11/2016, a empresa foi notificada do auto de infração em questão. Em 29/12/2016 apresentou impugnação. Em 12/04/2017, os autos foram remetidos do Centro Nacional de Gestão de Processo para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo. Em 12/06/2017, os autos foram remetidos para a Delegacia de Julgamento em Recife. Em 05/09/2017, os autos foram remetidos para a DERAT de São Paulo. Em 11/09/2017, os autos foram remetidos para a Divisão de Análise Tributária da DERAT. Aguarda-se decisão da DRJ. Em 16/11/2020 o processo foi encaminhado para DICAT-SP. No momento, aguarda-se julgamento da impugnação e retorno da diligência.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisões até o momento.
h. estágio do processo	Administrativo - 1ª Instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor Relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia levará o caso para discussão junto ao judiciário.

Processo Judicial Estadual n° 1034656-35.2022.8.26.0053	
a. Juízo	14ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	25/11/2021

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Autor: Companhia Brasileira de Alumínio Réu: Estado de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 134.000mil (valor em março de 2026)
f. Principais fatos	Trata-se de ação anulatória que visa anular decisão administrativa, proferida no processo administrativo nº 51089-798171/2016, que indeferiu o pedido de crédito acumulado de ICMS referente a Portaria CAT 83, relativo ao período de setembro de 2012 a maio de 2016. Após a apresentação de contestação pelo Estado de São Paulo, foi determinado pelo juízo a realização de perícia contábil visando verificar a existência dos créditos pleiteados. Atualmente, o processo aguarda a finalização da fase de instrução probatória.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisões até o momento.
h. estágio do processo	Judicial - 1ª Instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor Relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia somente poderá utilizar os créditos para compensação de débitos de ICMS de sua operação, não sendo permitida outras destinações.

Processo Administrativo Federal nº 11610.003086/2003-11	
a. Juízo	Receita Federal
b. Instância	Câmara Superior de Recursos Administrativos Fiscais
c. Data de instauração	27/02/2003
d. Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Companhia Brasileira de Alumínio
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 0,00 (valor em março de 2026)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. Principais fatos	Trata-se o presente processo de Pedido de Compensação de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL. Em 10/09/2010, a Manifestação de Inconformidade da empresa foi julgada improcedente. Em 03/11/2020, a empresa interpôs Recurso Voluntário. Em 09/04/2013, após sustentação oral, o Recurso Voluntário da empresa foi julgado parcialmente procedente em reconhecer o erro material no preenchimento das PERDCOMPs, rechaçando, assim, o débito de R$93 milhões. A União Federal propôs Embargos de Declaração, que restaram rejeitados, ensejando a interposição do Recurso Especial. Em 12/07/2016, a empresa apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial da União Federal. Em 04/08/2016, os autos foram remetidos ao CARF. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial da União Federal. Em 16/05/2017, os autos foram remetidos à Coord. Do Cont. Adm. Tributário da PGFN-DF. Em 23/06/2017, os autos foram remetidos ao CARF para apreciação do RESP. Em 18.02.2025, a empresa recebeu a intimação do acórdão do julgamento dos recursos especiais da PGFN e da CBA, sendo que os dois não foram conhecidos, mantendo a decisão anterior do CARF que havia reconhecido o erro no preenchimento do pedido de compensação, sendo que neste caso a compensação é anterior à criação da PERD/DCOMP. Atualmente estamos aguardando confirmação da RFB sobre a suficiência do saldo das compensações, e existindo eventual débito remanescente em aberto seguiremos com a discussão no judiciário através de Ação Anulatória. Em julho de 2025, foi ajuizada Ação Anulatória, na qual a União Federal apresentou contestação reconhecendo a procedência do pedido. Em seguida, foi proferida sentença homologando esse reconhecimento, motivo pelo qual o débito foi declarado extinto.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão da 1ª instância desfavorável a empresa, e decisão da 2ª instância parcialmente favorável reconhecendo erro material no preenchimento dos PERDCOMPs. Ainda, peticionamos no caso requerendo a aplicação do Parecer Normativo nº 02 de 03/12/2018, de modo a homologar a totalidade das compensações declaradas. Decisão proferida em 1ª instância, no âmbito judicial, que declarou a extinção integral do débito.
h. estágio do processo	Processo julgado totalmente favorável para empresa, e será excluído na próxima atualização anual deste Formulário de Referência.
i. chance de perda	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor Relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia levará o caso para discussão junto ao judiciário.

Cumprimento de sentença nº 0032765-09.1998.4.03.6100

4.4 Processos não sigilosos relevantes

a. Juízo	Justiça Federal
b. Instância	13ª Vara Cível Federal de São Paulo
c. Data de instauração	04/08/1998
d. Partes no processo	Exequente: Banco Central do Brasil e Retour Executado: Companhia Brasileira de Alumínio
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$81.922mil (valor possível em março/26 R$ 2.813mil (valor provável em março/26)
f. Principais fatos	Trata-se de processo decorrente de contrato de câmbio, firmado com o antigo banco BMD, que em razão da sua liquidação extrajudicial, discute-se a restituição das quantias adiantadas para fechamento de câmbio e liberação das divisas para liquidação de faturas comerciais de importação de equipamentos. 15/12/2023: Petição da Retour impugnando os cálculos da Contadoria. 18/12/2023: Petição da CBA requerendo a remessa dos autos à Contadoria para apresentação de cálculos complementares. 16/01/2024: Juntada de certidão ratificando o levantamento do ofício de transferência em favor do BACEN e da RETOUR. 16/02/2024: Proferido despacho remetendo os autos à contadoria judicial. 05/07/2024: Juntada de cálculos da contadoria judicial e intimação das partes para apresentarem manifestação sobre esses. 11/07/2024: Oposição de embargos de declaração pela Retour. 16//07/2024: Oposição de embargos de declaração pela CBA. 16/07/2024: Manifestação do BACEN requerendo a extinção do cumprimento de sentença com relação à CBA. 19/09/2024: Publicada decisão que acolheu parcialmente os embargos de declaração da Retour. 25/09/2024: Opostos embargos de declaração pela CBA. 13/02/2025: Decisão rejeitando os embargos de declaração opostos por CBA. Em março de 2025 seguimos com a interposição de agravo de instrumento. Atualmente o processo encontra-se suspenso aguardando o julgamento definitivo do recurso. A tese de defesa se consubstancia na alegação de excesso de execução, haja vista que não devem incidir juros sobre valores devolvidos a título de revogação de liminar, conforme o art. 396, do CC e jurisprudência do STJ, vale dizer, só caberia juros de mora se a CBA tivesse dado causa ao atraso no pagamento, todavia, o valor não era exigível por conta de decisão judicial.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Houve decisão que acolheu integralmente a impugnação ao cumprimento de sentença, reconhecendo que não devem incidir juros de mora sobre valores devolvidos à título de revogação de liminar, uma vez que não há mora por parte da CBA, haja vista não haver fato ou omissão da CBA pelo atraso no pagamento. Todavia, o juiz acolheu os embargos de declaração da RETOUR, e reverteu a decisão, sob o fundamento que de que mesmo a

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	sentença, na fase de conhecimento, havia determinado a devolução do depósito. Recorremos dessa decisão, reforçando os argumentos anteriores e além de que a apelação da CBA havia sido recebida no efeito suspensivo.
h. estágio do processo	Cumprimento de sentença
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante.
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia poderá ser impactada financeiramente tendo que arcar com o pagamento integral do débito.

Processo Administrativo nº 11610.006866/2010-42	
a. Juízo	Receita Federal
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	25/08/2010
d. Partes no processo	Réu: Companhia Brasileira de Alumínio Autor: Receita Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 86.123mil (valor em março/26)
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo oriundo de Declarações de Compensação - DCOMP'S apresentadas em formulário de papel pela CBA, nas quais se pleiteia a compensação de crédito relativo recolhimentos indevidos da Contribuição ao PIS, reconhecido por decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 2000.61.00.038850-7 no valor histórico de R$ 17.838.811,54, com débitos administrativos pela Receita Federal do Brasil. Em 20/12/2013 foi protocolada a manifestação de inconformidade requerendo que seja determinada a reforma do Despacho Decisório recorrido, com o reconhecimento do direito creditório da Requerente em sua totalidade, a fim de que, como consequência, sejam integralmente homologadas as compensações vinculadas aos presentes autos. Em 2014 foi convertido em diligência o julgamento. No momento, aguarda-se julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisões até o momento.
h. estágio do processo	Administrativo - 1ª Instância

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante.
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia levará o caso para discussão junto ao judiciário.

Ação anulatória nº 1035111-39.2018.8.26.0053	
a. Juízo	Justiça Estadual
b. Instância	2ª Vara do Tribunal de Justiça de São Paulo
c. Data de instauração	21/08/2018
d. Partes no processo	Autor: Companhia Brasileira de Alumínio Réu: Estado de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 73.240mil (valor em março/26)
f. Principais fatos	Trata-se de ação anulatória decorrente do AIIM nº 4.058.830-0, que foi lavrado em face da sociedade empresária por ter supostamente deixado de recolher R$ 17.542.034,58 de ICMS no período de abril de 2010 a dezembro de 2011 por suposto erro na determinação da base de cálculo pela falta de inclusão de encargos setoriais (PROINFA, CDE, CCC) / TUST / TUSD / CCOT / CDD) sobre a tarifa de energia elétrica. Em 02/07/2025, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente o pedido da empresa, unicamente para acolher o pedido de limitação os juros à taxa SELIC. Em 05/02/2026, a CBA interpôs recurso de apelação pleiteando a anulação da sentença ou o cancelamento integral da autuação fiscal. Atualmente aguarda-se o julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 02/07/2025, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente o pedido da empresa, unicamente para acolher o pedido de limitação dos juros à taxa SELIC, diante da decisão a Fazenda apresentou petição juntando comprovantes que comprovam o recálculo do crédito tributário.
h. estágio do processo	Judicial - 2ª Instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia poderá ser impactada financeiramente tendo que arcar com o pagamento integral do débito.

Execução Fiscal nº 0039261-30.2016.4.01.3400	
a. Juízo	Justiça Federal
b. Instância	18ª Vara Federal de Execução Fiscal da SJDF
c. Data de instauração	04/07/2016
d. Partes no processo	Exequente: Agência Nacional de Mineração (ANM) Executado: Companhia Brasileira de Alumínio
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 119.129mil (valor em março/26)
f. Principais fatos	Trata-se de execução Fiscal ajuizada pelo antigo DNPM, objetivando a cobrança de crédito tributário da CFEM, consubstanciada na Certidão de Dívida Ativa nº 00.114116.2016 no período de 1991 a 2006. Em 21/11/2016, a CBA apresentou Exceção de Pré-Executividade. Em 02/05/2017, foi publicada decisão indeferindo o pedido de tutela antecipada da empresa. Em razão disso, a empresa interpôs o Agravo de Instrumento, distribuído sob nº 0024921-62.2017.4.01.0000, bem como requereu a reconsideração da decisão. Em 09/05/2017, os autos saíram em carga com a Procuradoria. Em 22/06/2017, a União Federal ofereceu sua Impugnação à Exceção de Pré-Executividade. Em 26/06/2017, os autos foram conclusos para decisão. Em 31/01/2020, foi anexada aos autos a decisão proferida no Agravo de Instrumento, por meio da qual foi deferido o pedido da CBA. Em 12/02/2020, a Execução Fiscal foi suspensa. Em paralelo foi ajuizado o Mandado de Segurança nº 1000704-79.2015.4.01.3500 impetrado para discutir a prescrição, o qual aguardamos o encerramento, para então termos a abertura de prazo para oposição dos devidos embargos à execução para discussão remanescente da CFEM do período de 26.08.1999 até janeiro de 2003. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Agravo Interno e do Agravo em Recurso Especial interpostos no MS, contra o acórdão que não admitiu o Recurso Especial da CBA relativo ao parcial provimento concedido ao Recurso de Apelação interposto pela ANM.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Reconhecido na primeira instância, a prescrição de forma parcial no Mandado de Segurança para afastar a cobrança dos créditos de CFEM de janeiro de 1991 a 25.08.1999.
h. estágio do processo	Judicial – 1ª instância
i. chance de perda	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante.
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia poderá ser impactada financeiramente tendo que arcar com o pagamento integral do débito.

Auto de Infração nº 16692.721369/2017-03	
a. Juízo	Justiça Federal
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	19/10/2017
d. Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Companhia Brasileira de Alumínio
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 105.025mil (valor em março/26)
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de infração, referente a Glosa de crédito PIS/COFINS - Período 2º/3º/4º Trimestre de 2012. A empresa foi intimada em 20/10/2017 e em 20/11/2017 apresentou impugnação. Em 16/11/2020 o processo foi encaminhado à Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária Federal Virtual - SP. Em 21.06.2018, a aludida Delegacia determinou a conversão do julgamento em diligência.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisões até o momento.
h. estágio do processo	Administrativo – 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante.
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia levará o caso para discussão junto ao judiciário.

Processos Judiciais Cíveis e Ambientais

	Ação Civil Pública (0622479-35.2006.8.13.0439)
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. Instância	Judicial - 1° instância
c. Data de propositura	20/12/2006
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio x Amigos Do Meio Ambiente - Grupo AMA, substituindo pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principais fatos	Ação Civil Pública ajuizada pela AMA requerendo seja decretada a nulidade/invalidação da concessão das licenças ambientais e de todos os processos de licenciamento ambiental do COPAM de mineração na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	Em 09/02/07, decisão deferindo o pedido de antecipação de tutela determinando a suspensão de todos os processos de licenciamento ambiental do COPAM na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, bem como a paralisação das atividades desenvolvidas por todos os mineradores. | Análise de Impacto em caso de Perda: Anulação/invalidação das licenças ambientais de todos os processos de licenciamento de mineração na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, no âmbito do COPAM, impedindo a exploração da reserva mineral da empresa na região.
h. Estágio do processo	Apuração de informações.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Reputacional.
k. Análise de Impacto em caso de perda do processo	Impacto negativo à reputação da empresa pela aplicação da penalidade

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Ação Civil Pública (25847913-44.2025.8.09.0166)
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
b. Instância	Judicial - 1ª Instância
c. Data de propositura	29/10/2025
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio x Ministério Público do Estado de Goiás
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	75.000,00
f. Principal fatos	Trata-se de Ação Civil Pública movida contra a CBA, visando à responsabilização por danos ambientais constatados em imóvel rural de sua propriedade, situado no Município de Montes Claros de Goiás, arrendado a terceiro, onde foram constatadas supressão de vegetação nativa, construções irregulares, captação de água sem outorga e atividades de suinocultura sem licença ambiental. Pretende-se impor à CBA a obrigação de recuperar integralmente as áreas degradadas mediante PRAD aprovado, além de indenizar a coletividade pelo dano moral coletivo, no valor mínimo de R$ 200.000,00, garantindo-se a reparação integral do meio ambiente e a prevenção de novas condutas lesivas. As Partes formalizaram acordo prevendo obrigações de fazer e pagamento de indenização de R$ 75.000,00. Este acordo foi homologado em fevereiro de 2026, aguardando-se o arquivamento e encerramento do caso.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	22/02/2026 foi proferida sentença para homologar Acordo formalizado entre as Partes, aguardando-se o arquivamento e encerramento do caso.
h. Estágio do processo	Em razão do acordo firmado nos autos, aludido processo será excluído na próxima atualização do Formulário de Referência.
i. Chance de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Reputacional
k. Impacto em caso de perda do	Não há impacto em virtude do acordo firmado.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

processo	

	Ação Civil Pública (5000908-15.2019.8.13.0439)
a. Juízo	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
b. Instância	Judicial - 1ª instância
c. Data de propositura	11/10/2022
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio x Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principal fatos	Ação Civil Publica objetivando a nulidade do processo de Licenciamento Ambiental de nº 0309/1996/212/2015
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	Em Abril de 2025, após a prolação da decisão de declínio pelo Relator do Agravo de Instrumento interposto pelo MPMG, foi proferida a decisão anexa nos autos da ACP ajuizada pelo CTA (5000908-15.2019.8.13.0439), por meio da qual o juízo também deferiu o pedido de apensamento desta ação à ACP patrocinada pelo Cescon (0439.06.062247-9), sem que exista conexão e prejudicialidade. Apresentamos oposição de embargos de declaração em face da decisão do magistrado de 1º grau, a fim esclarecer não somente sobre a inexistência dos requisitos para o apensamento, mas apontar a violação ao contraditório, em razão da ausência de prévia intimação dos réus para se manifestar sobre o pedido.
h. Estágio do processo	N/A
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Reputacional
k. Impacto em caso de perda do processo	Impacto negativo á reputação da empresa pela aplicação da penalidade

	Ação Civil Pública (5011348-31.2023.8.13.0439)
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
b. Instância	Judicial - 1ª instância
c. Data de propositura	23/10/2023

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio x Ministério Público do Estado de Minas Gerais
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principal fatos	Ação Civil Pública a partir do Inquérito Civil MPMG-0439.19.000684-1 em face do Estado de Minas Gerais, Município de Limeira e da CBA. O procedimento originário teve como escopo apurar notícia de irregularidade no licenciamento concedido à CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, pelo Município de Rosário da Limeira.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	Abril/2025, é proferida sentença extinguindo a ação civil pública com resolução do mérito, a qual foi recorrida pelo Ministério Público. Em Março/2026, o Tribunal negou provimento, com decisão favorável aos interesses da CBA. Aguardamos eventual apresentação de recurso do Ministério Público.
h. Estágio do processo	N/A
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Reputacional
k. Impacto em caso de perda do processo	Impacto negativo á reputação da empresa pela aplicação da penalidade

	Ação Civil Pública (5720416-12.2025.8.09.0113)
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
b. Instância	Judicial - 1ª instância
c. Data de instauração	05/09/2025
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio, Mineração Macedo Ltda. e Votorantim S.A x Ministério Público do Estado de Goiás
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 27.939.414,52
f. Principal fatos	Ação Civil Pública ajuizada em razão de supostos danos ambientais decorrentes da operação da Unidade de Niquelândia entre 2008 e 2015, e outros, supostamente associados a questões florestais, recursos hídricos e equipamentos. Em razão disso, é requerida indenização por danos morais e obrigações de fazer.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	Em setembro/2025, foi proferida decisão deferindo pedido liminar para cumprimento de obrigações de fazer, consistente em apresentação de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	requerimentos técnicos ao órgão ambiental licenciador (SEMAD-GO).
h. Estágio do processo	Produção de provas
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Reputacional
k. Impacto em caso de perda do processo	Impacto negativo á reputação da empresa e impacto financeiro decorrente de eventual condenação.

	Ação Civil Pública (1500397-29.2025.8.26.0000)
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. Instância	Judicial - 1ª instância
c. Data de instauração	23/03/2025
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio x Ministério Público do Estado de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principal fatos	Ação Civil Pública para apurar eventual responsabilidade civil por poluição dos corpos hídricos denominados “Córrego do Bugre”, “Córrego dos Granitos”, “Ribeirão do Varjão e “Rio Pirajibú”, em decorrência da alta concentração de “fluoretos”. São requeridas obrigações de fazer para cessar os supostos lançamentos de poluentes em corpos hídricos, sob pena de multa diária, no caso de lançamentos de fluoreto e PH que alterem as normas de potabilidade de água.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	N/A
h. Estágio do processo	Produção de provas
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Reputacional e Financeiro
k. Impacto em caso de perda do processo	Impacto negativo à reputação da empresa e impacto financeiro a serem arbitrados caso haja condenação.

	Ação Indenizatória (0000007-75.1991.8.26.0238)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

a. Juízo	Tribunal de Justiça de São Paulo
b. Instância	Judicial - 1ª instância
c. Data de instauração	13/08/1991
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio x Fazenda Pública do Estado de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 56.325.689,27
f. Principal fatos	Ação de indenização proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo, em face da Companhia Brasileira de Alumínio. Alega a Autora que por força do Decreto nº 42.885, de 26 de fevereiro de 1957, a Requerida obteve concessão para aproveitamento energético, tendo sido autorizada, pelo Governo Federal, a desapropriar áreas de terra necessárias à construção da usina denominada “Cachoeira do França” e ocupado área do parque Jurupará.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	Em 2016 foi saneado o processo, determinando o reinício fase pericial
h. Estágio do processo	Iniciando perícia - perito nomeado.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia poderá ser impactada financeiramente tendo que arcar com o pagamento.

	Arbitragem - Campos Novos Energia S.A x CBA Energia Participações S.A. e Pollarix S/A
a. Juízo	Corte Internacional de Arbitragem Câmara de Comércio Internacional - CCI
b. Instância	Arbitragem
c. Data de instauração	08/04/2025
d. Partes no processo	Campos Novos Energia S.A x CBA Energia Participações S/A e Pollarix S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 204.165.690,29
f. Principal fatos	Requerimento de arbitragem foi recebido em 8.4.2025 contra CBA Energia e Pollarix, apresentado pela Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN participação acionária distribuída em cotas por três acionistas: a CPFL Geração, a CBA Energia – CBA e a Polarix) pretendendo o ressarcimento pelo PIS e COFINS na

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	formação do preço de energia como forma de “ressarcimento do prejuízo experimentado pela ENERCAN” no período de 2005 a 2020.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	N/A
h. Estágio do processo	Após alegações iniciais, as partes apresentaram as provas que pretendem produzir
i. Chance de perda	remota
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia poderá ser impactada financeiramente tendo que arcar com o pagamento.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é parte em aproximadamente 1839 processos, sendo que os processos mais relevantes estão descritos no item 4.4 acima.

Os valores provisionados para processos da Companhia e de suas controladas eram, em 31 de março de 2026, de R$ 495.562 mil e a Companhia e suas controladas possuíam 769 processos com pedidos classificados com risco de perda possível no valor de R$ 2.990 milhões.

Sendo que o valor total provisionado para os processos descritos no item 4.4, em 31 de março de 2026, era de R$ 14.717, conforme detalhamento abaixo:

Casos Tributários	R$ 14.717
TOTAL	**R$ 14.717**

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Termo de Ajustamento de Conduta

Termo de Ajustamento de Conduta nº 7809/2010 (IC 000465.2009.15.008/6)	
a. Juízo	Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região - Sorocaba)
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	14/06/2010
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principais fatos	Determinação para não prorrogação da jornada normal de trabalho além do limite legal de 2 horas diárias, sem justificativa legal; não realização de descontos da remuneração fora das hipóteses legais. Validade por tempo indeterminado.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Aludido TAC determina que a empresa não pode prorrogar a jornada de trabalho além das 2 horas diárias, bem como seja respeitado o intervalo intrajornada.
h. Estágio do processo	TAC vigente por prazo indeterminado
i. Chance de perda	N/A
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Risco à Imagem
k. Impacto em caso de perda do processo	Multa de R$ 5.000,00 (valor original) por trabalhador em relação ao qual for descumprida a determinação.

Termo de Ajustamento de Conduta nº 47/2017 (IC nº 000465.2009.15.008/6)	
a. Juízo	Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região - Sorocaba)
b. Instância	Administrativo

4.7 Outras contingências relevantes

c. Data de instauração	11/06/2012
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principais fatos	Concessão de um período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho; depósito de R$ 100.000,00, em duas parcelas (13/08/2012 e 11/09/2012), na conta do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID, em razão de multa pelo descumprimento do intervalo interjornada. Validade por tempo indeterminado.
g. Resumo das decisões de mérito Proferidas	N/A
h. Estágio do processo	IC Arquivado. TAC vigente por prazo indeterminado
i. Chance de perda	N/A
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Risco à imagem da Companhia
k. Impacto em caso de perda do processo	Multa de R$ 1.000,00 (valor original) por trabalhador atingido, a cada constatação e por obrigação violada.

Termo de Compromisso (IC nº 42.0382.0000430/2019-0)	
a. Juízo	Ministério Público do Estado de São Paulo
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	30/07/2007
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principais fatos	Cumprimento de obrigações com reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente e aquisição de imóvel rural para destinação ao Estado de São Paulo para

4.7 Outras contingências relevantes

	criação de Unidade de Conservação
g. Resumo das decisões de mérito Proferidas	N/A
h. Estágio do processo	Termo de Compromisso vigente por prazo indeterminado até o cumprimento das obrigações de fazer.
i. Chance de perda	N/A
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Risco à imagem da Companhia
k. Impacto em caso de perda do processo	Eventual execução de multa em caso de descumprimento de obrigações.

Procedimentos Ambientais

	Inquérito Civil
a. Juízo	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
b. Instância	Administrativo
c. Data de propositura	21/12/2016
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio x Ministério Público do Estado de Minas Gerais
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A

4.7 Outras contingências relevantes

f. Principais fatos	Procedimento instaurado para acompanhar o andamento dos Autos de Infração n. 043510/2016, 043511/2016, 043512/2016, 043513/2016 e 043514/2016 pela SUPRAM Zona da Mata, apurar possível ocorrência de danos ambientais decorrentes das condutas praticadas pela CBA, descritas nos Autos de Infração n. 043510/2016, 043511/2016, 043512/2016, 043513/2016 e 043514/2016.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	N/A
h. Estágio do processo	N/A
i. Chance de perda	N/A
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Reputacional.
k. Análise de Impacto em caso de perda do processo	Impacto negativo à reputação da empresa em caso de judicialização.

	Inquérito Policial (2237121-07.2025.120500)
a. Juízo	Delegacia Seccional de Sorocaba/SP
b. Instância	Administrativo
c. Data de propositura	11/07/2025
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio x Delegacia Seccional de Sorocaba/SP
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principal fatos	Trata-se de inquérito policial foi instaurado a partir de requisição do Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio da Promotoria Regional do Meio Ambiente do Tietê-

4.7 Outras contingências relevantes

	Sorocaba, para apurar a suposta prática de poluição dos corpos hídricos denominados Córrego do Bugre, Córrego dos Granitos, Ribeirão dos Varjão e Rio Pirajibu.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	N/A
h. Estágio do processo	N/A
i. Chance de perda	N/A
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Reputacional
k. Impacto em caso de perda do processo	Impacto negativo à reputação da empresa em caso de judicialização.

	Inquérito Civil (1.33.003.000053/2018-31)
a. Juízo	Ministério Público Federal
b. Instância	Administrativo
c. Data de propositura	13/11/2019
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio x Ministério Público Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principal fatos	Investigação das medidas adotadas pela CBA para recuperação das áreas mineradas para extração de fluorita no Município de Morro da Fumaça.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	N/A
h. Estágio do processo	N/A
i. Chance de perda	N/A
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Reputacional

4.7 Outras contingências relevantes

k. Impacto em caso de perda do processo	Impacto negativo à reputação da empresa em caso de judicialização.

	Inquérito Civil (14.1610.0000002.2024-2 (1610.0000002/2024))
a. Juízo	Ministério Público do Estado de São Paulo
b. Instância	Administrativo
c. Data de propositura	07/02/2024
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Alumínio x Ministério Público do Estado de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principal fatos	Investigação sobre suposto poluição dos corpos hídricos “Córrego do Bugre”, “Córrego dos Granitos”, “Ribeirão do Varjão” e “Rio Pirajibu” e sobre as medidas de gerenciamento de áreas contaminadas da Fábrica de Alumínio/SP..
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	N/A
h. Estágio do processo	N/A
i. Chance de perda	N/A
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Reputacional
k. Impacto em caso de perda do processo	Impacto negativo à reputação da empresa em caso de judicialização

Arrolamento de Bens

	Processo nº 10314.722460/2017-69
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	10/10/2016
d. Partes no processo	Companhia Nitro Química Brasileira
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A

4.7 Outras contingências relevantes

f. Principais fatos	Diante dos eventos de incorporação do patrimônio cindido da Companhia Nitro Química Brasileira pela Nazca Participações Ltda., em 08/09/2011, e posterior incorporação da Nazca Participações Ltda. pela Companhia, em 10/10/2016, a Receita Federal do Brasil passou a controlar determinados débitos federais de responsabilidade da Companhia Nitro Química Brasileira por meio do extrato de regularidade fiscal da Companhia. Embora referidos débitos sejam de responsabilidade da Companhia Nitro Química Brasileira, legal, e inclusive contratualmente, e embora até hoje nunca tenha havido qualquer indício de redirecionamento, não podemos afastar qualquer risco de tentativa de redirecionamento dos débitos da Companhia Nitro Química Brasileira para a Companhia.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões proferidas até o momento
h. Estágio do processo	N/A
i. Chance de perda	N/A
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Gestão da Companhia
k. Impacto em caso de perda do processo	Possível restrição no que tange a gestão dos ativos da companhia

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota, desde 02 de janeiro de 2018, Política de Gestão de Riscos, com o objetivo de gerenciar riscos estratégicos, financeiros, operacionais, socioambientais e de conformidade. A política foi atualizada pelo Conselho de Administração em 14 de junho de 2024 e sua aplicação é monitorada pela área de Gestão de Riscos e pelo Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. A próxima atualização da Política de Gestão de Riscos ocorrerá em 2026.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos da Companhia tem como referências (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) as normas aplicáveis emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); (iii) o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; (iv) as diretrizes e princípios descritos no Código de Conduta da Companhia, bem como nos regimentos internos do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração; e (v) o modelo do COSO-ERM - Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission – Enterprise Risk Management (“COSO ERM”); e (iv) a norma ABNT NBR ISO 31000:2018 – gestão de Riscos - Diretrizes. A Política de Gestão de Riscos tem como principal objetivo estabelecer diretrizes e responsabilidades da Gestão de Riscos da Companhia, bem como orientar os processos de contextualização, identificação, avaliação, análise, tratamento, registro, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às suas atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado. A Política de Gestão de Riscos é aplicável a todas as áreas da Companhia e de suas unidades, que devem utilizar as ferramentas disponibilizadas pela área de Gestão de Riscos como suporte à condução de seus processos de forma a buscar redução da exposição aos riscos, internos ou externos, inerentes aos negócios da CBA e que os mesmos sejam comunicados, contextualizados, identificados, priorizados, avaliados, registrados, tratados e monitorados.
Para a Companhia, “Risco” é a possibilidade de um evento ocorrer e afetar adversamente a realização de seus objetivos, sendo a “Gestão de Riscos” um conjunto de atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere ao risco, cujo propósito é a criação e proteção de valor de modo a melhorar o desempenho, encorajar a inovação e apoiar o alcance de objetivos estratégicos.

Em 2025, foram implementadas melhorias no processo de Gestão de Riscos, como por exemplo:

Biblioteca de Riscos: Trata-se de um repositório corporativo estruturado que organiza, padroniza e consolida todos os riscos mapeados pela companhia, garantindo rastreabilidade, consistência metodológica e integração entre os diferentes níveis de gestão de risco.

Comissão de Riscos: Grupos temáticos e multidisciplinares, que atuam como suporte para a alta liderança, durante o processo de Gestão de Riscos, focando no monitoramento e comunicação de riscos para os Órgãos de Governança.

A alta direção e os membros do Conselho de Administração da Companhia devem assegurar que a Gestão de Riscos seja integrada em todas as atividades realizadas nos processos da organização, considerando, mas não se limitando aos seguintes princípios:

- Implementação sistemática, estruturada e abrangente;
- Integração à estratégia, aos processos de trabalho, aos projetos e aos programas organizacionais;
- Dinamismo, incrementado por ciclos, personalização e capacidade de reação a mudanças;
- Fundamentação nas melhores informações disponíveis e integração à tomada de decisão;
- Sendo de oportunidade e abertura à inovação, com vistas à melhoria contínua;
- Respeito aos fatores humanos e culturais da organização; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Transparência e inclusão das partes interessadas.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os Riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção contra os principais Riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados por sua administração, sua reputação e os seus resultados financeiros. Nos termos de sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia busca proteção para riscos divididos nas seguintes principais macro-categorias:

Riscos Estratégicos

Riscos de longo prazo ou riscos de oportunidade relacionado aos objetivos estratégicos e às estratégias adotadas para alcançá-los.

Riscos Financeiros

Riscos de perdas resultantes das operações financeiras relacionadas a crédito, liquidez e mercado.

Riscos Operacionais

Risco de perdas resultantes direta ou indiretamente de falha ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Riscos Socioambientais

Risco de dano à comunidade ou à sociedade e/ou ao meio ambiente, bem como a terceiros afetados em decorrência destes danos.

Riscos de Conformidade

Risco de perdas resultantes de penalidades legais e de reputação caso a Companhia não atue de acordo com as Leis, regulamentações e regras internas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de Gestão de Riscos consiste em atividades para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar, comunicar e registrar potenciais eventos ou situações que possam afetar o alcance dos objetivos da CBA.

As etapas do processo de Gestão de Riscos da Companhia estão descritas na figura abaixo:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

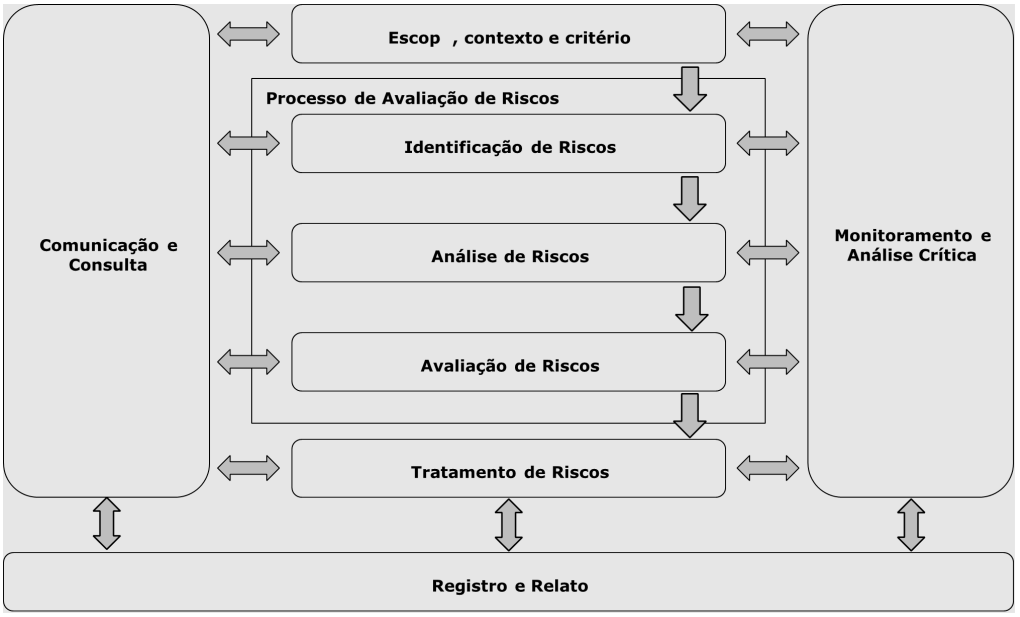


Figura 1 - Processo de Gestão de Riscos da Norma ABNT NBR ISO 31000:2018

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia segue os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000: 2018 e COSO ERM (2017), sendo adotado o modelo de três linhas de defesa (2020). Assim, o processo de Gestão de Riscos da Companhia é composto pelas seguintes etapas:

Comunicação e Consulta: Durante todas as etapas do processo de Gestão de Riscos deve haver uma efetiva comunicação informativa e consultiva entre a Companhia e as partes interessadas, internas e externas, de modo a:

- estabelecer apropriadamente o contexto e assegurar que as visões e percepções das partes interessadas, incluindo necessidades, suposições, conceitos e preocupações sejam identificadas, registradas e levadas em consideração;
- assegurar que os Riscos sejam identificados e analisados adequadamente, reunindo áreas diferentes de especialização; e
- garantir que todos os envolvidos estejam cientes de seus papéis e responsabilidades, e avalizem e apoiem o tratamento dos Riscos.

Escopo, contexto e critérios: Esta etapa consiste em definir o escopo do processo de Gestão de Riscos, além de estabelecer um contexto consiste em compreender o ambiente interno e externo no qual o processo de avaliação de riscos está inserido, a estrutura de governança organizacional, os objetivos e resultados a serem alcançados e os principais fatores (processos de negócios, pessoas, partes interessadas, sistemas, legislação, orçamento, dentre outros) que podem impactar no resultado pretendido, os quais ajudarão a identificar as fontes de riscos.

A definição de critérios de Risco consiste em definir a metodologia e critérios a serem utilizados nas etapas seguintes, como por exemplo, escalas de probabilidade; escalas de impactos; como será determinado se o nível de Risco é tolerável ou aceitável e se novas ações de tratamento são necessárias, isto é, diretrizes para priorização e tratamento de riscos.

Identificação de Riscos: A identificação de Riscos é a etapa de busca, reconhecimento e descrição de Riscos, tendo como base o contexto estabelecido e apoiado na comunicação e consulta com as partes interessadas, internas e externas. O objetivo é produzir uma lista abrangente de Riscos, incluindo causas, fontes e eventos, que possam ter um impacto na consecução dos objetivos identificados na etapa de estabelecimento do contexto.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

No curso do processo de identificação a Companhia classifica seus eventos riscos em categorias, associadas aos Pilares Estratégicos da CBA; seguindo a estrutura da Biblioteca: Pilares Estratégicos (n1), Categorias de Riscos (n2), Eventos de Risco (n3), Fichas de Risco (n4) e Fatores de Risco (n5).

Análise de Riscos: A análise de riscos é a etapa de compreender a natureza do risco e determinar o Nível de Risco, fornecendo a base para a avaliação e para as decisões sobre o tratamento de riscos. O resultado da análise de riscos será o de atribuir, para cada risco identificado, uma classificação tanto para a probabilidade como para o impacto do evento, cuja combinação determinará o Nível do Risco.

A análise dos Impactos considera 4 níveis de exposição, sendo eles: (i) Menor; (ii) Moderado; (iii) Maior; e (iv) Extremo.

A análise da Probabilidade considera 4 níveis de exposição, sendo eles: (i) Remota; (ii) Eventual; (iii) Provável; e (iv) Muito Provável,

Como etapa final, a análise de probabilidade e impacto resulto na determinação do Nível de Risco. O risco pode ser avaliado como: (i) Muito Baixo; (ii) Baixo; (iii) Médio; (iv) Alto e (v) Crítico.

Avaliação de Riscos: A finalidade da etapa de avaliação de riscos é auxiliar na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos, sobre quais riscos necessitam de tratamento e a prioridade para a implementação do tratamento.

Os critérios para definição dos níveis de impacto são dependentes do Apetite quantitativo e qualitativo da CBA, alocados em esferas de: Financeiro; Reputacional; Meio Ambiente; Saúde e Segurança; Segurança da Informação; Operação; Social e Direitos Humanos; Legal e Regulatório. Com o apetite e esfera Financeiro proposto em conjunto com a Diretoria Financeira.

A CBA define seu Apetite de Risco por meio de metodologia estruturada que combina métricas financeiras e análises de sensibilidade, assegurando alinhamento à estratégia e à capacidade de geração de valor da Companhia. Sua governança envolve a atuação integrada da Gerência de Riscos, Diretoria Estatutária, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, responsáveis pela proposição, validação e aprovação dos níveis de apetite e tolerância. Esse apetite é revisado periodicamente e vinculado aos Planos Plurianuais de Negócios, garantindo consistência entre estratégia, desempenho esperado e perfil de risco

Tratamento de Riscos: A etapa de tratamento de riscos tem como objetivo selecionar e implementar opções para abordar riscos, incluindo a elaboração de planos de ação que busquem a redução do impacto e probabilidade. Consequentemente, reduzindo o nível final do risco.

O tratamento de Risco envolve a escolha de uma das opções a seguir:

- **Aceitar o Risco**: não implementar nenhuma ação para atuar na Probabilidade ou no Impacto. O Risco será apenas monitorado. A escolha desta opção deve ser justificada e aprovada.
- **Evitar o Risco**: atuar com o objetivo de não iniciar ou não continuar com a atividade, processo ou projeto a fim de impedir a ocorrência do Risco.
- **Mitigar o Risco**: adotar ações para reduzir o Impacto e/ou a Probabilidade de o Risco ocorrer, ou, ainda, atuar para reduzir ambos (o Impacto e a Probabilidade).
- **Transferir o Risco**: transferir ou compartilhar uma parcela do Risco, como acontece, por exemplo, com a terceirização da atividade e a contratação de um seguro.

Monitoramento e análise crítica: Cabe ao membros das Comissões de Riscos, coordenar o processo e (i) detectar mudanças no contexto externo e interno, que podem requerer revisão dos tratamentos atualmente adotados e suas prioridades, e levar à identificação de riscos emergentes; (ii) obter informações adicionais para melhorar o processo de gestão de riscos; analisar eventos (incluindo os “quase incidentes”), mudanças, tendências, sucessos e fracassos e aprender com eles; (iii) garantir que os controles sejam eficazes e eficientes no desenho e na operação; e (iv) elaborar, acompanhar e revisar indicadores de risco (KRI) que possam subsidiar

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a análise de movimentação do nível do risco. Ao realizar o monitoramento, deve-se observar se as ações previstas nos planos de tratamentos dos riscos estão sendo implementadas.

Abaixo estão definidos os critérios para monitoramento, priorização e tratamento de riscos, conforme sua avaliação de nível, dentro de cada uma das Comissões de Risco:

Críticos e Altos:

- Dono do Risco = Diretor/a
- Monitoramento ativo pelas estruturas de governança (Diretoria, CAE e CA)
- Gestão prioritária nas Comissões de Riscos
- Obrigatoriedade de Planos de Ação com evolução no exercício
- Obrigatoriedade de detalhamento do impacto financeiro

Médios:

- Dono do Risco = Gerente Geral e Gerentes Diretos
- Estruturas de governança (Diretoria, CAE e CA) monitoram riscos com impacto expressivo e/ou temas emergentes
- Gestão ativa nas Comissões de Riscos
- Planos de Ação são definidos em consenso com Donos do Risco e Comissões

Baixos e Muito Baixos:

- Dono do Risco = Gerentes e Coordenadores Diretos
- Gestão secundária nas Comissões de Riscos
- Planos de Ação são definidos a critério dos Donos do Risco.

Registro e Relato: A etapa de registro e relato dos riscos é composta de atividades realizadas durante todo o processo de Gestão de Riscos e consiste no registro e compartilhamento contínuo das informações relativas aos Riscos identificados e seus respectivos tratamentos com os diversos atores do processo.

O relato deve ser claro, objetivo, pertinente, consistente e tempestivo, para que os Riscos e seus tratamentos sejam conhecidos por todos que trabalham com o processo da Gestão de Riscos.

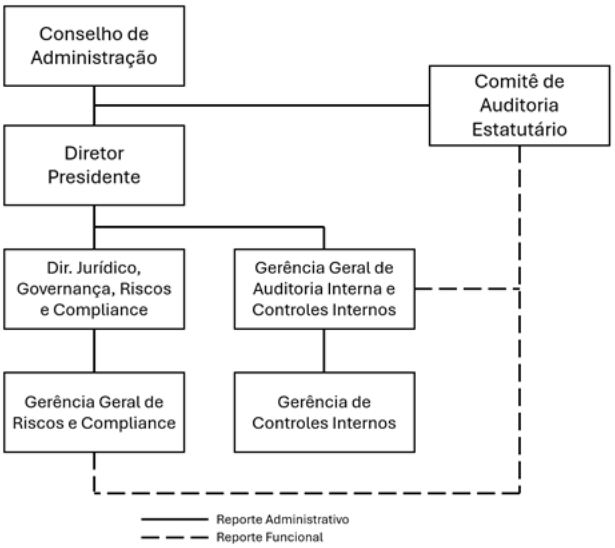
As informações precisam estar acessíveis às partes interessadas de modo que os envolvidos tenham clareza de seus papéis e suas responsabilidades, além de uma base sólida para atuarem no processo de forma eficiente e eficaz.

As Comissões reúnem-se periodicamente para monitorar riscos prioritários, revisar planos de ação, analisar eventos ocorridos, acompanhar indicadores críticos de risco (KRIs) e reportar suas conclusões às estruturas de governança superiores - Diretoria, Comitê de Auditoria Estatutária e Conselho de Administração.

RESPONSABILIDADES NA GESTÃO DE RISCOS

Os papéis e responsabilidades sobre a gestão de riscos da CBA estão baseados no modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos, conforme no organograma e quadro:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



RESPONSÁVEL	ATIVIDADE
Conselho de Administração	1. Aprovar a Política de Gestão de Riscos; 2. Determinar e aprovar o grau de Apetite ao Risco da CBA, bem como as faixas de Tolerância a desvios em relação aos Níveis de Risco determinados como aceitáveis; 3. Acompanhar de forma sistemática a gestão dos riscos e o cumprimento dos seus objetivos; 4. Reavaliar periodicamente a adequação da estratégia da Gestão dos Riscos adotada pela CBA; 5. Revisar o portfólio dos riscos críticos e eventualmente os altos identificados pela gestão da CBA; 6. Receber, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, o reporte das atividades da Gerência de Gestão de Riscos,
Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, a quem se reporta	1. Apoiar e multiplicar a disseminação da cultura de Gestão de Riscos; 2. Deliberar sobre os padrões para o processo de Gestão de Riscos (metodologia, sistemas, mecanismos de reporte, dentre outros) e, se necessário, solicitar ajustes; 3. Avaliar Política de Gestão de Riscos, a metodologia e os procedimentos para a Gestão dos Riscos, solicitando ajustes, se necessários, monitorando seu cumprimento e avaliando a performance frente aos limites de riscos aprovados; 4. Validar o planejamento anual da Gerência de Gestão de Riscos e, se necessário, solicitar ajustes e acompanhar a execução dos trabalhos; 5. Acompanhar de forma sistemática a Gestão dos Riscos e o cumprimento dos seus objetivos; 6. Supervisionar as iniciativas da Gerência de Gestão de Riscos da CBA;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

	7. Recomendar o Apetite ao Risco ao Conselho de Administração, bem como as faixas de Tolerância aos desvios dos Níveis de Riscos; 8. Avaliar e monitorar as exposições aos riscos da Companhia.
Diretoria	1. Promover a cultura de gestão de riscos na CBA; 2. Garantir a implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos alinhado à estratégia da CBA; 3. Fornecer os recursos necessários para o bom funcionamento da Gestão de Riscos; 4. Promover a integração da Gestão de Riscos com os processos de gestão e governança da CBA; 5. Propor o Apetite ao Risco ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração, bem como as faixas de Tolerância aos desvios dos Níveis de Riscos; 6. Revisar os riscos avaliados pelos Donos dos Riscos como Críticos e Altos; 7. Supervisionar se os Donos dos Riscos estão respondendo aos riscos e quais tratamentos são realizados; 8. Discutir com os Donos dos Riscos a exposição aos riscos críticos e altos e monitorar as ações tomadas para controlar tais exposições; 9. Atuar na gestão e monitoramento do Apetite e Tolerâncias aos Riscos.
Gerência Geral de Gestão de Riscos, cujos integrantes não desempenham funções operacionais ou possuem relação de subordinação com diretores que exercem funções operacionais	1. Promover a cultura de Gestão de Riscos na CBA; 2. Coordenar o processo de Gestão de Riscos da CBA e garantir o correto fluxo de informações e reporte na Companhia; 3. Desenvolver e aplicar a estratégia e a metodologia de Gestão de Riscos, em conformidade com regulamentações vigentes e melhores práticas do mercado; 4. Propor o Apetite ao Risco à Diretoria e ao Comitê de Auditoria Estatutário, bem como as faixas de Tolerância aos desvios dos Níveis de Riscos; 5. Fornecer as ferramentas para a gestão de riscos na CBA e garantir seu funcionamento; 6. Revisar e acompanhar os riscos reportados pelos Donos dos Riscos; 7. Acompanhar o status e a implantação dos planos de ação desenvolvidos de acordo com os tratamentos dos riscos; 8. Apresentar e reportar à Diretoria, ao Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração o nível de exposição da CBA aos riscos; 9. Acompanhar as tendências do mercado e realizar a conexão com o negócio e possíveis impactos para a CBA; 10. Capacitar os empregados e promover a adesão à metodologia adotada pela CBA; 11. Assegurar a manutenção da Política de Gestão de Riscos e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

	verificar o cumprimento dos limites estabelecidos; 12. Assessorar as áreas orientadas para riscos específicos/unidades de negócio na identificação e avaliação dos diversos tipos de riscos.
Dono do Risco	1. Garantir que a Gestão de Riscos, nos diversos níveis, esteja alinhada à estratégia da CBA; 2. Atuar como responsável direto pela Gestão dos Riscos nas Áreas Especialistas de Riscos e responder pelo status dos riscos identificados na sua área; 3. Coordenar as partes interessadas na identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos; 4. Revisar periodicamente as informações dos riscos; 5. Definir a resposta a cada risco sob sua responsabilidade; 6. Promover o tratamento de riscos, considerando a implantação, os prazos, a eficácia das ações mitigadoras e monitorando os riscos residuais; 7. Validar e fornecer, sempre que solicitado, informações para a área de Gestão de Riscos; 8. Reportar, sempre que solicitado, para a Gerência de Gestão de Riscos o status dos respectivos planos de ação. 9. Reportar, sempre que solicitado, aos fóruns de Governança os riscos sob sua responsabilidade.
Auditoria Interna	1. Desenvolver e manter a metodologia e as boas práticas para avaliação do ambiente de controles internos dos processos relacionados aos riscos de negócio; 2. Desenvolver, de forma coordenada o Plano Trabalho, de forma a executar de forma sistemática, revisões da efetividade dos controles internos mantidos pela Companhia. 3. Identificar, a partir da Biblioteca de Riscos, os processos de negócio que necessitam de revisão 4. Auditar o processo de Gestão de Riscos pelo menos a cada três anos, aferindo sua qualidade, e formalizando sua opinião independente sobre a efetividade da gestão e da prevenção de riscos, de controles internos e de conformidade.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle internos está adequada, no que diz respeito à Gestão de Riscos, considerando que adota constantemente medidas para a verificação da efetividade de sua Política de Gestão de Riscos. O monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas, mediante envolvimento próximo da administração da Companhia, em particular seu Comitê de Auditoria Estatutário.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O sistema de controles internos da Companhia consiste em um processo estruturado com políticas e procedimentos publicados, estrutura organizacional e de governança definida para a gestão de Riscos e Controles Internos, assessorado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, Auditoria Interna, Diretoria e todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas. Os fluxos de processos e os sistemas são continuamente reavaliados e os testes de aderência regularmente aplicados e documentados para aferir a efetividade dos controles existentes.

A avaliação da eficiência dos Controles Internos sobre as demonstrações financeiras da Companhia é executada de acordo com o *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (“COSO”).

A Diretoria acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados apresenta segurança razoável que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorções relevantes, independente de serem causadas por fraude ou erro.

A administração da Companhia não identificou mudanças relevantes em seu ambiente de controle interno sobre as demonstrações financeiras durante o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2025, que afetaram materialmente ou que têm probabilidade provável de afetar materialmente as demonstrações financeiras publicadas.

No encerramento do exercício 2025, tomando por base testes de auto avaliação e efetividade de controles executados pela Administração bem como os testes executados pelas auditorias interna e externa, não foram identificadas deficiências significativas de controles que resulte na reapresentação das Demonstrações Financeiras ou seja mérito de atenção dos responsáveis pela Supervisão das Demonstrações Financeiras.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional de controles internos da Companhia compreende a atuação coordenada de diversos órgãos internos, notadamente o Conselho de Administração é responsável pela aprovação das demonstrações financeiras, contando com a assessoria do Comitê de Auditoria Estatutário para avaliação das demonstrações financeiras intermediárias e anual, Diretoria Estatutária, Gerência de Controles Internos, Auditoria Interna, as áreas de Contabilidade, Controladoria, Financeiro, Tesouraria, Planejamento Financeiro e as áreas de negócios, no que couber.

Além disso, ao final de cada exercício social, os auditores externos emitem uma carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia. Posteriormente, a Companhia monitora os pontos identificados pelo auditor independente e implementa melhorias nos controles internos a fim de sanar eventuais falhas ou incorreções.

A Gerência de Controles Internos está subordinada a Gerência Geral de Auditoria Interna que por sua vez responde administrativamente ao Diretor Presidente e funcionalmente ao Comitê de Auditoria Estatutário.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O monitoramento da eficiência dos controles internos da Companhia é realizado pela Administração, por meio principalmente do Comitê de Auditoria Estatutário, a quem compete assessorar o Conselho de Administração, dentre outras atribuições, na supervisão e acompanhamento das atividades da Gerência de Controles Internos e

5.2 Descrição dos controles internos

do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, monitorando a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos.

Não obstante, nos trabalhos de Auditoria Interna é avaliado o ambiente de controles internos da Companhia e para as deficiências apresentadas são estabelecidos os planos de ação para remediação, aprimoramento e implementação de controles internos com foco na mitigação dos riscos relacionados.

Em adição, o processo conta ainda com o canal de Linha Ética para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos e padrões de conduta e/ou a legislação vigente.

Ademais, anualmente, os auditores externos atuam: (i) na emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras; e (ii) na emissão de carta de recomendação sobre controles internos da Companhia de acordo com art. 25, inciso II, da Resolução CVM n.º 23/21.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Após cada processo de auditoria, a administração da Companhia recebe dos auditores independentes recomendação sobre os controles internos, conforme requerido pelo artigo 25, inciso II, da Resolução da CVM n° 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada, propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

O ambiente de controles internos foi auditado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidada considerando o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, emitindo opinião de segurança razoável quanto as demonstrações financeiras e seus respectivos controles internos. Ademais, não foram identificados pela auditoria independente deficiências de controles significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Tendo em vista que o relatório circunstanciado emitido pelos auditores independentes da Companhia, com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não apontou deficiências significativas em relação aos controles internos, a Diretoria Estatutária e o Comitê de Auditoria Estatutário tomaram ciência das deficiências classificadas como outras deficiências pela auditoria independente, dessa forma, o andamento das ações será acompanhado através das pautas definidas para Controles Internos nas reuniões de Diretoria Estatutária e Comitê de Auditoria Estatutário.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia.

O Programa de Compliance da Companhia, vigente desde 2013, tem como principal objetivo potencializar a cultura de integridade e estratégia, garantindo a perenidade para que o negócio transforme vidas. Através do nosso Programa, apoiamos todos os empregados e empregadas na construção de uma cultura de conformidade, reforçando os processos e as políticas, desenvolvendo treinamentos e fortalecendo os canais de comunicação, incluindo a Linha Ética, através de: (i) capturas de leis e normas; (ii) gerindo documentos críticos; (iii) promovendo o aculturamento; (iv) instituindo linhas de comunicação; (v) garantindo o monitoramento; e (vi) instituindo um sistema de gestão de consequência.

Além disso, o Programa de Compliance da Companhia tem como premissas:

- Identificar e cumprir as leis e regulamentos, incluindo legislação e políticas anticorrupção e antitruste vigentes;
- Operar estabelecimentos com as licenças, autorizações e certificações necessárias;
- Cumprir os contratos e acordos nos quais a Companhia e suas filiais sejam parte;
- Divulgar relatórios financeiros e de sustentabilidade em linha com as regulamentações e políticas vigentes;
- Atuar de forma preventiva para evitar perdas e fraudes;
- Defesa da Concorrência; e
- Prevenção à Corrupção.

Em consonância com seus valores e sua missão, a Companhia formalizou suas práticas e procedimentos voltados à integridade corporativa em um Código de Conduta, principal diretriz normativa interna que orienta todos os demais procedimentos e políticas. O Código de Conduta estabelece os valores que devem guiar todas as condutas de todos os que trabalham na Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, empregados, estagiários e aprendizes, as quais devem estar sempre de acordo com a legislação vigente e com as boas práticas de mercado. Em 2022, a Companhia lançou o Código de Conduta para Fornecedores, o qual serve de referência aos parceiros de negócios, como fornecedores, prestadores de serviço e demais terceiros com quem a Companhia se relaciona ou que agem em seu nome, interesse e benefício.

Dentre os principais temas tratados pelo Código de Conduta estão (i) proteção aos direitos humanos; (ii) vedação à discriminação, assédio e intimidação; (iii) normas de saúde e segurança; (iv) compromisso com o meio ambiente; (v) normas e fluxo para solicitações de patrocínio e doações; (vi) imagem e reputação; (vii) patrimônio da Companhia e propriedade intelectual; (viii) segurança da informação; (ix) prevenção à corrupção e relacionamento com o governo; (x) lavagem de dinheiro e prevenção ao terrorismo; (xi) concorrência justa; (xii) normas relativas a conflitos de interesse; (xiii) proteção de dados pessoais; (xiv) brindes, entretenimento e hospitalidade; e (xv) diretrizes gerais para a contratação de fornecedores.

Todos os empregados da Companhia, incluindo membros de conselhos e comitês, deverão aderir ao Código de Conduta por meio do Termo de Ciência e Comprometimento, declarando conhecimento dos termos do Código de Conduta e potenciais medidas disciplinares cabíveis em caso de descumprimento.

5.3 Programa de integridade

Dentre os principais temas tratados pelo Código de Conduta para Fornecedores estão (i) proteção aos direitos humanos; (ii) vedação à discriminação, assédio e intimidação; (iii) normas de saúde e segurança; (iv) compromisso com o meio ambiente; (v) imagem e reputação; (vi) segurança da informação; (vii) anticorrupção e antitruste; (viii) lavagem de dinheiro e prevenção ao terrorismo; (ix) normas relativas a conflitos de interesse; (x) proteção de dados pessoais; (xii) brindes, entretenimento e hospitalidade; (xii) comunicações e desenvolvimento dos fornecedores; e (xiii) diretrizes sobre violações ao Código e a gestão de consequências.

Os fornecedores da Companhia deverão aderir ao Código de Conduta para Fornecedores por meio do aceite no sistema de gestão de fornecedores (“Sistema Linkana”), declarando conhecimento e aceite dos termos do documento e a potencial gestão de consequência em caso de descumprimento das diretrizes. Este mesmo propósito se aplica aos Clientes, que deverão declarar o aceite ao nosso Código ou demonstrar, através de Códigos próprios, que adotam práticas niveladas às nossas.

Para além do Código de Conduta, a Companhia dispõe de outras normas internas, procedimentos e práticas voltadas à prevenção, detecção e remediação de eventuais fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, a saber:

Política Anticorrupção: Normativo cujo objetivo é estabelecer diretrizes para a atuação e conduta dos empregados, administradores e terceiros da Companhia perante órgãos nacionais e internacionais na condução de seus trabalhos, de modo a garantir os mais elevados padrões de integridade alinhados à transparência nos processos e melhores práticas de governança corporativa. A Política Anticorrupção estabelece regras sobre (i) oferta e recebimento de brindes e presentes; (ii) entretenimento e benefícios de hospitalidade; (iii) pagamentos facilitadores e taxas de urgência; (iv) doações e contribuições políticas; (v) responsabilidade social, contribuições sociais e patrocínios; (vi) participação em licitações; (vii) outras modalidades de benefícios e contratação de empregados; (viii) procedimentos em fusões e aquisições; (ix) controles contábeis; (x) condutas proibidas; (xi) contratação de terceiros e conduta esperada; e (xii) violações da legislação e/ou política.

Política de Conformidade ao Direito Concorrencial: Normativo cujo objetivo é orientar e esclarecer as diretrizes para atuação dos empregados e administradores da Companhia a atuarem em estrita conformidade aos preceitos constitucionais da ordem econômica brasileira, leis e demais normativos que compõem o direito da concorrência. A política estabelece regras sobre (i) atuação na prevenção a infrações concorrenciais; (ii) acordos com concorrentes; (iii) relacionamento com clientes, distribuidores e fornecedores; (iv) poder de mercado e abuso de posição dominante; (v) fusões, aquisições, joint ventures, cooperativas, acordos associativos, permuta de ativos e consórcio entre empresas; (vi) violações da legislação e/ou política e penalidades.

Padrão Gerencial de Relacionamento com o Setor Público: Normativo cujo objetivo é orientar os empregados da Companhia em relação aos princípios e diretrizes que deverão ser adotados e observados na interação direta ou indireta com autoridades governamentais em nome da CBA. Trata de temas como (i) procedimentos no relacionamento com autoridades e entidades governamentais, incluindo treinamentos, documentação e aprovação; (ii) conduta em situações de fiscalização; (iii) conduta em visitas esporádicas ou convites para eventos da CBA; (iv) regras para a contratação de entidades governamentais, atual ou ex autoridade do governo; (vi) despesas com autoridades; (vii) doações e patrocínios; (vii) controles contábeis; (viii) exercício de atividade pública por empregados CBA; (ix) pagamentos facilitadores e taxas de urgência; (x) violações a legislação e padrão gerencial.

Padrão Gerencial de Doações e Patrocínios: Normativo cujo objetivo é orientar os empregados da Companhia e suas controladas quanto à realização de patrocínios e doações de quaisquer tipos de bens, reforçando o compromisso da Companhia com a governança corporativa, ética, transparência nas relações e com o cumprimento das obrigações legais e normas internas. Trata de temas como (i) doações e contribuições políticas; (ii) gestão de doações e patrocínios; (iii) critérios de elegibilidade para recebimento de doações e patrocínios; (iv) fluxo para aprovação das solicitações; e (ix) gestão de consequência em caso de violações.

As contratações de parceiros comerciais, de fornecedores, prestadores de serviço e terceiros da Companhia são precedidas de procedimentos de due diligence de integridade realizados pela área de Compliance visando à identificação de potencial relacionamento com pessoas politicamente expostas (PEP), conflitos de interesse ou

5.3 Programa de integridade

processos, inquéritos, condenações, e mídias potencialmente desabonadoras. Os terceiros contratados pela CBA deverão, inclusive, prestar declaração confirmando que receberam, leram, compreenderam e se comprometem a cumprir os termos do Código de Conduta para Fornecedores e a Política Anticorrupção da Companhia, bem como deverão realizar o Treinamento de Compliance para Terceiros, incluído na integração de SSMA, em 2023.

A CBA utiliza procedimentos para a detecção de fraude e perdas de modo geral, relacionados a pagamentos à administração pública e outros critérios estabelecidos (Monitoramento Anticorrupção), bem como pagamentos voltados a brindes, doações e patrocínios (Monitoramento Brindes e Doações). São adotados procedimentos para a detecção de fraudes e perdas de modo amplo, incluindo eventuais pagamentos irregulares a órgãos e agentes da administração pública. O foco do Monitoramento Anticorrupção do SYKN está nos fornecedores engajados pela Companhia, bem como na adoção de estratégias gerais de prevenção à corrupção (como o monitoramento de notas fiscais com numeração baixa, lançamentos para pessoa física e lançamentos para fornecedores citados em listas de sanções publicadas no Portal da Transparência, como CNEP, CEPIM, CEIS, por exemplo). O foco do Monitoramento Brindes e Doações do SYKN, colocado em produção em 2022, está vinculado a pagamentos que foram lançados na conta contábil de brindes e doações, bem como se encaixam na estratégia de pagamentos com lançamentos em contas de doações e patrocínios; doações e patrocínios em contas incorretas, ordem de venda de brindes e doações para clientes.

Com a implementação do sistema Trade Compliance, os clientes e fornecedores estrangeiros da Companhia são verificados diariamente para garantir que não estão presentes nas listas internacionais de sanções e embargos.

Ainda, em 2024, foi estabelecido o Processo de *Know Your Client* ("KYC") voltado aos clientes da Companhia, visando garantir o Compliance Fiscal, a mitigação de riscos tributários, prevenção de fraudes fiscais e danos à imagem e reputação da CBA, com o estabelecimento de práticas de integridade nas prospecções e nos relacionamentos comerciais firmados.

Para o ano de 2026, novos fluxos integrarão as contratações de fornecedores, tendo um redesenho do programa denominado *Know Your Supplier* ("KYS"), reforçando nosso compromisso de sempre aprimorar os monitoramentos e controles.

As Políticas Corporativas e Padrões Gerenciais da Companhia são reavaliadas periodicamente, de modo a mantê-las atuais, eficientes e adequadas à realidade da Companhia e aos riscos aos quais está submetida. Outras normas de cunho procedimental, como Manuais Estratégicos, Padrões Operacionais e Padrões de Processo, são revistas a cada dois anos.

A Companhia entende que seus mecanismos e práticas voltados à integridade são adequados ao seu perfil e aos riscos aos quais está sujeita, conforme detalhamento no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Os órgãos da Companhia responsáveis pelas funções de Compliance e integridade corporativa possuem as seguintes atribuições:

Área de Compliance: A área de Compliance, estrutura autônoma vinculada ao Diretor Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance e que se reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário em relação a suas atividades de Compliance, é responsável por, dentre outras matérias:

- Aplicar o Código de Conduta, mediante apoio do Comitê de Conduta e da Alta Administração da Companhia;
- Realizar ou coordenar a análise de riscos de integridade da Companhia, voltado para o aperfeiçoamento do Programa de Compliance da CBA;
- Realizar ou coordenar a avaliação de maturidade sobre o Programa de Compliance da CBA, voltado para o aperfeiçoamento do Programa;

5.3 Programa de integridade

- Propor ao Comitê de Auditoria Estatutário a implementação ou revisão de políticas e procedimentos internos de integridade;
- Avaliar a concessão de brindes, presentes, hospitalidades ou entretenimento acima do limite estabelecido no Código de Conduta;
- Elaborar plano de comunicação e de treinamento relacionados ao Programa de Compliance e suas políticas, e assegurar seu cumprimento, utilizando-se de instrumentos de controle de frequência e participação, bem como de mecanismos para verificar a retenção e compreensão das informações, com o objetivo de aumentar o grau de aderência às diretrizes de integridade;
- Realizar ou assegurar a realização de diligências para a contratação e supervisão de fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, clientes, entre outros, principalmente em situações de elevado risco à integridade;
- Realizar ou assegurar a realização de diligências prévias a operações de fusões e aquisições, a fim de verificar o cometimento de irregularidades ou ilícitos, ou a existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas nessas operações;
- Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta; e
- Auxiliar o Comitê de Conduta no tratamento das denúncias recebidas através da Linha Ética, garantindo anonimato do denunciante quando trata-se de denúncia anônima, e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Comitê de Conduta, conforme aplicável, para determinação das medidas disciplinares cabíveis.

São assegurados à Área de Compliance: autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao Conselho de Administração, sempre que necessário. A Área de Compliance da Companhia foi instituída informalmente em dezembro de 2013.

Comitê de Conduta: o Comitê de Conduta da Companhia é grupo de trabalho que se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, composto por no mínimo quatro membros efetivos indicados pela Diretoria Estatutária dentro do quadro de funcionários próprios da Companhia, observados os termos da sua Política de Indicação, sendo composto, ao menos pelo Diretor Presidente e pelo líder máximo das seguintes áreas: Pessoas, Auditoria Interna, Jurídico e Compliance. O Comitê de Conduta foi criado em 23 de novembro de 2016 por deliberação da Diretoria, e seu Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de maio de 2021.

Ao Comitê de Conduta compete, dentre outras atribuições:

- Propor ações quanto à atualização, revisão, disseminação e cumprimento do Código de Conduta da Companhia, assegurando sua eficácia e efetividade;
- Acompanhar de forma sistêmica as questões recebidas por meio da Linha Ética, canal de denúncias formalmente instituído pela Companhia, determinando a adoção das medidas aplicáveis a cada caso e mantendo o Comitê de Auditoria Estatuário informado;
- Monitorar a execução das ações estabelecidas;
- Ser a última instância na Companhia para dirimir situações controversas, eventuais infrações e violações ao Código de Conduta recebidas diretamente de denunciantes, ou por intermédio da Linha Ética, colaborando para decisões imparciais e transparentes;
- Determinar, quando assim for requerido, a adoção das medidas necessárias, mediante emissão de opinião formal às competentes áreas da empresa, zelando pela aplicação dos Valores e Crenças da Companhia;
- Garantir que as infrações e violações sejam seguidas de medidas disciplinares aplicáveis, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis;
- Assegurar que o Conselho de Administração e, no que for aplicável, o Comitê de Auditoria, estejam cientes dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da Companhia;
- Analisar as questões referentes ao Código de Conduta com isenção e serenidade, buscando soluções para situações apresentadas e garantindo uniformidade dos critérios usados na resolução de casos similares; e
- Emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesses entre partes relacionadas.

5.3 Programa de integridade

A independência do desempenho das funções do Comitê de Conduta é garantida pelo não desempenho, por parte de seus integrantes, de funções operacionais, bem como pela vinculação ao Comitê de Auditoria Estatutário e reporte direto no que diz respeito a suas atividades relativas à aplicação de medidas disciplinares e apuração de denúncias de violações.

Auditoria Interna: responsável (i) por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, operacionais, controles internos e governança da companhia, auditando os procedimentos de controles internos com o objetivo de verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, financeiras e operacionais da empresa; e (ii) auxiliar o Comitê de Conduta na apuração prévia de denúncias e relatos encaminhados através da Linha Ética da Companhia, quando aplicável.

A área de Auditoria Interna responde ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, de modo a preservar a independência do desempenho de suas funções enquanto representante da terceira linha de defesa da Companhia.

Conselho de Administração: responsável por disseminar a importância de uma cultura de ética e integridade que possa contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão periódica e aprovação do Código de Conduta e Política Anticorrupção.

Comitê de Auditoria Estatutário: o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, instituído em 04 de maio de 2015 e tornado estatutário em 14 de maio de 2021, regido por Regimento Interno próprio e com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração. A ele cabe, no tocante à integridade corporativa, (i) acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, bem como da área de Compliance; e (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia. Cabe ainda ao Comitê de Auditoria Estatutário, sobre a aderência a leis, normas e regulamentações, desenvolver ações no sentido de:

- assegurar aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias;
- avaliar o processo de monitoramento do cumprimento das leis, normas e regulamentações a ela aplicáveis e envolvimento da Diretoria na busca desse objetivo; e
- acompanhar, no âmbito das suas atribuições, a atuação dos órgãos reguladores e de supervisão, bem como as informações, comunicações e relatórios a eles endereçados.

Sobre o canal de alegações e denúncias da Companhia, cabe ao Comitê de Auditoria Estatutário desenvolver ações no sentido de:

- avaliar os mecanismos implementados pela Companhia para receber, reter e tratar informações sobre alegações e denúncias de descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e
  códigos internos, especialmente para indicações de fraudes ou ações dolosas;
- ser periodicamente comunicado sobre as denúncias internas e externas, acompanhar o seu endereçamento e os respectivos resultados, incluindo a aplicação de medidas disciplinares, bem como avaliar eventuais implicações no sistema de controle interno e Programa de Compliance; e
- garantir os procedimentos específicos para proteção do prestador de informação e de confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria Estatutário deve ainda avaliar as ações desenvolvidas pela Diretoria na criação de condições para a efetiva divulgação e o efetivo cumprimento do Código de Conduta da Companhia e demais elementos do seu Programa de Compliance, bem como examinar, periodicamente, os processos de acompanhamento da conformidade dos atos dos empregados da Companhia, além do tratamento dado para as hipóteses de descumprimento do Código de Conduta, das normas internas, dispositivos legais e demais normativos aplicáveis à Companhia, incluindo a aplicação de medidas disciplinares.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5.3 Programa de integridade

- ***se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;***

Conforme disposto no item 5.3.a.i. acima, a Companhia possui um Código de Conduta que foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em abril de 2021, embora já adotasse, desde 2013, o Código de Conduta do Grupo Votorantim, que detém controle da Companhia. O Código de Conduta define os objetivos, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus empregados e o compromisso com o cumprimento das leis e regulamentos. O Código de Conduta é aplicável indistintamente a todos os empregados da Companhia, bem como aos seus administradores, ou seja, a todos independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes.

A partir de 2022, a Companhia possui o Código de Conduta para Fornecedores, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em agosto de 2022. O Código de Conduta para Fornecedores o tem o papel de orientar todos nossos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, intermediários e demais terceiros, sobre as principais diretrizes que norteiam a Companhia e independentemente das características dessas empresas, os propósitos e valores da CBA podem ser incorporados ao cotidiano de todos.

- ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;***

Qualquer empregado ou administrador que violar as previsões do Código de Conduta, das políticas e procedimentos aplicáveis à Companhia ou da legislação vigente estará sujeito a aplicação das medidas disciplinares cabíveis, previstas no próprio Código de Conduta. As medidas disciplinares poderão incluir:

- Advertência verbal ou por escrito;
- Suspensão;
- Demissão com ou sem justa causa;
- Outras específicas conforme caso concreto.

Tais penalidades serão deliberadas pelo Comitê de Conduta, com o envolvimento de outras áreas da Companhia, incluindo a Área de Compliance e Pessoas, conforme aplicável, devendo ser estabelecidas de acordo com os critérios de proporcionalidade, gradatividade e imediatidade. Em nenhuma hipótese o empregado ou administrador infrator participará de deliberações acerca da imposição de medidas disciplinares a si próprio: por exemplo, se a deliberação envolver um membro do Comitê de Conduta, o caso será levado diretamente ao Conselho de Administração.

Caso as violações tenham sido praticadas por terceiros, o Código de Conduta para Fornecedores determina que a Companhia poderá determinar a adoção de medidas remediativas, desde o bloqueio do fornecedor para novas aquisições até o encerramento dos contratos vigentes, com aplicação das penalidades cabíveis, além de se resguardar ao direito de buscar eventuais medidas judiciais contra os envolvidos.

O Comitê de Auditoria Estatutário será informado periodicamente a respeito das atividades relacionadas à apuração de denúncias e aplicação de medidas disciplinares.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2021, estando disponível para consulta em seu website, www.cba.com.br/cba/governanca-e-compliance, e em seu website de relações institucionais, www.cba.com.br/ri.

O Código de Conduta para Fornecedores foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 agosto de 2022, estando disponível para consulta em seu website,

5.3 Programa de integridade

www.cba.com.br/cba/governanca-e-compliance, [http://www.cba.com.br/cba/governanca-e-compliance] e em seu website de relações institucionais, www.cba.com.br/ri.

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui Canal de Denúncias administrado por empresa terceirizada, denominado “Linha Ética”, cuja finalidade é o recebimento de denúncias ou relatos de descumprimento às leis, regulamentos ou normativos internos aplicáveis à Companhia. A Linha Ética pode ser acessada pelo telefone gratuito 0800 300 4535 ou mediante acesso direto à plataforma da operadora da Linha Ética https://canaldeetica.com.br/companhiabrasileiradealuminio/.

(ii) Se do canal está aberto para recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

A Linha Ética está aberta para o recebimento de denúncias de empregados, administradores e de quaisquer terceiros, que poderão ou não se identificar, sendo-lhes em todo caso garantido o anonimato.

(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé:

A Companhia garante o anonimato do denunciante e repudia veementemente em seu Código de Conduta qualquer tipo de retaliação e/ou constrangimento contra aqueles que comunicam suas preocupações ou dúvidas sobre má conduta ou que forneçam assistência ou informações em um processo investigativo, sem prejuízo da aplicação de medidas disciplinares previstas no Código de Conduta àqueles que realizarem denúncias de boa-fé. Todas as comunicações com os denunciantes são realizadas unicamente através da Linha Ética.

(iv) Órgão emissor responsável pela apuração das denúncias:

As denúncias recebidas através da Linha Ética serão recebidas e previamente analisadas pelo Comitê de Conduta da Companhia. O Comitê de Auditoria Estatutário será informado periodicamente a respeito das atividades relacionadas à apuração de denúncias.

No entanto, independentemente de seu conteúdo: (i) as denúncias que envolverem os membros do Comitê de Auditoria Estatutário serão avaliadas pelo Conselho de Administração; e (ii) as denúncias que envolverem os integrantes da Área de Auditoria Interna e da Área de Compliance, bem como os membros do Comitê de Conduta e do Conselho de Administração, serão analisados diretamente pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

Após a triagem inicial, caso estejam presentes indícios e/ou evidências da prática de um ato ilícito e/ou violação do Código de Conduta, demais políticas da Companhia ou à legislação, o Comitê de Conduta elaborará relatório com a conclusão da análise preliminar e reportará ao Comitê de Auditoria Estatutário os resultados da análise que, dependendo da gravidade, complexidade e tecnicidade das irregularidades relatadas, poderá autorizar a condução de investigação interna ou determinar a contratação de assessores externos para tal finalidade.

Após a conclusão da investigação interna, as áreas responsáveis (ou os assessores externos, quando aplicável), reportarão os resultados ao Comitê de Conduta que, mediante auxílio da Área de Auditoria Interna, Área de Compliance e do Departamento Jurídico, nas situações que possam envolver a tomada de medidas legais com relação a terceiros ou empregados junto às autoridades competentes, deliberará acerca das medidas disciplinares e legais a serem tomadas.

Nas situações envolvendo descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, especialmente nos casos envolvendo denúncias classificadas como de risco alto e/ou que possam envolver a tomada de medidas legais com relação a terceiros ou junto às autoridades competentes (ex.: corrupção ou ilícitos similares, lavagem de dinheiro, incidentes concorrenciais, vazamento de informações privilegiadas ou confidenciais, trabalho escravo e crime ou dano ambiental) os resultados da apuração interna deverão ser

5.3 Programa de integridade

reportados ao Comitê de Auditoria Estatutário, que será responsável por deliberar acerca das medidas disciplinares e legais a serem tomadas.

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que não há casos confirmados de desvios, fraudes ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Em 2025, foram implementadas melhorias no processo de Gestão de Riscos, como por exemplo:

Biblioteca de Riscos: Trata-se de um repositório corporativo estruturado que organiza, padroniza e consolida todos os riscos mapeados pela companhia, garantindo rastreabilidade, consistência metodológica e integração entre os diferentes níveis de gestão de risco.

Comissão de Riscos: Grupos temáticos e multidisciplinares, que atuam como suporte para a alta liderança, durante o processo de Gestão de Riscos, focando no monitoramento e comunicação de riscos para os Órgãos de Governança.

A partir das discussões realizadas nas Comissões de Riscos, surgiram novos riscos como Manutenção da Gestão do Conhecimento, Obsolescência Tecnológica e Perda de Eficiência de Ativos.

A Companhia continuará trabalhando na identificação e avaliação de novos riscos e monitorando os atuais riscos e respectivos planos de ações, para gerenciar cada vez melhor os riscos envolvidos em seus negócios.

A Companhia destaca, contudo, que o Conselho de Administração revisou, em 14 de junho de 2024 sua Política de Gestão de Riscos. A próxima atualização da Política de Gestão de Riscos ocorrerá em 2026.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

A Companhia em 2020 estabeleceu o procedimento de Trade Compliance para informar o seu posicionamento em relação ao cumprimento das normas internacionais de sanções e embargos, visando preservar os interesses da Companhia e contribuindo para a não proliferação de recursos e bens para entidades que atuem de forma direta ou indireta no fomento a atividades danosas à humanidade. Os clientes e fornecedores da Companhia são verificados periodicamente para garantir que não estão presentes nas listas de sanções e embargos.

No tema de Trade Compliance, a Companhia em 2021 realizou a integração do sistema SAP com uma plataforma do mercado visando identificar diariamente se os clientes e fornecedores estrangeiros ativos, foram incluídos em listas de sanções e embargos. O projeto foi realizado para proteger a Companhia de realizar negócios com entidades sancionadas, bem como para evitar a proliferação de recursos e bens a entidades que atuem de forma direta ou indireta violando direitos trabalhistas, boas práticas e questões regulatórias.

Em 2024, a Companhia implementou o processo e procedimento de *Know Your Client* ("KYC") visando garantir o Compliance Fiscal, a mitigação de riscos tributários, prevenção de fraudes fiscais e danos à imagem e reputação da CBA, com o estabelecimento de práticas de integridade na prospecção de venda e nos relacionamentos comerciais firmados. Foram treinados 100% dos empregados da área Comercial da CBA, Metalex e Alux, com o objetivo de informar as novas diretrizes, padronizar os procedimentos e responsabilidades das áreas envolvidas.

Para 2026, temos o desafio de aprimorar ainda mais os critérios de integridade dos parceiros comerciais, fortalecendo o programa *Know Your Supplier* ("KYS"), concomitante com os programas de Suprimentos Sustentável e as ações já em andamento com a plataforma da Linkana, mantendo a constante avaliação destes parceiros e garantindo a conformidade com as melhores práticas de mercado.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Votorantim S.A.					
03.407.049/0001-51	Brasil	Não	Sim	18/09/2024	
Não					
446.606.615	68,596	0	0,000	446.606.615	68,596
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
204.466.082	31,404	0	0,000	204.466.082	31,404
TOTAL					
651.072.697	100,000	0	0,000	651.072.697	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Votorantim S.A.				**03.407.049/0001-51**	
Hejoassu Administração S.A.					
61.194.148/0001-07	Brasil	Sim	Sim	01/01/2016	
Não					
18.278.788.894	100,000	0	0,000	18.278.788.894	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
18.278.788.894	100,000	0	0,000	18.278.788.894	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Hejoassu Administração S.A.	**61.194.148/0001-07**	

AEM Participações S.A.

05.062.403/0001-89	Brasil	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
400.000	25,000	0	0,000	400.000	25,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

ERMAN Participações S.A.

05.062.376/0001-44	Brasil	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
400.000	25,000	0	0,000	400.000	25,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

JEMF Participações S.A.

05.062.394/0001-26	Brasil	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
400.000	25,000	0	0,000	400.000	25,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Hejoassu Administração S.A.				**61.194.148/0001-07**	
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	Brasil	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
400.000	25,000	0	0,000	400.000	25,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.600.000	100,000	0	0,000	1.600.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AEM Participações S.A.	**05.062.403/0001-89**	

Antonio Ermirio de Moraes Filho

033.973.968-16	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014	
Não					
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

EUGÊNIO ERMÍRIO DE MORAES

353.047.918-78	Brasil	Sim	Sim	19/05/2015	
Não					
34.657.522	5,061	0	0,000	34.657.522	5,061

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

FABIANA DE MORAES MARTINS BIANCO

355.162.308-29	Brasil	Sim	Sim	18/06/2015	
Não					
19.289.594	2,817	0	0,000	19.289.594	2,817

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AEM Participações S.A.				**05.062.403/0001-89**	

JULIA RECIO DE MORAES HADDAD

353.047.898-90	Brasil	Sim	Sim	19/05/2015	
Não					
34.657.522	5,061	0	0,000	34.657.522	5,061

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

LUIS ERMÍRIO DE MORAES

051.558.168-23	Brasil	Sim	Sim	23/06/2015	
Não					
76.081.012	11,111	0	0,000	76.081.012	11,111

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARCIA REGINA RECIO DE MORAES

037.674.038-89	Brasil	Sim	Sim	19/05/2015	
Não					
6.765.967	0,988	0	0,000	6.765.967	0,988

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AEM Participações S.A.	**05.062.403/0001-89**	

MARIA LÚCIA COSTA DE MORAES

260.315.798-12	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014	
Não					
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARIA REGINA COSTA ERMIRIO DE MORAES

262.505.588-02	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014	
Não					
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARIO ERMÍRIO DE MORAES FILHO

355.162.298-12	Brasil	Sim	Sim	18/06/2015	
Não					
19.289.594	2,817	0	0,000	19.289.594	2,817

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AEM Participações S.A.	**05.062.403/0001-89**	

NATÁLIA FAUSTINO COSTA DE MORAES

355.162.288-40	Brasil	Sim	Sim	18/06/2015	
Não					
19.289.594	2,817	0	0,000	19.289.594	2,817

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

NÍDIA MARIA FAUSTINO CLARO MORAES

037.436.888-08	Brasil	Sim	Sim	18/06/2015	
Não					
18.212.229	2,660	0	0,000	18.212.229	2,660

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
Ordinária Classe A	18,212,229	100.000	2.660	2.660

ROSA HELENA COSTA DE MORAES

285.180.278-02	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014	
Não					
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AEM Participações S.A.				**05.062.403/0001-89**	
Rubens Ermirio de Moraes					
154.303.818-29	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014	
Não					
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
VERA REGINA COSTA DE MORAES					
146.618.158-31	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014	
Não					
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	900	100,000	900	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AEM Participações S.A.				**05.062.403/0001-89**	
684.729.100	100,000	900	100,000	684.730.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ERMAN Participações S.A.				**05.062.376/0001-44**	

ANA HELENA M. VICINTIN					
317.265.148-70	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019	
Não					
97.818.442	14,389	0	0,000	97.818.442	14,389
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

ANA PAULA M. RISKALLAH					
256.179.308-77	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019	
Não					
97.818.442	14,389	0	0,000	97.818.442	14,389
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

CLAUDIO ERMIRIO DE MORAES					
116.005.728-12	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019	
Não					
97.818.442	14,389	0	0,000	97.818.442	14,389
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ERMAN Participações S.A.	**05.062.376/0001-44**	

FABIO ERMIRIO DE MORAES

083.358.948-25	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019	
Não					
97.818.442	14,389	0	0,000	97.818.442	14,389

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

GABRIELA MORAES DE ULHÔA RODRIGUES

427.762.478-26	Brasil	Não	Não	30/04/2025	
Não					
4.861.577	0,715	0	0,000	4.861.577	0,715

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

LUCIANA M. DE ULHÔA RODRIGUES

264.477.438-19	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019	
Não					
88.056.162	12,953	0	0,000	88.056.162	12,953

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ERMAN Participações S.A.				**05.062.376/0001-44**	
MARCOS ERMIRIO DE MORAES					
772.326.826-20	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019	
Não					
97.818.442	14,389	0	0,000	97.818.442	14,389
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
RICARDO ERMIRIO DE MORAES					
042.879.868-30	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019	
Não					
97.818.442	14,389	0	0,000	97.818.442	14,389
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	900	100,000	900	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ERMAN Participações S.A.				**05.062.376/0001-44**	
679.828.391	100,000	900	100,000	679.829.291	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JEMF Participações S.A.				**05.062.394/0001-26**	

JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES NETO					
817.568.288-49	Brasil	Sim	Sim	29/10/2002	
Não					
228.243.033	33,333	0	0,000	228.243.033	33,333
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

JOSÉ ROBERTO ERMÍRIO DE MORAES					
029.080.178-81	Brasil	Sim	Sim	29/10/2002	
Não					
228.243.033	33,333	0	0,000	228.243.033	33,333
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

NEIDE HELENA DE MORAES					
041.978.048-30	Brasil	Sim	Sim	29/10/2002	
Não					
228.243.034	33,333	0	0,000	228.243.034	33,333
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JEMF Participações S.A.				**05.062.394/0001-26**	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	900	100,000	900	0,000
TOTAL					
684.729.100	100,000	900	100,000	684.730.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MRC Participações S.A.	**05.062.355/0001-29**	

CARLOS EDUARDO DE MORAES SCRIPILLITI

104.056.958-70	Brasil	Sim	Sim	14/11/2018	
Não					
171.182.175	25,000	0	0,000	171.182.175	25,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

CLOVIS ERMÍRIO DE MORAES SCRIPILLITI

023.290.828-19	Brasil	Sim	Sim	14/11/2018	
Não					
171.182.175	25,000	0	0,000	171.182.175	25,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARIA HELENA MORAES SCRIPILLITI NORCHESE

105.047.788-03	Brasil	Sim	Sim	14/11/2018	
Não					
171.182.175	25,000	0	0,000	171.182.175	25,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
MRC Participações S.A.				**05.062.355/0001-29**	
REGINA HELENA SCRIPILLITI VELLOSO					
174.502.798-00	Brasil	Sim	Sim	14/11/2018	
Não					
171.182.175	25,000	0	0,000	171.182.175	25,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	900	100,000	900	0,000
TOTAL					
684.728.700	100,000	900	100,000	684.729.600	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	15.393
Quantidade acionistas pessoa jurídica	518
Quantidade investidores institucionais	416

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	204.441.277	31,401%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	204.441.277	31,401%

6.4 Participação em sociedades

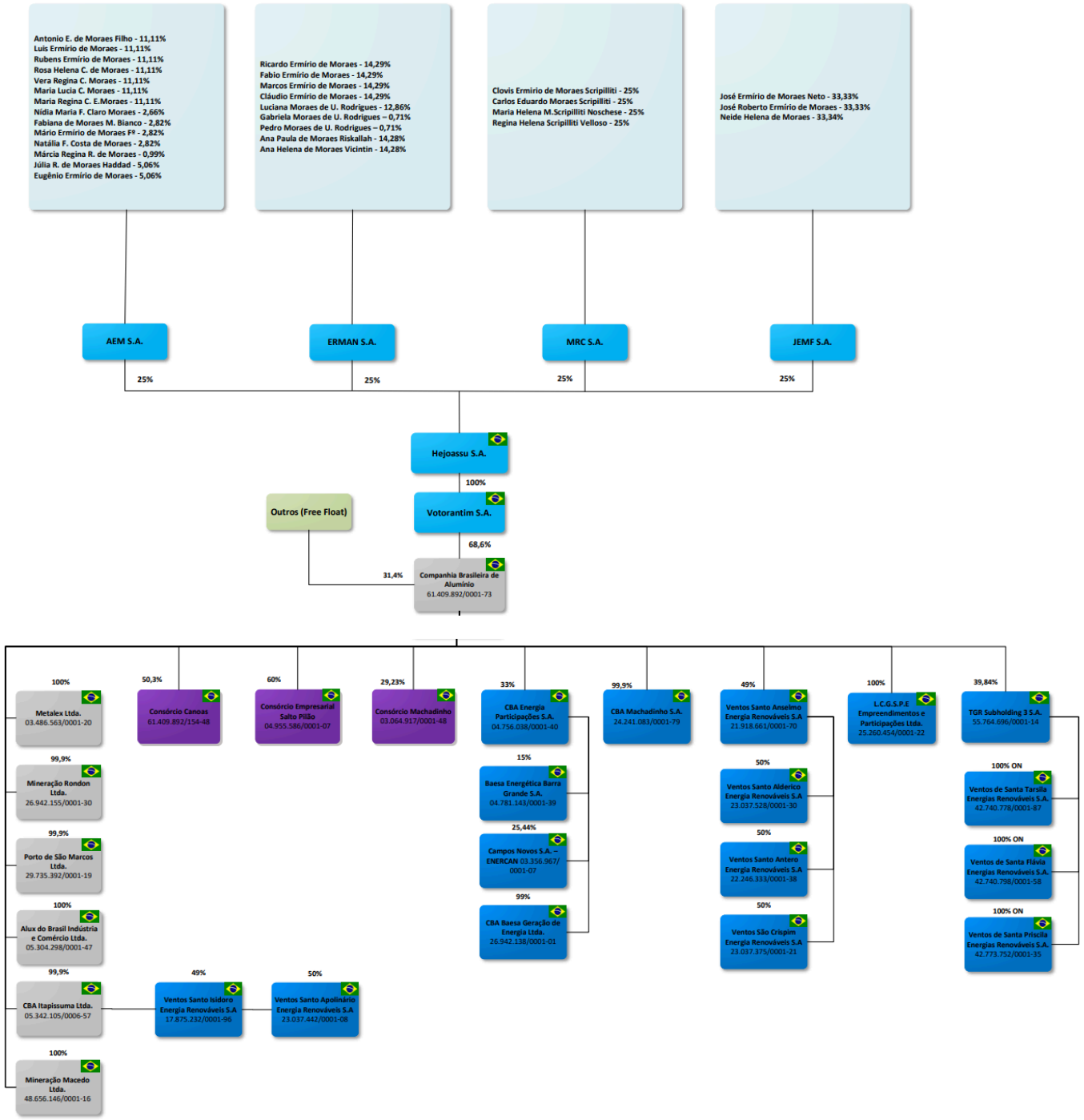
Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ALUX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	05.304.298/0001-47	100
BAESA ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A. (VIA CBA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.)	04.781.143/0001-39	15
CAMPOS NOVOS S.A. - ENERCAN (VIA CBA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.)	03.356.967/0001-07	25,44
CBA Energia Participações S.A.	04.756.038/0001-40	33,33
CBA Itapissuma Ltda.	05.342.105/0006-57	99,9
Metalex Ltda.	03.486.563/0001-20	100
TGR SUBHOLDING 3 S.A.	55.764.696/0001-14	39,84
VENTOS DE SANTA FLÁVIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A (VIA TGR SUBHOLDING 3 S.A.)	42.740.798/0001-58	59,57
VENTOS DE SANTA PRISCILA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. VIA (TGR SUBHOLDING 3 S.A.)	42.773.752/0001-35	57,73
VENTOS DE SANTA TARSILA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (VIA TGR SUBHOLDING 3 S.A.)	42.740.778/0001-87	56,95
VENTOS SANTO ALDERICO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (VIA VENTOS SANTO ANSELMO)	23.037.528/0001-30	50
VENTOS SANTO ANSELMO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	21.918.661/0001-70	49
VENTOS SANTO ANTERO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (VIA VENTOS SANTO ANSELMO)	22.246.333/0001-38	50

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
VENTOS SANTO APOLINÁRIO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (VIA VENTOS SANTO ISIDORO)	23.037.442/0001-08	50
VENTOS SANTO CRISPIM I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (VIA VENTOS SANTO ANSELMO)	23.037.375/0001-21	50
VENTOS SANTO ISIDORO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (VIA CBA ITAPISSUMA)	17.875.232/0001-96	49

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Para além das informações já apresentadas, não existem outras informações relevantes a serem reportadas pela Companhia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 - Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia

(a) Política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

A Companhia possui “Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária”, conforme aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de agosto de 2023. A Política pode ser consultada no site: www.cba.com.br/ri, bem como fisicamente na sede da Companhia.

(b) Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

Há avaliação periódica de desempenho do Conselho de Administração e dos Comitês e da Diretoria.

(i) Periodicidade da avaliação e sua abrangência

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos Comitês de Remuneração e Pessoas; Sustentabilidade; Projetos de Capital e Performance Operacional; Finanças e de Auditoria é realizada a cada 2 anos, tanto em relação ao órgão, bem como individualmente para cada membro.

O processo de avaliação é respaldado por procedimentos formais com escopo de atuação e qualificação prévia, especificamente definidos e será conduzido pelo Presidente do Conselho.

O Presidente do Conselho de Administração deverá incluir no calendário anual corporativo, ou poderá incluir nas convocações de reuniões extraordinárias, reuniões ou sessões destinadas à avaliação da gestão do Conselho.

Na primeira reunião do Conselho de Administração de cada exercício, deverá, no mínimo, ser realizada a avaliação formal da Diretoria em conjunto e do Diretor-Presidente, individualmente, bem como deve-se tomar conhecimento da avaliação realizada pelo Diretor-Presidente dos demais diretores da Companhia.

(ii) Metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

Atualmente, a Companhia dispõe de um sistema formal de avaliação, conduzido pelo Presidente do Conselho (podendo ter contratação de empresa de consultoria especializada). O escopo da avaliação engloba o funcionamento do Conselho de Administração, sua cultura, avaliações realizadas entre membros e autoavaliações, bem como avalia os comitês de assessoramento e a diretoria.

(iii) Contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

O processo é conduzido por empresa terceira contratada.

(c) Identificação e administração de conflito de interesses

De acordo com as disposições da Lei das S.A., o acionista deve exercer o direito de voto no interesse da companhia, sendo considerado abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas. Nesse sentido, o acionista não poderá votar em deliberações da assembleia geral em que tenha interesse conflitante com o da Companhia ou em que possa beneficiá-lo de modo particular, especialmente: (i) aprovação do laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; e (ii) aprovação de suas contas como administrador. A deliberação tomada em decorrência de voto de acionista que tenha interesse conflitante com o da Companhia será anulável, de forma que o acionista será responsável por eventuais danos causados bem como obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Pela Política de Transação com Partes Relacionadas e Demais Situações envolvendo Conflitos de Interesse, quando identificado potencial conflito de interesse, a pessoa envolvida no processo decisório deverá alegar-se impedida e abster-se de participar de uma determinada negociação, de forma a garantir o exclusivo interesse da Companhia. Além disso, tal pessoa deverá explicar seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas.

O eventual impedimento mencionado acima constará da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa se afastará, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso solicitado pelo órgão social que deliberar sobre a transação, as pessoas impedidas poderão participar parcialmente da discussão, visando apenas proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, e se ausentarão da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

(d) Por órgão

(i) Número de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração – Efetivos	1	7	0	0	0
Conselho de Administração – Suplentes	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	2	3	0	0	0
Diretoria Não Estatutária	0	1	0	0	0
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	**4**	12	**0**	**0**	0

(ii) Número de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração – Efetivos	0	7	0	0	0	0	1
Conselho de Administração – Suplentes	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	0	5	0	0	0	0	0

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Diretoria Não Estatutária	0	1	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	**0**	**15**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**

(iii) número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria Estatutária	0	5	0
Diretoria Não Estatutária	0	1	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0
Conselho de Administração - Suplente	0	0	0

(iv) Número de membros, agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todos os indicadores de diversidade adotados pela Companhia estão descritos no item 10.1.A deste Formulário de Referência.

(e) se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

A Companhia possui, como parte de sua Estratégia ESG 2030, o Programa CBA mais diversa, em que um dos compromissos é atingir 25% de diversidade de gênero no quadro executivo (gerentes e acima) até 2025. Para apoiar esse objetivo, a CBA conta com um Comitê de Diversidade focado em implementar a agenda de diversidade, equidade e inclusão para estimular o pensamento diverso, o respeito e a igualdade de oportunidades na CBA. Mais informações sobre a estratégia de ESG da Companhia podem ser acessadas no Portal ESG: https://www.cba.com.br/esg/

A CBA também implementou uma Política de Diversidade, Equidade e Inclusão que contém mais orientações para a construção de uma sociedade mais justa, saudável, plural e democrática, bem como reitera o compromisso da CBA em garantir um ambiente de trabalho equânime e respeitoso visando a eliminação de qualquer forma de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

discriminação dentro da Companhia. A Política de Diversidade, Equidade e Inclusão pode ser consultada no site de Relações com Investidores por meio do seguinte link: https://ri.cba.com.br/esg/estatuto-e-politicas/ [https://ri.cba.com.br/esg/estatuto-e-politicas/].

Desde 2019, quando o Programa foi implementado na CBA, houve um aumento de aproximadamente 44% de mulheres no quadro executivo, totalizando 22,4% atualmente neste nível. O resultado representa um avanço contínuo em um setor industrial
historicamente masculino e sem retrocessos em qualquer nível hierárquico (Supervisão, Coordenação e Gerência).Já no quadro total de empregados e empregadas, tivemos um aumento de mais de 118% de mulheres que, atualmente, é de 19,2%.

Em 2025, a CBA realizou uma nova edição do seu Censo de Diversidade, iniciativa que se consolidou como um dos principais mecanismos de escuta interna da Companhia. Conduzido de forma voluntária, anônima e confidencial, o levantamento teve como propósito atualizar o retrato demográfico da Organização e compreender como os(as) empregados(as) percebem o sentimento de pertencimento e a evolução de uma cultura mais inclusiva desde a edição anterior, feita em 2022. A pesquisa manteve a mesma abordagem metodológica para os indicadores de raça, gênero, pessoas com deficiência e LGBTQIAPN+. A edição de 2025 também ampliou seu escopo ao incorporar dois novos eixos — geracionalidade e religiosidade.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

A CBA possui três comitês que possuem relação com a tomada de decisões de temas atrelados as mudanças climáticas, sendo eles:

- Conselho de Administração: tem a responsabilidade de garantir a sustentabilidade e a longevidade dos negócios da CBA, sendo responsável por propor a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e suas diretrizes, bem como aprovar e monitorar decisões que envolvam estrutura de capital, a gestão de riscos e de proteger e criar valor para a Empresa. Cabe ao Conselho validar todas as metas estabelecidas para a Diretoria Executiva, acompanhando de forma contínua sua implementação e os respectivos resultados. Entre essas metas, destacam-se os compromissos da Estratégia ESG 2030, incluindo aqueles relacionados à agenda climática. Também participa ativamente das discussões sobre o mercado de carbono e de taxas como o Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM), e possui a atribuição de aprovar diretrizes fundamentais, como a Política de Mudanças Climáticas e a Política de Recursos Hídricos.
- Comitê de Sustentabilidade: É composto por quatro membros, incluindo um membro independente e três conselheiros, sendo um deles independente, e se reúne quadrimestralmente, com o objetivo de fornecer recomendações ao CA em temas relacionados à Estratégia ESG 2030, promovendo debates sobre mudanças climáticas, biodiversidade, transição energética, circularidade do alumínio, atuação social e cadeia de valor sustentável, entre outros. Em 2025, o Comitê, que antes havia incorporado o tema de Projetos de Capital, voltou a focar exclusivamente nos temas ESG.
- Comitê de Auditoria Estatutário: Acompanha a Gestão de Riscos, incluindo os riscos climáticos físicos e de transição, trazendo recomendações sobre padrões para o processo de Gestão de Riscos, metodologias, sistemas e mecanismos de reporte.
- Diretoria Estatutária: responsável por assegurar que todos os projetos e iniciativas da CBA estejam plenamente alinhados às melhores práticas de sustentabilidade. Em linha com esse compromisso, os Diretores participaram ativamente da concepção e do lançamento da Estratégia ESG 2030, aprovada pelo Conselho de Administração, que possui compromissos e metas climáticas. Também é responsável por decisões estratégicas e de investimento em linha com os compromissos de descarbonização da Companhia, assegurar a produção de alumínio primário de baixo carbono, gerenciar os ativos de energia renovável, supervisionar os riscos e oportunidades em clima, entre outros.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- Comitê Executivo de Mudanças Climáticas: Responsável por assessorar a Diretoria Estatutária na operacionalização da Estratégia ESG 2030 nos temas relativos à agenda climática e qualificar o processo de tomada de decisões em nível estratégico. O órgão é formado por especialistas multidisciplinares da organização. O grupo se reuniu bimestralmente em 2025.
- Comitê Executivo de Resiliência Hídrica: Responsável por assessorar a Diretoria Estatutária na operacionalização da Estratégia ESG 2030 nos temas relativos à gestão e resiliência dos recursos hídricos e qualificar o processo de tomada de decisões em nível estratégico. O órgão é formado por especialistas multidisciplinares da organização e se reúne mensalmente.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	2	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	**3**	**12**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	1
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	**0**	**14**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	7	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	**0**	**15**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) Órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de mandato de 2 (dois) anos, que se iniciará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro próprio, admitida a reeleição, conforme aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia, o qual, além dos poderes previstos em lei e das demais atribuições previstas no Estatuto Social, terá as seguintes atribuições:

(i) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e suas diretrizes;

(ii) Manifestar-se e submeter à Assembleia Geral, conforme proposta da Diretoria Estatutária, sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e proposta de destinação do resultado do exercício;

(iii) Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(iv) Aprovar, ad referendum da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme previsto no Estatuto Social;

(v) Aprovar o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e
o orçamento anual da Companhia;

(vi) Definir e aprovar, com base no valor global determinado pela Assembleia Geral, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoria ao Conselho, e a remuneração da Diretoria Estatutária da Companhia;

(vii) Aprovar as atribuições da área de auditoria interna;

(viii) Aprovar orçamentos próprios para a área de auditoria interna e para o Comitê de Auditoria Estatutário;

(ix) Constituir e extinguir os comitês de assessoria ao Conselho de Administração, definindo suas respectivas atribuições de acordo com o previsto no Estatuto Social, bem como aprovando os regimentos internos de tais comitês e elegendo os respectivos membros;

(x) Escolher e destituir os auditores independentes, se houver;

(xi) Aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (stock option) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

(xii) Convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(xiii) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores Estatutários da Companhia, bem como fixar suas atribuições e remuneração, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social e a legislação aplicável;

(xiv) Avaliar formalmente os resultados de desempenho da Companhia, da Diretoria Estatutária em conjunto e do Diretor-Presidente, individualmente, bem como tomar conhecimento da avaliação realizada pelo Diretor-Presidente dos demais Diretores Estatutários;

(xv) Fiscalizar, inclusive individualmente, a gestão dos Diretores Estatutários, examinando, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia;

(xvi) Aprovar um plano de participação para os membros da Diretoria Estatutária nos resultados da Companhia e de concessão de benefícios adicionais vinculados ao resultado da Companhia ("Plano de Participação nos Resultados");

(xvii) Autorizar a prestação de quaisquer garantias e contra garantias, reais ou fidejussórias, em valor individual ou agregado superior a R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), observado sempre o disposto nos Artigos 45 e 46 do Estatuto Social, com exceção de garantias necessárias para apresentação em processos administrativos ou judiciais movidos em face da Companhia ou de suas sociedades controladas ou coligadas, as quais serão aprovadas pela Diretoria Executiva independentemente do valor;

(xviii) Aprovar a assinatura de contratos ou quaisquer negócios jurídicos, incluindo celebração de contratos ou negócios jurídicos financeiros, contratação de empréstimos, financiamentos ou contratos de derivativos superiores a R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) por operação, levando-se em conta, para a contratação de derivativos, o valor nocional da operação e observado o disposto nos Artigos 45 e 46 de Estatuto Social;

(xix) Aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(xx) Aprovar as políticas financeiras, que deverão incluir o limite máximo de endividamento da Companhia;

(xxi) Manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis; e

(xxii) Aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas, nos termos das normas aplicáveis.

Ainda, o Conselho de Administração deverá deliberar casos omissos no Estatuto Social e não regulados em Lei, desde que envolvam valores acima de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

O Conselho de Administração da Companhia possui os seguintes comitês de assessoramento, cujas competências e alcance seguem descritos abaixo: (i) Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Comitê de Remuneração e Pessoas; (iii) Comitê de Sustentabilidade; (iv) Comitê de Projetos de Capital e Performance Operacional; e (v) Comitê de Finanças.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deve ser membro independente do Conselho de Administração e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

pela CVM em vigor, e todos com mandato de 6 anos. O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas acima.

Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, entre outras matérias:

(i) Opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;

(ii) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

(iii) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iv) Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos;

(v) Supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

(vi) Monitorar a qualidade e a integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; e (b) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(vii) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia;

(viii) Avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, bem como avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidenciações (salvo situações de potencial conflito de interesse, conforme detalhado no item 11.1 deste formulário de referência); e

(ix) Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) as reuniões realizadas, suas atividades, os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para recepção e tratamento de informações, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria Estatutário possui regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que disciplina detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais, definindo, ainda, as atividades do coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário.

Auditoria Interna

É de competência da auditoria interna, entre outras funções listadas ao longo desse documento:

(i) Identificar e avaliar situações de exposições dos negócios a riscos significativos, de modo a prover alternativas para mitigação dos mesmos;

(ii) Contribuir para a manutenção de controles confiáveis, avaliando sua efetividade e eficiência e sugerindo melhorias contínuas para mitigação dos riscos;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(iii) Propor oportunidades de melhoria para aprimoramento das atividades de gestão, controle e governança;

(iv) Avaliar o nível de implementação dos planos de ações em consenso com os gestores, para a melhoria do processo;

(v) Mensurar, sempre que possível, o impacto financeiro (perda de receitas e custos incorridos) relacionado aos riscos não minimizados;

(vi) Contribuir para a disseminação de uma mentalidade orientada para a Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Governança; e

(vii) Prover apoio quanto a proteção e zelo dos ativos da Companhia, incluindo sua imagem, por meio da prevenção e auxílio na apuração de irregularidades, praticadas por funcionários e/ou terceiros.

Estruturalmente, a Auditoria Interna é liderada por um gerente geral de auditoria interna e controles internos, quem comanda uma equipe com coordenador, consultores e analistas, reportando suas atividades administrativamente ao CEO da Companhia e funcionalmente ao Comitê de Auditoria Estatutário. Também recebe suporte de uma auditoria externa.

O desempenho das atividades mencionadas e sua instituição de modo permanente é de longa data, no entanto a atual estrutura reportada acima advém do início de 2019.

No mais, a avaliação da auditoria Interna e de suas atividades é realizada trimestralmente pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO E PESSOAS

Composto por 3 a 5 membros, com mandato de 2 anos, compete ao Comitê Remuneração e Pessoas da Companhia promover e zelar pelas discussões, no âmbito do Conselho de Administração, cabendo-lhe assessorar o Conselho de Administração no adequado monitoramento de questões relacionadas:

(i) Aos novos modelos de remuneração da Companhia, bem como as modificações nos modelos de remuneração ora aplicados pela Companhia, visando orientar e inspirar o comportamento da Companhia;

(ii) À remuneração da Diretoria, dos membros do conselho e dos membros dos comitês;

(iii) À indicação de candidatos para a administração, compreendidos os membros da Diretoria e o Conselho de Administração;

(iv) Às habilidades, perfil e talentos necessários para as aspirações da Companhia, em linha com princípios éticos e morais; e

(v) À cultura corporativa, valores e crenças, ética e conduta preconizados pelo Conselho de Administração e sua correta difusão pela Companhia.

O Comitê terá as seguintes responsabilidades, além de outras estabelecidas pelo Conselho de Administração:

Sobre Remuneração e Pessoas:

(i) Estabelecer padrões e diretrizes corporativas referente à remuneração de Diretores Executivos da Companhia e de suas subsidiárias;

(ii) Formular recomendações quanto à política e às práticas de remuneração do próprio Conselho e Comitê;

(iii) Solicitar, apreciar e fornecer orientações e diretrizes quanto ao plano de sucessão da Diretoria Executiva e suas ações de melhoria, apresentado pela empresa;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(iv) Emitir parecer sobre as metas propostas para o diretor presidente. Idem sobre a avaliação de seu cumprimento, ao final do exercício;

(v) Laborar proposta de reajuste da remuneração paga para o diretor presidente, para os Conselheiros e demais membros dos comitês criados pelo Conselho de Administração;

(vi) Garantir que o Conselho de Administração seja informado sobre qualquer questão relevante referente à remuneração, em todos os níveis salariais;

(vii) Analisar, à luz das melhores práticas, as políticas e práticas de recursos humanos propostas pela Diretoria Executiva, principalmente as referentes à remuneração e benefícios;

(viii) Analisar e emitir parecer, para decisão do Conselho de Administração, sobre condições especiais de contratação e de desligamento de Diretores Executivos;

(ix) Propor e implementar processos de avaliação e de aprimoramento profissional dos membros do Conselho, de Comitês e do Diretor Presidente;

(x) Avaliar e orientar a formulação de ações de retenção e de sucessão dos Diretores Executivos, bem como posições chave definidas;

(xi) Recomendar ações que promovam a cultura organizacional de performance desejada, alinhada aos valores e crenças, à missão e visão da Companhia, e focada na construção de resultados sustentáveis; e

(xii) Opinar sobre qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer Diretor Executivo que contemple o pagamento de valores em razão do desligamento voluntário ou involuntário do Diretor Executivo, mudança de controle ou qualquer outro evento similar, inclusive o pagamento de valores a título de indenização.

Sobre Nomeação:

(i) Fornecer orientações e informações para o plano sucessório da Diretoria Executiva e do Conselho, participando de processo seletivo de novos diretores, conselheiros ou membros de comitês, quando necessário;

(ii) Manifestar-se sobre potencial conflito de interesses em situações decorrentes de atividades externas desenvolvidas pelos Conselheiros, tais como a participação em Conselhos de Administração ou Diretoria Executiva em órgãos estatutários em outras companhias, e após consultar área jurídica quando necessário;

(iii) Opinar sobre proposta de nomeações feitas pelo Diretor Presidente para cargos da Diretoria Executiva, para submeter à aprovação e decisão do Conselho de Administração.

O Comitê de Remuneração e Pessoas é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia e possui regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Composto por, no mínimo, 3 membros, com mandato de 2 anos, compete ao Comitê de Sustentabilidade e Projetos de Capital, que funcionará em caráter permanente, assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas seguintes questões, dentre outras:

(i) Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da estratégia e objetivos de Sustentabilidade, assegurando sua integração ao planejamento estratégico, com foco na criação de valor de longo prazo e na competitividade. Cabe ao Comitê, igualmente, acompanhar a implementação dessas diretrizes, monitorando sua efetividade e alinhamento com os objetivos da Organização;

(ii) Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação do Relatório Anual GRI e do Relatório de Sustentabilidade conectado as Demonstrações Financeiras (IFRS);

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(iii) Avaliar, monitorar e recomendar o aprimoramento das políticas que envolvam temas de sustentabilidade e de mudanças climáticas da Companhia à Diretoria e, quando aplicável, ao Conselho de Administração;

(iv) Assessorar o Conselho de Administração em temas relacionados à sustentabilidade, por meio da identificação, análise e encaminhamento de questões que representem riscos ou oportunidades vinculadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas, ou que possam gerar impactos relevantes nos negócios, na performance de longo prazo, na relação com stakeholders e na reputação da Companhia;

(v) Avaliar e Recomendar o direcionamento do portfólio de projetos de sustentabilidade da Companhia; e

(vi) Atender quaisquer outras demandas de sustentabilidade que sejam solicitadas pelo Conselho de administração.

O Comitê de Sustentabilidade é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia e possui regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração, e cujo conteúdo foi aprovadopelo Conselho de Administração de 29 de outubro de 2025.

COMITÊ DE PROJETOS DE CAPITAL E PERFORMANCE OPERACIONAL

Composto por, no mínimo, 3 membros, com mandato de 2 anos, compete ao Comitê de Projetos de Capital e Perforance Operacional, que funcionará em caráter permanente, assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas seguintes questões, dentre outras:

(i) Analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração sobre investimentos relevantes em ativos fixos, projetos de expansão, modernização, manutenção estratégica, inovação e outros projetos de capital da Companhia;

(ii) Avaliar a consistência dos estudos de viabilidade técnico-econômica de projetos estratégicos;

(iii) Acompanhar a execução de projetos aprovados, com foco em prazos, orçamento, escopo e mitigação de riscos;

(iv) Apoiar o Conselho de Administração na definição de critérios para alocação de recursos de capital (CAPEX), com base em retorno esperado, critérios de sustentabilidade, alinhamento estratégico e geração de valor;

(v) Monitorar os indicadores de desempenho operacional da Companhia, inclusive produtividade, eficiência, custos, margens e retorno sobre capital investido;

(vi) Identificar desvios relevantes de performance e recomendar ações corretivas quando necessário;

(vii) Avaliar a aderência das iniciativas operacionais às metas estratégicas da Companhia;

(viii) Propor, quando aplicável, o aprimoramento de processos, governança e/ou metodologias de avaliação de investimentos e performance.

O Comitê de Projetos de Capital e Performance Operacional é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, conforme ata de reunião do Conselho de Administração de 29 de outubro de 2025.

COMITÊ DE FINANÇAS

Composto por 2 a 5 membros de comprovada experiência na área, com mandato de 2 anos, compete ao Comitê de Finanças, que funcionará em caráter permanente, tem como função assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas seguintes questões, dentre outras:

(i) Auxiliar o Conselho da Companhia na análise dos potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política financeira;

(ii) Referendar e submeter à aprovação do Conselho a implementação e alterações, incluindo renovações, das políticas Financeira, de Dividendos e de Seguros e eventuais políticas complementares propostas pela Diretoria da Companhia;

(iii) Acompanhar a implantação das políticas listadas no item anterior, aprovadas pelo Conselho, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas pelo Conselho;

(iv) Supervisionar o cumprimento das políticas citadas no item II e suas políticas complementares, se aplicável, acompanhando o conjunto das operações realizadas pela Companhia através do monitoramento de indicadores definidos pelo Comitê;

(iv.a) Para realizar o monitoramento referido no caput deste item, o Comitê contará com o suporte de relatórios gerenciais produzidos de forma independente pelas áreas financeiras.

(v) Analisar e monitorar o orçamento e o plano anual de investimentos da Companhia;

(vi) Avaliar a estrutura e condições de operações de investimento e desinvestimento, incluindo operações de fusão, incorporação e cisão em que a Companhia esteja envolvida;

(vii) Avaliar a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários, assim como monitorar o desempenho das ações e contatos com investidores;

(viii) Avaliar a política de contratação de seguros e a abrangência de sua cobertura;

(ix) Emitir recomendações sobre propostas relacionadas à otimização fiscal e tributária;

(x) Acompanhar e analisar a estrutura de capital da Companhia, bem como avaliar medidas que recomendem alterações;

(xi) Avaliar propostas de distribuição de dividendos e/ou constituição de reservas de capital;

(xii) Avaliar o plano anual de captação e os limites de endividamento da Companhia;

(xiii) Monitorar os riscos e controles financeiros sob perspectiva do mapa de riscos, bem como avaliar planos de mitigação, incluindo contratação e monitoramento de derivativos; e

(xiv) Assessorar o Conselho nos assuntos financeiros específicos de sua competência e de acordo com as solicitações efetuadas por ele.

O Comitê de Finanças é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia e possui regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

(b) Avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Compete inicialmente ao Comitê de Auditoria Estatutário, como órgão de assessoria do Conselho de Administração, a recepção e avaliação inicial das atividades da auditoria independente, o que é feito anualmente em reunião ordinária do comitê.

Em seguida, maturados os pontos de avaliação, as conclusões são apresentadas pelo Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário ao Conselho de Administração também em reunião ordinária do órgão, onde são discutidos os trabalhos alçados e eventuais correções a serem implementadas.

Também é no âmbito do Conselho de Administração que se delibera sobre a alteração da auditoria independente.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Registra-se que a Companhia possui uma Política de Contratação de Auditoria Independente, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2025, e estando disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.cba.com.br/)

(c) Canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O Conselho de Administração mantém contato frequente com os seus Comitês de assessoramento por meio de pautas específicas nas reuniões ordinárias do órgão da administração, onde são levados e debatidos os temas de preocupação da Companhia no que diz respeito às práticas ASG. Nessa medida, cada um dos comitês acima mencionados, na devida proporção de suas atribuições, amadurece e estimula as discussões ASG no âmbito do Conselho de Administração, levando a uma melhor otimização dos debates, bem como das decisões tomadas.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA **CPF:** 303.038.168-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 30/07/1982

Experiência Profissional: Camila Abel Correia da Silva é graduada em Administração de Empresas pela FAAP e possui MBA Executiva em Finanças pelo Insper, além de cursos de finanças pela FGV e Darden Business School. Com 25 anos de experiência no mercado financeiro corporativo, atuou em empresas multinacionais e brasileiras dos setores bancário e produtivo. Sua expertise abrange todas as áreas financeiras, com foco tanto em crescimento quanto em reestruturações societária e financeira, fusões e aquisições, incluindo transações no mercado de capitais. Ela também possui vasta experiência com investidores institucionais, fundos soberanos e de varejo de empresas de capital aberto, além de ter estruturado áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Riscos de Crédito e Mercado em empresas nas quais atuou.

Foi Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo (Ibef-SP) no mandato de 2021-2023. Em 2021, assumiu a Gerência Geral de Finanças da CBA e, em maio de 2023, tornou-se CFO da Companhia.

Camila também ocupa o cargo de administradora nas sociedades: Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda., Metalex Ltda., CBA Baesa Geração de Energia Ltda., CBA Itapissuma Ltda., CBA Machadinho Geração de Energia S.A., Mineração Macedo Ltda., Mineração Rondon Ltda. L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. e Porto São Marcos Ltda.

Ela declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, administrativas pela CVM, Banco Central ou Superintendência de Seguros Privados, ou a condenações transitadas em julgado que a suspendam ou inabilitem para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, conforme a Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	25/02/2025	2 anos.	Outros Diretores	Diretora Financeira, Relações com Investidores, Gestão e Marketing Estratégico	25/02/2025		26/04/2023

Nome EDUARDO BORGES DE ANDRADE FILHO **CPF:** 587.714.256-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 24/02/1967

Experiência Profissional:

Eduardo Andrade é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde 2017. Com mais de 25 anos de experiência, trabalhou com investimentos privados, grandes conglomerados industriais e empresas de consultoria internacionais em questões relevantes relacionadas à estratégia, desenvolvimento corporativo, finanças corporativas, governança e organização. Ele é fundador e diretor da Otinga Investimentos, uma firma de investimentos privados, e também atua como sênior advisor em estratégias e execução de investimentos alternativos.

Entre 2011 e 2014, Eduardo foi Diretor de Planejamento Corporativo da VSA e conselheiro de outras quatro empresas da Holding Votorantim. De 2010 a 2011, ocupou o cargo de Vice-presidente de Desenvolvimento Corporativo da Usiminas, uma empresa siderúrgica, onde foi responsável pelos negócios de mineração e bens de capital, além das áreas de estratégia, desenvolvimento de negócios e M&A. Antes disso, entre 1997 e 2010, foi sócio da McKinsey & Company, exercendo diversas funções de liderança, incluindo a da Prática de Materiais Básicos na América Latina. Ele iniciou sua carreira profissional como empresário e engenheiro em Minas Gerais. Eduardo é engenheiro civil pela Fundação Mineira de Educação e Cultura e possui MBA pela University of Chicago.

Ele declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme os termos da Resolução CVM 50/21. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência, seu currículo e seu histórico profissional, Eduardo é considerado conselheiro independente em conformidade com os critérios de independência do regulamento do segmento denominado Novo Mercado da B3.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2025	Sim	30/04/2015

Nome FLAVIO MENDES AIDAR **CPF:** 260.111.038-47 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 13/03/1977

Experiência Profissional:

Graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas em 1998. Atualmente, é Diretor não estatutário da Votorantim S.A. desde junho de 2024 e membro do Conselho de Administração da Nexa Resources S.A. (NYSE: NEXA) desde outubro de 2024, ambas sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia.

Anteriormente, atuou como Diretor Presidente da InterCement Participações S.A., uma das líderes globais na produção de cimento, com presença na América Latina, Europa e África. Além disso, o Sr. Aidar atuou como membro do Conselho de Administração da CCR S.A. (B3: CCRO3), entre abril de 2018 a junho de 2023, e Presidente dos Conselhos de Administração da InterCement Brasil S.A. e da Loma Negra (NYSE: LOMA), assim como Presidente do Conselho Diretor do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) e da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), entre março de 2019 a abril de 2023.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	23/10/2024

Nome FRANKLIN LEE FEDER **CPF:** 668.181.508-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 23/03/1951

Experiência Profissional:

Franklin Lee Feder possui diploma de graduação pela EAESP/FGV e MBA pelo IMD Business School. É membro do Conselho de Administração da CBA desde 2017. Também participa de Conselhos de diversas empresas de perfil industrial nos EUA e no Brasil, além de organizações do terceiro setor. Foi presidente do Conselho da InterCement e da Loma Negra, além do Grupo Encalso, e membro do Conselho Consultivo da Alexander Proudfoot e da Unigel alem da Paccar Inc. nos EE.UU..

Anteriormente, Franklin foi Presidente da Alcoa para América Latina e Caribe, bem como sócio da Booz Allen & Hamilton e Technomic Consultores. Franklin também ocupa cargos de membro do Conselho de Administração nas empresas Minerals Technologies Inc, Prumo Logística S.A., AES Brasil Energia S.A., e membro do Conselho Consultivo da Sitawi Finanças para o Bem, do Fórum de Empresas e Direitos LGBT e da Prada Assessoria, além de participar da Assembleia de Curadores do Instituto Ethos e da WRI Brasil.

Ele declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência, seu currículo e seu histórico profissional, é considerado conselheiro independente em observância aos critérios de independência do regulamento do segmento denominado Novo Mercado da B3.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2025	Sim	28/04/2017

Nome GLAISY PERES DOMINGUES **CPF:** 072.823.557-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 29/11/1976

Experiência Profissional:

A Sra. Glaisy é graduada em Ciências Contábeis pela UFF (Universidade Federal Fluminense), com MBA em Direito da Economia e da Empresa pela FGV e em Finanças pelo Insper. Com mais de 25 anos de experiência nas áreas tributária e financeira, há 20 anos trabalha no grupo Votorantim, tendo exercido diversas funções na holding e em empresas investidas. Atualmente, exerce a função de Managing Director da Votorantim S.A. e atua como membro do Conselho de Administração e comitês de assessoramento de algumas empresas investidas.

A Sra. Glaisy Peres Domingues também atua como Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Citrosuco Agroindústria S.A. Ela declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que a tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	08/04/2020

Nome JOÃO ZEFERINO FERREIRA VELLOSO FILHO **CPF:** 344.431.038-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador Público **Data de Nascimento:** 07/01/1987

Experiência Profissional: João Velloso Filho é membro do Conselho de Administração, do Comitê de Finanças e do Comitê de Pessoas da CBA. É graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e possui MBA em Finanças pelo Insper. Com mais de 15 anos de experiência profissional, iniciou sua carreira no Instituto Votorantim e, posteriormente, foi trainee na Votorantim Cimentos e na Votorantim Metais - CBA. Foi um dos sócios fundadores da Investment One Partners, gestora de investimentos independente sediada em São Paulo, sendo responsável pela área de Wealth Management. João também atuou como diretor na Helipark Manutenção Aeronáutica, onde, desde 2020, é membro do conselho consultivo. É executivo na Votorantim S.A., desde 2021, exercendo o cargo de Sr. Principal. Além disso, integra o Conselho de Administração da Hejoassu, holding controladora do Grupo Votorantim.

Ele declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	29/04/2024

Nome LUCIANO FRANCISCO ALVES **CPF:** 256.736.768-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 26/11/1976

Experiência Profissional:

Luciano Francisco Alves é um profissional com mais de 20 anos de experiência em Finanças, Planejamento Estratégico e M&A. Ele é engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da USP, possui pós-graduação em Administração de Empresas com especialização em Finanças pela FGV e em Desenvolvimento em Liderança pela Harvard Business School. Luciano começou sua trajetória na Votorantim em 2005, tendo atuado em diversas áreas, incluindo Votorantim Siderurgia, Votorantim Metais e a CBA (Companhia Brasileira de Alumínio). Ele foi CFO da CBA de agosto de 2017 até abril de 2023, quando foi eleito Diretor Presidente.

Atualmente, o Sr. Luciano ocupa o cargo de administrador em várias sociedades, incluindo Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda., CBA Baesa Geração de Energia Ltda., CBA Itapissuma Ltda., CBA Machadinho Ltda., L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda., Metalex Ltda., Mineração Macedo Ltda., Mineração Rondon Ltda. e Porto São Marcos Ltda.

Ele declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	25/02/2025	02 anos	Diretor Presidente / Superintendente		25/02/2025		26/04/2023

Nome LUIS ERMÍRIO DE MORAES **CPF:** 051.558.168-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/04/1960

Experiência Profissional: O profissional mencionado estudou no Colégio Rio Branco e se formou em Engenharia pela Colorado School of Mines. Nos anos 1980, iniciou sua carreira na Companhia Níquel Tocantins, parte do grupo Votorantim, onde liderou melhorias nos processos técnicos, resultando em três patentes. Durante os anos 1990, fez a transição da área técnica para a gestão, tornando-se presidente da Níquel Tocantins.

No início dos anos 2000, acompanhando a evolução da governança da Votorantim, passou a ser membro do conselho, cargo que ocupa até hoje. Na mesma época, esteve à frente da Votorantim Novos Negócios, um ramo voltado para o fomento de empresas focadas em inovações tecnológicas, especialmente nos setores de biotecnologia e informática. Também foi Chairman da Votorantim Metais Zinco (atual Nexa) e conselheiro da Citrosuco.

Atualmente, atua como conselheiro da Nexa Resources, da CBA e da Votorantim S.A. Além disso, ocupa os cargos de conselheiro da Hejoassu e de diretor da holding familiar AEM Participações S.A.

Ele declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	AGO 2027	Presidente do Conselho de Administração		24/04/2025	Sim	30/04/2015

Nome RENATO MAIA LOPES **CPF:** 174.681.128-51 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 02/12/1975

Experiência Profissional:

Renato é graduado em Direito pela FIG-UNIMESP e possui várias pós-graduações, incluindo Direito Tributário pela PUC-COGEAE, Direito Civil pela FMU, e está atualmente cursando Mestrado em Direito, Justiça e Impactos na Economia pelo CEDES. Ele também se especializou em Fusões e Aquisições pela FGV, em Governança Corporativa pela Fundação Dom Cabral e IBGC, e participou de programas na Yale School of Management e na George Washington University. Renato iniciou sua carreira como advogado em um escritório especializado na área trabalhista, e há mais de 26 anos está na Votorantim, onde desenvolveu sua trajetória na Votorantim Metais e Votorantim Siderurgia. Desde 2016, atua na CBA (Companhia Brasileira de Alumínio), onde é responsável pelas áreas Jurídica, de Governança Corporativa e de Compliance, acumulando experiência nas indústrias de siderurgia, mineração e metalurgia. Desde março de 2021, Renato é o Diretor Jurídico, de Governança Corporativa e Compliance. Em 2025 assumiu a área de Gestão de Riscos, Gestão do Patrimônio Imobiliário e Relações Governamentais.

Ele também ocupa o cargo de administrador em várias sociedades, incluindo Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda., Metalex Ltda., CBA Baesa Geração de Energia Ltda., CBA Itapissuma Ltda., CBA Machadinho Geração de Energia S.A., Mineração Macedo Ltda., Mineração Rondon Ltda., L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. e Porto São Marcos Ltda. Além disso, desde 2009, ele é membro do Conselho Deliberativo da FUNSEJEM (Fundação Senador José Ermírio de Moraes), certificado pelo ICSS (Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social).

Renato declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	25/02/2025	02 anos	Outros Diretores	Diretor Jurídico, Governança, Riscos e Compliance	25/02/2025		24/02/2021

Nome RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO **CPF:** 506.725.097-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro químico **Data de Nascimento:** 08/04/1957

Experiência Profissional:

Ricardo Carvalho é Engenheiro Químico pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e possui um MBA em Gestão Empresarial pela FGV, além de cursos de liderança no MIT e IMD. Com 40 anos de experiência no setor minero-metalúrgico, especialmente em alumínio, sua trajetória inclui 20 anos na Alcoa, onde trabalhou nas áreas de Refinaria e Salas Fornos.

De 1999 a 2004, ele atuou como diretor do Negócio Níquel em sua primeira passagem pela Votorantim Metais, atualmente conhecida como Nexa Resources. Entre 2004 e 2014, Ricardo trabalhou na Vale, onde ocupou as funções de diretor de Alumínio e, posteriormente, diretor de Operações de Metais Básicos, primeiro no Atlântico Sul e depois na região Ásia/Pacífico.

Ricardo retornou à Votorantim em 2014 como Diretor do Negócio Alumínio, liderando a redefinição da estratégia do negócio e o spin-off da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) com a Nexa. Ele ocupou o cargo de diretor-presidente da CBA de 2016 a 2023, onde foi responsável pela implementação da estratégia de longo prazo dos negócios Primários, Transformados e Energia, além de gerenciar o Negócio Níquel e liderar com sucesso o IPO da empresa na B3 em 2021.

Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração da CBA desde abril de 2023, além de ser Conselheiro Presidente e membro do Comitê de Pessoas do Instituto Votorantim, bem como membro do Comitê de sustentabilidade do Ensina Brasil, membro do Chapter Zero Brazil (IBGC).

Ricardo declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	27/04/2023

Nome ROGÉRIO MINATEL **CPF:** 290.523.778-39 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro de Materiais **Data de Nascimento:** 30/08/1980

Experiência Profissional: Rogério Minatel é graduado em Engenharia de Materiais pela UFSCAR, possui MBA em Gestão Empresarial pela Business School, Advanced Management Program pelo IMD e mestrado em Metalurgia pela Escola Politécnica da USP. Minatel tem ampla experiência na indústria do alumínio, tendo atuado na área de laminados, produção de produtos primários e reciclagem. Há 20 anos na Companhia, foi gerente-geral das Salas Fornos, Fundição, bem como responsável pelas operações nas investidas da Companhia: Metalex Ltda. e Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.. Rogério Minatel é, a partir de julho de 2025, Diretor do Negócio Energia e Produtos Primários da Companhia.

Ele também ocupa o cargo de administrador em outras sociedades: CBA Baesa Geração de Energia Ltda., CBA Machadinho Geração de Energia S.A., L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. e CBA Energia Participações S.A.

Rogério declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/07/2025	2 anos	Outros Diretores	Diretor do Negócio de Produtos Primários	01/07/2025		01/07/2025

Nome ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES **CPF:** 023.689.147-22 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira de produção **Data de Nascimento:** 14/10/1971

Experiência Profissional: Roseli Maria de Souza Milagres é graduada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, MBA pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e formação em conselheiro de administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Com experiência em empresas multinacionais tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, atuou nos segmentos de Oil & Gas, Mining & Metals e Infraestrutura, nas áreas de S&OP, Marketing Estratégico, Supply Chain e Compras. Roseli ingressou na Votorantim em 2012 e assumiu a Gerência Geral de Supply Chain da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) após o spin-off da Nexa em 2016. Em setembro de 2018, foi promovida a Diretora de Supply Chain e Compras, e, desde março de 2025, ocupa a posição de Diretora do Negócio Transformados e Reciclagem.

Ela ocupa o cargo de administradora nas seguintes sociedades: Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda., CBA Itapissuma Ltda. e Metalex Ltda.

Roseli declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que a tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	25/02/2025	02 anos	Outros Diretores	Diretora do Negócio de Produtos Transformados e de Reciclagem	25/02/2025		29/04/2019

Nome SERGIO RICARDO ROMANI **CPF:** 728.647.617-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 05/06/1959

Experiência Profissional:

Sergio Romani é membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria da Companhia desde 2021. Com mais de 40 anos de experiência profissional, possui diversos cursos de especialização e formação em Contabilidade e Auditoria, Estratégia, Liderança, Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Desenvolvimento de Negócios, oferecidos por instituições renomadas como EY (Ernst Young), Kellogg School of Business, Harvard Business School e IBGC.

Durante sua carreira de 36 anos na EY, até sua aposentadoria compulsória em 2019, Sergio trabalhou com empresas de capital aberto no Brasil e nos Estados Unidos, abrangendo setores diversificados da economia. Nos últimos 10 anos na EY, suas principais experiências incluem: (i) CEO da Cone Sul da América Latina (Latin America South - LAS, abrangendo Brasil e outros quatro países) e Chairman do LAS Board; (ii) Membro efetivo do Board Américas e Global da EY; e (iii) Líder de Auditoria, Consultoria Contábil e Financeira, Fraudes e Investigações na América do Sul e Brasil. Ele é graduado em Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula, tendo concluído seu curso em agosto de 1989.

Atualmente, Sergio ocupa os cargos de membro consultor do Comitê de Auditoria e Riscos da Vale, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Auren e da CESP, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da CBA (Cia Brasileira de Alumínio), bem como membro Coordenador do Comitê de Auditoria da Igua Saneamento. Ele também é sócio da SR Assessoria e Consultoria de Negócios desde setembro de 2019.

Sergio declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Além disso, com base em sua declaração de independência, currículo e histórico profissional, ele é considerado conselheiro independente em conformidade com os critérios de independência do regulamento do segmento denominado Novo Mercado da B3.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2025	Sim	29/09/2021

7.4 Composição dos comitês

Nome: ANDREA CRISTINA RUSCHMANN **CPF:** 118.448.918-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 25/12/1985

Experiência Profissional:

Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, Andrea iniciou sua jornada em instituições financeiras, desenvovendo sólida experiência na área de finanças corporativas e governança, nos setores de energia, imobiliário, varejo/shopping centers e mais recentemente em mineração/alumínio e tecnologia. Atuou durante 18 anos como diretora financeira e de relações com investidores em empresas multinacionais e familiares, além de Fundo de Investimento / Private Equity. Participou de reestruturações societárias e financeira, abertura de capital (IPO), emissões de dívidas e ações no mercado de capitais e operações de fusões e aquisições, além de liderar áreas como controladoria, tesouraria, riscos e pessoas. Também participou ativamente das reuniões de conselho e comitês nas companhias em que atuou, reportando resultados financeiros e prezando pela governança corporativa. Em 2021 formou-se e certificou-se como Conselheira de Administração pelo IBGC e em 2023 fez parte da 7a. turma do PDEC - Programa Diversidade em Conselho. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas e Cultura da Verene Energia, representante independente do Comitê de Finanças da Companhia Brasileira de Alumínio e Conselheira Consultiva do Grupo Peralta, empresa familiar com atuação no mercado imobiliário e Shopping Centers. Também atuou no ecosistema de startups como gestora e investidora, adquirindo conhecimentos na área de tecnologia e inovação. Finalmente, atua como consultora na estruturação de projetos de transição energética, desenvolvendo projetos de médio e grande porte para descarbonização dos negóios e produção de combustíveis não fósseis.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos			23/06/2025	30/06/2022

Nome: EDUARDO BORGES DE ANDRADE FILHO **CPF:** 587.714.256-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 24/02/1967

Experiência Profissional:

Eduardo Andrade é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde 2017. Com mais de 25 anos de experiência, trabalhou com investimentos privados, grandes conglomerados industriais e empresas de consultoria internacionais em questões relevantes relacionadas à estratégia, desenvolvimento corporativo, finanças corporativas, governança e organização. Ele é fundador e diretor da Otinga Investimentos, uma firma de investimentos privados, e também atua como sênior advisor em estratégias e execução de investimentos alternativos.

Entre 2011 e 2014, Eduardo foi Diretor de Planejamento Corporativo da VSA e conselheiro de outras quatro empresas da Holding Votorantim. De 2010 a 2011, ocupou o cargo de Vice-presidente de Desenvolvimento Corporativo da Usiminas, uma empresa siderúrgica, onde foi responsável pelos negócios de mineração e bens de capital, além das áreas de estratégia, desenvolvimento de negócios e M&A. Antes disso, entre 1997 e 2010, foi sócio da McKinsey & Company, exercendo diversas funções de liderança, incluindo a da Prática de Materiais Básicos na América Latina. Ele iniciou sua carreira profissional como empresário e engenheiro em Minas Gerais. Eduardo é engenheiro civil pela Fundação Mineira de Educação e Cultura e possui MBA pela University of Chicago.

Ele declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme os termos da Resolução CVM 50/21. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência, seu currículo e seu histórico profissional, Eduardo é considerado conselheiro independente em conformidade com os critérios de independência do regulamento do segmento denominado Novo Mercado da B3.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de Remuneração e Pessoas		23/06/2025	01/07/2017

Nome: FLAVIO MENDES AIDAR **CPF:** 260.111.038-47 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 13/03/1977

Experiência Profissional:

Graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas em 1998. Atualmente, é Diretor não estatutário da Votorantim S.A. desde junho de 2024 e membro do Conselho de Administração da Nexa Resources S.A. (NYSE: NEXA) desde outubro de 2024, ambas sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia.

Anteriormente, atuou como Diretor Presidente da InterCement Participações S.A., uma das líderes globais na produção de cimento, com presença na América Latina, Europa e África. Além disso, o Sr. Aidar atuou como membro do Conselho de Administração da CCR S.A. (B3: CCRO3), entre abril de 2018 a junho de 2023, e Presidente dos Conselhos de Administração da InterCement Brasil S.A. e da Loma Negra (NYSE: LOMA), assim como Presidente do Conselho Diretor do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) e da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), entre março de 2019 a abril de 2023.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de remuneração e Pessoas		23/06/2025	23/06/2025

Nome: FRANKLIN LEE FEDER **CPF:** 668.181.508-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 23/03/1951

Experiência Profissional:

Franklin Lee Feder possui diploma de graduação pela EAESP/FGV e MBA pelo IMD Business School. É membro do Conselho de Administração da CBA desde 2017. Também participa de Conselhos de diversas empresas de perfil industrial nos EUA e no Brasil, além de organizações do terceiro setor. Foi presidente do Conselho da InterCement e da Loma Negra, além do Grupo Encalso, e membro do Conselho Consultivo da Alexander Proudfoot e da Unigel alem da Paccar Inc. nos EE.UU..

Anteriormente, Franklin foi Presidente da Alcoa para América Latina e Caribe, bem como sócio da Booz Allen & Hamilton e Technomic Consultores. Franklin também ocupa cargos de membro do Conselho de Administração nas empresas Minerals Technologies Inc, Prumo Logística S.A., AES Brasil Energia S.A., e membro do Conselho Consultivo da Sitawi Finanças para o Bem, do Fórum de Empresas e Direitos LGBT e da Prada Assessoria, além de participar da Assembleia de Curadores do Instituto Ethos e da WRI Brasil.

Ele declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência, seu currículo e seu histórico profissional, é considerado conselheiro independente em observância aos critérios de independência do regulamento do segmento denominado Novo Mercado da B3.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	25/06/2025	2 anos	Comitê de Projetos de Capital e Performance Operacional		25/06/2025	25/06/2025
Outros Comitês		Presidente do Comitê	23/06/2025	2 anos	Comitê de Sustentabilidade		23/06/2025	21/06/2021

Nome: GLAISY PERES DOMINGUES **CPF:** 072.823.557-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 29/11/1976

Experiência Profissional:

A Sra. Glaisy é graduada em Ciências Contábeis pela UFF (Universidade Federal Fluminense), com MBA em Direito da Economia e da Empresa pela FGV e em Finanças pelo Insper. Com mais de 25 anos de experiência nas áreas tributária e financeira, há 20 anos trabalha no grupo Votorantim, tendo exercido diversas funções na holding e em empresas investidas. Atualmente, exerce a função de Managing Director da Votorantim S.A. e atua como membro do Conselho de Administração e comitês de assessoramento de algumas empresas investidas.

A Sra. Glaisy Peres Domingues também atua como Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Citrosuco Agroindústria S.A. Ela declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que a tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Presidente do Comitê	25/06/2025	2 anos			25/06/2025	30/06/2022

Nome: JOÃO ZEFERINO FERREIRA VELLOSO FILHO **CPF:** 344.431.038-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador Público **Data de Nascimento:** 07/01/1987

Experiência Profissional:

João Velloso Filho é membro do Conselho de Administração, do Comitê de Finanças e do Comitê de Pessoas da CBA. É graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e possui MBA em Finanças pelo Insper. Com mais de 15 anos de experiência profissional, iniciou sua carreira no Instituto Votorantim e, posteriormente, foi trainee na Votorantim Cimentos e na Votorantim Metais - CBA. Foi um dos sócios fundadores da Investment One Partners, gestora de investimentos independente sediada em São Paulo, sendo responsável pela área de Wealth Management. João também atuou como diretor na Helipark Manutenção Aeronáutica, onde, desde 2020, é membro do conselho consultivo. É executivo na Votorantim S.A., desde 2021, exercendo o cargo de Sr. Principal. Além disso, integra o Conselho de Administração da Hejoassu, holding controladora do Grupo Votorantim.

Ele declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de Finanças		23/06/2025	24/08/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de Remuneração e Pessoas		23/06/2025	07/03/2024

Nome:	JOSÉ ECIO PEREIRA DA COSTA JÚNIOR	**CPF:**	359.920.858-15	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Administrador de empresas e Contador	**Data de Nascimento:**	11/09/1951

Experiência Profissional:

Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e possui experiência consolidada em auditoria como sócio de Empresas de Auditoria e posteriormente como conselheiro. Foi sócio de auditoria da Arthur Andersen S/C por 16 anos e da Deloitte Touche Tomatsu entre 2002 e 2007. É fundador da JEPereira Consultoria em Gestão de Negócios, onde se dedica a trabalhos de consultoria voltados, especialmente, para atuação em governança corporativa, conselhos e comitês de auditoria.

O Sr. José Écio Pereira da Costa Júnior ocupou os seguintes cargos nas empresas do grupo econômico da Companhia: Coordenador do Comitê de Auditoria da Citrosuco Agroindústria S.A. de junho de 2017 a Dezembro de 2024, coordenador do Comitê de Auditoria da Votorantim Energia S.A. de junho de 2017 a fevereiro de 2022. e da Votorantim Cimentos S.A. de outubro de 2013 a abril de 2023. Além disso, é também membro do Comitê de Auditoria da Construtora Tenda S.A., membro do Comitê de Auditoria da Mobly S.A., membro do Conselho de Administração da Princecampos Participações S.A. e da SERVOPA S.A. e membro do Conselho Fiscal da Ser Educacional S.A e da Demercado Investimentos S.A. O Sr. Écio foi membro Comitê de Conformidade e Auditoria da Braskem S.A de novembro de 2021 a dezembro de 2024, e também membro do Conselho Consultivo da CVI Participações de abril de 2010 a fevereiro de 2022. Ocupa também assento no Conselho Consultivo do IBEF PR - Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros do Paraná. O Sr. José Écio é membro do Comitê de Auditoria Estatutário da CBA com reconhecida experiência em contabilidade societária.

Ele declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	23/04/2021	6 anos			23/04/2021	01/07/2017

Nome: LUIS ERMÍRIO DE MORAES **CPF:** 051.558.168-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/04/1960

Experiência Profissional:

O profissional mencionado estudou no Colégio Rio Branco e se formou em Engenharia pela Colorado School of Mines. Nos anos 1980, iniciou sua carreira na Companhia Níquel Tocantins, parte do grupo Votorantim, onde liderou melhorias nos processos técnicos, resultando em três patentes. Durante os anos 1990, fez a transição da área técnica para a gestão, tornando-se presidente da Níquel Tocantins.

No início dos anos 2000, acompanhando a evolução da governança da Votorantim, passou a ser membro do conselho, cargo que ocupa até hoje. Na mesma época, esteve à frente da Votorantim Novos Negócios, um ramo voltado para o fomento de empresas focadas em inovações tecnológicas, especialmente nos setores de biotecnologia e informática. Também foi Chairman da Votorantim Metais Zinco (atual Nexa) e conselheiro da Citrosuco.

Atualmente, atua como conselheiro da Nexa Resources, da CBA e da Votorantim S.A. Além disso, ocupa os cargos de conselheiro da Hejoassu e de diretor da holding familiar AEM Participações S.A.

Ele declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de Projetos de Capital e Performance Operacional		23/06/2025	23/06/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de Remuneração e Pessoas		23/06/2025	01/07/2017
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de Sustentabilidade		23/06/2025	07/03/2024

Nome: RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO **CPF:** 506.725.097-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro químico **Data de Nascimento:** 08/04/1957

Experiência Profissional:

Ricardo Carvalho é Engenheiro Químico pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e possui um MBA em Gestão Empresarial pela FGV, além de cursos de liderança no MIT e IMD. Com 40 anos de experiência no setor minero-metalúrgico, especialmente em alumínio, sua trajetória inclui 20 anos na Alcoa, onde trabalhou nas áreas de Refinaria e Salas Fornos.

De 1999 a 2004, ele atuou como diretor do Negócio Níquel em sua primeira passagem pela Votorantim Metais, atualmente conhecida como Nexa Resources. Entre 2004 e 2014, Ricardo trabalhou na Vale, onde ocupou as funções de diretor de Alumínio e, posteriormente, diretor de Operações de Metais Básicos, primeiro no Atlântico Sul e depois na região Ásia/Pacífico.

Ricardo retornou à Votorantim em 2014 como Diretor do Negócio Alumínio, liderando a redefinição da estratégia do negócio e o spin-off da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) com a Nexa. Ele ocupou o cargo de diretor-presidente da CBA de 2016 a 2023, onde foi responsável pela implementação da estratégia de longo prazo dos negócios Primários, Transformados e Energia, além de gerenciar o Negócio Níquel e liderar com sucesso o IPO da empresa na B3 em 2021.

Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração da CBA desde abril de 2023, além de ser Conselheiro Presidente e membro do Comitê de Pessoas do Instituto Votorantim, bem como membro do Comitê de sustentabilidade do Ensina Brasil, membro do Chapter Zero Brazil (IBGC).

Ricardo declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de Remuneração e Pessoas		23/06/2025	02/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de Projetos de Capital e Performance Operacional		23/06/2025	23/06/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de Sustentabilidade		23/06/2025	07/03/2024

Nome: SERGIO CITERONI **CPF:** 042.300.688-67 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas e Contador **Data de Nascimento:** 30/05/1958

Experiência Profissional:

Sergio Citeroni possui significativa experiência em auditoria, contabilidade e finanças, além de ampla atuação no relacionamento com comitês de auditoria, conselhos fiscais e de administração.
Atualmente, é membro do CAE da CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) e integrante da Comissão de Finanças, Fiscalização e Controles do IBGC.

Desenvolveu sua carreira na EY (Ernst & Young) Auditores Independentes, onde atuou por 37 anos em funções gerenciais e técnicas, além de conduzir importantes projetos nacionais e internacionais.

É bacharel em Ciências Contábeis e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Citeroni também foi membro dos Comitês de Auditoria do Banco da Amazônia S.A. (BASA), da Cia Paulista de Securitização (CPSEC), da Fibria S.A. Papel e Celulose e da CBTU – Companhia Brasileira de Transportes Urbanos, além de ter exercido a presidência do Conselho Fiscal da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

Como professor convidado, ministrou a disciplina “Governança Corporativa" no MBA InCompany em Gestão Financeira da FGV e no MBA em Controladoria e Gestão Financeira do FIPECAFI. Ademais, atua como consultor de empresas do segundo setor.

Citeroni também concluiu diversos cursos de especialização nas áreas de Contabilidade e Auditoria, Estratégia, Liderança, Governança Corporativa e Relatório Integrado, oferecidos por instituições como EY, Harvard Business School, IBGC e Grupo Report.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	23/04/2021	6 anos			23/04/2021	23/04/2021

Nome:	SERGIO RICARDO ROMANI	**CPF:**	728.647.617-34	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Contador	**Data de Nascimento:**	05/06/1959

Experiência Profissional:

Sergio Romani é membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria da Companhia desde 2021. Com mais de 40 anos de experiência profissional, possui diversos cursos de especialização e formação em Contabilidade e Auditoria, Estratégia, Liderança, Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Desenvolvimento de Negócios, oferecidos por instituições renomadas como EY (Ernst Young), Kellogg School of Business, Harvard Business School e IBGC.

Durante sua carreira de 36 anos na EY, até sua aposentadoria compulsória em 2019, Sergio trabalhou com empresas de capital aberto no Brasil e nos Estados Unidos, abrangendo setores diversificados da economia. Nos últimos 10 anos na EY, suas principais experiências incluem: (i) CEO da Cone Sul da América Latina (Latin America South - LAS, abrangendo Brasil e outros quatro países) e Chairman do LAS Board; (ii) Membro efetivo do Board Américas e Global da EY; e (iii) Líder de Auditoria, Consultoria Contábil e Financeira, Fraudes e Investigações na América do Sul e Brasil. Ele é graduado em Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula, tendo concluído seu curso em agosto de 1989.

Atualmente, Sergio ocupa os cargos de membro consultor do Comitê de Auditoria e Riscos da Vale, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Auren e da CESP, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da CBA (Cia Brasileira de Alumínio), bem como membro Coordenador do Comitê de Auditoria da Igua Saneamento. Ele também é sócio da SR Assessoria e Consultoria de Negócios desde setembro de 2019.

Sergio declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que o tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Além disso, com base em sua declaração de independência, currículo e histórico profissional, ele é considerado conselheiro independente em conformidade com os critérios de independência do regulamento do segmento denominado Novo Mercado da B3.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	30/09/2021	6 anos		Coordenador	30/09/2021	30/09/2021

Nome: SÔNIA APARECIDA CONSIGLIO FAVARETTO **CPF:** 091.199.808-09 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Jornalista **Data de Nascimento:** 16/05/1967

Experiência Profissional:

Sonia é jornalista formada pela Faculdade Casper Líbero em 1987, escritora, palestrante e especialista em responsabilidade social corporativa, desenvolvimento sustentável e comunicação corporativa. Diretora do BankBoston pelo período de 1998 até 2006. Também ocupou o cargo de Superintendente de Sustentabilidade e Comunicação no Banco Itaú Unibanco (janeiro de 2007 até outubro de 2009). No período de novembro de 2009 até dezembro de 2019 ocupou posições na B3 (Brasil Bolsa Balcão), sendo Presidente do Conselho Deliberativo do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, Diretora de Comunicação, Imprensa e Sustentabilidade e Superintendente da B3 Social. Foi reconhecida em 2016 como “SDG Pioneer” pelo Pacto Global da ONU, primeira mulher brasileira.

Atualmente é membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Auditoria e Presidente do Comitê ESG da Vinci Compass; membro do Conselho de Administração da EcoRodovias; membro do Comitê ESG da Citrosuco; Líder da Rede Anbima de Sustentabilidade; membro do Comitê Consultivo do Movimento “Elas Lideram 2030” do Pacto Global da ONU no Brasil; membro do Conselho Consultivo da BrazilFoundation; membro do Conselho Técnico do Instituto Ekos Brasil; membro do Conselho Fiscal da Coalizão Brasil, Clima, Floresta e Agricultura; e membro do Comitê ESG do Grupo Conselheiros. É instrutora de Sustentabilidade do IBGC – Inst. Bras. de Governança Corporativa, da FIA Business School e da Aberje. Colunista do Valor Investe e Top Voice de Sustentabilidade pelo LinkedIn.

Ela declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenações criminais, a condenações em processos administrativos da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem a condenações transitadas em julgado que a tenham suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/2025	2 anos	Comitê de Sustentabilidade		23/06/2025	21/06/2021

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
JOÃO ZEFERINO FERREIRA VELLOSO FILHO	344.431.038-21	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	61.409.892/0001-73	
Conselheiro	N/A		Brasil	
Pessoa relacionada				
REGINA HELENA SCRIPILLITI VELLOSO	174.502.798-00	Votorantim S.A.	03.407.049/0001-51	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Acionista Indireto	N/A		Brasil	
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
LUIS ERMÍRIO DE MORAES	051.558.168-23	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	61.409.892/0001-73	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasil	
Pessoa relacionada				
Antonio Ermirio de Moraes Filho	033.973.968-16	Votorantim S.A.	03.407.049/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Acionista Indireto	N/A		Brasil	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
LUIS ERMÍRIO DE MORAES	051.558.168-23	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	61.409.892/0001-73	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasil	
Pessoa relacionada				
Rubens Ermirio de Moraes	154.303.818-29	Votorantim S.A.	03.407.049/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Acionista Indireto	N/A		Brasil	
Observação				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
LUIS ERMÍRIO DE MORAES	051.558.168-23	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	61.409.892/0001-73	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasil	
Pessoa relacionada				
ROSA HELENA COSTA DE MORAES	285.180.278-02	Votorantim S.A.	03.407.049/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Acionista Indireta	N/A		Brasil	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
LUIS ERMÍRIO DE MORAES	051.558.168-23	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	61.409.892/0001-73	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasil	
Pessoa relacionada				
MARIA LÚCIA COSTA DE MORAES	260.315.798-12	Votorantim S.A.	03.407.049/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Acionista Indireta	N/A		Brasil	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
LUIS ERMÍRIO DE MORAES	051.558.168-23	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	61.409.892/0001-73	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasil	
Pessoa relacionada				
VERA REGINA COSTA DE MORAES	146.618.158-31	Votorantim S.A.	03.407.049/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Acionista Indireta	N/A		Brasil	
Observação				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
LUIS ERMÍRIO DE MORAES	051.558.168-23	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	61.409.892/0001-73	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasil	
Pessoa relacionada				
MARIA REGINA COSTA ERMIRIO DE MORAES	262.505.588-02	Votorantim S.A.	03.407.049/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Acionista Indireta	N/A		Brasil	
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2025

Administrador do Emissor

ALBINO MERCADO JÚNIOR	137.110.818-86	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

eleito em abril de 2025 - mandato até abril de 2027

Administrador do Emissor

ALBINO MERCADO JÚNIOR	137.110.818-86	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

eleito em abril de 2025 - mandato até abril de 2027

Administrador do Emissor

ANDRESSA RISSATO BROLACCI LAMANA	251.249.718-60	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Mineração Macedo Ltda.	48.656.146/0001-16		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

eleita em abril de 2025 - mandato por tempo indeterminado

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investodores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato por tempo indeterminado			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investodores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investodores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato por tempo indeterminado			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Diretora Financeira e de Relações com Investodores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2027			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investodores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2027			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investodores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Macedo Ltda.	48.656.146/0001-16		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato por prazo indeterminado			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlador Direto
Diretora Financeira e de Relações com Investodores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investodores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investodores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
FLAVIO MENDES AIDAR	260.111.038-47	Subordinação	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VOTORANTIM S.A.	03.407.049/0001-51		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
reeleito			
Administrador do Emissor			
GLAISY PERES DOMINGUES	072.823.557-97	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VOTORANTIM S.A.	03.407.049/0001-51		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
reeleita			
Administrador do Emissor			
JOÃO ZEFERINO FERREIRA VELLOSO FILHO	344.431.038-21	Subordinação	Controlador Direto
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VOTORANTIM S.A.	03.407.049/0001-51		
Gestor de Investimentos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Além do cargo acima, o Sr. João ocupa o cargo de Conselheiro na Hejoassu Administração S/A (controladora indireta da Companhia)			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato por tempo indeterminado			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2027			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato por tempo indeterminado			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2027			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2027			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Macedo Ltda.	48.656.146/0001-16		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato por prazo indeterminado			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2027			
Administrador do Emissor			
LUIS ERMÍRIO DE MORAES	051.558.168-23	Subordinação	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
AEM PARTICIPAÇÕES S.A.	05.062.403/0001-89		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
REELEITO			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato por prazo indeterminado			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2027			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato por prazo indeterminado			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2027			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2027			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Macedo Ltda.	48.656.146/0001-16		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato por tempo indeterminado			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
ROGÉRIO PEREIRA JORGE	286.628.278-70	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
ROGÉRIO PEREIRA JORGE	286.628.278-70	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.	04.756.038/0001-40		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2027			
Administrador do Emissor			
ROGÉRIO PEREIRA JORGE	286.628.278-70	Subordinação	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
ROGÉRIO PEREIRA JORGE	286.628.278-70	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril de 2026			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato até abril 2027			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
mandato por tempo indeterminado			

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Indireta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Macedo Ltda.	48.656.146/0001-16		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	07.614.088/0001-80		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Ocupou o cargo até fevereiro de 2024.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
FLAVIO MENDES AIDAR	260.111.038-47	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VOTORANTIM S.A.	03.407.049/0001-51		
Diretor não estatutário	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
GLAISY PERES DOMINGUES	072.823.557-97	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VOTORANTIM S.A.	03.407.049/0001-51		
Diretora Jurídica e Planejamento Tributário da Votorantim S.A. ("VSA")	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Além dos cargos acima a Sra. Glaisy é Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Citrosuco Agroindústria S.A.			
Administrador do Emissor			
JOÃO ZEFERINO FERREIRA VELLOSO FILHO	344.431.038-21	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VOTORANTIM S.A.	03.407.049/0001-51		
Gestor de Investimentos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Além do cargo acima, o Sr. João ocupa o cargo de Conselheiro na Hejoassu Administração S/A (controladora indireta da Companhia).			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	07.614.088/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Exerceu a função até fevereiro de 2024			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Macedo Ltda.	48.656.146/0001-16		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUIS ERMÍRIO DE MORAES	051.558.168-23	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
AEM PARTICIPAÇÕES S.A.	05.062.403/0001-89		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Além do cargo acima o Sr. Luis Ermírio de Moraes ocupa os cargos de: Conselheiro da Hejoassu S.A., Conselheiro da Votorantim S.A., Conselheiro da Nexa Resources.			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Macedo Ltda.	48.656.146/0001-16		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	07.614.088/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Ocupou o cargo até fevereiro de 2024.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
ROGÉRIO PEREIRA JORGE	286.628.278-70	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.	04.756.038/0001-40		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Empossado em 04 de novembro de 2024.			
Administrador do Emissor			
ROGÉRIO PEREIRA JORGE	286.628.278-70	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Empossado em 26 de novembro de 2024.			
Administrador do Emissor			
ROGÉRIO PEREIRA JORGE	286.628.278-70	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Indireta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	07.614.088/0001-80		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Ocupou o cargo até fevereiro de 2024.			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Macedo Ltda.	48.656.146/0001-16		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Indireta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA	303.038.168-48	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Financeira e De Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	07.614.088/0001-80		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
ocupou o cargo até 31.12.2023			
Administrador do Emissor			
GLAISY PERES DOMINGUES	072.823.557-97	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VOTORANTIM S.A.	03.407.049/0001-51		
Diretora Jurídica e Planejamento Tributário da Votorantim S.A. (“VSA”)	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Além dos cargos acima a Sra. Glaisy é Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Citrosuco Agroindústria S.A.			
Administrador do Emissor			
JOÃO ZEFERINO FERREIRA VELLOSO FILHO	344.431.038-21	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VOTORANTIM S.A.	03.407.049/0001-51		
Gestor de Investimentos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Além do cargo acima, o Sr. João ocupa o cargo de Conselheiro na Hejoassu Administração S/A (controladora indireta da Companhia).			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Macedo Ltda.	48.656.146/0001-16		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Em 19/12/2023 assumiu como diretor presidente.			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	07.614.088/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LUCIANO FRANCISCO ALVES	256.736.768-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUIS ERMÍRIO DE MORAES	051.558.168-23	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
AEM PARTICIPAÇÕES S.A.	05.062.403/0001-89		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Além do cargo acima o Sr. Luis Ermírio de Moraes ocupa os cargos de: Conselheiro da Hejoassu S.A., Conselheiro da Votorantim S.A., Conselheiro da Nexa Resources.			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	07.614.088/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Macedo Ltda.	48.656.146/0001-16		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RENATO MAIA LOPES	174.681.128-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO	506.725.097-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Pessoa Relacionada			
VOTORANTIM S.A.	03.407.049/0001-51		
Presidente do Conselho de Administração do Instituto Votorantim	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Até 26 de abril de 2023, Sr. Ricardo atuava no cargo de Diretor-Presidente da Companhia, sendo eleito ao cargo de conselheiro efetivo em 27 de abril de 2023. Além disso, até a sua posse como Conselheiro ocupava os cargos nas sociedades: Metalex Ltda, CBA Itapissuma Ltda, Porto São Marcos Ltda, Mineração Rondon Ltda, Santa Cruz Geração de Energia S/A, CBA Baesa Geração de Energia Ltda., CBA Machadinho Geração de Energia Ltda., Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda., L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. e Mineração Macedo Ltda. (todas controladas diretas da Companhia), e também como membro do Conselho de Administração da Mineração Rio do Norte S.A. (coligada da Companhia).			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Porto de São Marcos Ltda.	29.735.392/0001-19		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	05.304.298/0001-47		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Indireta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Baesa Geração de Energia Ltda.	26.942.138/0001-01		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA ITAPISSUMA LTDA.	05.342.105/0006-57		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CBA Machadinho Geração de Energia S.A.	24.241.083/0001-79		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	25.260.454/0001-22		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
METALEX LTDA.	03.486.563/0001-20		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Mineração Rondon Ltda.	26.942.155/0001-30		
Administradora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
ROSELI MARIA DE SOUZA MILAGRES	023.689.147-22	Subordinação	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	07.614.088/0001-80		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia contrata, anualmente, dentre outros seguros, a apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos seus administradores, diretores e/ou conselheiros, o reembolso dos valores pagos a título de indenização, decorrentes de reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia.

Atualmente temos apólices (vigente de 01/04/2026 à 01/04/2027) contratadas junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e Starr International Brasil Seguradora S.A (juntas denominadas “Seguradoras”). O valor agregado total líquido do prêmio do seguro contratado pela Companhia foi de R$ 400,3 mil, com limite máximo de indenização de R$ 135.000.000,00. O seguro D&O conta principalmente com as seguintes coberturas:

(i) Cobertura A – Indenização aos Administradores: por meio da qual as Seguradoras se obrigam a pagar aos segurados (ou terceiros beneficiários) as perdas indenizáveis resultantes de uma reclamação coberta, até o limite máximo de garantia da apólice (ou limite máximo de indenização específico da cobertura), quando a Companhia não indenizou previamente os segurados;

(ii) Cobertura B – Reembolso ao Tomador: por meio da qual as Seguradoras se obrigam a reembolsar à Companhia as perdas indenizáveis incorridas com reclamações cobertas propostas contra os segurados, nos casos em que a Companhia tenha previamente os indenizado, até o limite máximo de garantia da apólice (ou limite máximo de indenização específico da cobertura); e

(iii) Cobertura C – Indenização ao Tomador, exclusivamente no Âmbito do Mercado de Capitais: por meio da qual as Seguradoras se obrigam a pagar, em nome da Companhia, os prejuízos financeiros decorrentes de reclamações no âmbito do Mercado de Capitais até o limite máximo de garantia da apólice.

A Companhia esclarece que tais valores podem ser insuficientes para garantir a indenização de eventuais danos causados a terceiros e à Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos três últimos anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2023	84,48%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2024	77,03%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	23/10/2024	71,06%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	24/04/2025	78,70%	Não

Segmento do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir voluntariamente melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira.

Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: emitir apenas ações ordinárias; manter em circulação, no mínimo, (i) 25% do capital social; ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações de emissão da Companhia se mantenha igual ou superior a R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses; (iii) constituir um Comitê de Auditoria; (iv) aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; (v) instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto social da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Atribuições dos órgãos e comitês de assessoramento do conselho de administração, hierarquia e avaliação

7.8 Outras informações relevantes

As informações relativas aos temas estão descritas na seção 7, aos itens 7.1 e 7.2.

Governança da companhia com relação aos fatos que tem impactos contra terceiros nas reuniões do conselho de administração

A Companhia informa que todos os temas levados ao conhecimento ou deliberação do seu conselho de administração são alinhados com a antecedência devida, tanto para que possam ser discutidos nos comitês e fóruns necessários, quanto para que constem nas pautas necessárias. Ademais, os materiais referentes às apresentações realizadas nas reuniões do Conselho de Administração são disponibilizados por canal único e próprio com, ao menos, uma semana de antecedência à data da reunião, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração, de modo a permitir leituras prévias, sem prejuízo de discussões anteriores com os pontos focais.

Ainda, as informações relativas às informações de mercado são recorrentemente discutidas pela diretoria de relações com investidores e o Comitê de Finanças da Companhia, sendo refletidas e apresentadas nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, da diretoria não estatutária não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2021 e revisada em 24 de agosto de 2022 e poderá ser acessada na página de relação com investidores da Companhia (www.cba.com/ri), no website da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (www.b3.com.br) (“Política de Remuneração”). Não obstante, os objetivos e práticas de remuneração da Companhia, estão alinhados às práticas de mercado, com o intuito de (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os empregados na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que, ao mesmo tempo em que valorizem o trabalho em equipe, permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) ser uma importante alavanca para o desenvolvimento da cultura desejada, além de um forte estímulo aos executivos na realização do plano estratégico e para a criação de valor.

A Companhia determina as remunerações de seus profissionais de acordo com: (a) as funções e responsabilidades de cada um; (b) as práticas de mercado para garantir competitividade, atração e retenção dos profissionais; (c) o desempenho individual e coletivo das equipes, no que tange as metas operacionais e financeiras; e (d) metas socioambientais.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório:

O valor anual global da remuneração dos administradores é aprovado em assembleia geral. Após a definição das verbas globais de remuneração, a remuneração individual e o valor atribuído a cada membro da administração são definidos e aprovados em reunião do Conselho de Administração.

O Comitê de Remuneração e Pessoas é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, opinando no processo decisório de tal órgão para uma decisão fundamentada e em linha com as boas práticas de mercado e com a Política de Remuneração da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público em conformidade com os limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avalições apresentadas pelo Comitê de Remuneração e Pessoas, pautadas em referências e estudos de mercado para posições de complexidade similar, conduzidos por empresas externas especializadas e independentes.

8.1 Política ou prática de remuneração

O painel de empresas que compõem a base desses estudos é selecionado levando em consideração critérios como: (a) porte (faturamento) similar ao da Companhia; (b) indústrias de diferentes setores, mas, principalmente, do setor de mineração e metalurgia; (c) empresas de capital nacional e subsidiárias de empresas estrangeiras líderes em seus respectivos segmentos de atuação; e (d) práticas de remuneração consistentes e reconhecidas no mercado.

O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos, baseando-se em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor. Já a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia:

O Conselho de Administração avalia constantemente a adequação da remuneração de curto e longo prazos em relação ao que é praticado no mercado.

O Comitê de Remuneração e Pessoas da Companhia avalia a adequação da Política de Remuneração anualmente, de forma a verificar a aderência com as responsabilidades de cada administrador, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão, sugerindo eventuais alterações e atualizações ao Conselho de Administração.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por:

(i) Remuneração Fixa, sendo 12 pagamentos mensais, a qual é alinhada com práticas de mercado e objetiva compensar diretamente os membros do Conselho de Administração da Companhia pela contribuição individual, responsabilidades e expertise aportada ao crescimento do negócio;

(ii) Possibilidade de valor fixo mensal adicional, caso participe também de comitês de assessoramento;

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração são reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em:

(i) Remuneração Fixa, alinhada às práticas de mercado e composta: (a) por 13 pagamentos mensais, mais o terço constitucional de férias, e (b) pacotes de benefícios. O objetivo da remuneração fixa mensal é reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio;

O pacote de benefícios oferecidos pela Companhia visa garantir a competitividade das práticas de remuneração e complementar o plano de compensação com itens de assistência social de forma a dar uma maior segurança, qualidade de vida e permitir foco no desempenho de suas funções. Os benefícios oferecidos podem ser: (i) seguro de vida; (ii) plano de assistência médica e odontológica; (iii) plano de previdência privada; (iv) vale refeição; (v) estacionamento; e (vi) treinamentos e cursos periódicos;

8.1 Política ou prática de remuneração

(ii) Remuneração Variável, atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustadas de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão, assim como entregas estratégicas, sendo que parte desta é paga no exercício subsequente à aferição do resultado (curto prazo) e pode haver parte diferida em um ciclo de cinco exercícios (longo prazo).

O programa de incentivo de curto prazo visa alinhar as prioridades de curto prazo com o planejamento estratégico da Empresa, recompensando o cumprimento de metas anuais, com escalas de desempenho mínimo, target e superação de resultados. O programa de incentivo de longo prazo visa promover alinhamento entre os interesses dos executivos e dos acionistas para garantir a criação contínua de valor. O modelo também visa engajar a Administração no desenvolvimento e entrega de um plano estratégico consistente, bem como atrair e reter executivos.

Adicionalmente, a Companhia prevê em sua Política de Remuneração, uma premiação ou bônus como parte da remuneração variável estratégica. Os membros da Diretoria da Companhia poderão receber tais valores por desempenho e/ou atividade extraordinário no período, visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia.

(iii) Benefícios Pós-Emprego, referente a obrigações e/ou benefícios pós-emprego que poderão ser negociados ou atribuídos, representados dentre outros por: (a) seguro de pessoas; (b) plano de saúde; (c) obrigações de não concorrência; e (d) plano de previdência privada; e

(iv) Benefícios motivados pela Cessação do Exercício do Cargo, poderão ocorrer em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração e com a devida divulgação, nos termos das normas aplicáveis.

Diretoria Não Estatutária

A Remuneração da Diretoria Não Estatutária mantém a mesma estrutura de componentes adotada para a Diretoria Estatutária.

Conselho Fiscal

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado na data deste Formulário de Referência.

Comitês

Todos os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria Estatutário, do Comitê de Remuneração de Pessoas, do Comitê de Finanças do Comitê de Sustentabilidade e do Comitê de Projetos de Capital e Perfomance Operacional, são elegíveis a uma remuneração fixa mensal, com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio.

Os membros de comitês que porventura participem de outro órgão da Companhia, poderão, caso assim aprovado, ter sua remuneração atribuída a um ou mais cargos que ocupem, respeitados os limites estabelecidos nas normas aplicáveis à Companhia. Adicionalmente, os membros dos comitês são reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 Dezembro de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitês	Conselho Fiscal
Salário ou pró-labore	75,96%	28,86%	100%	N/A

8.1 Política ou prática de remuneração

Benefícios direto e indireto	0,00%	2,76%		N/A
Participação em comitê	24,04%	0,00%		N/A
Bônus	0,00%	0,00%		N/A
Participação em resultado	0,00%	21,93%		N/A
Outros tipos	0,00%	46,45%		N/A
Baseada em ações	0,00%	0,00%		N/A
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100%**	**N/A**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Comitês**	**Conselho Fiscal**
Salário ou pro-labore	76,77%	35,76%	100%	N/A
Benefícios direto e indireto	0,000%	3,52%		N/A
Participação em Comitês	23,23%	0,000%		N/A
Bônus	0,000%	0,000%		N/A
Participação nos Resultados	0,000%	24,64%		N/A
Outros Tipos	0,000%	36,08%		N/A
Baseada em Ações	0,000%	0,000%		N/A
TOTAL	**100,000%**	**100,000%**	**100%**	**N/A**

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitês	Conselho Fiscal
Salário ou pro-labore	81,39%	32,25%	100%	N/A
Benefícios direto e indireto	0,000%	3,28%		N/A
Participação em Comitês	18,61%	0,000%		N/A
Bônus	0,000%	0,000%		N/A
Participação nos Resultados	0,000%	20,20%		N/A
Outros Tipos	0,000%	44,27%		N/A
Baseada em Ações	0,000%	0,000%		N/A
TOTAL	**100,000%**	**100,000%**	**100%**	**N/A**

(ii) razões que justificam a composição da remuneração:

A composição da remuneração paga aos administradores da Companhia é estruturada de forma a incentivar a melhoria contínua de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

A remuneração fixa é baseada em parâmetros de mercado e tem por objetivo reconhecer as contribuições individuais atreladas às responsabilidades do cargo, assim como as competências e experiências dos membros postas à disposição da empresa para o crescimento do negócio.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração anual com a remuneração variável, alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia nos curto e longo prazos.

Os programas de participação nos resultados – incentivos de curto prazo – visam alinhar as prioridades de curto prazo com o planejamento estratégico da Companhia, recompensando o cumprimento de metas anuais (financeiras e não financeiras – inclusive socioambientais), com escalas de desempenho mínimo, target e superação de resultados. Os incentivos de longo prazo são instituídos visando promover o alinhamento entre os interesses dos executivos e dos acionistas para garantir a criação contínua de valor. O modelo também visa engajar a Administração no desenvolvimento e entrega de um plano estratégico consistente, bem como atrair e reter executivos.

A Companhia acredita que a concessão de benefícios aos seus executivos é um instrumento capaz de aumentar a sua capacidade de retenção de talentos, à medida em que alinha os objetivos de curto e médio prazos dos executivos e da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

(iii) membros não remunerados e razões para esse fato:

Nos últimos três exercícios sociais, determinados membros do Conselho de Administração que eram representantes do acionista controlador da Companhia (Votorantim S.A.) renunciaram à remuneração e, por conseguinte, não foram remunerados por suas funções exercidas na Companhia.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer parcela da remuneração dos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário atribuídos aos administradores da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,67	0,00	13,67
Nº de membros remunerados	8,00	5,67	0,00	13,67
Esclarecimento	N/A	N/A	Não se aplica	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.140.000,00	9.736.876,95	0,00	13.876.876,95
Benefícios direto e indireto	0,00	861.316,88	0,00	861.316,88
Participações em comitês	1.380.000,00	0,00	0,00	1.380.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
Participação de resultados	0,00	11.701.125,00	0,00	11.701.125,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	16.448.244,92	0,00	16.448.244,92
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Programa de Incentivo a Longo Prazo (valores estimados)	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	5.520.000,00	41.147.563,75	0,00	46.667.563,75

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,17	0,00	16,17
Nº de membros remunerados	8,00	8,17	0,00	16,17
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.140.000,00	10.112.320,88	0,00	14.252.320,88
Benefícios direto e indireto	0,00	968.067,05	0,00	968.067,05
Participações em comitês	1.310.000,00	0,00	0,00	1.310.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.682.976,97	0,00	7.682.976,97
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	16.277.073,84	0,00	16.277.073,84
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Refere-se ao Incentivo de Longo Prazo estimado.	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	5.450.000,00	35.040.438,74	0,00	40.490.438,74

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,17	9,00	0,00	16,17
Nº de membros remunerados	7,17	9,00	0,00	16,17
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.819.333,34	10.209.999,99	0,00	14.029.333,33
Benefícios direto e indireto	0,00	1.004.349,79	0,00	1.004.349,79
Participações em comitês	1.155.666,67	0,00	0,00	1.155.666,67
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	-	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.035.019,99	0,00	7.035.019,99
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	10.301.012,33	0,00	10.301.012,33
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Refere-se ao Incentivo de Longo Prazo estimado	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	4.975.000,01	28.550.382,10	0,00	33.525.382,11

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	9,00	0,00	15,67
Nº de membros remunerados	6,67	9,00	0,00	15,67
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.498.666,67	9.510.993,69	0,00	13.009.660,36
Benefícios direto e indireto	0,00	968.221,15	0,00	968.221,15
Participações em comitês	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.956.197,80	0,00	5.956.197,80
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	13.055.027,06	0,00	13.055.027,06
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Refere-se ao Incentivo de Longo Prazo estimado	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	4.298.666,67	29.490.439,70	0,00	33.789.106,37

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	5,67		**13,67**
N° de membros remunerados	0,00	5,67		**5,67**
Esclarecimento	-			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2400000,00		**2.400.000,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2400000,00		**2.400.000,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	688750,00		**688.750,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	11701125,00		**11.701.125,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7800750,00		**7.800.750,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	8,17	0,00	**16,17**
N° de membros remunerados	0,00	8,17	0,00	**8,17**
Esclarecimento	-		Não há Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1334106,36	0,00	**1.334.106,36**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12020564,24	0,00	**12.020.564,24**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	8222555,28	0,00	**8.222.555,28**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	7682976,97	0,00	**7.682.976,97**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,17	9,00	0,00	**16,17**
N° de membros remunerados	0,00	9,00	0,00	**9,00**
Esclarecimento	-		Não há Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2190000,00	0,00	**2.190.000,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	977678,57	0,00	**977.678,57**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	631935,14	0,00	**631.935,14**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8851389,84	0,00	**8.851.389,84**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5900926,56	0,00	**5.900.926,56**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	7035019,99	0,00	**7.035.019,99**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,67	9,00	0,00	**15,67**
N° de membros remunerados	0,00	9,00	0,00	**9,00**
Esclarecimento	Não recebem remuneração variável		Não há Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	658174,94	0,00	**658.174,94**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10482486,89	0,00	**10.482.486,89**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7042491,26	0,00	**7.042.491,26**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5956197,80	0,00	**5.956.197,80**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores, e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Outorga de opções de compra de ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Até 31 de dezembro de 2025, nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.7 Opções em aberto

8.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2025, não havia qualquer opção em aberto detida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária da Companhia.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que, até 31 de dezembro de 2025, nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Não aplicável tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações para colaboradores, membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatuária.

8.10 Outorga de ações

8.10 - Outorga de ações

Não aplicável tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações para colaboradores, membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatuária.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações para colaboradores, membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

A tabela abaixo indica a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, na data deste Formulário de Referência:

Em 31/12/2025				
Sociedade	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	6.380	18.425	0	24.805
AEM PARTICIPAÇÕES S.A.	76.081.012	0	0	76.081.012

8.14 Planos de previdência

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,17
Nº de membros remunerados	N/A	8,17
Nome do plano	N/A	Plano de Benefícios Votorantim Prev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	4
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Mínimo de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 5 (cinco) anos de serviço contínuo ou 53 (cinquenta e três) anos de idade e 10 (dez) de serviço contínuo, desde que não seja elegível ao benefício de aposentadoria normal pelo plano.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 7.491.602,73
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 466.439,75
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	O resgate é possível para os participantes que se desligarem da patrocinadora e do plano. Seu valor corresponde a 100% (cem por cento) do saldo da conta de participante + uma percentagem do saldo da conta de patrocinadora, a depender do tempo de serviço contínuo na data do término do vínculo empregatício.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	8,17	9,00	9,00	8,00	7,17	6.67
Nº de membros remunerados	8,17	9,00	9,00	8,00	7,17	6,67
Valor da maior remuneraçãoReal	9.052.051,89	4.415.608,95	4.460.567,71	780.000,00	780.000,00	780.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	2.733.033,25	2.805.073,11	1.401.657,79	480.000,00	480.000,00	480.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	3.495.405,22	3.172.264,68	3.276.715,52	517.592,38	694.186,05	644.800,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2025	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para fins de cálculo do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi feita a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2024	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para fins de cálculo do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi feita a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2023	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para fins de cálculo do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi feita a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2025	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para fins de cálculo do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi feita a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2024	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para fins de cálculo do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi feita a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2023	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para fins de cálculo do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi feita a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía uma política específica que estruturasse mecanismos para destituição do cargo e aposentadoria. Não obstante o acima, a Companhia tem como prática firmar contratos denominados “Instrumento Particular de Não Concorrência e Outras Avenças”, que prevê o pagamento, pela Companhia ao executivo, de um valor a título de indenização, em razão do compromisso de não concorrência assumido nos termos do referido instrumento.

Adicionalmente, a Companhia mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para seus Administradores (D&O) em condições usuais de mercado, visando garantir garantir aos seus Administradores o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia. Para mais informações a respeito do Seguro D&O, vide item 7.7 deste Formulário de Referência.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 - Percentual da remuneração atribuído a partes relacionadas na remuneração

Exercício social findo encerrado	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
31/12/2026	30%		
31/12/2025	30%	-	-
31/12/2024	25%	-	-
31/12/2023	36%	-	-

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que, nos três últimos exercícios sociais os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária (haja vista que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado) não receberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos, não havendo, também, previsão para que isso ocorra no exercício social corrente.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não receberam remuneração de seus controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas nos três últimos exercícios sociais e não há previsão para que isso ocorra no exercício social corrente.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 - Outras informações relevantes

Não aplicável, uma vez que não há outras informações relevantes relativas à Seção 8 do Formulário de Referência que já não tenha sido citadas nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	**002879**	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
08/05/2018	01/01/2018	

Descrição dos serviços prestados

Serviços relacionados: auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de certas controladas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e das informações trimestrais da Companhia que compõem o respectivo período, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

No último exercício social foram pagos aos auditores independentes: R$ 2.129.597,66 (dois milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos) referentes ao item serviço relacionado descrito acima.

Justificativa da substituição

Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 - Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia Brasileira de Alumínio informa que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (”PWC”), prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além da auditoria e serviços relacionados à auditoria, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 - Outras Informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	67	358	0	0	5
Não-liderança	1012	4295	0	0	80
TOTAL = 5.817	**1079**	**4653**	**0**	**0**	**85**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	319	14	78	1	0	16
Não-liderança	40	2944	475	1803	8	0	117
TOTAL = 5.817	**42**	**3263**	**489**	**1881**	**9**	**0**	**133**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	5	359	66
Não-liderança	1220	3611	556
TOTAL = 5.817	**1225**	**3970**	**622**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	18	412	0
Não-liderança	237	5150	0
TOTAL = 5.817	**255**	**5562**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	10	418	2	0
Não-liderança	0	0	77	5290	20	0
TOTAL = 5.817	**0**	**0**	**87**	**5708**	**22**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	24	62	0	0	1
Sudeste	1050	4574	0	0	84
Sul	5	17	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 5.817	**1079**	**4653**	**0**	**0**	**85**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	1	31	11	40	0	0	4
Sudeste	41	3221	474	1836	9	0	127
Sul	0	11	4	5	0	0	2
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 5.817	**42**	**3263**	**489**	**1881**	**9**	**0**	**133**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	15	55	17
Sudeste	1207	3903	598
Sul	3	12	7
Exterior	0	0	0
TOTAL = 5.817	**1225**	**3970**	**622**

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico da Companhia)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Quantidade de empregados por declaração de gênero					
	Feminino	**Masculino**	**Não binário**	**Outros**	**Prefere não responder**
Empregados em posição de não liderança	1012	4295	0	0	80
Empregados em posição de liderança	67	358	0	0	5
Total	1079	4653	0	**0**	85

Quantidade de empregados por declaração de cor e raça							
	Amarelo	**Branco**	**Preto**	**Pardo**	**Indígena**	**Outros**	**Prefere não responder**
Empregados em posição de não liderança	40	2944	475	1803	8	0	117
Empregados em posição de liderança	2	319	14	78	1	0	16
Total	42	3263	489	1881	9	**0**	133

Quantidade de empregados por posição e faixa etária			
	Abaixo dos 30 anos	**De 30 a 50 anos**	**Acima de 50 anos**
Empregados em posição de não liderança	1220	3611	556
Empregados em posição de liderança	5	359	66
Total	1225	3970	622

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica						
	Norte	**Nordeste**	**Centro-Oeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Exterior**

10.1 Descrição dos recursos humanos

Empregados em posição de não liderança	0	0	77	5290	20	0
Empregados em posição de liderança	0	0	10	418	2	0
Total	**0**	**0**	87	5708	22	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero					
	Feminino	**Masculino**	**Não binário**	**Outros**	**Prefere não Responder**
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	24	62	0	0	1
Sudeste	1050	4574	0	0	84
Sul	5	17	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL	1079	4653	0	**0**	85

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça							
	Amarelo	**Branco**	**Preto**	**Pardo**	**Indígena**	**Outros**	**Prefere não responder**
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	1	31	11	40	0	0	4
Sudeste	41	3221	474	1836	9	0	127
Sul	0	11	4	5	0	0	2
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	42	4263	489	1881	9	**0**	133

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária			
	Abaixo de 30 anos	**De 30 a 50 anos**	**Acima de 50 anos**
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

Centro-Oeste	15	55	17
Sudeste	1207	3903	598
Sul	3	12	7
Exterior	0	0	0
TOTAL	1225	3970	622

Outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável, tendo em vista que os indicadores de diversidade adotados pela Companhia já estão descritos acima.

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados:

Base em 31/12/2025

Atividade	Alumínio	Barro Alto	Corporativo	Fazenda Engenho	Filial Sorocaba	Itamarati	Mirai	Poços de Caldas	Usinas	Total Geral
Fornecimento de insumos e materiais	21	0	0	0	0	0	0	0	0	21
Serv. Fornecimento de refeições	128	0	0	5	7	0	9	4	0	153
Serv. Limpeza e conservação	60	4	12	16	3	2	6	6	55	164
Serv. Manutenção Industrial	129	0	0	0	0	0	0	0	0	129
Serv. Motorista	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Serv. Para ADM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serv. para SSMA	39	0	0	0	0	0	2	2	10	53
Serv. Portaria, Recepção, Balança e Vigilância patrimonial	65	0	0	38	4	5	13	9	48	182
Serv. Terceirizados Geral	113	185	0	4	2	44	91	16	0	455
Serv. TI e Telefonia - Software/Aplicativos e Hardwares	27	0	0	0	0	0	0	0	1	28
Transporte de empregados	64	0	0	3	0	1	12	14	26	120
Transporte de materiais / Logística	0	0	0	0	0	0	243	42	0	285
Serviço de TI	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

10.1 Descrição dos recursos humanos

Limpeza e Jardinagem	125	0	0	0	0	0	0	0	0	125
Total Geral	771	189	12	67	16	52	376	93	141	1717

(c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia apurado em 31 de dezembro de 2025 é de 15,3%

10.2 Alterações relevantes

10.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

A Companhia não registrou alterações relevantes em seus recursos humanos entre o último exercício social e a presente data de divulgação deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: (i) remuneração alinhada com o mercado de comparação; (ii) condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; (iii) recompensa ao desempenho e resultado, tendo em vista o alcance de metas financeiras, estratégicas e táticas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados; e (iv) definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais.
A remuneração dos empregados da Companhia é composta por: (a) remuneração fixa, formada por salário base e composta de treze pagamentos mensais e adicionais aplicáveis; (b) remuneração variável por meio de um programa de participação nos resultados; e (c) benefícios.

(b) política de benefícios

O pacote de benefícios da Companhia visa garantir a competitividade das práticas de remuneração e complementar o plano de compensação com itens de assistência social de forma a dar uma maior segurança, qualidade de vida e permitir foco no desempenho das funções.
A política de benefícios da Companhia leva em conta as características regionais ou locais das unidades. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.
Como padrão a Companhia oferece a todos os empregados Plano de Previdência Privada, Assistência Médica e Hospitalar, Seguro de Vida, Auxílio Alimentação / Refeição, Auxílio Creche e Auxílio Transporte.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para o exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações para empregados não administradores na data deste Formulário de Referência.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia, reconhecidas no resultado do último exercício social é de 152 vezes.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
9.052.051,89	59.511,26	152,11
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia reconhece os sindicatos como representantes dos trabalhadores e respeita o direito à filiação dos seus empregados e empregadas. Todos os empregados e empregadas estão cobertos por acordos de negociação coletiva. Além disso, a Companhia cumpre com as exigências trabalhistas de acordo com as leis nacionais e com os acordos firmados com os sindicatos locais.

Todo processo de negociação com as entidades representativas dos trabalhadores é pautado na ética, buscando soluções que fortaleçam as relações de confiança e respeito mútuo.

Não houve paralisações ou greves nos últimos 3 exercícios sociais.

A seguir, listamos os sindicatos que atualmente a Companhia se relaciona:

- Sindicato dos Metalúrgicos Alumínio e Mairinque;
- Sindicato dos Metalúrgicos Sorocaba e Região;
- Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas de Niquelândia-GO;
- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas do Estado de SP;
- Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Extrativas Minerais de Poços de Caldas e Região;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias extrativista de Cataguases, Mirai, Itamarati de Minas e Muriaé;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Metalurgia, Mecânica e Materiais Elétricos de Pernambuco;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo; e
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidroelétrica de Ipauçu.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 - Outras informações relevantes

Para os cálculos do item 10.1(b), a Companhia informa que considerou o total de pessoas físicas que prestam serviço como terceirizados, seja por meio de contrato direto com a companhia ou por meio de pessoa jurídica, em consonância com o Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP.

Ademais, para permitir uma melhor compreensão e avaliação das informações do item 10.1(b), a Companhia consolidou as informações da seguinte forma: (i) Usinas: Usina da Barra, Usina da Fumaça, Usina Itupararanga, Usina Alecrim, Usina do Franca, Usina Ourinhos, Usina Piraju, Usina Porto Raso, Usina Salto do Iporanga, Usina Salto do Rio Verdinho, Usina Serraria, Usina Sobragi.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras políticas e práticas

Política de Transações com Partes Relacionadas

A “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse” (“Política de Partes Relacionadas”), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 14 de maio de 2021, cuja reforma também foi aprovada em 07 de julho de 2021, visa a assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado (conforme definição da própria Política de Partes Relacionadas), prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

Ainda, referida política visa assegurar que as transações com partes relacionadas sejam conduzidas dentro de condições de mercado, ou seja, aquelas em que, durante a negociação, observam os princípios da: (a) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (b) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (c) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (d) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros).

A Política de Partes Relacionadas da Companhia preza pelas melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência e aplica-se à Companhia e às suas controladas, devendo ser observada inclusive: (i) pela acionista controladora da Companhia; e (ii) por todos os administradores da Companhia e de suas controladas, bem como seus membros da família dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios desses membros com a entidade e incluem: (a) os filhos da pessoa, cônjuge ou companheiro(a); (b) os filhos do cônjuge da pessoa ou de companheiro(a); e (c) dependentes da pessoa, de seu cônjuge ou companheiro(a).

A Política de Partes Relacionadas se encontra disponível no site de relações com investidores da Companhia (https://ri.cba.com.br/esg/estatuto-e-politicas/), bem como nas plataformas de documentos da Comissão de Valores Mobiliários.

Aprovações

Nos termos da Política de Partes Relacionadas, todas as transações entre partes relacionadas de valores acima de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que quaisquer outras podem ser aprovadas pela Diretoria, conforme regras internas de delegação de competência.

Nas análises, são considerados os seguintes pontos:

(i) Se há motivos claros que justifiquem a realização da transação com a parte relacionada;

(ii) Se a transação é realizada em termos, ao menos, igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes;

(iii) Os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;

(iv) Se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;

11.1 Regras, políticas e práticas

(v) A metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação.

Transações com Partes Relacionadas Vedadas

São vedadas as seguintes transações com partes relacionadas:

(i) Realizadas em condições que não sejam as condições de mercado;

(ii) A concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):

(a) aos administradores e membros do conselho fiscal ou do Conselho de Administração ou comitês estatuários ou não e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros, descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros;

(b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e /ou

(c) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5%, quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

Lei das Sociedades por Ações

Adicionalmente, a Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que determina, por sua vez, que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 11.2 deste Formulário de Referência.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	01/02/2025	7.584.120,00	0	R.$ 7.584.120,00	30/04/2025	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Vendas spot de energia elétrica entre a parte relacionada e CBA Energia participações S.A. nos meses de fevereiro, março e abril de 2025 O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Venda de energia elétrica					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	14/12/2020	0,00	253.522.000	R.$ 0,00	31/12/2026	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Referente a marcação de mercado ("MtM") de contratos futuros de energia. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor indicado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito ao saldo em aberto em 31 de março de 2025, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Financeira - Marcação a Mercado ("MtM")					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	14/12/2020	105.326.880,00	8.250.216	R$ .105.326.880,00	31/12/2026.	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Contrato de Troca de Submercado (SWAP). Venda de energia elétrica. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia. O montante total do contrato entre a Companhia e a parte relacionada é de R$ 232.324.800,00. A operação foi divulgada ao mercado por meio de comunicado ao mercado sobre transações entre partes relacionadas em 15 de maio de 2023					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Venda de energia elétrica					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	14/12/2020	105.327.288,00	8.250.216	R$ .105.327.288,00	31/12/2026.	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Contrato de Troca de Submercado (SWAP). Compra de energia elétrica. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia. O montante total do contrato entre a Companhia e a parte relacionada é de R$ 232.324.800,00. A operação foi divulgada ao mercado por meio de comunicado ao mercado sobre transações entre partes relacionadas em 15 de maio de 2023					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de energia elétrica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	30/12/2015	463.728.128,38	28.815.703,91	R$ .463.728.128,38	31/12/2028.	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Compromisso firme para comercialização futura de energia. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia. O montante total do contrato entre a Companhia e a parte relacionada é de R$ 3.313.381.299,11					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de energia elétrica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	07/07/2021	45.867.945,60	3.051.739,2	R$. 45.867.945,60	31/12/2026.	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional celebrado entre a parte relacionada e CBA Energia Participações S.A. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de energia elétrica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auren Energia S.A.	30/12/2020	38.870.167,00	19.250.000	R$. 38.870.167,00	31/01/2027.	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Compra e venda de ações, (i) pela CBA, relativamente a 49% dos ativos da Ventos Santo Anselmo Energias Renováveis S.A., bem como (ii) pela CBA Itapissuma Ltda. (empresa controlada pela CBA), relativamente a 49% dos atos da Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A., conforme comunicado ao mercado divulgado pela Companhia em 30/08/2021. O valor total das operações são de R$ 47.112.000,00 e R$ 12.448.000,00, respectivamente, cujo pagamento ocorrerá conforme condições do contratos. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Operação societária - compra de ações.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auren Energia S.A.	31/03/2025	0,00	57.454.000	R.$ 0,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Referente à opção de compra pela Auren Energia da participação acionária detida pela CBA na Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A., conforme pactuação entre a Companhia e a parte relacionada. Esta operação se iniciou em 30/08/2021					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Societária - Opção de compra de participação societária					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auren Energia S.A.	31/03/2026	0,00	24.221.000	R.$ 0,00	Referente ao exercício social de 2025	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto contrato	Pagamento de dividendos da CBA Energia Participações S.A. para Auren Energia S.A.. Os valores indicados advém das Demonstrações Financeiras Anuais e Trimestrais da Companhia em formato consolidado. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito aa valor a pagar em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Societário - Pagamento de dividendos em razão de participação societária detida pela parte relacionada mencionada					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Votorantim S.A.	31/03/2026	0,00	3.473.000	R.$ 0,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (sociedades ligadas)					
Objeto contrato	Aplicação em CDB contratado junto ao Banco Votorantim S.A O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor indicado no resultado da Companhia entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Financeiro - Aplicações financeiras CDB.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Votorantim S.A.	31/03/2026	0,00	22.733.000	R$ 0,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (sociedades ligadas)					
Objeto contrato	Marcação a mercado dos fluxos futuros e condições contratadas de SWAPs (instrumentos financeiros derivativos) de IPCA para USD contratados junto ao Banco Votorantim S.A. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor indicado no resultado da Companhia entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Financeiro - Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos contratados com instituição financeira autorizada.					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Votorantim S.A.	31/03/2026	48.665.000,00	33.880.000	R$. 48.665.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (sociedades ligadas)					
Objeto contrato	Marcação a mercado dos fluxos futuros e condições contratadas de SWAPs (instrumentos financeiros derivativos) de IPCA para USD contratados junto ao Banco Votorantim S.A. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor indicado no resultado da Companhia entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Financeiro - Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos contratados com instituição financeira autorizada.					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN)	31/03/2025	0,00	110.668.000	R.$ 0,00	31/12/2025.	N/A
Relação com o emissor	Sociedade coligada					
Objeto contrato	Recebimento de dividendos por meio de participação na sociedade CBA Energia Participações S.A., a qual, por sua vez, detém participação na sociedade parte relacionada. Os valores indicados advém das Demonstrações Financeiras Anuais e Trimestrais da Companhia em formato consolidado. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito aa valor a receber em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Societário - Recebimento de dividendos em razão de sua participação societária.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN)	24/03/2021	382.188.000,00	44.030.000	R$ .382.188.000,00	28/05/2035.	N/A
Relação com o emissor	Sociedade coligada					
Objeto contrato	Fornecimento de energia elétrica da parte relacionada à Companhia. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia. O valor total estimado do contrato entre a data da assinatura e término de sua vigência é de R$ 3.263.674.808,00					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra e venda de energia elétrica.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Outras empresas do grupo	31/12/2025	1.450.000,00	6.000	R.$ 1.450.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Partes relacionadas integrantes do mesmo grupo econômico.					
Objeto contrato	Correspondente a venda de mercadorias, insumos e outros itens, realizadas, principalmente, junto às empresas PNU Nações Unidas Desenvolvimento Imobiliário S.A. e Nexa Recursos Naturais, conforme apresentado na coluna "Outros" na nota explicativa nas Demonstrações Financeiras Anuais e Informações Financeiras Trimestrais. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Venda de mercadorias, insumos e outros.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Outras empresas do grupo	31/12/2025	58.533.000,00	12.472.000	R$. 58.533.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Partes relacionadas integrantes do mesmo grupo econômico.					
Objeto contrato	Correspondente a compra de mercadorias, insumos e outros itens, realizadas, principalmente, junto às empresas Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), Motz Transportes, Reservas Votorantim, Instituto Votorantim e Nexa Recursos Naturais, conforme apresentado na coluna "Outros" na nota explicativa nas Demonstrações Financeiras Anuais e nas Informações Financeiras Trimestrais. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de mercadorias, insumos e outros.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
TGR Subholding 3 S.A	30/10/2025	35.899.000,00	5.786.000	R$. 35.899.000,00	31/12/2026.	N/A
Relação com o emissor	Sociedade coligada					
Objeto contrato	Compras de energia elétrica. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia. As compras de energia se baseiam em dois contratos firmados com a parte relacionada, sendo um deles com prazo de suprimento entre outubro de 2025 a dezembro de 2025, e o segundo para o ano de 2026. O montante total dos dois contratos entre a Companhia e a parte relacionada é de R$ 18.600.000,00					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de energia elétrica.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	07/04/2021	35.134.636,30	2.435.515,82	R$. 35.134.636,30	31/12/2032.	N/A
Relação com o emissor	Coligada indiretamente via Ventos Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.					
Objeto contrato	Compra de energia elétrica. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia. O montante total do contrato entre a Companhia e a parte relacionada é de R$ 214.756.754,40.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de energia elétrica.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	07/04/2021	41.544.794,94	2.879.856,2	R$. 41.544.794,94	31/12/2032.	N/A
Relação com o emissor	Coligada indiretamente via Ventos Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.					
Objeto contrato	Compra de energia elétrica. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia. O montante total do contrato entre a Companhia e a parte relacionada é de R$ 253.871.820,00					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de energia elétrica.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	07/04/2021	40.160.173,02	2.783.870,68	R$. 40.160.173,02	31/12/2032.	N/A
Relação com o emissor	Coligada indiretamente via Ventos Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.					
Objeto contrato	Compra de energia elétrica. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia. O montante total do contrato entre a Companhia e a parte relacionada é de R$ 195.073.852,80					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de energia elétrica.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	07/04/2021	44.129.092,48	3.059.092,85	R$. 44.129.092,48	31/01/2033.	N/A
Relação com o emissor	Coligada indiretamente via Ventos Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.					
Objeto contrato	Compra de energia elétrica. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia. O montante total do contrato entre a Companhia e a parte relacionada é de R$ 269.188.185,69					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de energia elétrica.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Votorantim Cimentos S.A.	31/12/2025	133.947,99	107.000	R$ .133.947,99	N/A	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (sociedades ligadas)					
Objeto contrato	Compra de prestação de serviços. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de prestação de serviços					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Votorantim Cimentos S.A.	31/03/2026	46.724.952,31	2.000	R$. 46.724.952,31	Conforme comunicado ao mercado sobre transações entre partes relacionadas de 08 de janeiro de 2025.	N/A

Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (sociedades ligadas)
Objeto contrato	Venda de energia elétrica pela CBA e compra pela Votorantim Cimentos, por meio de suprimentos mensais e independentes, durante o período de janeiro a dezembro de 2025. A operação foi divulgada ao mercado por meio de comunicado ao mercado sobre transações entre partes relacionadas em 08 de janeiro de 2025
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	Comercial - Venda de energia elétrica.
Posição contratual do emissor	Credor

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Votorantim Cimentos S.A.	31/12/2025	251.000,00	0	R$ .251.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (sociedades ligadas)					
Objeto contrato	Venda de Material Inservível. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Venda de produtos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Votorantim Cimentos S.A.	31/03/2026	128.000,00	107.000	R$ .128.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (sociedades ligadas)					
Objeto contrato	Compra de serviços de concreto e argamassa. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Compra de serviços.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Votorantim S.A.	31/12/2024	0,00	21.763.000	R.$ 0,00	Indeterminado.	N/A
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Serviços relacionados a projetos e estruturação de ERP. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Operacional - Prestação de bens e serviços de implementação de ERP.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Votorantim S.A.	03/10/2022	912.000,00	0	R$ .912.000,00	03/10/2026.	N/A
Relação com o emissor	Acionista Controladora					
Objeto contrato	Serviços de restauração ambiental e fornecimento de mudas realizados pela filial de Niquelândia da Companhia, conforme contrato assinado em 03 de outubro de 2022. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia. O valor total estimado do contrato entre a data da assinatura e término de sua vigência é de R$ 11.361.929,18.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Comercial - Prestação de Serviços					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Votorantim S.A.	01/01/2018	70.713.000,00	3.800.000	R$. 70.713.000,00	Indeterminado	N/A
Relação com o emissor	Acionista Controladora					
Objeto contrato	Prestação de bens e serviços de infraestrutura de BackOffice (contrato de rateio), conforme contrato vigente desde 01 de janeiro de 2018. O montante envolvido e o montante de interesse da parte relacionada são correspondentes ao valor faturado entre 1° de janeiro de 2025 e 31 de março de 2026, conforme Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais da Companhia. Já o saldo existente diz respeito às notas fiscais em aberto em 31 de março de 2026, conforme Informações Financeiras Trimestrais da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Operacional - Prestação de bens e serviços de infraestrutura de BackOffice (contrato de rateio), referente à utilização de infraestrutura administrativa e física com suporte e soluções nas áreas de Finanças, Contabilidade, Seguros, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação e Gestão Imobiliária.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte Relacionada	Transação	Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses ("Item n")	Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado ("Item o")
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	Contrato de Troca de Submercado (SWAP). Compra de energia elétrica.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	A transação foi realizada por meio de leilão divulgado a diversas empresas do setor, em condições e por preços de prêmio/spread condizentes com os praticados no mercado, conforme verificada por cotações realizadas junto a terceiros. Dentre as propostas recebidas, a parte relacionada apresentou a menor proposta de prêmio/spread para a operação, assegurando-se, assim, o melhor interesse da Companhia e a comutatividade da transação.
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	Contrato de Troca de Submercado (SWAP). Venda de energia elétrica.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	A transação foi realizada por meio de leilão divulgado a diversas empresas do setor, em condições e por preços de prêmio/spread condizentes com os praticados no mercado, conforme verificada por cotações realizadas junto a terceiros. Dentre as propostas recebidas, a parte relacionada apresentou a menor proposta de prêmio/spread para a operação, assegurando-se, assim, o melhor interesse da Companhia e a comutatividade da transação.
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	Vendas spot de energia elétrica entre a parte relacionada e	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais	A transação foi realizada em condições e por preços avençados em contrato, estando também condizentes com os praticados em mercado no mercado consoante volume de energia contratada, o prazo de suprimento,

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	CBA Energia participações S.A. nos meses de fevereiro, março e abril de 2025	previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	a métrica de precificação e o preço praticado, observando, assim, a comutatividade da operação.
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	Referente a marcação de mercado ("MtM") de contratos futuros de energia.	N.A.	N.A.
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	Compromisso firme para comercializaçã o futura de energia.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	A transação foi realizada em condições e por preços avençados em contrato, estando também condizentes com os praticados no mercado consoante volume de energia contratada, o prazo de suprimento, a métrica de precificação e o preço praticado, observando, assim, a comutatividade da operação.
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota	A transação foi realizada em condições e por preços avençados em contrato, estando também condizentes com os praticados no mercado consoante volume de energia contratada, o prazo de suprimento, a métrica de precificação e o preço praticado, observando, assim, a comutatividade da operação.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

		explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia.	
Auren Energia S.A.	Compra e venda de ações relativamente a 49% dos ativos da Ventos Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. e 49% os ativos da Ventos Santo Isidoro Energias Renováveis S.A	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	Os Contratos de Compra e Venda de Ações foram celebrados em 30 de dezembro de 2020 e assim foram feitos considerando preços de aquisição dos ativos de auto-produção de energia eólica. As transações foram realizadas considerando cinco parcelas anuais e com a respectiva atualização monetária. Dessa forma, a Administração entende que a transação está de acordo com as práticas de mercado.
Auren Energia S.A.	Pagamento de dividendos da CBA Energia Participações S.A.	O valor é deliberado com base nas aprovações societárias aplicáveis, de acordo com a participação acionária de cada acionista, ressaltando-se que a deliberação de dividendos segue os critérios definidos pela lei 6.404/76 e a previsões constantes do Estatuto Social da CBA Energia Participações S.A..	O valor é deliberado com base nas aprovações societárias aplicáveis, de acordo com a participação acionária de cada acionista, ressaltando-se que a deliberação de dividendos segue os critérios definidos pela lei 6.404/76 e a previsões constantes do Estatuto Social da CBA Energia Participações S.A..
Auren Energia S.A.	Opção de compra pela Auren Energia da participação acionária detida pela CBA na Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	As opções de compra pela parte relacionada é descrita com o detalhamento necessário em Acordo de Acionistas celebrado com a Companhia, bem como considera situações típicas às operações de tal natureza.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Banco Votorantim S.A.	Aplicação em CDB.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	Como atividades ordinárias e recorrentes, por tratar-se de gestão diária do caixa, as aplicações foram realizadas conforme diretrizes estabelecidas pela Política Financeira da CBA, observando-se os limites por contraparte e termos favoráveis à Companhia frente às condições disponíveis no mercado oferecidas por terceiros não relacionados com a Companhia. Na ocasião o Banco apresentou remuneração superior às que seriam pagas pelos demais bancos que enviaram cotação. A respectiva cotação foi realizada pela Companhia em observâncias às políticas internas. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.
Banco Votorantim S.A.	Marcação a mercado dos fluxos futuros e condições contratadas de SWAPs (instrumentos financeiros derivativos) de IPCA para USD	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	Como atividades ordinárias e recorrentes, por tratar-se de gestão diária do caixa, as aplicações foram realizadas conforme diretrizes estabelecidas pela Política Financeira da CBA, observando-se os limites por contraparte e termos favoráveis à Companhia frente às condições disponíveis no mercado oferecidas por terceiros não relacionados com a Companhia. Na ocasião o Banco apresentou remuneração superior às que seriam pagas pelos demais bancos que enviaram cotação. A respectiva cotação foi realizada pela Companhia em observâncias às políticas internas. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.
Campos Novos Energia S.A.	Fornecimento de energia	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações	O contrato estabelece compromisso firme anual de compra e venda de energia e que

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

(ENERCAN)	elétrica.	com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	as quantidades mensais a serem comercializadas são definidas com base na sazonalização e na modulação da garantia física. O preço da energia definido nesse contrato está sujeito a reajuste anualmente conforme fórmula de reajuste baseada no IGP-M, sendo que o preço por MWH é estabelecido pelos custos e perdas da operação da usina, incluindo os impostos e encargos setoriais de energia, com fórmula definida em contrato seguindo parâmetros claros de acordo com a participação societária de cada acionista (volume de energia adquirido de acordo com sua participação no capital social). Os critérios de custos e perdas estão em conformidade com a legislação e regulamentos vigentes à época da assinatura e, portanto, qualquer alteração dos aludidos critérios poderá ser repassada proporcionalmente, independente da periodicidade. O prazo de pagamento acordado é de o 15º dia do mês da entrega da fatura e, no caso de inadimplemento incide uma multa de 5% do valor devido. Dessa forma, a Administração entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhadas ao Código de conduta, sem qualquer evidência de conflito de interesses.
Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN)	Recebimento de dividendos por meio de participação na sociedade CBA Energia Participações S.A.	O valor é deliberado com base nas aprovações societárias aplicáveis, de acordo com a participação acionária de cada acionista, ressaltando-se que a deliberação de dividendos segue os critérios definidos pela lei 6.404/76 e a previsões constantes do Estatuto Social da Enercan.	O valor é deliberado com base nas aprovações societárias aplicáveis, de acordo com a participação acionária de cada acionista, ressaltando-se que a deliberação de dividendos segue os critérios definidos pela lei 6.404/76 e a previsões constantes do Estatuto Social da Enercan.
TGR Subholding 3 S.A.	Compras de energia elétrica.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia	A transação estabelece um compromisso firme de compra e venda de energia e que as quantidades mensais a serem comercializadas com equivalência ao *equity* detido pela Companhia na parte relacionada, e os preços praticados foram

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

		e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	firmados em condições de mercado, considerados os descontos relativos ao incentivo da autoprodução, e sujeitos a reajustes, com a definição de prazos de pagamento e remédios de mora . Sendo assim, a Administração entende que a transação apresenta critérios comutativos.
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	Compra de energia elétrica.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	A transação estabelece um compromisso firme de compra e venda de energia e que as quantidades mensais a serem comercializadas com equivalência ao *equity* detido pela Companhia na parte relacionada, de forma indireta, e os preços praticados foram firmados em condições de mercado, considerados os descontos relativos ao incentivo da autoprodução, e sujeitos a reajustes, com a definição de prazos de pagamento e remédios de mora. Sendo assim, a Administração entende que a transação apresenta critérios comutativos.
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	Compra de energia elétrica.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	A transação estabelece um compromisso firme de compra e venda de energia e que as quantidades mensais a serem comercializadas com equivalência ao *equity* detido pela Companhia na parte relacionada, de forma indireta, e os preços praticados foram firmados em condições de mercado, considerados os descontos relativos ao incentivo da autoprodução, e sujeitos a reajustes, com a definição de prazos de pagamento e remédios de mora. Sendo assim, a Administração entende que a transação apresenta critérios comutativos.
Ventos de Santo Apolinário	Compra de energia	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações	A transação estabelece um compromisso firme de compra e venda de energia e que

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Energias Renováveis S.A.	elétrica firmada pela CBA Itapissuma Ltda., na condição de controlada da Companhia.	com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	as quantidades mensais a serem comercializadas com equivalência ao *equity* detido pela CBA Itapissuma Ltda., controlada da Companhia, na parte relacionada, de forma indireta, e os preços praticados foram firmados em condições de mercado, considerados os descontos relativos ao incentivo da autoprodução, e sujeitos a reajustes, com a definição de prazos de pagamento e remédios de mora. Sendo assim, a Administração entende que a transação apresenta critérios comutativos.
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	Compra de energia elétrica.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	A transação estabelece um compromisso firme de compra e venda de energia e que as quantidades mensais a serem comercializadas com equivalência ao *equity* detido pela CBA Itapissuma Ltda., controlada da Companhia, na parte relacionada, de forma indireta, e os preços praticados foram firmados em condições de mercado, considerados os descontos relativos ao incentivo da autoprodução, e sujeitos a reajustes, com a definição de prazos de pagamento e remédios de mora. Sendo assim, a Administração entende que a transação apresenta critérios comutativos.
Votorantim Cimentos S.A.	Venda de energia elétrica.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não	As transações foram realizadas por meio de leilões, em condições de mercado, conforme verificada em cotações de mercado e aqueles observados no Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia Elétrica (BBCE) e na curva DCIDE, assegurando-se a comutatividade da operação para as partes envolvidas.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

		atuaram como representantes da Companhia na negociação.	
Votorantim Cimentos S.A.	Venda de Material Inservível.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, garantindo que os preços e condições praticadas se amoldam às práticas de mercado.
Votorantim Cimentos S.A.	Compra de serviços de concreto e argamassa.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, garantindo que os preços e condições praticadas se amoldam às práticas de mercado.
Votorantim S.A.	Prestação de bens e serviços de infraestrutura de BackOffice (contrato de rateio).	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras	O Centro de Excelência Votorantim realiza prestação de serviços às investidas da Votorantim S.A., controlada da Companhia, por meio de compartilhamento de custos, ou seja, sem margem de contribuição associada. Dentro deste conceito, anualmente cada uma de suas linhas de serviço faz uma previsão orçamentária, que contempla todos os custos diretos e indiretos para sua execução, que incluem

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

		da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	as pessoas, consultorias, sistemas, licenças e projetos, que consideram tanto as atualizações legais mandatórias como as de melhoria contínua. Encerrada esta etapa, é levantada a volumetria e esforço que cada investida requer dessas áreas, que define os parâmetros do critério de rateio, sendo então levados para discussão e aprovação de cada investida, de forma justa e alinhada com o que é de fato utilizado. Aprovado o orçamento, mensalmente é realizado o acompanhamento orçamentário para o repasse destes custos de rateio.
Votorantim S.A.	Serviços de restauração ambiental e fornecimento de mudas.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não atuaram como representantes da Companhia na negociação.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, garantindo que os preços e condições praticadas se amoldam às práticas de mercado.
Votorantim S.A.	Serviços relacionados a projetos e estruturação de ERP.	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, bem como as demais previsões do Estatuto Social da Companhia e seu Código de Conduta. Ainda, a transação foi submetida aos auditores independentes e divulgada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Cabe ressaltar que a parte relacionada, seus sócios e administradores não participaram da decisão da Companhia acerca da Transação, bem como não	A contratação em questão obedece às diretrizes e regras da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia, garantindo que os preços e condições praticadas se amoldam às práticas de mercado.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

		atuaram como representantes da Companhia na negociação.	

11.3 Outras informações relevantes

11.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
29/04/2024	N/A	0,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
250.000	0	250.000

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
24/04/2025	N/A	4.554.454.052,04
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
651.072.697	0	651.072.697

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
24/04/2025	N/A	4.554.454.052,04
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
651.072.697	0	651.072.697

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
24/04/2025	N/A	4.554.454.052,04
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
651.072.697	0	651.072.697

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 – Em caso de emissores estrangeiros, descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas

Não aplicável, considerando que a Companhia não é emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações
Data de emissão	24/07/2025
Data de vencimento	24/07/2032
Quantidade	530.000
Valor nominal global R$	530.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	566.405.246,59
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	(i) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais; (ii) somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30 (“Investidores Qualificados”), após decorridos 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “a”, da Resolução CVM 160; e (iii) somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre o público em geral após decorridos 12 (doze) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “b”, da Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 24 de julho de 2026 (exclusive), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate parcial), efetivamente subscritas e integralizadas (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; (iii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iv) de prêmio flat incidente sobre (i), (ii) e (iii) acima (“Prêmio de Resgate”), conforme tabela descrita no item 5.1.2. da Escritura da 2ª Emissão das Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Espécie Quirografária, em Série Única.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures em questão, a data de pagamento por vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, ou a data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total, resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total ou de Amortização Extraordinária Facultativa, conforme definido na Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, com o cancelamento da totalidade das Debêntures, o que ocorrer primeiro. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a fórmula constante da da 2ª Emissão de Debêntures. Garantias: As Debêntures não contam com qualquer garantia real e/ou fidejussória, sendo elas quirografárias. Restrições impostas ao emissor: A escritura das Debêntures prevê o cumprimento de certas obrigações não financeiras. Dentre elas, há obrigações que restringem, dentre outras: (i) a capacidade da Companhia de passar por processo de incorporação, cisão fusão com outras entidades, salvo se inserida no rol de operações societárias permitidas, nos termos de Escritura da 2ª Emissão de debentures, bem como por transformação; (ii) alterar seu controle acionário; (iii) alienar de outra forma seus ativos, nos termos e condições de Escritura da 2ª Emissão de Debentures; (iv) distribuir e/ou pagar dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso esteja ela em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura da 2ª Emissão de Debentures, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no estatuto social da Companhia. Caso a Companhia não cumpra com as obrigações previstas e/ou caso a Companhia não seja capaz de obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar o pagamento de forma antecipada. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Outras características relevantes	Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão da foram e serão destinados, no curso ordinário de seus negócios, para o resgate antecipado das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da primeira emissão da Emissora e o saldo remanescente para propósitos corporativos gerais.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	28

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob o código CBAV3 desde julho de 2021.

As debêntures descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência são admitidas à negociação no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários também da B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior com saldo em aberto.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

OFERTA PÚBLICA INICIAL DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA

Os recursos obtidos pela Companhia com a sua oferta pública inicial de ações (“IPO”) estão sendo integralmente utilizados para financiar projetos de expansão e aquisições, conforme descrito no prospecto definitivo respectivo divulgado pela Companhia ao mercado quando do IPO.

PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA

Os recursos obtidos pela Companhia em razão da primeira emissão de debêntures (“1ª Emissão Debêntures”) foram destinados ao desenvolvimento de projetos que tenham o objetivo de melhorar a performance ambiental da estrutura produtiva e os indicadores elencados no Green Bond Framework da Companhia disponibilizados na íntegra em sua página da rede mundial de computadores (www.cba.com.br/ri [http://www.cba.com.br/ri]) [http://www.cba.com.br/ri].

OFERTA PÚBLICA SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA

Em maio de 2022, a Companhia concluiu sua oferta pública secundária de ações (“Follow-On”) com a com a alienação de 47.600.000 ações da controladora Votorantim S.A. A Companhia não recebeu quaisquer recursos da Oferta por se tratar de uma oferta integralmente secundária.

SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a segunda emissão de debêntures foram destinados, no curso ordinário de seus negócios, para o resgate antecipado das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da primeira emissão da Companhia e o saldo remanescente para propósitos corporativos gerais.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios na aplicação dos recursos do IPO, da 1ª ou da 2ª Emissões Debêntures da Companhia.

Ainda, o presente item não é aplicável para o Follow-On, tendo em vista que a Companhia não recebeu quaisquer recursos por se tratar de uma oferta integralmente secundária.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvios na aplicação dos recursos do IPO, da 1ª ou da 2ª Emissões Debêntures da Companhia.

Ainda, o presente item não é aplicável para o Follow-On, tendo em vista que a Companhia não recebeu quaisquer recursos por se tratar de uma oferta integralmente secundária.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Outras informações relevantes

Em 29 de julho de 2025, Companhia resgatou totalmente as debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da sua primeira emissão. O pagamento antecipado foi realizado por meio da captação da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, conforme descrito na cláusula 3.3.1, da sua Escritura de Emissão.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Luciano Francisco Alves	Diretor Presidente
Camila Abel Correia da Silva	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO

DE REFERÊNCIA

Eu, **LUCIANO FRANCISCO ALVES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 25.953.851-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 256.736.768-32, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, n.º 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-900, na qualidade de Diretor Presidente da **COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO**, sociedade por ações, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, n.º 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.409.892/0001-73 ("Companhia"), para fins do item 13 deste Formulário de Referência da Companhia, DECLARO que:

(a) revi o Formulário de Referência da Companhia, com data-base de 31/12/2025;

(b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, em especial aos artigos 15 a 20; e

(c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo/SP, 20 de maio de 2026.

_____

LUCIANO FRANCISCO ALVES
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO

DE REFERÊNCIA

Eu, **CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA**, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 29.498.843-9 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 303.038.168-48, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, n.º 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-900, na qualidade de Diretora Financeira e de Relações com Investidores da **COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO**, sociedade por ações, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, n.º 105, 14º andar, conjunto 141, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.409.892/0001-73 (“Companhia”), para fins do item 13 deste Formulário de Referência da Companhia, DECLARO que:

(a) revi o Formulário de Referência da Companhia, com data-base de 31/12/2025;

(b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, em especial aos artigos 15 a 20; e

(c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo/SP, 20 de maio de 2026.

_____

CAMILA ABEL CORREIA DA SILVA
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.